



À
**SOMBRA
DE UM IPÊ
AMARELO**

*Legado da professora
Suely Gomes Costa na
pós-graduação brasileira*

ANA LOLE · ANDRÉA LEDIG (org.)

Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Suely Gomes Costa (1938-2023) recebeu a emergência na UFF em 2022. Assistente social, economista, historiadora, professora e feminista, Suely deixou-nos uma vasta obra. Unindo pesquisa e militância, escreveu e debateu sobre movimentos sociais, políticas públicas, proteção social e cidadania, memórias feministas, sempre atenta às relações de gênero, suas práticas e representações. Figura acadêmica de relevo, criou a revista *Gênero*, fundou o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, foi membro do colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, de Conselho Universitário e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aposentou-se das lidas da docência em 1998, após formar várias gerações na área do Serviço Social e orientar dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Tal como um Ipê Amarelo, que floresce no chão árido e seco do inverno, a obra e a trajetória política de Suely Gomes Costa resistiram aos anos de chumbo, distinguindo-se na paisagem acadêmica por seu compromisso com o direito das minorias e a igualdade social. Escrito a várias mãos para homenagear a mestra e amiga, *À Sombra do Ipê AmarElo* é um tributo a sua obra, seus ensinamentos, mas também à figura humana que encorajou e inspirou mulheres a refletirem sobre suas lutas,

**À
SOMBRA
DE UM IPÊ
AMARELO**

ANA LOLE · ANDRÉA LEDIG (org.)

**À
SOMBRA
DE UM IPÊ
AMARELO**

*Legado da professora
Suely Gomes Costa na
pós-graduação brasileira*

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,
Lia Rocha, Manoel Ricardo de Lima, Márcia Leite,
Mauro Iasi e Virgínia Fontes

REVISÃO

Marília Pereira

IMAGEM (CAPA)

Marcelo Camargo, Agência Brasil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza — CRB 7/6439

S676

À sombra de um ipê amarelo: legado da professora Suely Gomes
Costa na pós-graduação brasileira / organização Ana Lole, Andréa
Ledig. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2024.
276 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-6128-048-8

1. Costa, Gomes Suely, 1938-2023. 2. Serviço social - Brasil. 2.
Professoras universitárias – Biografia – Brasil. I. Lole, Ana. II.
Ledig, Andréa.

24-93550

CDD: 378.0092

CDU: 929:378(81)-051



Rua Teotônio Regadas 26 sala 103

20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ

www.morula.com.br _ contato@morula.com.br

 morulaeditorial  morula_editorial

SUMÁRIO

- 7 **PREFÁCIO**
Memórias de conversas, aprendizados e gulodices
Rita de Cássia Santos Freitas
- 13 **APRESENTAÇÃO**
À sombra de um ipê AmarElo
Ana Lole • Andréa Ledig
- 29 **ATO 1 | SAÚDE**
- 31 O Cebes e a reforma sanitária brasileira sob o olhar
de Suely Gomes Costa
Daniela Carvalho Sophia
- 44 Das aventuras e desventuras de ser uma mulher
vanguarda: a experiência de Suely Gomes Costa
no Centro de Saúde de Santa Rosa
Monique de Souza Carvalho
- 73 Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência
das salas de planejamento familiar no Hospital
Universitário Antonio Pedro (HUAP)
Ana Lole
- 98 Cultura de bem-estar social na agenda da ONU
e do CBCISS de 1968-1978
Elisabete Cruvello

- 120 Os 147% em questão: o movimento dos aposentados
no Rio de Janeiro na década de 1990
Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga
- 136 O processo de empoderamento de mulheres
mastectomizadas em um grupo de apoio
Ana Cristina Bechara Barros Fróes Garcia
- 157 ATO 2 | **GÊNERO**
- 159 A feminilização da filantropia
Ana Paula Vosne Martins
- 178 Trajetórias femininas, filantropia e proteção social
Andréa Ledig
- 205 Trajetória pessoal e política de Estela Alves de Vasconcelos:
primeira e única vice-prefeita de Duque de Caxias/RJ
Liandra Lima Carvalho
- 225 Tradições e modernidade: raptos consentidos
na Paraíba (1920-1940)
Rosemere Olimpio de Santana
- 246 Gênero, maternalismo e usos do tempo
no campesinato maranhense
Viviane de Oliveira Barbosa
- 271 SOBRE AS AUTORAS

Memórias de conversas, aprendizados e gulodices

Rita de Cássia Santos Freitas

O livro “À sombra de um ipê Amarelo: legado da professora Suely Gomes Costa na pós-graduação brasileira” é uma homenagem a essa: feminista, assistente social, historiadora, economista, professora. Mulher, mãe e amiga. É sobre essas diferentes dimensões que gostaria de começar falando. Como todas nós, Suely era múltipla e isso é o que faz as pessoas serem tão maravilhosas. Não cabemos num único molde.

Conheci Suely quando entrei como professora na Universidade Federal Fluminense (UFF) no longínquo século passado. Fui acolhida no Núcleo de Pesquisa que dividia com as professoras Leila Alonso Gomes, Cenira Duarte Braga e Georgete Rosa Chagas. Como acredito que o processo de formação é um ato contínuo, posso dizer que esse Núcleo foi um incrível espaço de aprendizagens. Digo isso em relação à minha experiência pessoal, mas também à vivência de várias pessoas, como se pode ver nas páginas deste livro.

Suely foi uma expoente intelectual e, igualmente, sempre foi muito generosa partilhando o seu saber com todas e todos que dela se aproximasse. Estar no Núcleo favoreceu a criação de um ambiente intelectual rico e produtivo quando entrei na UFF. Mas também favoreceu a criação de laços de afetos e companheirismo. Dividi com Suely, além de discussões acadêmicas, o carinho e muitas gulodices, pois todas suas orientandas irão concordar comigo: ela era uma grande

cozinheira e sabia receber as pessoas. É na memória desses momentos que escrevo este prefácio. Considero importante deixar registrado — como tentarei adiante — o legado de Suely Gomes Costa para o Serviço Social. Mas considero igualmente importante relembrar o aspecto humano que todas e todos possuímos.

Presente na produção do Serviço Social desde os anos de 1970, Suely atravessou séculos causando polêmica, inovando temas, se transformando e transformando as pessoas à sua volta. Ouso dizer que foi um tanto visionária trazendo autoras e autores para além do Serviço Social e temas que agora passam a fazer parte dos debates da profissão. Sua contribuição ao discutir a proteção social e a realidade brasileira é um diferencial.

Esse entendimento marcou sua trajetória acadêmica e sua atuação na Escola de Serviço Social da UFF, onde estudou (nos anos de 1960) e depois lecionou até 2017. Sua contribuição é vasta e vou destacar, no âmbito da Escola, a criação do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS) em 1987 e a criação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS), em 2002 com a primeira turma de mestrado — sendo que em 2009 ampliamos para a primeira turma de doutorado.

A sua compreensão acerca da proteção social perpassou a proposta de nosso programa desde seu início. O PPGPS inovou, por um lado, ao trazer a discussão sobre avaliação ainda incipiente na categoria naquele momento. Mas, por outro lado, inovou igualmente por dar ênfase à dimensão dos sujeitos sociais e isso se dá exatamente pela compreensão que tínhamos da proteção social enquanto “uma regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos” (Costa, 1995, p. 99). Esse tipo de definição abre espaço para pensar a proteção social não apenas como a constituição de sistemas protecionistas, mas também como uma regularidade histórica que nos possibilita compreender as práticas de proteção existentes nos espaços privados, especialmente no âmbito das famílias. Esse foi um elemento definidor para a Área Sujeitos

Sociais e Proteção Social que compõe nosso programa¹. Nessa área, as pesquisas se dão em torno exatamente dessas relações ao abarcar os estudos de gênero, raça-etnia e sexualidades dando ênfase aos diferentes sujeitos, articulando o micro e o macro.

Não tenho dúvidas que muitas de nossas percepções ao criarmos o PPGPS tinham o germe das ideias que Suely havia historicamente trazido para o Núcleo, para a Escola e para o Serviço Social e que contribuiu para a formação de diversas gerações de pesquisadoras e pesquisadores — onde eu me incluo. E foi assim que nosso programa surgiu e Suely foi protagonista dessa história. Foi professora e orientadora desde sua primeira turma, apenas se afastando em 2017, quando se desligou de suas atividades acadêmicas.

Em 2017 o Programa a homenageou, por ocasião de seu 15^o aniversário, e a Escola, em 2023, também realizou uma bonita homenagem ao conceder o título de Professora Emérita da UFF. Duas homenagens merecidas. Da primeira, Suely ainda pode participar. Infelizmente na segunda ela foi representada por sua família. As fotos e as memórias ajudam a preservar essa história.

Os estudos de gênero são outra dimensão que gostaria de resgatar e que perpassa a maioria dos textos aqui elencados. Em sua trajetória, Suely se construiu feminista, como sinalizam Lole (2021) e Carvalho (2023) e trouxe para a categoria a discussão de temas como gênero, feminismo, memórias e saúde reprodutiva. Contudo, pode-se perceber que a preocupação com a proteção social perpassa todos esses estudos. Acho que é esta articulação que pode explicar, por exemplo, o brilhantismo da ideia que traz acerca do fenômeno que intitulou como “maternidades transferidas” (Costa, 2002). Esse conceito emerge da compreensão das diferenças de classe e raça que perpassa as diversas mulheres — antecipando de certa forma a discussão acerca da interseccionalidade que ganha peso hoje, como aponta Carvalho (2023).

1 O PPGPS se divide em duas grandes áreas: Sujeitos Sociais e Proteção Social e Avaliação de Políticas Sociais.

A aproximação com o Departamento de História (pois seu doutorado e mestrado foram nesta área) possibilitou um aprendizado teórico e metodológico que transmitia a suas orientandas. E esse “sair²” — usando aqui um termo caro a essa autora (presente por exemplo no texto de Liandra Lima Carvalho que faz parte desta coletânea) — de dentro do Serviço Social possibilitou ampliar enormemente a própria concepção desta profissão.

Suely Gomes Costa esteve sempre presente nas salas de aula, na realização de pesquisas e também na tarefa — às vezes árdua, mas na maioria das vezes muito satisfatória — de orientar. Uma parte dessas orientandas se faz presente aqui nesta coletânea para homenagear Suely. O único texto que foge a essa especificidade é o de Monique de Souza Carvalho que analisa o que chama de aventuras e desventuras de ser uma mulher de vanguarda ao se voltar para a experiência de Suely no Centro de Saúde Santa Rosa em Niterói. Apesar de não ter sido sua orientanda, Monique estudou em seu doutorado a sua vivência no âmbito da saúde reprodutiva. Por isso, a inclusão de seu texto aqui.

Os outros textos dão conta da amplitude de temas estudados — e, portanto, orientados — por essa professora: memórias e trajetórias de mulheres, a experiência inovadora das salas de planejamento familiar no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP); filantropia e proteção social, estudos de gênero, empoderamento feminino, saúde reprodutiva, maternalismos e cuidados; as lutas da terceira idade (um tema que passou a ganhar destaque em sua obra ao final de sua trajetória). O recurso à história oral e a perspectiva memorialista estão presentes em vários textos — o que pode ser explicado também pelo seu grande apreço aos arquivos.

Enfim, esta coletânea possui dois pontos fundamentais a serem destacados. O primeiro é a qualidade dos textos apresentados. Tendo a saúde e os estudos de gênero como eixos condutores dão conta de

2 O termo se refere ao conceito “Sair”, cunhado por Michelle Perrot (1991).

várias pesquisas e diferentes regiões. O segundo ponto a ser destacado é, digamos, o outro fio condutor deste livro: a contribuição da professora Suely Gomes Costa. Esta é uma homenagem que duas de suas orientandas, Ana Lole e Andréa Ledig, organizaram e que as outras orientandas responderam com o reconhecido rigor acadêmico que marca a trajetória da professora Suely.

Através dessa homenagem — ou seja, dessa produção — podemos perceber a contribuição de Suely Gomes Costa para a pós-graduação, formando professoras e pesquisadoras, bem como potencializando a atuação de diversas profissionais que atuam no âmbito da política social.

O livro é convidativo e tenho certeza de que será de grande valor para as estudiosas e estudiosos dessas temáticas, bem como de sabor agradável a sua leitura. Pois, na verdade, acredito que os textos têm que também ser belos e dar prazer em sua leitura. É isso o que desejo às leitoras e leitores.

Suely Gomes Costa faleceu em abril de 2023. Este livro é uma maneira de dizer: SUELY PRESENTE!

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Monique de Souza. *Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva*. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2023.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.
- COSTA, Suely. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LOLE, Ana. Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa. Homenagem de vida. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 309-322, 1º Sem. 2021.
- PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (org.). *História de Mulheres no Ocidente*. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebrandil, 1991.

À sombra de um ipê AmarElo¹

Ana Lole

Andréa Ledig

A presente coletânea intitulada “À sombra de um ipê AmarElo: legado da professora Suely Gomes Costa na pós-graduação brasileira” tem por objetivo reunir as produções frutos das orientações da professora Suely Gomes Costa (1938-2023) no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e no Programa de Pós-Graduação em História, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF)², bem como fornecer a leitora e ao leitor uma aproximação à trajetória acadêmica dessa importante pesquisadora³.

-
- 1 AmarElo faz alusão à canção do rapper Emicida, lançada no álbum de mesmo nome em 2019. O título do álbum AmarElo se inspirou no poeta Paulo Leminski (1944-1989): “Amar é o elo entre o azul e o amarelo”. Nesta coletânea a professora Suely Gomes Costa representa o elo entre produção do conhecimento e de afetos, é o elo que nos reuniu.
 - 2 Suely orientou no período em que esteve nos referidos programas 12 (doze) dissertações, 7 (sete) teses e 2 (dois) estágios pós-doutoral. Do total das teses orientadas, uma foi no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A proposta inicial era que todas as orientandas fizessem parte deste projeto, porém nem todas responderam ao nosso contato, talvez tenham trocado de e-mail, e outras não tiveram disponibilidade, no momento, para estarem conosco nesta empreitada. No Apêndice desta apresentação consta uma lista com todas as teses, dissertações e pesquisas de pós-doutorado orientadas pela professora Suely.
 - 3 Essa coletânea é uma publicação do projeto de pesquisa “Serviço Social e Trajetórias de Mulheres” sob coordenação da professora Ana Lole, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Devemos confessar que, ao começar este texto, fomos tentadas a cair no velho lugar comum de dizer que Suely Gomes Costa dispensa apresentações, afinal todas e todos sabem que ela representa uma contribuição inovadora ao campo das Ciências Sociais, ao romper paradigmas consolidados e apontar novos e inusitados caminhos de pesquisas.

Enaltecida como uma das representantes do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil⁴, pois, “o documento de Teresópolis repercutiu bastante. Principalmente sobre o documento [de Suely], houve muito debate em outras regiões da América Latina. Foi um trabalho muito debatido” (Costa *apud* Ledig, 1998, p. 122). O que conferiu prestígio e projeção a jovem assistente social. A trajetória de Suely Gomes da Costa foi muito além dos créditos que adquiriu no Serviço Social com o Documento de Teresópolis (Costa, 1970). Suely ampliou as fronteiras do conhecimento, defendeu a importância da pesquisa para a formação profissional e afirmou que a articulação entre História e Serviço Social era o caminho para que novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores rompessem paradigmas, que atingiam as produções acadêmicas, sobretudo as do campo dos estudos de gênero e saúde, em especial no campo da saúde reprodutiva.

4 O Movimento de Reconceituação é um marco no processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Nas décadas de 1960-1970, impulsionados por uma profunda agitação política que ganha força no Brasil, e em toda América Latina, o Serviço Social propõe a ruptura com as práticas tradicionais. Inicialmente através da perspectiva modernizadora que se apresenta de forma homogênea no Seminário de Araxá, em 1967, assentada no pensamento funcionalista de José Lucena Dantas. Em 1970, no Seminário de Teresópolis, foram apresentados três documentos bases: o documento aprovado foi o de José Lucena Dantas, que apontava para a consolidação da perspectiva modernizadora; enquanto o de Tecla Machado Soeiro apontava para um retorno ao tradicionalismo e o de Suely Gomes Costa, trazia o germen do pensamento crítico e colocava em xeque a matriz funcionalista. Durante os anos de chumbo da ditadura militar no Brasil o Serviço Social se aproximou da fenomenologia no âmbito da perspectiva de reatualização do conservadorismo. No final dos anos 1970, quando o país vivencia o processo de redemocratização, o pensamento crítico de base marxista ganha hegemonia na categoria, propondo um perfil de profissional mais crítico e capaz de atuar nos desafios postos à profissão.

Protagonista importante dos momentos e processos pelos quais os debates sobre relações de gênero e saúde se consolidaram como campos do conhecimento e da ação política, Suely materializou, em sua trajetória, o projeto de uma produção acadêmica afinada com o pensamento histórico internacional e, ao mesmo tempo, comprometida em revelar os problemas enfrentados por mulheres e homens na sociedade brasileira.

No início dos anos 1990, quando Suely era professora da graduação do Curso de Serviço Social, iniciou a organização do acervo documental da Escola de Serviço Social da UFF, em Niterói⁵. Suely já era a grande referência de intelectual do Serviço Social e a exímia historiadora que se tornaria reconhecida nacionalmente. Nos acervos históricos do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK)⁶ podemos encontrar a jovem Suely⁷ do movimento estudantil e do Centro Populares de Cultura (CPC). Não seria nesse universo do movimento estudantil da Escola de Serviço Social da UFF que o afeto e a cultura teriam se consolidado como estratégia de construção de novos saberes? Para Suely:

-
- 5 Isso aconteceu no momento da mudança da Escola do prédio localizado na Rua Almirante Teffé, s/nº, esquina com a Rua 15 de Novembro, no Centro, para o *Campus* do Gragoatá, no Bloco E, onde se encontra até hoje. Suely junto com as professoras Leila Alonso Gomes e Gleide Carolina Índio criaram o Centro de Referência Documental (CRD), hoje localizado junto ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS), ambos em 1988 (Lole, 2021). Esse acervo foi objeto de estudos e pesquisas de Suely que resultaram em sua tese professora titular em 1994 e, posteriormente, no livro autoral “Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional” publicado pela Editora Cortez, em 1995 (Cf. Costa, 1995).
 - 6 O DAMK foi criado em 15 de maio de 1959 e recebe o nome da assistente social Maria Kiehl, formada em São Paulo, ela atuou no planejamento e organização da ESS/UFF (Lole, 2021).
 - 7 “Suely cursou a Graduação em Serviço Social pela ESS, no período de 1959 a 1962, onde participou ativamente do movimento estudantil e do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK) da ESS/UFF, sendo eleita presidenta na gestão 1961/1963” (Lole, 2021, p. 311).

O CPC foi outro grande movimento de transição. Quer dizer: não bastava organizar o movimento estudantil na rua, nas passeatas etc., a gente queria que o movimento estudantil tivesse uma ação efetiva na mudança das mentalidades, na mudança de ideias e a gente fez parte de um movimento que acreditava que era possível transformar a sociedade, transformando a cultura (Ledig, 1998, p. 108).

Que afeto e cultura tenham emergido como metodologia de ensino da militância no movimento estudantil é apenas uma hipótese. Mas que há em suas orientações um Elo com suas orientandas que extrapola o acadêmico não é uma hipótese, mas uma realidade nas experiências de cada uma das autoras desta obra. São muitas as lembranças das orientações em sua sala de jantar, recheadas de cores, cheiros, sabores e emoções, mas que traziam também novas ideias e reflexões com foco na construção do conhecimento.

Para Suely, não há incompatibilidade entre ciência e afeto, pois ela sabe que pesquisa é domínio da metodologia, é arte, paciência, sentimento e técnica. Afinal, dizia ela: “quem não sabe o que procura, quando encontra não sabe que encontrou”.

Enquanto orientadora, Suely — como a Alice do romance “O tronco do ipê” de José de Alencar (1871), retratado por ela em sua tese de doutorado (Costa, 1996) — investiu tempo em trabalhos e cuidados femininos, “na inspeção de cada pormenor, na correção de cada defeito” (Costa, 2000, p. 35). E foi à sombra desse ipê AmarElo que Suely nos levou a romper as amarras femininas, colocando “em cena os ruídos e as novidades” (Costa, 2000, p. 29), de seu tempo e do nosso tempo.

A Suely é o Elo entre nós, parafraseando o rapper Emicida, ela é esse AmarElo, que nos permite os encontros, os reencontros, o ir além, a soltura das amarras que nos acorrentam nessa sociedade patriarcal, a consciência para não sermos vítimas e sim protagonistas da nossa história. Esse trecho da canção AmarElo do Emicida retrata um pouco dessa reflexão:

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui

[...]

Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí

A coletânea “À sombra de um ipê AmarElo: legado da professora Suely Gomes Costa na pós-graduação brasileira” versa sobre “Saúde” e “Gênero”. Temáticas as quais Suely se debruçou na sua trajetória intelectual, chegando a cunhar a categoria “maternidade transferida” (Costa, 2002), a qual tem uma enorme presença nos estudos feministas e de gênero na atualidade. Suely “acredita que o conceito corresponde a uma regularidade histórica de longa duração” (Lole, 2021, p. 319). No entendimento de Suely:

[...] para que algumas mulheres ganhassem autonomia em relação aos afazeres domésticos ou aos deslocamentos para espaços fora de suas casas — fosse em atividade privada, fosse pública — era preciso que uma enorme quantidade de outras mulheres trabalhasse para elas, fosse mediante pagamento ou favores e, sempre no espaço doméstico, num outro que não o de suas casas... Esse tipo de trabalho doméstico se assenta, também claramente, no estatuto da nossa experiência escravista. Ela ajudou muito nessa “transição” das atividades domésticas femininas “de dentro” e “de fora”, próprias ao mundo das casas. E isso definiria também um padrão comportamental que implicava numa relação de confiança por se tratar de decisão de “transferir a maternidade”. Essa prática foi extremamente

necessária ao deslocamento das mulheres para o mundo do trabalho e seu assalariamento. E isso persiste entre nós e em muitas partes do mundo ainda hoje! Claro que obtendo também conquistas trabalhistas (Almeida; Lole, 2016, p. 387).

A presente coletânea é composta por onze capítulos organizados em dois eixos que nomeamos de “Atos” para dar sentido de movimento aos textos, essa leveza com a qual Suely conduzia sua trajetória acadêmica e suas orientações. O primeiro Ato versa sobre “Saúde” e o segundo sobre “Gênero”. No “Ato 1 — Saúde” agrupam-se seis artigos que versam no campo da política de saúde. O capítulo de abertura desta coletânea intitula-se “O Cebes e a Reforma Sanitária Brasileira sob o olhar de Suely Gomes Costa”, apresentado por Daniela Carvalho Sophia, orientanda de Suely no mestrado em Política Social. Daniela Sophia sugeriu, ao receber o convite para compor esta coletânea, apresentar o parecer que Suely elaborou por ocasião de sua defesa de doutorado. Nesse parecer, escrito pela própria Suely Gomes Costa, podemos mostrar a riqueza que eram suas participações em bancas examinadoras. Sempre fazia um parecer bem fundamentado, por escrito, para cada trabalho avaliado. Era sempre uma aula.

Outro capítulo que mostra a riqueza da trajetória acadêmica de Suely é o de Monique de Souza Carvalho, “Das aventuras e desventuras de ser uma mulher vanguarda: a experiência de Suely Gomes Costa no Centro de Saúde de Santa Rosa”. Monique, no doutorado, estudou sobre as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva, sob orientação das professoras Rita Freitas e Ana Lole, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, no qual Suely atuou como professora e também contribuiu para a sua construção. Ao estudar a trajetória de Suely, Monique resgata memórias de mulheres pela luta dos direitos reprodutivos no Brasil, ao mesmo tempo que denuncia que a forma como a história que conhecemos é contada invisibiliza marcas deixadas pelas mulheres na história — como as deixadas por Suely Gomes Costa. A autora narra

a experiência de Suely no Centro de Saúde Santa Rosa, em Niterói, na década de 1980.

No texto “Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência das salas de planejamento familiar no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP)”, Ana Lole narra a experiência, enquanto pesquisadora e orientanda de Suely, nas salas de planejamento familiar no HUAP. Local que Suely desenvolveu o projeto de pesquisa “Saúde Reprodutiva e cidadania” com atividades de ensino, pesquisa e extensão durante o período compreendido entre 1999 e 2006.

Os textos de Carvalho e Lole se localizam no campo da saúde da mulher e reprodutiva. Enquanto Carvalho retrata a experiência de Suely no Centro de Saúde Santa Rosa, onde ela se aproxima das políticas voltadas para as mulheres e da metodologia “Linha da Vida”⁸; Lole relata a experiência no HUAP, onde Suely ao lado da assistente social Leila Guidoreni realizam salas de planejamento familiar com a presença de mulheres e homens, marcando o pioneirismo nesse campo.

Em “Cultura de bem-estar social na agenda da ONU e do CBCISS de 1968-1978”, Elisabete Cruvello discorre sobre as afinidades entre cultura de bem-estar social e messianismo, aproximando duas organizações peculiares, de natureza distintas, criadas em meados da década de 1940: a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS). A autora narra que foi convencida e desafiada por Suely para pesquisar sobre as afinidades entre ONU e CBCISS, e que a tese de doutorado reflete uma parte da história pessoal de sua orientadora.

O artigo intitulado “Os 147% em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 1990”, de Maria Carmen

8 Linha da vida “é uma forma de reflexão que permite às mulheres descobrirem o que têm em comum, a partir de experiências individuais, que são parte do eu coletivo. Propõe-se a descobrir o que temos de coletivo e de que forma esse coletivo se transforma em força política” (Costa, 1985, p. 65). Para aprofundamentos ver Costa (1985, 2007).

Vilas-Bôas Hacker Alvarenga, examina o movimento dos aposentados do Rio de Janeiro, a partir da mobilização para a conquista do reajuste de 147%. A autora trabalha a temática da velhice através de uma análise da organização das pessoas aposentadas utilizando-se da história oral e da memória, perspectivas sempre presentes nos escritos de Suely. Maria Carmen também relata a relação construída com Suely no processo de orientação, o que ratifica esse Elo que ela construía com as pessoas.

Ana Cristina Bechara Barros Fróes Garcia narra em seu texto, “O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas em um grupo de apoio”, a experiência com a área da psico-oncologia na Associação dos Amigos da Mama (ADAMA) descrevendo a importância do grupo de apoio nas diversas dimensões (biopsicossocial e espiritual) para muitas mulheres no enfrentamento do câncer de mama e possível mastectomia. A autora traz o debate do “empoderamento” feminino e relata que seu processo de empoderamento ocorreu em todas as esferas de sua vida, sempre com o apoio da querida orientadora do mestrado, em que discorre mais profundamente essa experiência.

No “Ato 2 — Gênero” agrupam-se cinco artigos que versam no campo das relações de gênero, feminismos, filantropia e proteção social. O capítulo “A feminilização da filantropia”, que abre esse Ato, é de autoria de Ana Paula Vosne Martins, que realizou o estágio pós-doutoral com Suely pelo PPG de História. O artigo tem como objetivo analisar o processo histórico no qual as práticas de caridade e de filantropia passaram a ser definidoras da feminilidade nos séculos XIX e XX. Problematiza os efeitos políticos e culturais do gênero na questão social, bem como seus múltiplos significados para as mulheres, abrangendo o conformismo e a manutenção do *status* social até possibilidades de autoconsciência e agência social.

Na sequência, Andréa Ledig apresenta em “Trajetórias femininas, filantropia e proteção social” estudos biográficos de Alice Tibiriçá (1886-1950) e de Pérola Byington (1879-1963), no Estado de São Paulo, e de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1906-2009), no antigo

Estado do Rio de Janeiro, examinando experiências assistenciais entre 1930 e 1960, implementadas sob o processo de crescente industrialização e urbanização do Brasil e de muitas transformações políticas. Essas trajetórias femininas traduzem iniciativas impulsionadas pelo sentimento de compaixão por corpos que sofrem e que, também, acionam ações filantrópicas como um imperativo político. Os textos de Ledig e Martins alinham-se aos estudos de gênero e proteção social, um lugar que Suely sempre esteve.

Liandra Lima Carvalho em seu texto, “Trajetória pessoal e política de Estela Alves de Vasconcelos: primeira e única vice-prefeita de Duque de Caxias/RJ”, apresenta uma abordagem biográfica de Estela. O estudo se inscreve na perspectiva da história das mulheres, ramo que propõe o desvelamento e a apresentação de figuras femininas, especialmente, as que tiveram pouco espaço ao longo da história, neste caso, da história política.

O texto de Rosemere Olimpio Santana intitulado “Tradições e modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)” retrata as experiências de raptos consentidos como um campo de disputas de uma multiplicidade de costumes e saberes que orientavam decisões e escolhas sobre vínculos de amor nos anos 1920 e 1940, bem como modelavam condutas que, na defesa destes vínculos e diante de impedimentos a sua consecução, colocavam em prática o enfrentamento de regras sociais que normatizavam jurídica e socialmente as relações de amor. A autora também apresenta, nesse artigo, o relacionamento com a orientadora, seu acompanhamento atento, disponibilidade de ouvir, de responder com rapidez as demandas, afirmando a intelectualidade e o carinho de Suely Gomes Costa em seu processo de pesquisa de doutoramento em História.

Em “Gênero, maternalismo e usos do tempo no campesinato maranhense”, Viviane de Oliveira Barbosa discute as relações sociais camponesas no meio rural maranhense. Os usos do tempo e a maternidade constituem elementos privilegiados para se observar o gênero como modalidade por meio da qual se formam, material e simbolicamente,

o mundo do trabalho agroextrativista no Maranhão, contexto no qual os camponeses, quebradeiras de coco e agricultores, organizam e estruturam suas práticas de trabalho em função de normas e valores sociais regidos pelas relações de gênero.

Ao longo desta obra coletiva encontrar-se-á um amplo e fecundo registro das orientações da professora Suely Gomes Costa nos programas de pós-graduação em História e Política Social, de modo a realçar seu Elo com as suas orientandas e com as temáticas de saúde e gênero, o que já marca a singularidade e a riqueza desta coletânea.

Desejamos que desfrutem de uma agradável leitura!

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O tronco do ipê*. Tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1871.
- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Cultura, história e serviço social: entrevista com Suely Gomes Costa. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 384-389, 2º Sem. 2016.
- COSTA, Suely Gomes. A voz das mulheres: linha da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos de 1970-80. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 437-455.
- COSTA, Suely Gomes. Alice por Alice (auto-imagem e amarras femininas em O tronco do ipê). *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 29-42, jul. 2000.
- COSTA, Suely Gomes. Introdução à metodologia, teoria do diagnóstico e da intervenção em Serviço Social. *Suplemento de Debates Sociais*, Documento de Teresópolis, Rio de Janeiro, n. 4, p. 9-60, 2. ed., nov. 1970.
- COSTA, Suely Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico, Rio de Janeiro, século XIX*. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- COSTA, Suely Gomes. Movimento de mulheres: a linha da vida como forma de reflexão e ação. *Temas Sociais*, Rio de Janeiro, n. 193, p. 65-73, 1985.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.

COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LEDIG, Andréa. *Buscando novos signos para o serviço social: reexaminando nossa história profissional no antigo estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LOLE, Ana. Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 309-322, 1º Sem. 2021.

APÊNDICE

Lista de teses, dissertações e pesquisas de pós-doutorado orientadas pela professora Suely Gomes Costa

ALMEIDA, Luciane Infantini da Rosa. *Razões, sentimentos e projetos profissionais: experiências de vestibulandos/as* (Vitória, ES, anos 2009-2010). Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker. *Os 147 % em questão: o Movimento dos Aposentados no Rio de Janeiro na década de 90*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ALVIM, Daniel Horta. *Pobreza brasileira: pensando paradigmas: experiências de vida — Morro da Penha - Niterói - RJ*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do Babaçu: gênero, maternismo e movimentos sociais no Maranhão*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CARVALHO, Liandra Lima. *Trajetórias de mulheres na política da Baixada Fluminense: relações entre o público e o privado e o processo de empoderamento*. Município de Duque de Caxias, RJ: a partir de 1980. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

- CAVALIERE, Ivonete Alves de Lima. *Memórias do isolamento compulsório no Hospital-Colônia Tavares de Macedo-RJ (1936-1986)*. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- CESCONETO, Eugênia Aparecida. *Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense. (Toledo:1980/1999)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- EMILIANO, Norma. *Sociabilidades e adoecimento nas universidades: a saúde do trabalhador na Universidade Federal Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- GARCIA, Ana Cristina Bechara Barros Fróes. *O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas: uma experiência em grupo de apoio (Niterói, 2002-2006)*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- LEDIG, Andréa. *Conservadoras ou revolucionárias? Trajetórias femininas, filantropia e proteção social: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960)*. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- LOLE, Ana. *Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência da vasectomia*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

- MARQUES, Aline da Silva. *Trabalho e o Programa Qualidade de Vida dos Servidores: conceitos e significados*. A experiência da UFF (Niterói, RJ; Anos 2004-2011). Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MARQUES, Ana Maria. *Educação patrimonial e gênero: estudos de caso sobre a coleção pictórica de Moacyr Freitas no Museu Histórico de Mato Grosso*. Estágio de pós-doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *A católica e a feminista: o protagonismo de Estela Faro e Eugenia Hamann no cenário das políticas sociais de assistência social na 1ª metade do século XX*. Estágio de pós-doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- NEVES, Beatriz Fartes de Paula. *Reconstruir é preciso: narrativas e memórias da antiga Colônia Juliano Moreira (1924-1982)*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- PASSOS, Rachel Gouveia. *Mulheres, cuidados e maternalismos na Reforma Psiquiátrica brasileira: o lado oculto da história*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- SANTANA, Rosemere Olimpio. *Tradições e Modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

- SANTOS, Roberta Mercadante. *Saídas, invenções e poderes: estudos sobre velhices de mulheres*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- SILVA, Elaine França da. *Ascensão, crise e declínio do PAISM: a experiência do Centro de Saúde Santa Rosa/Policlínica Sérgio Arouca, em Niterói (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvello da. *Cultura de bem-estar social e messianismo: as Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)*. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SOPHIA, Daniela Carvalho. *Os intelectuais da saúde e a invenção das utopias: 1970-1990*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ATO 1

SAÚDE

O Cebes e a reforma sanitária brasileira sob o olhar de Suely Gomes Costa

Daniela Carvalho Sophia

O texto publicado a seguir foi apresentado pela professora Suely Gomes Costa durante a defesa da minha tese de doutorado, “O Cebes e o movimento de reforma sanitária: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro, 1970-1980)”¹, nas instalações do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), realizada no dia 16 de janeiro de 2012². Trata-se de uma atual fonte de pesquisa e contribuição à historiografia da saúde pública, por isso decidi reproduzi na íntegra, com a inclusão de notas de rodapé e bibliografia por ela citada.

-
- 1 A tese foi publicada pela autora em 2015 pela Editora Hucitec sob o título “Saúde e Utopia — o Cebes e a Reforma Sanitária Brasileira”, atualmente em sua segunda edição.
 - 2 Banca composta pelos professores Luiz Antonio Teixeira (PPGHCS/Fiocruz), orientador, Paulo Duarte de Carvalho Amarante (ENSP/Fiocruz), professoras Suely Gomes Costa (UFF) e Nísia Trindade Lima.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2012

Antes de tudo, Daniela, registro minha emoção por palavras tão generosas nos seus agradecimentos. Quero reafirmar o mesmo sentimento em relação a você. Ele foi construído numa estimulante e delicada convivência de muitos afetos e mútuos aprendizados.

Como lhe disse tantas vezes, sua trajetória acadêmica está marcada por um conjunto de observações e informações sistemáticas e preciosas sobre a história do movimento sanitário, derivadas de sua refinada curiosidade, sempre incomum. Além disso, como você não pertence à geração que a conduziu nos tempos inaugurais; isso a faz distanciar-se dos compromissos políticos firmados e vividos nessa experiência.

Seu *feeling* acurado, originalmente dado pelo jornalismo investigativo a levou, um pouco à moda do historiador Robert Darnton³, também jornalista, a uma criativa incursão pelos caminhos da história do movimento sanitário e passou a estimular pesquisas de muitas fertilidades. Sua bibliografia é um testemunho disso.

Lendo seu trabalho, lembrei-me de suas reflexões sobre o periódico “Saúde em Debate”⁴, em que localiza imagens caricatas. Nessas imagens, você reencontra a expressiva linguagem de denúncia sobre a qualidade da saúde pública: uma marca do discurso político de que se ocupa. Perceba que tudo indica sua relevância na propagação de conceitos.

Destaco a charge — tão importante quando sugere continuidades de tradições da linguagem política brasileira e de uma linha de protesto/crítica político a que, em si, tem trazido muito de significativo sobre as

3 Robert Darton (EUA, 1939) diplomou-se na *Phillips Academy* em 1957 e em Harvard em 1960, e teve doutorado em História na universidade inglesa de Oxford.

4 A revista “Saúde em Debate”, criada em 1976, é uma publicação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) que tem como objetivo divulgar estudos, pesquisas e reflexões que contribuam para o debate no campo da saúde coletiva, em especial os que tratem de temas relacionados com a política, o planejamento, a gestão, o trabalho e a avaliação em saúde. Valorizamos os estudos feitos a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas e com a contribuição de distintos ramos das ciências.

práticas de uma dada cultura de comunicação. Essa forma de expressão situa o riso e a zombaria que parece se renovar e recuperar um antigo estilo de sátira política, confirmando uma certa singularidade histórica. Destaco, por isso, a necessidade de destaque a esses registros. Há uma significativa historiografia brasileira sobre o assunto; recomendo que retome esse tema; ele dá o que pensar!

Começo meu exame pelo registro dessas imagens, pois ele marca sua incursão metodológica que vejo associada, de saída, a uma sugestão de Geertz (1989), central para os estudos culturais. Diria que suas notações/anotações sugerem um caderno de campo e se assentam em registros próprios à descrição densa, algo que também é inerente ao jornalismo investigativo.

Seus capítulos, em geral, a situam diante de muitos temas. Nessa perspectiva, com o exame conjunto Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) X Revista “Saúde em Debate”, você mapeia itinerários e trajetórias de sujeitos histórico diversos, informa a formação de redes locais, regionais e nacionais, seus adensamentos e sua expressão numérica, sua capacidade de aglutinar e produzir linguagens e ações políticas, sempre recorrendo a um grande número de fontes, em geral seriadas.

A coleção do periódico “Saúde em Debate”, nessa articulação com o Cebes, a leva a um vasto campo de registros sobre temas e experiências políticas, sobre autoria de matérias publicadas, todas de suma relevância para a história brasileira contemporânea. Você reafirma proximidades — tanto pelo método de observação, como pelo de registro — do estilo narrativo que tem marcado o novo historicismo.

Diria que você se vê enredada nessa incursão na história de muitos achados e de muitas polêmicas. De novo, esse seu material expõe amplas possibilidades de conhecimento e sua aproximação com a história do periódico “Saúde em Debate”, situa-o como um lugar e um tempo de muitas teses, sempre associada a uma utopia.

Começo por destacar seu comentário sobre a estátua do sanitarista Sergio Arouca, na Fiocruz: “Um conjunto de sinais parece indicar o processo de continuidade de valores relacionados à ideologia da década

de 1970: a inauguração da estátua de Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, em 2005, cuja figura alude ao busto de Lênin, em St. Petersburgo; o uso reiterado de expressões como “camarada” ou “companheiro” sugere a retomada de antigos valores postos pelos velhos militantes do Partido Comunista, sonhos igualitários estão nas lutas por universalização, equidade e integralidade, na Saúde em defesa do SUS, combatido diante do avanço da medicina privada” (Sophia, 2015, p. 227).

Você fala de sujeitos históricos bem definidos em seus propósitos políticos, além de mapear trajetórias comuns e os seus entrecruzares, situando uma ambiência cultural e um conjunto de tarefas políticas assumidas por uma mesma geração. Esses informes sobre modos de luta do Brasil contemporâneo, por si só, revelam caminhos civilizadores que prescindem a retomada da democracia brasileira. Seu estilo narrativo sugere-me, porém, uma atitude cautelosa quanto as muitas das complexidades dos processos históricos vividos nessa experiência. Diria que seu trabalho mapeia um vasto campo de possibilidades analíticas e isso vale, sim, como um trabalho de doutoramento de muitas fertilidades.

Para avaliar resultados do seu trabalho, retomo de Geertz a discussão sobre “descrição densa”. O autor lembra-nos que há piscadelas que expressam movimentos involuntários dos olhos e outras que guardam significados a desvendar. Vejo, entretanto, que preferiu distanciar-se de possíveis significados de algumas piscadelas. Por que razões? Vejo, assim, que prefere momentos de “descrição rarefeita” de possíveis significados. Talvez, uma preferência por mantê-las em suspensão? Caso retome esses seus escritos, penso que deve pensar a escolha desse caminho. Talvez, caiba uma reflexão sua diante disso.

Para tanto, podem ser úteis as contribuições do novo historicismo, tendência afirmada na Inglaterra, com Stephen Greenblatt, dedicada à quebra de cânones, no caso da história literária e no conjunto dos estudos culturais de seu grupo (Greenblatt, C.; Greenblatt, S., 2005).

Esses autores registram a ambiência acadêmica em que esse modo de pesquisar e de pensar grupal se forma. Diziam eles: “Jamais

formuláramos um conjunto de propostas teóricas ou um programa de articulado; não esboçáramos para nós mesmos, quanto mais para outros, uma sequência de perguntas a serem necessariamente apresentadas, em face de uma obra literária, a fim de declarar uma nova leitura historicista; não poderíamos dizer a ninguém, em tom de desaprovação: ‘Você não é um novo historicista autêntico. A noção de autenticidade parecia e ainda parece deslocada, porquanto o novo historicismo não é uma escola coerente e consistente, capaz de expelir pessoas. O termo tinha sido aplicado a uma variedade extraordinária de práticas críticas, muitas das quais em nada lembram a nossa.’”

E explica: “Este livro não tentará captar essa rica variedade; aqui, falaremos apenas por nós mesmos, para quem, à princípio, o ‘novo historicismo’ significava certa impaciência com o New Criticism americano, o abalo de normas, uma mescla de curiosidade não conformista, incansável”. Sua tese fica devendo uma posição diante dessa tradição.

Você enuncia e demonstra que esse amálgama político — Cebes X Revista “Saúde em Debate” — estabelece, em favor da reforma sanitária, formas eficazes de organização, de várias articulações em âmbito local, regional e nacional, com movimentos sociais do período, indicando ainda que seu caráter interdisciplinar atinge vários conjuntos profissionais, alcançando uma continuada expansão de adesões, em direção ao projeto de reforma sanitária, no caso, e associando a movimento sindical e órgãos representativos diversos, influenciando nos destinos da formação profissional do campo da saúde, trazendo a experiência da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), dentre tantas iniciativas voltadas para a formação dessa consciência sanitária.

Esse movimento tão bem descrito em sua expansão e conquistas, porém, com toda a sua vitalidade e propósitos, não conseguiu impedir que, no presente, ou seja, no futuro desse passado glorioso, a privatização do setor avançasse e que a saúde pública chegasse ao que chegou. A trama que desfez esse projeto é, também, parte dele. Eu diria que há por pensar a dialética desse processo. Além disso, essa é a história de parcelas da esquerda brasileira. Por isso, ela exige uma

inflexão com os estudos da esquerda brasileira, no caso, e há uma produção recente, sobretudo do Marcelo Ridenti (2010), matéria sobre a qual a tese silencia. Sabemos todos, que nem sempre as contradições com que os processos sociais se constroem aparecem em publicações chamadas oficiais: isso é trivial.

O desafio, posto à produção do conhecimento histórico, é desvendar essas contradições e, isso, lembrando Ginzburg (1989), se faz recorrendo às múltiplas fontes históricas. Há sempre o risco de reproduzir um dado modelo analítico, campo aberto para mitologias e construção de heróis e pecadores. A reforma sanitária, vista como um campo de lutas, tem contradições a serem desvendadas; isso é possível obter se admite fontes orais, sobretudo. Em geral, quase nunca elas constam de tendências dominantes de coleções de periódicos, de temáticas de encontros, de eventos acadêmicos e de textos produzidos.

Também penso que há um tempo político para revelações ainda soterradas, nem sempre confortáveis sobre trajetórias desse ou daquele sujeito, de maior ou menor proeminência política. Aliás, esse é o ônus de tratar de história contemporânea, mostra Laborie (2001), ao examinar a esquerda francesa. Acho que é sábio também entender os ares do tempo sob pesquisa: a história contemporânea vive esses percalços.

Um recente dossiê publicado sobre as memórias das esquerdas femininas no Brasil, revelaram isso com muita propriedade: por arrependimentos de autores, por exemplo, na revista “Gênero”⁵, deixamos de publicar declarações que, durante as revisões de depoimentos, foram censuradas, sobre protagonismos diversos. Isso se reafirmou depois

5 A revista “Gênero” é um periódico vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Criada no ano de 2000, ela que tem como objetivo divulgar contribuições de interesse dos estudos feministas e de gênero nas diferentes tradições disciplinares, num arco de questões que dizem respeito às feminilidades, às homossexualidades e às masculinidades, dentre outros temas correlatos, associando-os ao Serviço Social, a Política Social e a outras áreas do conhecimento.

no último encontro da ANPUH-Nacional, num Grupo de Trabalho que tratou da história dos feminismos dentro das esquerdas, organizado pela profa. Margareth Rago.

Não foi possível obter informes ao vivo de uma ambiência e depoente, por exemplo, sobre as tensões intraesquerda dos movimentos de mulheres. Há um tempo de produção e revisão de antigas memórias, sim, nesse exame. Assim, significados de mais piscadelas, talvez, no caso, devam esperar um pouco mais.

Vejo essa transição na sua orientação teórica. Assim, a ambiência e o clima de convivência desses intelectuais de esquerda aparecem por toda a parte, mas um tanto quanto esterilizados em seus conflitos, competições e rupturas. Há coisas que fontes, como coleções de periódicos e documentos de órgãos acadêmicos e profissionais, não contam.

Um modo de contornar essa dificuldade é discuti-las e entendê-las, no tempo presente. Acho que cabe um pouco disso no seu trabalho, algo que está cada vez mais visível nos estudos das esquerdas no Brasil. A obra do Daniel Aarão Reis e de Marcelo Ridenti (2007) tenta fazer isso. Eu mesma faço isso ao lado da profa. Rachel Soihet, em relação aos movimentos feministas que temos estudado. Vejo a pertinência de entender e respeitar esses limites, mas, também, vejo-me na obrigação de indicá-la.

Tudo o que li a qualifica como pesquisadora. Resta enfrentar dilemas políticos e esperar o tempo de dissolver mitologias produzidas em processos um tanto ou quanto heroicizados, caso apenas, discretamente, apontado para a experiência do Sergio Arouca e sua estátua, lembrando Lênin. Essa sua contribuição sobre essa experiência humana, da maior importância para os rumos políticos do país, demarcada no tempo e no espaço, por sujeitos qualificados e localizados no campo das esquerdas, lembro que são plurais e vivem dissensões entre si a serem mais bem conhecidas.

Talvez, por isso mesmo, seja possível, em breve, compreender porque a medicina privada avançou, tão célere, com tanta vitalidade, ampliando apoios das camadas médias urbanas, que também nunca

se viram — por um processo histórico de longa duração —, usuárias da medicina pública. Pois, esse é um lugar dos pobres, nas tradições organizadas desde as Santas Casas. Meu pai, sanitarista, dedicava-se à medicina pública, pela manhã e, à tarde, à privada, em seu consultório. Depois, em tempos de boa remuneração em chefias da Previdência, reservou espaços — tarde/noite — para uma seleta clientela, que o tinha como seu médico de família: outro modelo impropriamente apropriado como modelo para o setor público. Essa foi, e permanece em grande monta, uma prática nascida e criada nas relações de consultórios privados com as famílias, na longa duração histórica. São muitas as questões a serem “desocultadas” ou reveladas (opção), sobre a reforma sanitária e modos de acumpliciamento com a privatização. Tudo isso envolve as nossas culturas de serviços: casos da educação e da cultura, por exemplo.

Assim, ao retomar seus escritos, sugiro que vença a dificuldade de distinguir alguns ritos, de piscar de olhos — menos das contrações involuntárias de olhos e mais daquelas que nos sugerem significados. Meu exame, em conjunto, fica por aqui. Minhas opiniões expressam o desejo de que esse esforço dê muitos frutos, no sentido de ver o passado no futuro e entender a história dos conceitos, como sugere Koselleck (2006). Acho que os movimentos que mapeiam como parte dos enormes desafios do passado, estão aí muito bem atualizados e revigorados, na saúde do presente. Diante da vitalidade do movimento sanitário, só precisamos saber por quê?

Como resultado da descrição densa, você mapeia redes políticas, modos de convivência — em casa — dos membros da direção dos movimentos, em bares, de significados a conhecer. Você se aproxima, com qualidade, dos modos de ser de intelectuais da saúde. Mas elas são também pessoas de classe média — segmentos de grande importância nos rumos do mundo contemporâneo, pelo que representam, tanto de revolução de costumes quanto de conservadorismo. Isso “vale a pena, se a alma não é pequena”, diria Fernando Pessoa.

O Centro Brasileiro de Estudos da Saúde — Cebes — é um lugar de uma da geração de intelectuais, que, embora vista como quadros das esquerdas brasileiras, assim, no plural, tem lá suas singularidades. Permanece o desafio de conhecê-las em suas ambiguidades. Essa não é uma tarefa política fácil, repito, com Laborie, ao estudar as esquerdas francesas. Você preferiu não discutir essa experiência, desse modo. Vou insistir que se anime a fazer isso em algum momento, ampliando recursos da história oral.

Há guardiões e guardiãs de memórias sacralizadas, em geral, mitologicamente formuladas. Também prestam serviços a quem os representam: trazem prestígio e vantagens de muitos tipos. Lendo o conjunto da sua matéria, vejo que contorna o enfrentamento de possíveis ambiguidades, nessas relações “revolucionárias”. Insisto nele! Há *insights* teóricos por fazer, e muitos estão em andamento. Há uma pergunta a responder, que está no tempo presente: o que houve com o conceito de reforma sanitária no presente esse futuro do movimento sanitário? Há por responder essa pergunta, e ela está nessa perspectiva, de que presente, passado e futuro são uma coisa só. Portanto, há por enfrentar, com realismo, uma dada mitologia que cerca essa luta política e que tem heroicizado uma geração de homens e mulheres. Somos todos parte dela.

Nos estudos das esquerdas no Brasil em desenvolvimento, há tradições inventadas a rever. A importância disso está em contribuir para o aprimoramento de nossa consciência política sobre nós mesmos. Fica essa sugestão para suas reflexões seguintes. Retomo, pois, a linha de exame, antes indicada para reafirmar a importância de pensar criticamente o pensamento social brasileiro, fez rupturas com o conservadorismo brasileiro, mas também as conservou. Fez transições de conceitos sobre o Brasil e os brasileiros. Assim, tratá-lo criticamente pode ser uma saia justa, mas é também o dever de cada um de nós. Também trazem manifestações plurais, expressam diferenças entre si e travam batalhas, num ambiente conflitivo. Fragmentam-se antes, sob e após o regime João Goulart.

E, para isso, já existem algumas fontes importantes, como depoimentos de Betinho, de Ruy Castro, de Jesse Jane, e tantos mais. Essa aproximação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com quadros da Ação Popular (AP), por exemplo, repito, é sempre conflitiva, pelo que sei e mesmo vivi: nada mais anticomunista que a AP, esquerda de tradição católica, insisto. Vale lembrar também que nada foi mais anticomunista que o Partido dos Trabalhadores (PT), vindo dessa tendência. Assim, vale novas incursões em direção às práticas e representações que forjaram o Cebes e produziram o material da revista. E isso, só com muita história oral. Não sei também se as pessoas — como indicado — querem falar sobre isso. Talvez, um ou outro militante... Quem sabe? Talvez, esse nosso tempo seja ainda um querer falar dos tempos de silêncios... Há por rever os símbolos que o Cebes propaga, depois de examinar esse quadro político. Os estudos de Marcelo Ridenti sobre essa conjuntura são todos bastante úteis, não só metodológica, mas teoricamente. E as piscadelas, certamente, ganharão mais significados.

Tratando da história dos intelectuais da saúde, em grande parte da academia, você mostra o alcance das ideias e das representações nelas contidas, considerando, sobretudo, o caráter interdisciplinar desse campo. Há por explorar as ambiguidades dessa complexa estrutura de poder e desse exercício de autoridade, que se organiza e se desdobra em direção ao processo de democratização brasileira, com suas singularidades. Isso não vai mudar certas tendências médicas: cursos médicos formam pessoas para a medicina de alta complexidade; feminiliza certas especialidades; a medicina pública se move num cipoal de interesses privados. Tratar dos indícios de ruptura com o antigo movimento sanitário na fundação do Cebes, nessa perspectiva, trará muitas novidades. O que prossegue, o que se redefine? Quais tradições são inventadas?

Você fez um significativo percurso em direção à história. Há contribuições importantes a retomar e a prosseguir: uma, vem de Reinhardt Koselleck, para pensar a teoria da história e história dos conceitos associados a rumos civilizadores, de diferentes tempos. História, para ele, é um campo de experiência e um horizonte de expectativas,

projetado pelos sujeitos de um dado tempo e espaço; os conceitos mudam sob ação desses sujeitos. O Cebes, nessa perspectiva, é um campo específico de experiências de homens e mulheres — insisto, sempre plurais — que enunciam e anunciam horizontes de expectativas, ou seja, rumos civilizadores, que movem seus projetos da saúde e tentam, com ações, efetivá-los. Considerando os rumos tomados pela saúde pública brasileira, podemos perguntar: como chegamos exatamente a esses resultados? Essas são as piscadelas a decodificar.

Renovo a importância da contribuição dos estudos sobre as esquerdas, que, no caso brasileiro, a obra de Marcelo Ridenti é uma referência das mais importantes. Ampliam-se, com ele, reflexões sobre o romantismo político. E tem a vantagem de estarem referidos aos estudos de Michael Löwy (1989) — um estudioso das teses de intelectuais marxistas. Recomendo que se aproxime dessa tendência analítica de resultados muito bons e de grande atualidade.

O exame das afinidades eletivas oferece um campo de muitas surpresas. Penso que lhe será muito útil examinar o messianismo político, que organiza o chamado Partido Sanitário. Lembro que o precursor de estudos com base nessa percepção foi Raymond Williams (1969). Sua noção de “estruturas de sentimentos”, em seus estudos sobre intelectuais ingleses que agem na mudança de ideais civilizadores a cada tempo, em “Cultura e Sociedade” (1969), é preciosa.

Do mesmo modo, E. P. Thompson, que, na mesma trilha, como “Os Românticos” (2002), vai pensar a Inglaterra revolucionária, entre fins do século XVIII e início do XIX, nos nexos entre literatura, política e o meio social, destacando relações que mudam e que conservam usos e costumes. Com isso, ele recupera a persistência do paternalismo, do autoritarismo, também de fortes tradições, no caso brasileiro. Essa contribuição, vinda da corrente marxista, rompe com o determinismo econômico.

A oportunidade de avaliar o romantismo político da esquerda da saúde nessa associação Cebes e “Saúde em Debate” ampliará significados de muitas picadelas. A matéria política dos artigos publicados

e as composições das diretorias indicadas no seu riquíssimo material favorece uma nova incursão teórica, com esse sentido. Mudanças de conceitos desse movimento examinado, traduzem uma ação política “encarnada” de muitas especificidades, dessa área. Muitas, eu mesma vivi na minha passagem pela saúde de Niterói, como membro da equipe de Hugo Tomassini. Renovo essas indicações.

Seu material dará a muitos outros estímulos a prosseguir. Terá muito a contribuir e, para isso, não lhe bastam periódicos. Recomendo, finalmente, uma aproximação com dois campos de pesquisa, fortemente associados ao romantismo político: lembrar que entre a intenção e o gesto, há uma enorme diferença. Hoje, algo tem me instigado muito também: a proeminência de segmentos das classes médias, que estão na educação superior e na saúde. Ela parece falar muito do que somos, nos modos como reinstalamos o conformismo... Fica mais essa sugestão.

Estimulo-a a prosseguir no exame de processos culturais e políticos de enorme amplitude. Estará diante de muitas possibilidades. A ambiência cultural do Cebes marca movimentos de muitos sinais, e vale distingui-los em suas ambiguidades. Também a revista é expressão das teses que propaga, sem esquecer aquelas que ela também não propaga. Acho que fez um enorme investimento e uma entusiástica aproximação com o método histórico. Vou animá-la a prosseguir. Há adensamentos que cabe fazer sobre memória. Aproxime-se dessa produção; valerá a pena.

Beijos,
Suely.

REFERÊNCIAS

- GALLAGHER, Catharine; GREENBLATT, Stephen. *A prática do novo historicismo*. Tradução de Gilson C. C. de Souza. Baurú, SP: Edusc, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Mitos de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais — morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LABORIE, Pierre. *L'Opinion française sous Vichy*. Les Français et la crise d'identité nationale. 1936-1944. Paris: Seuil, 2001.
- LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Unesp, 2010.
- RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- SOPHIA, Daniela Carvalho. *Saúde e Utopia — o Cebes e a Reforma Sanitária Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- THOMPSON, Edward P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Das aventuras e desventuras de ser uma mulher vanguarda: a experiência de Suely Gomes Costa no Centro de Saúde de Santa Rosa¹

Monique de Souza Carvalho

Introdução

Ao contrário das demais mulheres que também integram esta coletânea, nunca tive contato direto com a Suely Gomes Costa. Quer dizer, a encontrei brevemente apenas uma vez no início do mestrado, no evento “15 anos do Programa: desafios teóricos e aplicados da Política Social”, realizado entre os dias 29 de novembro e 01 de dezembro de 2017, em comemoração ao aniversário de quinze anos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF). Àquela época, ainda não tinha a dimensão da sua importância para o Serviço Social fluminense, principalmente no que se refere ao seu pioneirismo nos estudos sobre a saúde sexual e reprodutiva.

¹ No título deste capítulo, faço alusão ao texto “Das desventuras de ser doutora” (Cf. Costa, 2007a).

Assim, naquele evento, que também a homenageou, criei em meu imaginário um cenário em que Suely Gomes Costa sempre fora uma figura convictamente feminista — ingenuamente, sequer cogitei que ela pudesse ter recusado esse rótulo por um período de sua vida. Afinal, uma mulher com feitos tão vanguardas apenas poderia estar totalmente liberta da cultura patriarcal e machista que insiste em nos silenciar. Certo? Para a minha surpresa, estava errada.

Após ter integrado o Projeto de Pesquisa Interinstitucional “Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social”, ainda enquanto cursava o mestrado, conheci o seu trabalho de fato: seus artigos e livros. Me encantei por seus escritos e, inevitavelmente, estudei sobre a sua trajetória de vida, no Doutorado². Nesse momento, me deparei com a imagem de uma mulher muito mais real. Digo “real” no sentido de que se livrar das amarras do machismo é um processo que apenas em raras exceções ocorre rapidamente.

Especialmente quando falamos sobre décadas atrás, quando houve o “despertar” de Suely Gomes Costa, os estereótipos e padrões de gênero eram ainda mais arraigados na sociedade. Ou seja, Suely Gomes Costa não nasceu uma pessoa “desconstruída” — como hoje se costuma classificar as pessoas que se mostram libertas dos preconceitos disseminados na sociedade —, ela se construiu feminista no decorrer da sua vida. Afinal, a tomada de consciência feminina é uma constante: quando acreditamos que já aprendemos tudo, percebemos que há muito mais para se aprender.

Assim também é a nossa linha da vida: uma trajetória com encontros e desencontros, idas e vindas, descobertas e rompimentos, lutas que sequer pensávamos que um dia iríamos travar. Enfim, neste capítulo, falarei sobre os caminhos percorridos por Suely Gomes Costa

2 Tese de Doutorado intitulada “Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva” (Cf. Carvalho, 2023).

em seu trabalho com a saúde reprodutiva no Centro de Saúde Santa Rosa. Nesse período, é perceptível que o que a instigou foi compreender a experiência feminina com a saúde reprodutiva e sexual, em toda a sua pluralidade. Esse é um grande diferencial de Suely Gomes Costa: compreender que entre as mulheres também existem diferenças. Em suas palavras: “as mulheres, ao se juntarem, também exibiram seus poderes, suas hierarquias por posição de classes, por cor de pele e graus de instrução, por geração, forjadas em tradições políticas [...]” (Costa, 2011, p. 107).

Para traçar os caminhos trilhados por Suely Gomes Costa, além da pesquisa bibliográfica do material escrito por (e sobre) Suely Gomes Costa, também utilizei a transcrição de uma entrevista que a professora Ana Lole fez com a professora há quase duas décadas (Costa, 2005a), além de uma palestra proferida por Suely Gomes Costa na Disciplina de mestrado em Política Social, intitulada “Cultura, subjetividade e identidades contemporâneas”, no mesmo ano (Costa, 2005b). “Ouvir” sua experiência no Centro de Saúde Santa Rosa ser contada pela própria Suely Gomes Costa foi interessante porque me permitiu conhecer, dentro dos limites da bibliografia a que tive acesso, quais foram as dificuldades e conquistas daquele período que, ainda hoje, marcam essa instituição.

No ano passado, menos de um ano após a celebração do seu Título de Professora Emérita da UFF, Suely Gomes Costa faleceu³. Sinto que, após esse triste acontecimento, resgatar as suas contribuições para o Serviço Social, feminismos, saúde reprodutiva e estudos de gênero se torna ainda mais importante. Afinal, foram oitenta e quatro anos de existência e sessenta e quatro anos de Serviço Social. Embora tenha partido desse mundo, seus ensinamentos permanecem e se perpetuam.

3 O falecimento aconteceu no dia 24 de abril de 2023.

O Centro de Saúde Santa Rosa na efervescência das lutas de mulheres por direitos reprodutivos

Historicamente, a história é contada exclusivamente por homens brancos e cisgêneros. Na narrativa que esses homens produzem, as mulheres tendem a ser sujeitos invisíveis ou, quando aparecem, exercem a função de “coadjuvantes” ou irrelevantes. A meu ver, essa é uma prática que é rompida através do processo de refletir sobre o que atravessa o “ser mulher” na sociedade, as barreiras que nós temos de enfrentar e o modo como nós somos protagonistas, embora a história nos relegue ao anonimato. Como nos provoca o poema de Bernadette Lyra⁴: afinal, qual é a história que efetivamente tivemos? Qual história sonhamos em ter tido?

São questionamentos complexos, por mais simples que possam parecer inicialmente. No entanto, é perceptível que a união de mulheres em grupos de reflexão tem a capacidade de promover “atividades para tornar visível a questão feminina e o combate ao papel subalterno da mulher na sociedade” (Melo; Schumacher, s/d). Nesses grupos, “[...] os insumos do processo são as vidas cotidianas das participantes, especialmente suas próprias vivências corporais mais íntimas na área da sexualidade/reprodução que tinham sido silenciadas socialmente” (Griffin, 1999, p. 81). Em Silva (2015), aprendemos que esses grupos de reflexão se espalharam rapidamente por todo o Brasil.

Suely Gomes Costa já conhecia o movimento feminista na década de 1970, no entanto, as pautas e debates feministas nessa época ainda

4 A escritora Bernadette Lyra, em entrevista para o portal Século Diário, diz que tal frase a ocorreu em um sonho. Posteriormente, foi a inspiração para escrever o seu romance “A Capitoa”, publicado no ano de 2014 pela Editora Casa da Palavra, em que conta a história de uma das primeiras mulheres a comandar o Estado Brasileiro no século XVI — Luísa Grinalda. Informações encontradas em: “A vida de uma mulher é feita de três vidas” — Século Diário (seculodiario.com.br). Acesso em: 21 set. 2023.

não a interessavam. Maria do Espírito Santo Tavares — também conhecida como “Santinha” —, médica sanitarista que trabalhava na assessoria da Secretaria de Saúde de Niterói, tentou aproximações de Suely Gomes Costa com os movimentos feministas. Em uma palestra, Suely Gomes Costa sinaliza como foi trabalhar com uma médica feminista:

Eu trabalho numa equipe que tem uma feminista, que é uma mulher fantasticamente ativa, que é a Maria do Espírito Santo Tavares — uma maranhense “arretada” [...]. Naquele momento ela está em campo contra as laqueaduras de trompas feitas nas periferias [...] e é muito interessante que ela começa a contaminar os grupos em torno dela, que estão em torno dela e ela me chama também para participar desse momento (Costa, 2005b).

Em entrevista para a historiadora Joana Maria Pedro, Suely Gomes Costa também fala sobre as suas memórias da época:

Era um período eleitoral, em que as mulheres estavam fazendo laqueadura de trompas em troca de votos. Faziam propaganda de um determinado candidato, e eles pagavam, financiavam a laqueadura de trompas⁵. E Santinha estava numa luta contra [isso]. Ela é uma pessoa que tem muita coisa para contar. Ela me chamava pra várias reuniões [feministas], e eu não ia. Eu não me via muito (risos) no campo dela. Estava muito mais ligada nas lutas da esquerda da saúde — por uma saúde coletiva, comunitária — do que qualquer coisa (Pedro, 2004, p. 3).

Suely Gomes Costa rememora o momento em que fez essa aproximação com os feminismos:

5 Nesse ponto, é imprescindível que nos recordemos do processo de esterilização em massa que foi desenvolvido no Brasil e que atingia, sobretudo, as mulheres pobres e negras. Falei dessa prática de raízes eugênicas no segundo capítulo desta tese.

Eu faço uma aproximação com uma ala do movimento, não me reconheço no movimento. É, foi muito interessante, né, eu me achava uma mulher liberada, absolutamente independente de marido, trabalhava desde os vinte anos de idade e quando eu vi aquele chororô [...] foi o meu primeiro movimento de não adesão ao movimento feminista (Costa, 2005a).

Embora não se interessasse pelas causas feministas, nesse período, por não se reconhecer dentro das pautas levantadas pelas mulheres feministas que conheceu, Suely Gomes Costa recorda que leu o livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (1980). Sobre a leitura, ela aponta:

Na ocasião, eu o folhee, marquei alguns trechos e, novamente, depois... Mais recentemente, reli as anotações de época cujo sentido, até esse instante, não consigo desvendar. Sei, apenas que ele não me trouxe qualquer resposta, pois não tinha perguntas a lhe fazer... (Costa, 2010, p. 5).

Ao recorrer à Bauer (2006), Suely Gomes Costa destaca ainda que os movimentos foram feitos por mulheres que leram e não leram Beauvoir. E questiona: “Se essa leitura não foi o ponto de partida nem meu nem de muitas mulheres de processos de tomadas de consciência e de engajamentos políticos, que outras contingências os promoveram?” (Costa, 2010, p. 5). Eu arrisco dizer que foram os encontros com outras mulheres. Ainda que a identidade feminista não seja “abraçada” de imediato por Suely Gomes Costa, é perceptível que, pouco a pouco, os encontros com outras mulheres a levaram a refletir sobre as questões femininas que também a atravessava.

Suely Gomes Costa confessa que mudanças significativas que vivenciou em sua vida pessoal a fizeram ver os feminismos com outra percepção. Em suas palavras:

Na década de 1980, o meu casamento entra em crise, eu fiquei desempregada entre 1980 e 1983, quando eu faço concurso para a Escola [ESS/UFF] nesse processo de desemprego. Eu

entrei em contato com a “dominação masculina” quando eu não estava empregada. Pela primeira vez, eu experimentei a dependência, a dependência no interior do casamento, isso foi muito difícil pra mim (Costa, 2005a).

É importante lembrar que, nesse período da década 1980, através dos “grupos de reflexão”, surgiu o lema “o pessoal é político” — que, conforme aprendemos, foi um marco das lutas travadas no decorrer da segunda onda feminista. A partir desse momento, Griffin (1999, p. 81) sinaliza que “nasceram juntas a percepção da opressão e da possibilidade de transformação”. Na área da saúde, que é o foco dessa tese, “questões relativas à vivência de uma sexualidade plena e livre de riscos, o controle do próprio corpo e o direito de decidir sobre como e quando ter filhos, constituíram-se como temas centrais de reflexão e de vivências” (Marques; Ferreira, 2008, p. 1).

Conforme aprendemos com as ondas e mulheres feministas, nesse momento também surgem debates acerca do prazer sexual desvinculado da reprodução; o uso de métodos contraceptivos, dentre outros (Costa, 2009). Aqui, percebemos a tomada de consciência e, a partir dela, há uma movimentação para se transformar a realidade social das mulheres. Suely Gomes Costa destaca como se deu o seu ingresso no mercado de trabalho: “Eu passei no concurso da Escola [ESS/UFF] e fui designada para a ‘área de saúde’, onde eu já tinha trabalhado [...] a equipe com que eu trabalhei na década de 1970 na Secretaria Municipal de Saúde” (Costa, 2005a).

Nesse período, Suely Gomes Costa vai para o Centro de Saúde Santa Rosa, supervisionando futuras assistentes sociais. O centro de Saúde Santa Rosa — hoje, Policlínica Regional Sergio Arouca —, foi uma importante arena para movimentações que iam na contramão do que estabeleciam os estereótipos de gênero. Embora tenha sido inaugurado em um período “pré-ondas” feministas, em 1953, o Centro de Saúde Santa Rosa era conhecido por reunir profissionais interessados em revolucionar a saúde no município de Niterói.

Inicialmente, ocupava o “velho casarão”, localizado no bairro de Santa Rosa — na zona sul da cidade. Duas décadas após, em 1974, foi transferido para o bairro Vital Brazil, na rua Ary Parreiras — bairro em que permanece atualmente (Silva, 2015). Márcia Moreira, enfermeira que atuou no Centro de Saúde Santa Rosa, disse em entrevista para Silva (2015) que a instituição era frequentemente utilizada como um centro de treinamento para os profissionais de saúde. Em suas recordações:

A equipe da Saúde da Mulher era um todo, era assim: tinha duas médicas [...] muita gente era treinada aqui, vinha gente de tudo quanto era lugar, São Pedro da Aldeia, Quissamã, Macaé, tudo quanto era lugar. A Saúde da Mulher era um todo, era uma coisa muito mais abrangente que o Planejamento Familiar (Silva, 2015, p. 18).

Sobre a sua entrada no Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa recorda, novamente:

Então, acontece assim: meu casamento entra em crise. Casamento em crise, eu entro na universidade, faço concurso, vou ser professora da UFF, pego a área da saúde, meu pai era médico, vou para o Centro de Saúde Santa Rosa, inclusive onde meu pai trabalhava... Então, encontro esse movimento já gestado, em andamento. Eu tomo contato com ele, assim, intimamente, através da Hildete, Hildete é a ponte. Ela levou muita gente, até hoje (Silva, 2015, p. 63).

A trajetória de Suely Gomes Costa é permeada de encontros com outras mulheres. Hildete Pereira de Melo também relembra esse momento:

O Centro [de Saúde Santa Rosa] era uma possibilidade de você fazer as alianças, e eu estava na universidade, quer dizer, a universidade estava dentro [...] E a UFF ia junto comigo o tempo inteiro. Então o Centro de Santa Rosa, a gente tentava implantar lá, então Suely estava lá [...] (Melo, 2021).

Embora “estivesse lá”, como disse a professora Hildete, Suely Gomes Costa admite que, ao entrar no Centro de Saúde Santa Rosa:

Eu não sabia nada de saúde da mulher, estava gestando-se o PAISM, então não foi por nenhuma tradição, é, profissional [...]. Então eu vou para o serviço de saúde, existe a implementação do PAISM, que eu nem sabia o que era. Então, o que aconteceu, eu comecei a querer saber o que era e nesse querer saber o que era, eu comecei a participar. Eu chamo Hildete, porque eu sabia do envolvimento da Hildete [com o movimento feminista] (Costa, 2005a).

Em suma, na área da saúde, havia o movimento que defendia que “as práticas de saúde sexual e reprodutiva [...] como um novo paradigma de liberdade, buscavam a politização das esferas da reprodução e sexualidade, promover o autoconhecimento do corpo e a valorização da mulher como cidadã” (Marques; Ferreira, 2008, p. 2). Em muitos momentos, quando falei de Suely Gomes Costa, falei também de Hildete Pereira de Melo, na medida em que seus caminhos se entrelaçam ao longo de suas vidas políticas. Assim, Suely Gomes Costa aponta que “Hildete estava, nessa época, tocando a discussão do aborto no Brasil [...] mergulhada nos problemas da área de Planejamento Familiar. Foi outra que insistiu muito, me chamando para o movimento” (Costa, 2005a).

Quando falei da área da saúde, estou falando de um espaço, físico e simbolicamente, dominado por homens. Isso acontece porque, socialmente, a figura do médico é vista como a maior autoridade dos centros

de saúde e a medicina, em si, é dominada por homens. Por exemplo, há 33 anos atrás, em 1990, a categoria de médicos era composta por 69,2% de homens e 30,8% de mulheres⁶.

Com isso, quero chamar a atenção que se até mesmo em profissões que são predominantemente femininas, como o Serviço Social, vemos uma hipervalorização das figuras masculinas, não creio que seja uma hipérbole afirmar que em profissões historicamente consideradas masculinas isso possa ser amplificado. Pensar a conjuntura da área da saúde é interessante porque, embora em um solo aparentemente infértil para o desenvolvimento de ideias e ideais feministas, os “grupos de reflexões” foram ganhando cada vez mais espaço nessa área.

A meu ver, esse movimento é possível porque, ainda que o poder esteja nas mãos dos homens, as mulheres são a maioria dentro dos centros de saúde. Por exemplo, 80% da enfermagem no Brasil é feminina⁷; 92,92% do Serviço Social é feminina⁸; também sabemos que os serviços essenciais para a manutenção da segurança do espaço hospitalar, como a limpeza, também são majoritariamente exercidos por mulheres.

Nessa estrutura de trabalho dominada pela presença do “feminino”, é interessante pensar que mulheres, através das reflexões em grupo, também aprendem muito sobre si mesmas. Nas lembranças de Suely Gomes Costa, ela vai “[...] tomando consciência não só [...] do meu próprio processo de dominação, como [também ficou] animadíssima com o projeto de saúde da mulher” (Costa, 2005a).

6 Dados encontrados na reportagem “Em 20 anos, dobra o número de mulheres que exercem a medicina no Brasil”, publicada em 08/12/2020, no site do Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/em-20-anos-dobra-o-numero-de-mulheres-que-exercem-a-medicina-no-brasil>. Acesso em: 23 jan. 2022.

7 Dados registrados pelo Conselho Federal de Enfermagem. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

8 Dados levantados pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cf. CFESS, 2022).

Nesse imbróglio, em Suely Gomes Costa (2010), compreendo que nem sempre podemos ver a relação entre mulheres e homens como combativas e/ou controversas — ainda que os homens sejam opressores históricos das mulheres, há alguns aliados na luta feminista. Em sua experiência com os “grupos de reflexão” no Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa aponta “a participação direta e segura de Cesar Macedo, médico, então diretor dessa unidade” (Costa, 2010, p. 2). Em suas palavras:

[...] o Cesar era um impulsionador de mudanças, uma equipe muito interessante pro Centro de Saúde de Santa Rosa e todo mundo muito afinado na revisão numa perspectiva de Programa, não mais de especialidade, então a gente fez uma derrubada da estrutura programática na saúde (Costa, 2005a).

A fim de revolucionar a estrutura do Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa diz que entrou em contato com Hildete Pereira de Melo, na medida em que essa se destacava por seus estudos sobre o aborto.

Eu ligo pra ela, eu tinha o telefone da casa dela e disse: “a gente está querendo pensar em saúde da mulher no Centro de Saúde Santa Rosa, você tem coisas para dizer sobre isso? Pela luta do aborto [...]”. Ela disse: “Tenho, eu vou!”. Como toda boa militante, vai pra qualquer canto pra fazer militância (Costa, 2005a).

Durante essa empreitada, Suely Gomes Costa também recorda o trabalho que realizara junto com a assistente social Nara Helena, que atuava no Centro de Saúde Santa Rosa. As duas fizeram uma pesquisa de campo para compreender o que, de toda ampla temática da saúde da mulher, era de interesse das mulheres; suas percepções sobre o Programa de Saúde da Mulher, dentre outras dúvidas que permeia a sua atuação àquela época.

Foi interessantíssima a abordagem que a gente fez. Eu fiz no turno da manhã e a Nara fez no turno da tarde [...] nós cobrimos todos os servidores da saúde, pensando um envolvimento em pleno processo de redemocratização, então *[está]* tudo muito ouriçado, ambientes muito estimulantes de participação (Costa, 2005a).

Assim, no dia marcado, Hildete Pereira de Melo foi ao Centro de Saúde Santa Rosa e, além de sanar as dúvidas dos profissionais, “fala de todos os desafios, fala na Comissão dos direitos reprodutivos da Assembleia que estava sendo montada” (Costa, 2005a). É nesse encontro que Hildete Pereira de Melo convida Suely Gomes Costa para participar da Comissão dos Direitos Reprodutivos: “Vai lá, aparece! Nós vamos fazer um seminário de tomada de consciência sobre os problemas da mulher, da saúde da mulher. Aí trouxe um cartaz, um folder desse evento” (Costa, 2005a).

A partir da sua participação no Seminário Direitos da Reprodução, com incentivo e apoio do médico Cesar Macedo, da assistente social Nara Helena, de Hildete Pereira de Melo e de tantos outros profissionais do Centro de Saúde Santa Rosa, se desenvolve um grupo que, para além de somente promover a reflexão, possibilita a ação, que é a “linha da vida”.

A “linha da vida” se constitui como um espaço onde “se inter-relacionam, de um lado, os questionamentos, inquietações e experiências e, do outro, os conhecimentos, as investigações e a produção de estudos sobre as mulheres” (Lima, 1988, p. 39). De acordo com o texto produzido pelo Seminário Direitos da Reprodução, a “linha da vida” surge da necessidade de se fugir de toda a rigidez que, muitas das vezes, permeava os debates políticos.

A Linha da Vida é o levantamento da ideologia de um grupo através da representação individual da vivência de cada participante — lembranças, fatos, experiências vividas e

compartilhadas na infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice — falando como se sentiu ou como sente a expectativa da primeira menstruação, concepção, gravidez/parto, gravidez/aborto e menopausa (Alerj, 1984, p. 6).

Nesse processo, problemas considerados individuais de determinadas mulheres são vistos com mais profundidade e, assim, é possível identificar as suas raízes sociais que, claramente, ultrapassam a individualidade de cada pessoa. Em suma, “a troca, com emoção de descobrir-se, semelhantes e diferentes” (Alerj, 1984, p. 6). Ao se debruçar sobre a trajetória da “Linha da Vida” na cidade de Recife, em Pernambuco, Fabiana Moura Paulino (2017, p. 55) percebe que as suas entrevistadas apresentam “[...] falas que sugerem compreender que a vivência possibilita o ‘diálogo primordial’ através do qual cada participante entra em contato consigo para descobrir ‘quem sou’, como seu ‘eu’ se constitui no mundo”. Tal percepção de Paulino (2017) nos faz retornar à ideia de Grossi (1997, p. 15), apontada na introdução desta tese, de que “nunca é demais lembrar que só se encontra o outro, encontrando a si mesmo”.

Através da dinâmica de nos enxergarmos para além da nossa individualidade — percebendo o modo como transformamos o mundo e, de forma simultânea, somos transformados por ele —, creio que fora possível pensar políticas mais abrangentes como, por exemplo, o PAISM — que foi fruto de discussões no capítulo anterior. Dessa forma, “nos anos [19]80, as linhas se multiplicam no Brasil. Serve à busca de superação do Programa Materno-Infantil e à implantação do PAISM, em 1983, com base na perspectiva da integralidade das mulheres como sujeitos” (Costa, 2006, p. 6). Nesse exercício, se percebe que as feministas, incentivadas por experiências vividas no exterior com a “linha da vida”, passam a realizar reuniões entre mulheres próximas e, prontamente:

[...] essas experiências são deslocadas, por algumas profissionais de saúde, para seus ambientes de trabalho. Forja-se, assim, uma pedagogia experimental de ‘reflexão e ação’, de natureza informal, ao alcance de apenas mulheres próximas, conhecidas, mas que se desloca e multiplica em sucessivas formações por profissionais da área de saúde (Silva, 2015, p. 25).

Assim se deu o contato de Suely Gomes Costa com a “linha da vida” ao receber o convite da professora Hildete Pereira de Melo para participar do Seminário Direitos da Reprodução. Suely Gomes Costa, em entrevista para Silva (2015, p. 25) diz que “entrando nessa dinâmica, eu achei que essa era uma forma da gente não só reciclar, fazer treinamento de pessoal pra área de saúde reprodutiva, no posto de saúde, como também pegar alunos.” Já em entrevista para Lole, afirma:

Essa experiência me emocionou, eu terminei a oficina em lágrimas, foi a coisa mais importante da minha trajetória intelectual. Essa experiência da Linha da Vida a gente transferiu como metodologia cabendo dentro do CSSR [Centro de Saúde Santa Rosa], fizemos Linhas da Vida, eu fiz mais de 200 reuniões nesse ano com mulheres, foi assim [um] boom (Lole, 2021, p. 313).

Nesse ponto, é importante destacar o “efeito multiplicador” da “linha da vida”. O texto produzido pelo Seminário Direitos da Reprodução, sinaliza que “quatro trocam experiência da Linha da Vida com quarenta, as quarenta se preparam para trocar com quatrocentas” (Alerj, 1984, p. 4). Por mulheres comporem um grupo heterogêneo, no entanto, tal dinâmica não foi unanimidade entre as mulheres que participavam dos movimentos feministas e de mulheres. É interessante pensar, no entanto, que é justamente essa heterogeneidade que enriquece a experiência da “linha da vida”. Assim, “quanto mais heterogêneo é o grupo quanto à idade, origem, cultura, profissão, mas rica se torna a troca” (Alerj, 1984, p. 6).

Nesse aspecto, é preciso recordar que a própria Suely Gomes Costa resistiu aos feminismos em seus primeiros contatos com o movimento, a convite de Santinha. Assim, de acordo com Suely Gomes Costa, em alguns momentos, a resistência frente aos “grupos de reflexão” vinha, também, de mulheres. Em suas palavras:

Lembro-me, ainda, de muitas tensões vividas por mulheres, profissionais de saúde que, ao contrário desse médico [*Cesar Macedo*], negaram-se a participar, por exemplo, de dinâmicas de grupo peculiares aos chamados grupos de reflexão e ação — no caso, pedagogias feministas centradas na linha da vida de cada um (Costa, 2009) — por não terem sido “treinadas para falar de si”, mas apenas “para ouvir e falar do outro” (Costa, 2010, p. 3).

Acredito que esse é um reflexo da socialização feminina na nossa cultura machista e patriarcal. Nós, mulheres, somos incentivadas a voltarmos a nossa atenção para o outro, na maioria das vezes homens; logo, dedicar tempo para falarmos de nós mesmas é um exercício árduo, talvez até mesmo doloroso. O fato é que “a linha da vida, como pedagogia emancipatória, é empregada e propagada por alunos e profissionais do Centro de Saúde, engendrando um efeito multiplicador de muitas iniciativas”, pois faz “surgir a voz da mulher, falando de si, dos seus mistérios pessoais e da vivência de sua capacidade reprodutiva” (Alerj, 1984, p. 4).

Sobre a sua primeira experiência com a Linha da Vida, Suely Gomes Costa ainda aponta:

Tomar consciência do próprio corpo da gente controlado, tomar consciência de que a gente não fala sobre os assuntos [...] aí eu entendi por que eu não gostava de acompanhar a Santinha, quer dizer, eu tinha um mecanismo de defesa pra não enxergar o masculino nessa época (Costa, 2005a).

Em entrevista à Ana Lole (2021, p. 313), Suely Gomes Costa diz que no Centro de Saúde Santa Rosa conseguiram implantar o PAISM se tornando, naquele período, “um Centro de Referência para treinamento de recursos humanos, [passando] a treinar gente para o PAISM em todas as regiões do estado”. Aqui, mais uma vez, aponto o caráter inovador das medidas adotadas na cidade de Niterói, muito por influência de professoras e professores da UFF.

Além do trabalho com profissionais da área da saúde, também se trabalhou com a educação básica — com o auxílio, além de profissionais já formados, com estudantes de graduação em formação. Ao falar de sua experiência com o Programa de Saúde Escolar realizado na Escola Leopoldo Fróes, Suely Gomes Costa diz:

[...] eu fiquei com um grupo de jovens [...] entre 6^a, 7^a e 8^a série, quatro períodos com o mesmo grupinho, montamos uma peça de teatro, levamos essa peça para Assembleia [ALERJ] e para vários lugares que estavam discutindo os direitos reprodutivos, porque aí o que estava em debate não era planejamento familiar, eram os direitos reprodutivos (Lole, 2021, p. 313).

Na experiência com a educação básica, Suely Gomes Costa e as profissionais, estudantes, pesquisadoras e pesquisadores que a acompanhavam desenvolviam “com os alunos debates sobre a sexualidade e sobre os assuntos tidos como ‘proibidos’” (Silva, 2015, p. 78). Se a sexualidade, por muitos, ainda é um tema considerado “proibido” atualmente, o fato dessa equipe discutir com crianças essa temática, há quatro décadas, era revolucionário. Em uma publicação de Suely Gomes Costa, na sua página do *Facebook*⁹, percebemos como tal trabalho deixou marcas permanentes em quem dela participou.

9 A página do *Facebook* de Suely Gomes Costa pode ser acessada em: Suely Gomes Costa | Facebook. Acesso em: 19 set. 2023.

Outro dia, recebi um abraço inesperado de alguém na rua Moreira Cesar, lugar onde todo mundo se encontra... E, ternamente, esse belo homem me disse com carinho: ‘Oi, Suely! Não me esqueço nunca daquela experiência com as crianças do Grupo Escolar no Largo da Batalha... Foi a melhor experiência que vivi de educação em saúde!’ Ele era então médico-residente e como nos ajudou!...Valeu!¹⁰

A relevância de se levar tais discussões sobre a reprodução e a sexualidade para um espaço educacional está no fato de que “filho, culturalmente, é um problema da mulher. O engravidar, o deixar de engravidar, o criar, o parir, é tudo no corpo da mulher” (Silva, 2015, p. 48). Logo, inserir homens, especialmente ainda meninos, nesse debate é fundamental para avançarmos na construção de uma relação de igualdade entre as mulheres e os homens.

De modo concomitante, inegavelmente, como diz Martha Zanetti em entrevista para Silva (2015, p. 41), “o encontro com outras mulheres é sempre um exercício, uma prática de liberdade [...] a linha da vida permite um ideal de encontro, a troca, com a emoção de descobrir-se, semelhantes e diferentes”. Sobre a sua experiência com a linha da vida no Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa diz:

Nessa experiência da linha da vida, criava novos núcleos de tomada de consciência sobre o ser feminino, aí a ideia de rede de multiplicação, mas era isso [...] o homem que te maltratava, o homem que te controla, [...] essa coisa maniqueísta que é desse tempo [...] então eu jamais ia ver o homem na reprodução, não tinha condição. A minha experiência é essa (Costa, 2005a).

¹⁰ Texto compartilhado por Suely Gomes Costa em seu perfil do *Facebook* em 26 de setembro de 2015.

Dentro desse parâmetro, não podemos ser ingênuas de pensar que a “linha da vida” possui respostas para tudo, porque:

Embora as Linhas da Vida tenham se institucionalizado como prática inovadora dentro do espaço da saúde, reunindo inúmeros sujeitos ao redor de práticas mais simétricas entre usuários e servidores, ela estaria, ‘despercebidamente’, contrariando os novos estudos de gênero que surgem (Silva, 2015, p. 75-76).

É importante recordar que, à época, nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de gênero fora se popularizando dentro dos movimentos feministas, inclusive no meio acadêmico, superando os estigmas que envolvem o sexo biológico dos sujeitos. Suely Gomes Costa (2009), nesse sentido, diz que as oficinas de linha da vida” surgem como inovadoras, ao reunir as mulheres em torno das nossas especificidades biológicas, mas gradualmente essa “chama” inicial vai se apagando, por compreender que a problemática é mais complexa. A questão é que, ao focar no que as mulheres cisgênero biologicamente têm em comum, como possuir uma vagina e um mesmo sistema reprodutor, as desigualdades e as diferenças existentes entre as mulheres correm o risco de serem ocultadas, invisibilizadas. Nesse sentido, Suely Gomes Costa (2011) observa que os feminismos são responsáveis por:

Um notável processo de tomada de consciência das mulheres sobre si e sobre seus lugares de sofrimentos, promovendo deslocamentos políticos, revigorados em lutas e conquistas. Mas as mulheres, ao se juntarem, também exibiram seus poderes, suas hierarquias por posição de classes, por cor de pele e grau de instrução, por geração, forjadas em tradições políticas [...] (Costa, 2011, p. 107).

Assim, para a professora, “embora adotadas como pedagogia de tomada de consciência de uma dada condição feminina, as oficinas — as linhas da vida — davam sustentação à sororidade e à visão de

essencialidade feminina, atributo universal de viés biológico, ocultando desigualdades” (Costa, 2002, p. 316). É a pluralidade do “ser mulher” que defendo nesta tese, desde o seu primeiro parágrafo. Suely Gomes Costa, ao tomar consciência da necessidade de se colocar holofotes nas diferenças entre as mulheres, cria o conceito de “maternidade transferida”. Para ela:

A noção de maternidade transferida dá visibilidade a nexos políticos, econômicos e sociais de práticas do cotidiano doméstico. Abordagens microsociedades tornam visível que, nas regiões de assalariamento tardio, como no Brasil, a produção doméstica de famílias organiza diversos modos informais de sobrevivência (Costa, 2002, p. 307).

A meu ver, “maternidade transferida” é um conceito que visibiliza que as diferenças, sobretudo as diferenças raciais e de classe, entre as mulheres sejam reconhecidas. Creio que, quando falamos das “saídas” femininas para o mundo público, estamos falando, muitas das vezes, do processo de mulheres brancas adentrarem o mundo público enquanto uma mulher negra assume os seus deveres domésticos. Em entrevista à Almeida e Lole, Suely Gomes Costa aponta que parte dessas inquietações surgiram a refletir sobre a sua própria vida. Ao evocar memórias sobre a sua mãe, mãe de oito filhos, diz que:

Ela também olhava em volta e vivia as dificuldades das mulheres que a apoiavam: eram todas dependentes de mais mulheres... Essa percepção emerge da minha própria história de vida. Ela ganhará, assim, uma dimensão conceitual. Daí, creio, ter sido o conceito formulado: percebi que ele correspondia a uma regularidade histórica de longa duração. Pude desnaturalizar, penso eu, um dado costume de longa duração histórica e desvendar algumas de suas peculiaridades: para que algumas mulheres ganhassem autonomia em relação aos afazeres domésticos ou aos deslocamentos para espaços fora

de suas casas — fosse em atividade privada, fosse pública — era preciso que uma enorme quantidade de outras mulheres trabalhassem para elas, fosse mediante pagamento ou favores e, sempre no espaço doméstico, num outro que não o de suas casas... Esse tipo de trabalho doméstico se assenta, também claramente, no estatuto da nossa experiência escravista (Almeida; Lole, 2016, p. 387).

Suely Gomes Costa é categórica ao afirmar que as oficinas de “linha da vida” nem sempre foram capazes de romper silêncios, no entanto, foram importantes “como impulso das mulheres para tomada de consciência e para verificar que seus sofrimentos não eram tão isolados” (Silva, 2015, p. 77). Além disso, inegavelmente é uma importante ferramenta para se iniciar debates que questionam as representações femininas que aparecem nos programas de saúde materno-infantil; que enxergam as mulheres através da identidade de mãe e reprodutora. Afinal, os grupos de reflexão possibilitaram que a chama da movimentação feminista permanecesse acesa. Suely Gomes Costa, em uma reflexão saudosista, diz:

Grupos de mulheres — de reflexão e ação —, modos novos de fazer política [...] através de uma metodologia centrada na sexualidade feminina, a linha da vida, associam mulheres diferentes em rede. Neles, depoimentos feitos em grupos de mais ou menos dez mulheres, mais curtos ou mais longos, cercados de sofrimentos e de prazer, engrossam histórias de corpos femininos em seus experimentos de sexualidade e oferecem orientações de lutas por direitos, em especial dos reprodutivos e sexuais, e busca de políticas centradas em vidas de mulheres (Costa, 2007, p. 36).

A verdade é que qualquer metodologia, seja de natureza qualitativa ou quantitativa, possui as suas limitações e, por isso, tendemos a utilizar uma combinação de métodos no desenvolvimento de nossas

pesquisas. Outro ponto importante de ser levantado é que a “linha da vida” é produto da época em que foi planejada e realizada. Quero dizer, na década de 1980, com os estudos de gênero ainda embrionários e emergentes, não poderíamos exigir uma metodologia que atenda todos os avanços teóricos que temos no campo do gênero hoje, em 2023. Seria anacrônico e, novamente, seria injusto com as mulheres que, bravamente, nos antecederam nas lutas dos movimentos feministas e de mulheres.

Isso posto, é notável que a metodologia da “linha da vida” também possui os seus limites epistemológicos. À época de sua concepção:

[...] constata-se uma mudança qualitativa nos estudos, que buscam compreender aspectos ligados à sexualidade no contexto de relações de gênero desiguais e hierárquicas, em que as mulheres ocupam o pólo dominado. Essas novas abordagens vêm, pouco a pouco, substituindo o tradicionalmente hegemônico enfoque materno-infantil, marcado pelo interesse primordial pela saúde das crianças (Aquino; Araújo; Marinho, 1999, p. 188).

Marcia Moreira, enfermeira entrevistada por Silva (2015, p. 50), conta que o desenvolvimento das oficinas da linha da vida não era “premeditado” pelos profissionais que as conduziam; eram guiadas por quem participava dos grupos. Em consonância, no texto do Seminário dos Direitos da Reprodução apreendemos que:

O grupo, nesse caso, tem tempo para desdobrar o material levantado e enriquecê-lo conforme seu interesse e criatividade. Não se fecham questões, tudo é vivido de forma a permitir que cada grupo imprima o rumo e o ritmo próprios de seu processo de conhecimento (Alerj, 1984, p. 6).

Para Suely Gomes Costa:

Centrados nas nossas memórias feministas, depoimentos selecionados, de vários modos, parecem seguir um modelo narrativo que, num mesmo fio condutor, expressam emoções e sentimentos dados sempre como largamente partilhados e com os mesmos significados. No âmbito das lutas por direitos reprodutivos, dissensões entre pessoas e grupos nem sempre aparecem com nitidez (Costa, 2010, p. 4).

Assim, ela ainda diz que “é hora de afiar nossos sentidos e produzir uma história que traga as contradições com que essa experiência tem sido feita” e, na minha perspectiva, parte do processo de aguçar os nossos sentidos acontece quando, além de estudarmos como o “gênero” atravessa as mulheres, também nos dedicamos a compreender como os estereótipos sociais de feminilidade e masculinidade afetam os homens. Decorre desse entendimento a iniciativa de Suely Gomes Costa de permitir a participação masculina no grupo de linha de vida do Centro de Saúde Santa Rosa: se trata do médico da instituição, aliado ao movimento feminista, Cesar Macedo. A professora relembra:

Eu tenho uma linha da vida que tem um único homem, que é o Cesar [...] Foi muito interessante e foi estranhíssimo o Cesar estar presente, que é o Diretor do Posto de Saúde [...] ele quis participar, ele era uma pessoa que rompia tudo que era iconoclasta e disse assim: “Não, eu vou entrar nesse negócio, nesse jogo de você que faz tanto sucesso!”. Ele participou, eu tenho [...] o depoimento dele, os depoimentos da infância, a perspectiva da velhice, então eu vi que eu quero uma fala masculina dentro do meu grupo de mulheres. Foi muito bom [...] não inibiu, não teve problema nenhum, foi tudo muito ótimo. Ele é uma pessoa muito solta e estimulou muito a fala das pessoas (Costa, 2005a).

Nos nossos encontros e desencontros, construímos uma colcha de retalhos composta de memórias e realidades distintas e, para a sua confecção, as vivências das mulheres e dos homens constituem fios essenciais. O Seminário Direitos da Reprodução, já mencionado aqui, foi importante na defesa de que “também aos homens é preciso interessar sobre sua sexualidade e sua relação com a reprodução” (Alerj, 1984, p. 5).

Em entrevista para Silva (2015, p. 51), César Macedo, que exercia o cargo de Diretor do Centro de Saúde Santa Rosa, avalia a importância do entrelaçamento das “linhas” delineadas pelas mulheres e pelos homens, de forma concomitante nas dinâmicas da “linha da vida”:

Era muito interessante, primeiro, porque era o contraponto homem/mulher. Nós temos histórias de vida diferentes, embora nós vivamos em circunstâncias supostamente parecidas. A história de vida do homem é diferente da história de vida da mulher, o mundo masculino é diferente do mundo feminino. Ocupamos o mesmo território, mas com representações sociais absolutamente diferentes, e, quando você discute isso em um grupo, essas coisas vão aparecendo (Silva, 2015, p. 51).

Compreendo que essa é uma perspectiva capaz de transformar as estruturas sociais, porque para que os direitos destinados às ditas “minorias sociais” sejam conquistados, deve-se haver, também, um processo de reconhecimento dos privilégios concedidos aos grupos dominantes. Para tanto, na luta antirracista, por exemplo, a branquitude deve reconhecer os privilégios que a estrutura racista a concede e, a partir desse reconhecimento, deve negá-los (Cf. Carvalho, 2022).

Isso posto, para que os direitos reprodutivos das mulheres sejam validados socialmente, é preciso que as mulheres sejam vistas como sujeitos de direitos, não como um mero órgão reprodutor; creio que, para isso, também é necessário que os homens se conscientizem sobre o modo que a sua masculinidade tende a desumanizar (e objetificar)

as mulheres. Isso é, são movimentos que devem ocorrer de forma simultânea. Nesse ponto, se depara com um impasse: como fazer os homens tomarem consciência do modo como a construção de suas masculinidades impactam a saúde sexual e reprodutiva feminina se não estão incluídos nos atendimentos de planejamento familiar?

A inclusão do “masculino” quando se pensa a esfera da reprodução já era algo presente nas reflexões de Suely Gomes Costa na década de 1980 quando, ao trabalhar com “linha da vida” no CSSR, percebe que a reprodução diz respeito aos homens tanto quanto diz respeito às mulheres. Tal compreensão de Suely, que nasceu na década de 1980, pavimentou o caminho que trilhou nas décadas seguintes: seja na sua atuação no Hospital Universitário Antonio Pedro, na década de 1990, ou nos trabalhos que orientou (da graduação ao Doutorado) que tratavam da temática das masculinidades.

Como eu disse no início deste texto: Suely, conscientemente, construiu a sua identidade feminista. E essa construção se deu através de inúmeros encontros, desencontros e descobertas ao longo de sua vida pessoal e profissional. Isso faz parte das aventuras e desventuras de ser uma mulher revolucionária.

Considerações finais

É urgente o Serviço Social olhar para as protagonistas de sua própria história, como Suely Gomes Costa. Ainda que, como Suely Gomes Costa bem observa, os feminismos sejam geracionais (Almeida; Lole, 2016), penso que há uma linha que conecta todas nós. Acredito que essa “linha” pode ser entendida também como a “ideia-força” (Costa, 2009) que permeia os movimentos de mulheres e feministas, que faz a roda da luta pela saúde reprodutiva continuar girando. É essa “ideia-força” que une mulheres, muitas vezes, diferentes entre si ao longo das gerações.

Ainda que tenha mantido uma distância física dos movimentos feministas e de mulheres, nos seus últimos anos de vida; intelectualmente, julgo não ter existido distância alguma: as marcas que Suely Gomes Costa deixou na luta pela saúde reprodutiva não foram, nem serão, apagadas: seus ensinamentos se perpetuam e nos recordam que podemos (e devemos) alinhar nossas convicções feministas com as nossas práticas profissionais. Afinal, foi tocando em assuntos historicamente considerados “proibidos”, como a saúde sexual e reprodutiva, que nós, mulheres, galgamos espaços e rompemos os limites simbólicos impostos historicamente pelos homens brancos e cisgênero.

Assim, escrever sobre as contribuições trazidas por Suely Gomes Costa para o Serviço Social e feminismos é, para mim, permitir que a epistemologia feminista tome as rédeas da narrativa. Por um momento no espaço acadêmico, acreditei na falácia de “narrativa neutra” — algo que, hoje, percebo ser tão distante da realidade; especialmente quando percebo quantas histórias femininas ainda esperam para serem contadas.

É necessário reafirmar que, embora Suely Gomes Costa tenha partido desse mundo, o seu legado ainda floresce em uma sociedade em que as mulheres permanecem lutando para ter a sua cidadania legitimada. Como a própria professora disse, ao refletir sobre as desigualdades vividas pelas (e entre as) mulheres: “Não adiantava alimentar utopias genéricas... Sempre preferi o lugar de trabalho que juntasse vida pessoal e profissional” (Almeida; Lole, 2016, p. 388).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Cultura, História e Serviço Social: entrevista com Suely Gomes Costa. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 384-389, 2º Sem. 2016.
- AQUINO, Estela Maria Leão de; ARAÚJO, Thália Velho Barreto de; MARINHO, Lilian Fátima Barbosa. Padrões e Tendências em Saúde Reprodutiva no Brasil: bases para uma análise epidemiológica. In: GRIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (org.). *Questões da saúde reprodutiva*. Fundação Oswaldo Cruz, 1999.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). *Seminário Direitos da Reprodução*. Rio de Janeiro, 1984.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- CARVALHO, Monique de Souza. *Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva*. Tese (Doutorado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- CARVALHO, Monique de Souza. Luta antirracista no Brasil: o que os brancos têm a ver com isso?. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano XXI, ed. esp., p. 96-107, fev. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. CFESS: Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- COSTA, Suely Gomes. Diga-me: o que significa gênero?. *Revista INTERthesis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 104-124, jul./dez. 2011.

- COSTA, Suely Gomes. Das desventuras de ser doutora. *La Manzana de la Discordia*, v. 2, n. 1, p. 19-35, 2007a. Disponível em: https://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1414/pdf. Acesso em: 19 set. 2023.
- COSTA, Suely Gomes. *Entrevista a Ana Lole*. Transcrita por Ana Paula do Nascimento. Niterói, RJ, 09/06/2005a. Acervo pessoal de Ana Lole.
- COSTA, Suely Gomes. *Entrevista a Joana Maria Pedro*. Transcrita por Maise Caroline Zucco. Florianópolis-SC, 17/02/2004. Acervo do LEGH/UFSC.
- COSTA, Suely Gomes. Linhas da vida e associativismos feministas: “a voz das mulheres”. *Anais... Fazendo Gênero 7*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/S/Suely_Gomes_Costa_40.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.
- COSTA, Suely Gomes. Memória dividida das lutas por direitos reprodutivos. Niterói/Rio de Janeiro, anos 1970/1980. *Anais... Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, ago. 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1275353914_ARQUIVO_Modelo_Texto_Competo_FG9_rev.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.
- COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista INTERThesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1/11901>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- COSTA, Suely Gomes. *Palestra proferida na Disciplina “Cultura, subjetividade e identidades contemporâneas”*, ministrada pela professora Rita Freitas, no Curso de Mestrado em Política Social do Programa de

- Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, no dia 07 de julho de 2005. Palestra transcrita por Ana Paula do Nascimento. Niterói, RJ, 2005b. Acervo pessoal de Ana Lole.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.
- COSTA, Suely Gomes. Silêncios, diálogos e os Monólogos da Vagina: instantes dos feminismos (Brasil, 1970-1990). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 14, n. 17, p. 35-56, 2007.
- GRIFFIN, Karen. Corpo e conhecimento na saúde sexual: uma visão sociológica. In: GRIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (org.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1999.
- GROSSI, Miriam Pillar. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: UFSC, 1997.
- LIMA, Maria José de. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: FEMPRESS-BRASIL (org.). *Como trabalhar com mulheres*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LOLE, Ana. Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa. Homenagem de vida. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 309-322, 1º Sem. 2021.
- MARQUES, Patrícia Figueiredo; FERREIRA, Silvia Lúcia. Saúde sexual e saúde reprodutiva — práticas de ONG feministas. *Anais... Fazendo Gênero 8: Corpo, violência e poder*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- MELO, Hildete Pereira de. *Entrevista ao projeto de pesquisa "Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social"*, no dia 30 de julho de 2021. Niterói, 30/07/2021. Acervo do Projeto.

- MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. *A segunda onda feminista no Brasil*. [S. l.: s. n.], [201-]. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.
- PAULINO, Fabiana Moura. *A formação de mulheres com a Linha da Vida: sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) — Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- SILVA, Elaine França da. *Ascensão, crise e declínio do PAISM: A experiência do Centro de Saúde Santa Rosa/Policlínica Sérgio Arouca, em Niterói (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência das salas de planejamento familiar no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP)

Ana Lole

Introdução

Este capítulo traz reflexões da minha trajetória enquanto orientanda da professora Suely Gomes Costa na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Na graduação fui bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa intitulado “Saúde reprodutiva e cidadania”¹, coordenado por Suely, com o subprojeto “O masculino e as práticas contraceptivas” (Cf. Lole, 2001), desenvolvido no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP-UFF), em Niterói/RJ, junto às salas de planejamento familiar, no período de agosto de 2001 a julho de 2003. Dessa experiência resultou o meu Trabalho de

1 A pesquisa “Saúde reprodutiva e cidadania” iniciada em 1999, como projeto de produtividade da Suely e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visava a produção continuada de estudos no campo das práticas e representações sociais e de padrões protecionistas na área da saúde reprodutiva. Orientada por abordagens macro e micro analíticas, objetivando conhecimentos sobre processos sociais que atuavam na formatação da cidadania e de acessos a direitos sexuais e reprodutivos no país.

Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFF, intitulado “O medo de engravidar também é masculino” (Cf. Lole, 2003), defendido em setembro de 2003, bem como o interesse em prosseguir com os estudos sobre a prática da vasectomia, seus significados quanto a mudanças e permanências comportamentais nas relações de gênero.

Outro resultado dessa experiência foi a minha dissertação de mestrado, intitulada “Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência da vasectomia” (Cf. Lole, 2006), defendida em março de 2006 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF, a qual deu continuidade a essas pesquisas e ampliou as reflexões iniciais sobre a vasectomia; enfocando dilemas das masculinidades diante da reprodução, da avaliação de políticas públicas no tocante à sexualização de programas e suas repercussões sobre o alcance de direitos sexuais e reprodutivos. Nela retomo as discussões sobre a inserção dos homens nas ações educativas em saúde reprodutiva na qual se evidenciara o medo masculino de engravidar e a emergência de novas relações de gênero, fenômenos ocultados pela centralidade assumida pelas laqueaduras no conjunto de estudos sobre a contracepção. Ao tomar a vasectomia como um marco de mudança da vida reprodutiva dos homens, a pesquisa traduziu desafios pertinentes às ações de educação em saúde de programas voltados para os direitos reprodutivos. Ambos os trabalhos foram orientados pela Suely e trouxeram resultados de observações sobre condutas de homens diante das práticas reprodutivas, em especial, aquelas voltadas para a sua esterilização.

Compreender o masculino implicou, necessariamente, rever o feminino, o contexto de suas lutas e sua relevância nas discussões da reprodução. Masculinidades e suas representações, por outro lado, implicou e implica encontro com o novo, com o desconhecido, o que impulsionou e vem impulsionando diversas indagações e suscitando a necessidade de pesquisa nessa área e de novos olhares no que tange às práticas e ações de profissionais de saúde, instituições e formuladores de políticas.

As masculinidades, como um fenômeno social, expõem questões não apenas de homens, mas de homens e mulheres; de espaços, culturas, temporalidades que influenciam decisivamente o processo de transformação e de permanência das representações e das práticas sociais, daí sua importância para o campo da educação em saúde reprodutiva.

A feminilização das práticas de educação em saúde reprodutiva e a apartação dos homens desse campo demonstravam e demonstram condutas peculiares à educação diferenciada por sexos que reafirmam divisões sexuais em muitas experiências comuns. Nossa experiência no HUAP com grupos de planejamento familiar, ao incorporar a demanda masculina, mostrou a exigência de definir novas estratégias de administração da saúde reprodutiva e a emergência de novos paradigmas de orientação dessas práticas. Desigualdades sociais e sistemas de poder e subordinação estão, por toda parte, nas relações entre homens e mulheres em suas muitas interseções. Falta avaliá-los em suas repercussões sobre a negação de direitos de cidadania. A sexualização da saúde reprodutiva as coloca em cena.

No período dos estudos de mestrado, não foram localizados relatos escritos a respeito das experiências de vasectomia, daí a relevância das contribuições da história oral; elas situam questões da história do tempo presente, nem sempre evidentes, mas que sugerem novos olhares sobre o passado. No caso, ações na esfera da saúde reprodutiva mostraram que o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983, para vencer a tendência de reduzir a mulher a sua função reprodutora, confirmou essa função e chegou aos anos 1990 e 2000 como um espaço eminentemente feminino.

O presente texto está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, resgato a história do PAISM e a “chegada” do masculino num campo eminentemente feminino, a saúde reprodutiva. Na segunda narro como o HUAP foi um local que propiciou uma experiência de planejamento familiar sem as amarras da sexualização da saúde reprodutiva, o que só foi possível com a presença de duas mulheres incríveis: a professora Suely Gomes

Costa e a assistente social Leila Guidoreni. E aponto os desafios que experienciei ao estudar a sexualidade masculina.

Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM): (re)vivendo a história e descobrindo o masculino

Desde a década de 1980, o debate sobre o direito de as mulheres decidirem sobre sua reprodução biológica situou, como competência do Estado, a oferta de condições para a assistência à contracepção. Em 1983, o PAISM começa a ser implementado, preconizando ações para além da contracepção e do pré-natal, próprias à assistência materno-infantil (Fonseca Sobrinho, 1993). Esse programa foi resultado de lutas conduzidas pelos movimentos feministas e significou um grande avanço no que tange à saúde reprodutiva, bem como, à política social, confluindo para o enunciado do ideário da integralidade que embasaria as formulações em prol do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. Isso nos leva a pensar as expectativas desse ideário e os acessos de homens e mulheres a direitos reprodutivos. Sendo a reprodução um problema de homens e mulheres, como a integralidade na reprodução foi incorporada pelo PAISM? Responder a isso não é tão fácil e simples. Essa participação pode significar não um sinal de maior igualdade nas responsabilidades reprodutivas, mas de afirmação do poder masculino numa área de exclusivo controle feminino.

A vasectomia pode ser considerada uma questão recente da saúde reprodutiva: tudo indica que a decisão dos homens a respeito é uma conduta contemporânea. Os métodos contraceptivos, por serem voltados para o corpo feminino, têm anulado a participação dos homens nas escolhas contraceptivas; a vasectomia altera essa conduta.

Um homem que usa camisinha ou que faz vasectomia não significa, pois, que tenha estabelecido uma relação de gênero diferente da

tradicional. Há, entretanto, exemplos de efetiva partilha de responsabilidades na reprodução, como em diversos relatos colhidos nas salas de planejamento familiar, com o sentido de reduzir o sofrimento de seguidas intervenções cirúrgicas, em casos de cesáreas e daqueles postos por laqueadura de trompas: “Quero a vasectomia para preservar minha esposa” (A., homem, 37 anos); “Não cortando fora, tá bom. O negócio é não ter filho” (E., homem, 37 anos).

O PAISM ou PAISMCA (CA de Criança e Adolescente) se desenvolve a partir do início dos anos 1980, por iniciativa dos movimentos feministas. Segundo Fonseca Sobrinho (1993, p. 161), a questão da saúde passou a compor a agenda das discussões do movimento e, com isso: “surgiram reflexões, estudos e pesquisas sobre o aborto, a maternidade, a sexualidade, o corpo [...], o atendimento médico, e também sobre planejamento familiar, controle da natalidade, métodos contraceptivos”. Instituído pelo Ministério da Saúde, o programa, já na sua origem, mesmo concebido com a visão de saúde integral, voltou-se, na sua experiência histórica, para as práticas reprodutivas. Geralmente, os estudos sobre o programa afirmam que, através dele, pretendeu-se, principalmente, neutralizar práticas controlistas da política demográfica desenvolvida sob a ditadura militar de 1964 exercidas sobre as mulheres. Examinando o documento final do PAISM, todavia o autor indica que ele não apresenta:

[...] uma única razão ou motivação demográfica que justificasse a implantação de um programa de planejamento familiar [...] não toca no assunto [...] e fala na ‘regulação da fertilidade’ como um direito fundamental da pessoa, uma simples parte componente de um direito maior, o da assistência à saúde (Fonseca Sobrinho, 1993, p. 175-176).

Entretanto, diante do processo de urbanização acelerado dos anos 1970, nas diversas regiões do país, as mulheres, pela incorporação crescente de sua força de trabalho, viram-se às voltas com necessidades

efetivas por esterilização ou por métodos contraceptivos. Nas saídas para o mercado de trabalho, elas passam a expressar coletivamente o desejo de não engravidar. Isso se traduz nas taxas de esterilização feminina, acentuadas entre os anos 1970 e 1990, por conta e risco de mulheres, mesmo que experiências como as da Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) e do Centro de Pesquisa de Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPAIMEC) tenham atuado nos números alcançados, é preciso registrar que as políticas públicas têm se mantido distantes dessas demandas. A queda drástica das taxas de fertilidade no país revela que, com ou sem serviços públicos, as mulheres fazem valer seus desejos. Assim, aquilo que regularmente é imputado à possível manipulação de agências privadas de saúde, revela-se, cada vez mais, uma decisão pessoal e coletiva das mulheres cuja extensão é pouco avaliada. Sabemos que há uma distinção entre os serviços ofertados às diferentes classes. O controle de natalidade foi primeiramente exercido pelas mulheres de classes médias e altas, as quais podiam pagar pelo “direito” à contracepção, cesáreas, laqueaduras de trompas e abortos (Costa, 1999). Assim, se as mulheres pobres obtiveram acesso à esterilização, através de ações controlistas, inicialmente estimuladas e desenvolvidas pela BEMFAM e pelo CPAIMEC, entre os anos 1980 e 1990, tudo indica, que o conseguiram por sua conta e risco, mediante pagamento direto a médicos da rede pública e privada e através de cesáreas.

A implantação do PAISM centra-se, pois, em circunstâncias femininas que exigem direitos reprodutivos, especialmente o de laqueaduras de trompas e o de acesso a métodos contraceptivos, além do de aborto, criminalizado no Brasil. Representa uma mudança significativa das práticas tradicionais de assistência materno-infantil, por introduzir abordagens sobre a sexualidade e o prazer, até então, ausentes das práticas médicas; inova ao introduzir a noção de planejamento familiar, até, então, fora daquelas práticas (Costa, 1999; 2002). Todavia, novas situações emergem, impondo revisões conceituais e programáticas:

Embora o termo [planejamento familiar] esteja consagrado na literatura convencional, na percepção do público e até mesmo na Constituição brasileira, vale a pena discernir até que ponto esta linguagem característica dos anos [19]60 corresponde às representações, motivações e aspirações das mulheres — e dos homens — que, hoje, no Brasil e no mundo, afirmam seus direitos no terreno da regulação da fecundidade (Corrêa, 1993, p. 9).

O PAISM “buscava reverter as muitas distorções identificadas no campo da atenção à saúde reprodutiva, particularmente no que se refere à oferta de anticoncepção” (Corrêa, 1993, p. 4). A legitimação do PAISM pode ter favorecido à classe média, matéria a ser avaliada. Sua proposta foi constituída nos últimos momentos da ditadura militar, quando os movimentos sociais de mulheres estavam em ascensão, com forte presença das novas classes médias; essas parecem ter ficado com a função de articuladora de demandas, favorecendo-se de serviços e dos direitos alcançados. Logo depois, os movimentos sociais, sob forte partidarização, conhecem sinais de perda de unidade em suas pautas de reivindicações (Costa, 1999).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde² situa o momento em que se reafirma a integralidade da saúde já contida na concepção do PAISM. O conhecimento integral da saúde é visto como necessário para todos os profissionais dessa área e um dos impasses a enfrentar é a construção de uma visão holística para o conceito de saúde-doença. Autores, autoras, pesquisadores e pesquisadoras vêm se debruçando sobre a temática a ser mais bem conhecida. A ideia de integralidade,

2 A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 17 e 21 de março de 1986 no ginásio Nilson Nelson, em Brasília/DF, foi um dos momentos mais importantes na definição do SUS e debateu três temas principais: a saúde como dever do Estado e direito do cidadão, a reformulação do Sistema Nacional de Saúde e o financiamento setorial. Essa foi a primeira Conferência que contou com a participação de usuários.

porém, não integrou procedimentos médico-assistenciais ao ciclo gravídico puerperal nem logrou aproximações entre especialidades médicas masculina (Urologia) e feminina (Ginecologia).

Nos anos 1990, ainda que se alargue o grau de consciência sobre as questões assistenciais e a saúde reprodutiva, decorrentes do desmonte do Estado e de prescrições neoliberais, a visão holística acerca da saúde pouco avança. O PAISM, em sua estrutura e ações, acaba por distinguir lugares sociais sexuados, que conformam desigualdades de gênero, o que dificulta a concretização dos próprios direitos reivindicados: “uma coisa é inegável: a questão do planejamento familiar, ou do controle da natalidade, ou da regulação da fecundidade, está agora, no Brasil, envolta em um discurso novo, construído através de uma complexa sucessão de embates, antagonismos e alianças entre interesses diversos” (Fonseca Sobrinho, 1993, p. 179).

O PAISM, porém, nesses anos de experiência, por priorizar o feminino, transformou-se num programa restrito às mulheres, feito por mulheres e dirigido às mulheres (Costa, 1999). A pouca discussão ou a ausência das questões pertinentes ao masculino, fizeram com que esse programa, nessa formulação, acentuasse a apartação dos homens nos assuntos referentes à saúde reprodutiva, não promovendo a equidade de gênero, que beneficiaria homens e mulheres.

Embora as conferências internacionais de mulheres do Cairo e de Beijing, realizadas na década de 1990, registrem uma convocação à responsabilidade masculina no campo dos direitos sociais, as experiências de lutas por direitos reprodutivos, nessa região, chegaram aos anos 2000 sem juntar homens e mulheres.

Os homens, de certa forma, estarão afastados dos assuntos da reprodução por força da oposição e da distinção de campos pertinentes culturalmente a cada sexo. Nessa direção, Flax coloca que:

Desconstruir o modelo dos dois sexos implica admitir que 'homens e mulheres são prisioneiros de seus gêneros. O fato de que os homens sejam os tutores de uma totalidade social não

nos autoriza afirmar que eles também não sejam submetidos às regras dos sistemas de gênero' (Flax, 1992), e que tais regras têm sempre um custo (Flax, 1992 *apud* Corrêa, 1999, p. 47).

É usual que se conceba a dominação masculina como atrelada àquela exercida pelo homem sobre a mulher e não sobre a estrutura da sociedade admitida como produtora e reprodutora da dominação de gênero, atingindo, indiferentemente, homens e mulheres. A organização da sociedade é concebida sob a lógica heterossexual e monogâmica. Essa lógica é reproduzida quase sempre sem questionamento. Os grupos de contraceção, em geral, visam a autonomia da mulher e seu empoderamento, não levando em consideração as relações de igualdade entre os gêneros.

As teorias feministas trazem novas contribuições teóricas à discussão da partilha de responsabilidades masculinas/femininas no campo dos direitos reprodutivos com o conceito de gênero. Inserido nas experiências e no ideário das relações entre os homens e mulheres, esse conceito impulsiona novas orientações de estudos sobre as mulheres: evidenciam que não basta estudar as mulheres; é preciso estudar as relações sociais entre os sexos. A percepção tradicional de reprodução como “assunto de mulher” muda com esse conceito. Ele permite distinguir o grau de feminilização do PAISM, um primeiro resultado das observações realizadas a partir de 1999, nas salas de planejamento familiar reiniciadas no HUAP, registradas em estudos aí realizados desde então, sob esta ótica³. Também permite distinguir coisas ocultas sobre o masculino na contraceção.

As tecnologias contraceptivas — ou os métodos contraceptivos e a esterilização — permaneceram, em grande escala, no cotidiano das mulheres, apartando homens. O programa, ao incluir os homens em seu campo de observação, viu-se às voltas com problemas teóricos

3 Ver: Costa (2001); Lole (2001); Marotti (2001); Nascimento (2000); Silva (2000).

novos. Sexualidade e reprodução, assuntos dissociados, sobretudo nas práticas educativas, são reconceituados.

Os estudos da sexualidade nos diversos ramos das ciências sociais e humanas mostram que “não existe abordagem unitária da sexualidade” (Loyola, 1999, p. 32). A sexualidade é definida sob dois enfoques diferentes: um que lhe confere um estatuto autônomo, no qual o prazer e o erotismo ocupam um lugar de destaque; outro que tenta repensar a sexualidade em bases relacionais na diferença entre os sexos, o que implica uma autonomia apenas relativa, com muitas outras articulações temáticas, principalmente com os sistemas de poder e dominação. Essa segunda abordagem tem impulsionado as ciências sociais a repensar as relações entre os sexos, a sexualidade e a reprodução biológica e social, o que leva ao encontro das relações de dominação de um sexo sobre o outro e a toda uma ampla estrutura de relações sociais.

Muito se tem aprendido quanto à delicadeza dos assuntos em foco (sexualidade e reprodução), mas também quanto à necessidade de ousadia e leveza nas rupturas de silêncios e medos na abordagem de questões da sexualidade com tais reflexões.

Os primeiros estudos sobre masculinidade centraram-se no âmbito da sexualidade e não da reprodução, ainda um “assunto de mulher”. Os estudos mais atuais, todavia, associam reprodução e prazer. As experiências do PAISM, principalmente, demonstram a necessidade de dissociar sexualidade e reprodução em uma perspectiva relacional dos sexos.

A responsabilidade das mulheres pelo controle da fecundidade vem se modificando aos poucos: casais estão adotando métodos contraceptivos que exigem a decisão masculina — como na escolha do preservativo e do método de esterilização (laqueadura de trompas ou vasectomia). A partilha de responsabilidades no planejamento familiar passa a exigir ainda programas educativos com novos conteúdos.

A Lei nº 9.263 de 12/01/1996 (Brasil, 1996) enfatiza que o planejamento familiar é direito assegurado a todo o cidadão, embora as práticas assistenciais nesse campo continuem dando pouca atenção

aos homens no que tange aos serviços de saúde, refletindo o modo pelo qual culturalmente se constrói a identidade de gênero. A quantidade de serviços de saúde voltados para a mulher e a criança, e mais recentemente, para os idosos por si só fala disso.

As práticas de contracepção ensejadas pela demanda de mulheres pobres não atendidas podem ser qualificadas como própria aos “feminismos informais”, noção do historiador MacLaren sobre o aborto na França no século XIX, lembrada por Michelle Perrot *et al.* (2001). Isso me sugere também, a natureza do movimento masculino oculto pelo controle da “paternidade”.

Pesquisas demográficas do final da década de 1980 e início de 1990 mostram o crescimento de índices percentuais de esterilização masculina, desde os anos 1980 (Berquó, 1993). As minhas pesquisas (Lole, 2003; 2006) indicaram, porém, que essa esterilização — ainda não avaliada em suas dimensões — já existiam como demanda masculina no início dos anos 1970 e se faz acompanhar, regularmente, do medo de perda de potência e virilidade. Isso parece ter responsabilidade na timidez e no silêncio com que esse movimento se expressa.

A inserção do masculino na discussão de saúde reprodutiva leva a superar a participação restrita dos homens no apoio à gravidez, nos cuidados com a prole e no uso de métodos contraceptivos. É uma forma de repensar o papel dos homens nos assuntos reprodutivos, bem como, a des-feminilização da reprodução. Clássicos padrões comportamentais quanto à divisão de responsabilidades reprodutivas antes admitidas como obrigações femininas estão mudando. A demanda por esterilização masculina reafirma a construção do social das relações de gênero como um elemento central de análise da sexualidade. De fato, as representações sociais sobre reprodução estão se transformando. Os aspectos relacionais da reprodução vistos na participação masculina no controle contraceptivo, ainda pouco estudada, revelam que “o medo de engravidar também é masculino” (Lole, 2003).

Suely Gomes Costa (2001) faz uma crítica ao PAISM ao dizer que o programa chegou ao século XXI anacrônico quanto aos seus conteúdos

de origem. Uma das dificuldades de desconstrução do PAISM original localiza-se no embate entre velhas e novas representações sociais sobre os lugares femininos e masculinos nas salas de planejamento familiar. A inserção do masculino nos assuntos da reprodução, na partilha desse espaço por homens e mulheres, na discussão de saúde reprodutiva, sexualidade e prazer, permanece um desafio. Ainda que em sua formulação original, os documentos de instituição do PAISM sustentem a participação do masculino nos programas de planejamento familiar — nas ações de concepção e contraceção —, passados mais de 40 anos de sua implantação, essa participação no PAISM não se consolidou.

Nos anos 1990, tudo indica que um novo estado de consciência parece levar à descoberta da feminilização do PAISM, até pouco tempo ainda uma lacuna nos estudos desse programa. O grande desafio da contemporaneidade é procurar compreender a negação e o cerceamento dos direitos no campo da reprodução. As representações sociais dos primórdios da implementação do programa de assistência materno-infantil estão em ideologias que se dizem “protetoras”, mas, que desqualificam a autonomia e a capacidade daqueles que são atendidos pelos programas de planejamento familiar e, que estão à mercê do SUS.

A experiência do HUAP confirma de um lado, a sobrevivência das ideias que legitimavam o programa de assistência materno-infantil, e que tiveram continuidade na implementação do PAISM, limitando-o a uma prática voltada para a mulher; alguns profissionais de saúde estavam apreendendo as transformações contemporâneas postas pelas saídas das mulheres para o mercado de trabalho, por ampliação dos métodos contraceptivos e novos arranjos familiares. Entretanto, outros não as percebem. Minhas observações aprofundam a análise sobre a apartação do masculino, não mais cabível no momento em que tantos homens buscam a con(tra)cepção. Nessa perspectiva, ao discutir saúde reprodutiva, aproximei-me de um universo contraditório de práticas e representações sociais que, historicamente, vêm ditando formulações e maneiras de se implementar políticas sociais destinadas a essa área.

Por um novo conceito de planejamento familiar: pesquisa e ação no HUAP

As experiências de planejamento familiar do HUAP, anteriores a 1999, não fugiram à tendência observada na rede de saúde: a ênfase era também dada à presença das mulheres nesse espaço. Estudos anteriores de Nascimento (2000) mostraram que no período de abril e outubro de 1999, a participação masculina nas salas de planejamento familiar do HUAP foi de aproximadamente 10% em relação à feminina no mesmo período: “entre abril e outubro de 1999, em 101 mulheres atendidas, apenas 10 homens estiveram presentes” (Nascimento, 2000, p. 39). A presença masculina nos grupos de saúde reprodutiva/planejamento familiar do HUAP entre 1999 e 2000 cresceu exponencialmente, seja pelo novo estado de consciência de homens e mulheres que partilhavam a responsabilidade da contracepção — indicando uma tendência de mudança no comportamento reprodutivo —, seja pela exigência do dispositivo da Lei de esterilização que prevê a participação de homens e mulheres candidatos à esterilização em grupos de aconselhamentos em planejamento familiar. Desde 1999, quando inaugurou o atendimento a homens até junho de 2003, dos 1.092 participantes cerca de 167 eram homens.

Evidenciada a importância da presença de homens e mulheres, ampliaram-se objetivos comuns aos dois sexos: não somente informações sobre métodos contraceptivos, mas também a abordagem de outros pontos como a sexualidade e prazer, riscos e prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), prevenção de câncer de colo de útero, de mama, de próstata e de pênis, partindo das experiências de cada usuário. Nessas condições, as práticas educativas em saúde reprodutiva, até então, um território apartado de homens e mulheres permitiram a crítica à feminilização dessas práticas e entender melhor, logo a seguir o silêncio masculino sobre a reprodução (Nascimento, 2000).

A maior participação masculina nos grupos de saúde reprodutiva/planejamento familiar trouxe uma inovação das práticas reprodutivas e uma necessidade de aprofundamento nos assuntos relativos à sexualidade e ao prazer. A equipe responsável pelas ações de planejamento familiar do HUAP⁴, numa posição crítica às orientações originais do PAISM, adotou novos conceitos e agrupou suas ações como de educação em saúde reprodutiva. Assumiu, desde então, uma posição isolada e corajosa frente à demanda masculina, já que na rede de saúde da região foi a única unidade a realizar a cirurgia de esterilização masculina — vasectomia — a partir da data da vigência da Portaria em 1999 (Brasil, 1999).

O programa de planejamento familiar, nesses termos, atinge homens e mulheres, com a sua pluralidade e diversidade, envolvendo sexualidade, contracepção, prevenção de DST/AIDS. Nesse sentido, transcenderam-se os objetivos primeiros de planejamento familiar e, com isso, o programa não comportava mais essa determinação, ampliando-se para um trabalho de educação em saúde reprodutiva. A inserção dos homens no programa foi integralmente assegurada. Tal inserção foi favorecida pelo protocolo de procedimentos que efetivaram no HUAP a esterilização masculina e feminina, nos termos postos pelo Ministério da Saúde. Demandas de esterilização masculinas, antes desconhecidas, agora se expressavam regularmente. Com isso, aproximava-se da tragédia existencial e assistencial de homens

4 A equipe era composta pela Assistente Social Leila Maria Campos Guidoreni, a enfermeira Clóris Marfisa Rimes Torres, a professora da Escola de Serviço Social da UFF Suely Gomes Costa, o médico ginecologista e obstetra Dr. Maurílio Alves Pereira, o médico urologista prof. Dr. Carlos Jardim, estagiárias de Serviço Social e bolsistas de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC/UFF) e de Treinamento. O relacionamento horizontal entre membros da equipe contribuiu para melhor articulação de trabalho de grupo e da formação de uma equipe multidisciplinar. O programa era realizado em duas reuniões consecutivas, às terças-feiras de 13 às 16 horas, na sala de Educação Continuada no 3º andar do prédio anexo no HUAP, com a participação, em média, de 15 (quinze) pessoas — homens e mulheres.

e mulheres que buscavam limitar o tamanho de sua prole na região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse direito se confrontava com resistências na área de saúde do setor público decorrentes de velhos medos relativos a possibilidades de retorno de políticas controlistas.

O programa prosseguia como parte das funções do ambulatório de Ginecologia, mas a partir de então em parceria com o ambulatório de Urologia do HUAP e com o projeto de pesquisa “Saúde reprodutiva e cidadania” sob coordenação da profa. Suely Gomes Costa (SSN/UFF). Participei do atendimento no Ambulatório de Urologia, às terças-feiras de 09 às 12 horas, tanto no período da graduação como no mestrado, para marcação e realização das entrevistas com os usuários que realizaram a cirurgia de vasectomia, em parceria com o professor Dr. Carlos Jardim — urologista que realizava as cirurgias de vasectomia. O programa de saúde reprodutiva do HUAP tornou-se referência nas cirurgias de esterilização masculina, já que atendíamos demandas de Niterói e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

As salas de pré-consulta em planejamento familiar do HUAP ampliaram a discussão teórica na área de contracepção das práticas de educação em saúde reprodutiva, com inovações pedagógicas e de procedimentos assistenciais a serviço do alcance de direitos e da cidadania. O “Seminário Masculino, Feminino, Singular, Plural”⁵, realizado em agosto de 2002, por exemplo, ao lotar o anfiteatro Argemiro de Oliveira, no HUAP, anunciou publicamente preocupações coletivamente partilhadas com novos objetos de análise no campo da sexualidade, das demandas das práticas educativas em saúde reprodutiva e das relações de gênero. Nele, a masculinidade bem como a sexualidade, assuntos abordados na perspectiva relacional entre o masculino e feminino, e também, entre singular (de indivíduos homo e heterossexuais) e plural (de coletivos homo e heterossexual), reafirmaram a

5 Seminário realizado no HUAP no dia 06 de agosto de 2002, organizado pela equipe de Saúde Reprodutiva/Planejamento Familiar.

dimensão política e o caráter público dessas relações. Reconheceu-se que restringir a masculinidade aos homens impede a consideração da existência de diferentes masculinidades, desconsidera as mediações que há na associação homem-masculino, e não relaciona as masculinidades às feminilidades.

O trato da sexualidade de maneira livre passou a favorecer as trocas de vivências. O programa dirigido a homens e mulheres, ampliou as discussões sobre a partilha de responsabilidades do casal em relação à saúde reprodutiva. Diante de preconceitos no trato do prazer e da relação sexual, a prática adotada é de conduzir uma discussão/reflexão com o objetivo de “desconstruir” valores e crenças desse tipo. E, uma das preocupações com a população masculina em participar dos assuntos relacionados com a saúde reprodutiva é assegurar a equidade de gênero.

As salas de planejamento familiar do HUAP nos termos inaugurados em 1999, mostraram, pela fala dos usuários e usuárias, que valores sobre a sacralização da paternidade e da maternidade estavam em transformação. A busca pela cirurgia de esterilização masculina e feminina se dava não apenas por dificuldades financeiras, mas também por uma tendência que parecia expressar um desejo coletivo de não procriar. Segundo Badinter (1986, p. 258), “a contracepção, pondo fim aos ditames da natureza, revelou uma verdade impensável ainda há pouco tempo: o destino feminino não está mais circunscrito à maternidade. Algumas mulheres escolhem mesmo excluí-lo deliberadamente de suas existências”. Os homens partilhavam desses mesmos desejos. Essa partilha de responsabilidades de homens e mulheres na contracepção estavam em várias falas de usuários: “O problema não é o uso da camisinha e sim o medo de engravidar, pois a camisinha já usamos mesmo” (J., homem, 41 anos); “Minha esposa não pode engravidar, então, resolvi fazer a vasectomia” (A., homem, 40 anos); “Quero vasectomia para poupar minha mulher” (R., homem, 28 anos); “Pra mim é melhor do que para minha esposa, pois entro andando e saio andando” (C., homem, 32 anos).

Nessas falas, alguns homens, mesmo diante de tabus e preconceitos que envolvem a vasectomia, buscavam dividir com suas mulheres problemas da saúde reprodutiva e, indicam que “o medo de engravidar também é masculino” (Lole, 2003). As representações acerca da vasectomia estavam fortemente presentes no imaginário sobre o medo da impotência; como se a vasectomia fosse castração. Nas falas: “Ele pensa que não vai ser mais homens” (M., mulher, 25 anos) e “Meu marido não quis vir porque tem vergonha” (M., mulher, 22 anos), percebemos alguns dos desafios das práticas de educação em saúde reprodutiva. Os segredos que cercam a esterilização masculina ainda não foram bem descortinados e, isso depende de um novo senso comum sobre as práticas de esterilização humana. Nesse contexto, os homens expressavam, como demonstrado em muitas falas, o desejo de controlar o tamanho da prole, desejo esse mantido em silêncio.

Haviam outras motivações para essa decisão masculina. Em depoimentos colhidos, usuários vasectomizados no HUAP afirmam essa escolha como modo de obtenção de mais prazer sexual, uma vez que não há a preocupação com gravidez indesejada: “A vantagem que eu espero é que eu vou ficar mais tranquilo com a minha mulher, não vou precisar mais usar camisinha, vou ficar sem medo da camisinha estourar” (J., homem, 33 anos) ou ainda na seguinte afirmação: “Despreocupação. Ter relação com a minha esposa sem a preocupação de engravidar indesejavelmente” (J., homem, 41 anos).

O senso comum relativo às representações sociais do corpo, da reprodução e da sexualidade; conforme condutas de homens diante de práticas reprodutivas nessas salas estavam se alterando. Mudanças paradigmáticas nos conteúdos educativos da saúde reprodutiva se dão nessas circunstâncias, exigindo avanços nas práticas profissionais. À época, numa das entrevistas realizadas na pesquisa de mestrado, a assistente social da gerência do Programa da Mulher da cidade do Rio de Janeiro disse sobre a resistência de profissionais quanto à presença masculina nos grupos. A des-feminilização das reuniões e da noção

que tratava a reprodução como “coisa de mulher” estavam sendo uma forma de fazer valer a noção de que homens e mulheres partilhavam os assuntos relativos à saúde reprodutiva e, contribuía para a (re)visão de muitas representações, mitos e estigmas sobre corpo, prazer, sexualidade e reprodução. Isso se fazia, ainda, com a desconstrução do caráter puramente biológico das referências de orientação das práticas educativas em salas de planejamento familiar.

Profissionais de saúde também portam, propagam e reconstróem representações sociais. As representações sociais, assim, formam um complexo campo de estudo que ajuda a traduzir significados nas relações sociais nas quais nos inscrevemos coletivamente. Conforme indica Minayo (1997, p. 32): “nossas representações sociais, nossas concepções sociais são capazes de revelar a natureza contraditória da sociedade em que vivemos, do grupo social que frequentamos e, de outra forma, representamos”. Profissionais de saúde, se alertados para os diferentes discursos dos integrantes das salas, podem retirar de vários tipos de experiências, modos de entender significados da linguagem e das práticas sociais a ela vinculados. Minayo (1997, p. 32) parte do princípio de que: “uma concepção social ou uma representação social é capaz de revelar a natureza contraditória da realidade: ela une a base material e a ideia que vigora na sociedade. Se a ideia influencia a base material, esta, por sua vez, também repercute na elaboração das concepções vigentes”.

As representações sociais portam algumas características que lhes asseguram uma certa continuidade e permanência no tempo e no espaço. Há aquelas estáveis, rígidas e resistentes às mudanças, pouco sensíveis ao contexto imediato, caso das representações da maternidade que chegam mesmo a consolidar a homogeneidade das mulheres, numa identidade biológica (Abric, 1998) e representa as masculinidades fortemente vinculadas ao modelo do homem “viril, machão, potente”, distante dos lugares das mulheres. Características masculinas, fora desse modelo, mais individuais e contextualizadas, seriam elementos periféricos.

Nessa experiência, aprendi que: as dinâmicas do grupo de saúde reprodutiva/planejamento familiar do HUAP procuravam desfazer as hierarquias e desigualdades entre os membros da equipe e usuários e usuárias; o exercício de avaliação da experiência de grupo pelos e pelas participantes após cada encontro demonstrava a eficácia da dinâmica empregada nas reuniões; homens e mulheres compartilhavam, sem constrangimentos, de assuntos da intimidade; a linguagem lúdica introduzida pela assistente social Leila Guidoreni estimulava os usuários e usuárias a compartilharem suas experiências, contribuindo para avaliação de práticas assistenciais; o relacionamento horizontal entre a equipe e entre equipe e usuários e usuárias favoreciam a desconstrução de hierarquias e a maior aproximação entre participantes.

As salas de planejamento familiar ofereceram-me a oportunidade de vivenciar um processo continuado de pesquisa participante e de obter daí preciosas indicações sobre os rumos das práticas educativas em saúde reprodutiva.

Considerações finais

Nessa experiência compreendi que os problemas da saúde reprodutiva, por estarem relacionados à intimidade, são tratados com dificuldades por todos e todas que se ocupam dela. A minha participação nas salas de planejamento familiar no HUAP, durante os dois anos iniciais de minha pesquisa (2001 a 2003), possibilitou-me uma sistemática observação participante e registros de depoimentos de homens e mulheres sobre seus dilemas e escolhas no âmbito da reprodução. Dos depoimentos semanais de grupo pude recolher informes diversos, tais como, representações sobre corpo, prazer, sexualidade, concepção e contracepção além de medos, segredos, preconceitos, dentre outras.

As reflexões no campo da saúde reprodutiva ganharam muito com estudos sobre masculinidades associados aos de gênero que, a partir dos anos 1990, passaram a reorientar clássicas abordagens

sobre sexualidade e reprodução. A essas contribuições intelectuais foi possível associar esse ao processo de mudanças paradigmáticas na orientação de práticas de educação em saúde reprodutiva — vivenciadas na experiência do HUAP, cuja cobertura se estendia a toda a região metropolitana revelando os problemas em que se debate o SUS. Homens de diferentes municípios dessa região recorriam ao HUAP, então credenciado para os procedimentos de esterilização masculina e feminina. Assim, essas salas se tornaram um observatório regional⁶ das questões da concepção e da contracepção naquele momento, expondo desejos comuns a homens e mulheres de controle de decisão sobre o tamanho da prole.

Nessa direção, minha pesquisa de mestrado se construiu através de uma investigação de campo, portanto, próxima das práticas e representações sociais que organizam as relações de gênero e que generificam ações de políticas ou programas ligados à saúde reprodutiva. Cabe evidenciar que a vasectomia é parte da transformação de condutas masculinas na reprodução, e, nesse sentido, de um processo de longa duração histórica sobre lugares masculinos e femininos. Assim, a esterilização masculina na história do tempo presente só pode ser abordada através da micro-história, ressaltando que o “recurso à micro-análise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem de inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço ‘macro’” (Revel, 1998, p. 20).

6 As salas de planejamento familiar do HUAP recebiam pesquisadoras e pesquisadores de outras instituições. O pioneirismo das atividades desenvolvidas neste espaço pode ser visto pelo depoimento de Carla Almeida, que realizou observação participante nas salas no ano de 2002 para sua pesquisa de doutoramento: “A instituição foi selecionada tendo em vista ser, na época, uma das poucas propostas de trabalho que efetivamente incluía homens e mulheres nos “grupos educativos” (Almeida, 2004, p. 5).

No período do mestrado, com novos estudos, adquiri maior segurança e estabeleci, com mais sistematização, novas referências de orientação para pesquisa junto a alguns interlocutores. Numa relação bem mais próxima pude colocar minha preocupação com a entrevista, tantas vezes sentida como uma intrusão na privacidade do outro. Isso fez com que o diálogo se tornasse mais “leve”. Nas situações de entrevista, fui aprendendo que o processo de comunicação e a linguagem desenvolvida no diálogo são partes importantes da criação de cultura e das trocas simbólicas a que se refere Bourdieu (2001). Por se tratar de uma pesquisa sobre a “intimidade” masculina, um assunto muito especial, tive que vencer, pouco a pouco, as inibições postas pela diferença de sexo, e aprender modos de criação de uma relação confortável entre entrevistadora e entrevistado, sobretudo da fala e da escuta, de um diálogo atento, sem constrangimentos, como indicado por Bourdieu:

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca [...] é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca (Bourdieu, 1997, p. 695).

Tive que compreender meus próprios limites, censuras, conceitos e preconceitos e, do mesmo modo, reconhecê-los no entrevistado, única forma de atingir objetivos propostos de produção de conhecimento sobre a intimidade por esta via. As observações indicaram que homens de segmentos médios e populares dessa região metropolitana, irrigada de serviços de saúde, só procuravam os serviços de saúde após ouvirem depoimentos de amigos, de vizinhos que já haviam participado dos grupos e realizado a vasectomia. Percebi por parte dos serviços um grande silêncio sobre a vasectomia e, ao mesmo tempo,

a formação de uma rede informal feita através de homens vasectomizados e candidatos à vasectomia; pude me valer dessas redes para chegar a alguns dos entrevistados. As entrevistas confirmaram que homens e mulheres, no decorrer de suas biografias, buscam o controle da prole, mesmo que de forma clandestina.

Apesar dos esforços, é fundamental apontar que muitas coisas não foram ditas, pois é assim: sempre existirão coisas não ditas, até para serem ditas em outro momento. Talvez esse capítulo seja o “outro momento” para que eu possa dizer o quão importante a professora Suely Gomes Costa e a assistente social Leila Guidoreni foram para a implementação de salas mistas de planejamento familiar no estado do Rio de Janeiro. Quero destacar a importância dos sujeitos, porque essa experiência das salas de planejamento familiar no HUAP poderia não ter sido dessa forma, foi inovadora porque Suely e Leila estavam lá. O contexto vivenciado no HUAP naquele momento foi favorável, mas, com certeza, os sujeitos também fazem toda a diferença.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.
- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. *"Fechando com Chave de Ouro": o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BERQUÓ, Elza. Brasil, um caso exemplar — anticoncepção e parto cirúrgicos — à espera de uma ação exemplar. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1993, v.1, n. 2, p. 366-81, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 693-713.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 [Lei do Planejamento Familiar]*. Brasília/DF: Diário Oficial, 15/01/1996.
- BRASIL. *Portaria nº 41, de 11 de fevereiro de 1999*. Brasília/DF: Diário Oficial, 11/02/1999.
- CORRÊA, Sonia. PAISM: uma história sem fim. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, 1993, v. 10, n. 1/ 2, p. 3-12, jan./dez. 1993.

- COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis/SC, v. 10, n. 2, p.301-324, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. Repensando o PAISMCA. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 109-122, nov. 1999.
- COSTA, Suely Gomes. *Saúde reprodutiva e cidadania*. Projeto de pesquisa. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, 2001.
- FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: FNUAP, 1993.
- LOLE, Ana. *Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência da vasectomia*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- LOLE, Ana. *O masculino e as práticas contraceptivas*. Projeto de pesquisa de Iniciação Científica — PIBIC. Departamento de Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2001.
- LOLE, Ana. *O medo de engravidar também é masculino*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Departamento de Serviço Social de Niterói, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2003.
- LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- MAROTTI, Adriana Fonseca. *Transgressões femininas e o direito à laqueadura de trompas: a face oculta de uma luta*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Departamento de Serviço Social de Niterói, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2001.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Saúde e doença como expressão cultural. In: AMÂNCIO FILHO, Antenor; MOREIRA, Maria Cecília G. B. (org.). *Saúde, trabalho e formação profissional*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
- NASCIMENTO, Luciana Adrielle do. *Saúde e gênero: reflexões sobre o masculino no campo da saúde reprodutiva*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Departamento de Serviço Social de Niterói, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2000.
- PERROT, Michelle et al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero*, Niterói: EdUFF, 2001, v. 2, n. 1, p.7-30, 2º sem. 2001.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.
- SILVA, Claudia Ferreira da. *Reflexões sobre práticas educativas em saúde reprodutiva*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Departamento de Serviço Social de Niterói, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2000.

Cultura de bem-estar social na agenda da ONU e do CBCISS de 1968-1978

Elisabete Cruvello

Introdução

As instituições protetoras surgiram com um ofício preciso: gerar proteção social a partir do uso de estratégias como caridade, filantropia e políticas sociais. Em sua trajetória, essas viveram metamorfoses que conotam um processo de reconcepção do ideário de bem-estar social. As práticas de cooperação e de solidariedade para mediar os conflitos intrínsecos à história da humanidade sinalizaram a gênese política em que configuraram as práticas das instituições protetoras e a natureza de suas agendas: *“las situaciones dramáticas que reclaman ayudas de urgencia son de origen esencialmente político: proceden de la guerra, de la tirania, de estructuras econômicas y sociales injustas”* (Senarclens, 2000, p. 22).

Minha tese de doutorado intitulada “Cultura de bem-estar social e messianismo: as Conferências da ONU e o CBCISS (1969-1978)”, defendida em 2015 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), reflete uma parte da história pessoal da minha orientadora, professora Suely Gomes Costa, ao registrar o papel do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS), como uma instituição nacional em torno da agenda de bem-estar social. Relembrando nossos encontros de orientação de tese em 2010, a sigla CBCISS não tinha

significado para mim no início da minha pesquisa, uma vez que minha formação reside nos campos das ciências sociais e da educação. Porém, fui convencida e desafiada por ela para pesquisar sobre as afinidades entre cultura de bem-estar social e messianismo, aproximando duas organizações peculiares, de natureza distintas, criadas em meados da década de 1940: a Organização das Nações Unidas (ONU) e o CBCISS.

Para esse capítulo, em virtude do número de páginas, escolhi o debate sobre a agenda do bem-estar social, explicitando seus conteúdos discursivos e o contexto histórico cultural das Conferências realizadas pela ONU, de 1968-1978. No que diz respeito ao conceito de messianismo, saliento que Michael Löwy (1989, p. 20) o concebe como um processo dialético envolvendo duas tendências ambíguas e articuladas: “a restauração do estado ideal do passado e a utopia que aspira a um futuro radicalmente novo”. Essa tensão dialética entre restauração da ordem e de construção de recomendações utópicas para conformar uma “outra” internacional (ONU) e nacional (CBCISS) na agenda do processo das políticas concernentes ao desenvolvimento social e da implementação dos direitos sociais.

Os eixos analíticos que estruturam este capítulo são três: o primeiro apresenta as peculiaridades entre os dois sujeitos coletivos em termos de sua agenda e de seus atores políticos. O segundo esmiúça os conteúdos discursivos das Conferências da ONU de 1968-1978 no que diz respeito à cultura de bem-estar social, bem como ressalta o contexto histórico social que engendrou sua configuração. O terceiro revela a divulgação da agenda bem-estar social no âmbito brasileiro, via CBCISS e suas ações de intercâmbio de profissionais, organização de encontros nacionais e de matérias publicadas em suas revistas.

Intelectuais do CBCISS atuaram na preparação de relatórios nacionais para a Conferência de Ministros de Bem-Estar Social (1968), na organização de seminários e na transmissão dos resultados dessas conferências em suas publicações (“Temas Sociais” e “Debates Sociais”). Profissionais pertencentes ao quadro do CBCISS receberam bolsa de estudo das Nações Unidas para aperfeiçoamento em distintas

universidades do exterior. Na verdade, a história do Serviço Social no Brasil entrecruza as discussões da ONU no que tange ao desenvolvimento de uma cultura de bem-estar social.

A partir da articulação entre esses eixos analíticos, procuro demonstrar que o exame do movimento de apropriação cultural realizado pelo CBCISS em torno das recomendações de bem-estar social fomentadas nas Conferências da ONU possibilita interpretar as interseções entre os contextos internacionais e nacionais. No bojo do movimento de apropriação cultural, os significados da cultura de bem-estar social internacional sofreram ressignificações nos espaços nacionais, explicitando as questões norteadoras: com que significados concepções de bem-estar social foram discutidas nas Conferências da ONU? Como o CBCISS capta e registra essas concepções de bem-estar social em suas publicações de 1968-1978?

Aproximações transversais entre ONU e CBCISS

Admite-se que a agenda concernente ao bem-estar social aproxima as duas organizações: ONU e CBCISS. Não obstante o fato de possuírem agendas afins, a respeito do bem-estar social, estes dois entes não se relacionam diretamente, mas de maneira transversal. A primeira peculiaridade dessa relação diz respeito à composição de cada instituição em tela. As Nações Unidas são compostas por Estados Membros que se relacionam, possuindo direito de voto em seus fóruns. Seus principais canais de interlocução entre os países constituem a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, nos quais, em geral, participam os chefes de estados, ministros e diplomatas de carreira. Por outro lado, o CBCISS é formado por intelectuais em sua maioria originários do Serviço Social, das Ciências Sociais e campos afins.

Nesse sentido, constituem sujeitos coletivos de natureza distinta: na ONU a relação ocorre entre estados, enquanto no CBCISS as relações se dão entre intelectuais, especialmente, do Serviço Social. No

entanto, os atores do CBCISS compartilharam indiretamente dos espaços da ONU, via Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e Conselho Internacional de Bem-Estar Social (ICWS), como ilustra a Figura 1:

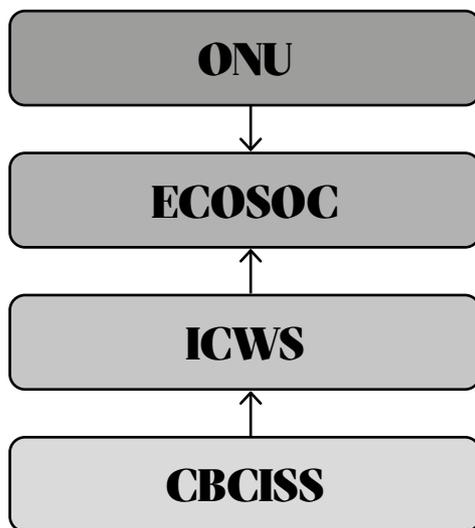


FIGURA 1. Mediações entre a ONU e o CBCISS¹
FONTE: Elaborada pela autora.

O ECOSOC constitui um órgão subordinado à ONU, encarregado da discussão e da operacionalização de projetos econômicos, sociais e afins. Desde a formação da ONU, na década de 1940, o ECOSOC permite a participação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) convidadas em suas comissões, comitês e fóruns. O ICWS constitui uma das primeiras ONGs com status consultivo do ECOSOC. No período em destaque, um grupo de intelectuais brasileiros instituiu

1 Extraído da minha tese de doutorado (Cf. Cruvello da Silveira, 2015, p. 5).

o CBCISS como um comitê do ICWS², objetivando estreitar a cooperação e o intercâmbio entre os profissionais do Serviço Social das instituições brasileiras e estrangeiras.

O CBCISS foi idealizado como “espaço de esperança transformadora” (utopia) e “espaço de encontros”, acepções narradas na publicação institucional sobre suas memórias. O surgimento desse comitê do ICWS, ocorreu em decorrência da “mobilização das pessoas para estudarem e discutirem o problema da pobreza, apresentarem projetos para sua eliminação e participarem de programações que implicam políticas sociais, visando justiça social, desenvolvimento social e bem-estar social” (CBCISS, 2002, p. 19).

Assim também, a gênese da ONU ocorreu na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, de um acordo entre os Estados Unidos e os Aliados, Inglaterra e a antiga União Soviética, no sentido de restaurar os destroços dessa Guerra em duas frentes de ações: debater o futuro da ordem e da política mundial, como também, promover a agenda de bem-estar social no que tange ao desenvolvimento econômico e social das nações participantes do sistema onusiano. Para Gelson Fonseca Júnior (2008, p. 22), existem muitas ONUs em virtude da amplitude de sua agenda que “vai do terrorismo ao combate de epidemias, do comércio de bens ao multiculturalismo, das mudanças climáticas aos direitos humanos, ou seja, não tem limites”. Ademais, sustenta: “a ONU é o que os Estados querem que seja, ou, o que os Estados querem da ONU?” (Fonseca Júnior, 2008, p. 15).

2 René Sand estabeleceu o ICWS em 1928 como Conferência Internacional de Serviço Social, sendo alterado seu nome para Conselho Internacional de Bem-Estar Social em 1967. Em sua gênese, buscou que a difusão dos resultados dos encontros com os especialistas gerasse para os governos a adoção de medidas legislativas relevantes e promoção de programas adequados voltados para a formação dos profissionais do Serviço Social, bem como para a implementação de políticas sociais. Ver o segundo capítulo da minha tese de doutorado (Cf. Cruvello da Silveira, 2015).

Essa tensão acerca da amplitude das temáticas concernentes à agenda da ONU e das demandas dos países membros da Organização sinaliza outro complicador no espaço político da ONU: a heterogeneidade dos Estados Membros que são desiguais em termos de poder econômico, político, cultural, militar, tecnológico, territoriais e de recursos naturais. Ao lado disso, o número de estados participantes aumentou ao longo da história, de 51 países signatários em 1945 para 193 países no século XXI.

Nesse sentido, os sonhos relativos à paz mundial atravessam a história da ONU, bem como as disputas econômicas e as tensões políticas voltadas para o desenvolvimento à luz do embate Norte *versus* Sul³. Os dois principais órgãos da ONU — Conselho de Segurança e Assembleia Geral — espelham as contradições relativas à utopia de paz mundial, uma vez que o poder de controle reside no Conselho de Segurança, e, o poder de estabelecer linhas de política acontece na Assembleia Geral no tocante ao desenvolvimento econômico e social⁴. O sistema onusiano é complexo, intrincado e com uma rede de Agências Especializadas⁵, com o ECOSOC e diversas outras Comissões vinculadas às temáticas globais, regionais e locais.

3 Países do Norte englobam as nações ricas e hegemônicas que perpetuam o sistema de exploração capitalista dos países do Sul, grande maioria mundial, com situações indignas de proteção social e de precarização do desenvolvimento social.

4 A Assembleia Geral está composta pelos Estados Membros, possuindo um voto cada um. Por outro lado, o Conselho de Segurança agrupa de modo permanente as cinco potências mundiais com poder de veto: Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China. Outros países são eleitos, participando de modo rotativo, e, votando as resoluções, mas sem veto.

5 Na perspectiva de bem-estar social são: OIT (Organização Internacional do Trabalho); FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação); OMS (Organização Mundial da Saúde); UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura), além da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância). Existem os Programas, como PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); UN-HABITAT (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), PMA (Programa Mundial de Alimentos), PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Da mesma forma, diferentes capacidades de poder para discutir e influenciar as decisões tomadas na Assembleia Geral da ONU, sucedem em suas Conferências Mundiais, denominadas de *soft power*⁶, ou seja, poder de persuasão e de barganha. Nesse sentido, o papel da ONU e de suas agências especializadas consiste na elaboração de recomendações que desencadeiam uma obrigação moral, ou, uma necessidade de aplicar os pactos referendados no contexto nacional pelo país participante.

Para Monica Herz e Andrea Hoffmann, “as organizações internacionais são ao mesmo tempo atores centrais do sistema internacional, fóruns onde ideias circulam, se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, e mecanismos de cooperação entre Estados e outros atores” (2004, p. 23). Ademais, citam duas práticas multilaterais associadas como um desdobramento dos debates produzidos nas cúpulas mundiais e regionais:

- Criação de canais, redes de comunicação e de cooperação horizontal entre os Estados e outros participantes como ONGS, universidades e especialistas a fim de produzir documentos, pesquisas para fundamentar as recomendações;
- Elaboração de projetos de assistência técnica, ajuda humanitária, cooperação científica e multilateral, bem como transferência de fundos em forma de empréstimo condicionado via Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) no campo da política econômica.

Em relação ao espaço político das Conferências Mundiais é possível afirmar que essas são caracterizadas como de intercâmbio assimétrico, voltados para a construção de consensos e de respostas aos

6 O *hard power* significa poder duro, adindo a capacidade militar e econômica, enquanto o *soft power* expressa a capacidade de articulação dos atores de convencer, influenciar e negociar os acordos entre os estados.

problemas da agenda para a coletividade internacional e regional. Nas Conferências Mundiais da ONU, se os Estados Membros são representados por diplomatas, ministros e técnicos do governo nacional responsável pela matéria da cúpula, outros atores participam como convidados e observadores: as agências especializadas do sistema onusiano e as ONGs. O papel das ONGs merece destaque, uma vez que funcionam como grupos de pressão para inclusão de temáticas na construção da agenda, como também no contexto preparatório das Conferências que instrumentalizam suas posições críticas.

O CBCISS, como uma representação do ICWS, com assento no ECOSOC da ONU, divulgou e ressignificou o ideário de bem-estar social onusiano no contexto brasileiro, configurado nas Conferências de 1968-1978. A transversalidade perpassa esses quatro sujeitos coletivos, estabelecendo aproximações de projetos, concepções e respostas às demandas da sociedade mundial, regional e nacional, discutidas à continuação.

Conteúdos discursivos das Conferências da ONU de 1968-1978

Uma agenda não é abstrata, nem se conforma no vazio histórico, ou seja: um problema somente se torna público, quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram uma questão da agenda política para uma coletividade. Segundo Secchi (2010, p. 8): “um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa de alcance de uma situação melhor”. A relação entre sociedade, estado e economia demonstra a conformação da agenda de bem-estar social no período sete Conferências da ONU selecionadas, descritas no Quadro 1:

QUADRO 1. Conferências Mundiais da ONU — 1968-1978

TEMA	LOCAL	ANO	ORGANIZADOR
Bem-Estar Social	Nova York	1968	ECOSOC
Direitos Humanos	Teerã	1968	Assembleia
Meio-Ambiente	Estocolmo	1972	Assembleia
População e Desenvolvimento	Bucareste	1974	ECOSOC
Mulher	México	1975	ECOSOC
Assentamentos Humanos	Vancouver	1976	Assembleia
O Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância	Genebra	1978	Assembleia

FONTE: Elaborado pela autora com dados das Nações Unidas.

O desarmamento, questão da Palestina, desenvolvimento social atrelado ao econômico e emancipação dos direitos humanos constituem os principais temas de agenda. Por outro lado, esses temas decorreram das reorientações no sistema internacional da conjuntura dos setenta: crise econômica, *détente*, busca da nova ordem mundial, diversidade de interesses e parceiros. Vale a pena frisar que o aprofundamento das tensões da conjuntura de 1947-1967 alimentou o processo de inclusão desses problemas na agenda dos fóruns da ONU, a saber: processo de descolonização; organização dos países afro-asiáticos em função do seu não alinhamento; proliferação dos protestos sociais e culturais em distintas partes do mundo; embate entre palestinos e israelenses; afirmação dos direitos humanos (sociais, civis e políticos); forte explosão demográfica dos países ditos pobres, e a pobreza maciça dos países do Sul.

Por outro lado, de 1968-1978, a flexibilização da Guerra Fria, denominada *détente* ou distensão, abrandou o debate ideológico (capitalismo *versus* comunismo), além das precárias negociações com respeito à corrida armamentista dos países hegemônicos. As características essenciais dessas conjunturas estão apontadas no segundo quadro:

QUADRO 2. Contexto internacional 1946-1978

CAMPO	CONTEXTO INTERNACIONAL 1946-1967	CONTEXTO INTERNACIONAL 1968-1978
ECONÔMICO	Reconstrução da Europa	Crise econômica
	Centralização nos Estados Unidos e URSS	Estabilidade da Alemanha Ocidental, Japão e outros países; Multipolaridade econômica
	Debate norte-sul	Debate norte-sul
POLÍTICO	Bipolaridade: Relação quente (1947-1955); Coexistência pacífica (1955-1968)	Bipolaridade: Détente ou distensão (1969-1980)
	Movimento dos Não Alinhados (MNM)	Movimento dos Não Alinhados (MNM)
	Descolonização	Descolonização
	Armamento	Desarmamento (Tratado de Não Proliferação – TNP)
	Questão da Palestina	Questão da Palestina
SOCIAL	Emancipação – afirmação dos direitos humanos	Emancipação – afirmação dos direitos humanos
	Proliferação de variados protestos sociais	Enfraquecimento dos movimentos trabalhistas
	Reconhecimento do papel das mulheres	Fortalecimento do papel das mulheres

FONTE: Elaborado pela autora.

Na década de 1970 novos atores políticos e econômicos surgem no cenário internacional, estabelecendo um processo de multipolarização, ou seja: a expansão da Europa e do Japão em confronto às fissuras ocorridas na política econômica americana. Além disso, contribuiu para o processo de multipolarização a tentativa dos países latino-americanos em prol de um projeto econômico autônomo em relação aos centros hegemônicos, superando a visão que a América Latina era um mero “quintal” dos Estados Unidos.

A ampliação desses parceiros para política econômica contribuiu para a distensão das temáticas ecoadas nos foros da ONU. Os temas de natureza social e cultural ganharam espaço, como a defesa do desenvolvimento social atrelado ao econômico e a emancipação dos direitos humanos, especialmente, os direitos sociais. Se os temas ligados à segurança militar ficaram nos idos de 1970 em segundo plano, foi resultado da política de desarmamento.

Os debates acerca do desenvolvimento *versus* o subdesenvolvimento animaram os discursos nos fóruns, além de se constituir outra inflexão desse período. A formação do debate ocorreu a partir da valorização da discussão norte-sul em torno da problemática dos países pobres *versus* ricos. Essa mudança de eixo superou as fortes polêmicas entre oeste e leste (capitalismo *versus* comunismo) presentes de 1946 até início dos anos de 1970. O debate em tela foi possibilitado pelos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), bem como dos novos países industrializados, como Brasil e México.

Saraiva (2008) denominou este debate de “ilusões igualitaristas”, visto que os países afro-asiáticos conjuntamente com os países da América Latina estabeleceram uma pauta comum para os países em desenvolvimento. Conforme sua visão, “a percepção da condição de dependência estrutural em relação aos centros econômicos e estratégicos fez com que esses países sonhassem com o nascimento de uma nova ordem internacional, econômica e política mais justa” (Saraiva, 2008, p. 246).

A partir da leitura crítica dos sete Informes Finais das Conferências da ONU, identifiquei treze conteúdos discursivos derivados da análise das recomendações aprovadas, como respostas conciliatórias aos interesses dos países desenvolvidos e a pressão dos representantes do Terceiro Mundo nos fóruns, como resposta a conjuntura histórica descrita:

1. Crítica à política de armamento praticada pelos países desenvolvidos do Norte;
2. Apoio aos processos de descolonização e ao direito de ser livre;
3. Conflito entre Judeus e Palestinos. Direito da Palestina à sua terra;
4. Crítica à discriminação racial, ao racismo, ao apartheid e ao nazismo;
5. Relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento;
6. Expansão dos direitos sociais e da justiça social como bem-estar social ligado ao desenvolvimento econômico;
7. Igualdade entre homem e mulher, em termos de trabalho, educação e remuneração;
8. Preocupação com o bem-estar social e econômico dos imigrantes;
9. Defesa de melhores condições de saúde, de educação, de moradia e de assistência para os desprotegidos como idosos, mulheres, jovens, crianças e incapacitados.
10. Crítica à explosão demográfica nos países mais pobres;
11. Planejamento familiar envolvendo o número de filhos, responsabilidade do casal e uso de contraceptivos;
12. Sustentabilidade na política de habitação;
13. Proteção do meio-ambiente.

Na década de 1970, a ONU configurou uma concepção de bem-estar social abrangente consoante com o seu desígnio: preservar a ordem internacional, fomentar desenvolvimento no sentido lato, favorecer a implementação dos direitos humanos e oferecer proteção social. Esses treze conteúdos discursivos representam uma composição ou harmonização dos interesses dos países hegemônicos e dos países do Terceiro Mundo.

O terceiro quadro revela as mudanças no sistema internacional articuladas aos temas da agenda internacional, enfatizando os conteúdos discursivos das conferências que representam os múltiplos sentidos da concepção de bem-estar social sustentada.

QUADRO 3. Conexões entre inflexões, temas de agenda e conteúdos discursivos

MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL	TEMAS DE AGENDA INTERNACIONAL	CONTEÚDOS DISCURSIVOS NAS CONFERÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS NACIONAIS
<i>Detente e nova ordem mundial</i>	Desarmamento Questão da Palestina	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crítica à política de armamento praticada pelos países desenvolvidos do Norte; 2. Apoio aos processos de descolonização e ao direito de ser livre; 3. Conflito entre Judeus e Palestinos. Direito da Palestina à sua terra.
Diversidade: interesses e parceiros	Desenvolvimento social atrelado ao econômico Emancipação dos direitos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 4. Crítica à discriminação racial, ao racismo, ao <i>apartheid</i> e ao nazismo; 6. Expansão dos direitos sociais e da justiça social ligada ao desenvolvimento econômico; 7. Igualdade entre mulher e homem em termos de trabalho, educação e remuneração; 8. Preocupação com o bem-estar social e econômico dos imigrantes; 9. Defesa de melhores condições de saúde, de educação, de moradia e de assistência para os desprotegidos como os idosos, mulheres, jovens, crianças e incapacitados; 12. Sustentabilidade na política de habitação.

QUADRO 3. Conexões entre inflexões, temas de agenda e conteúdos discursivos (CONT.)

MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL	TEMAS DE AGENDA INTERNACIONAL	CONTEÚDOS DISCURSIVOS NAS CONFERÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS NACIONAIS
Crise econômica	Desenvolvimento social atrelado ao econômico	5. Relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento; 10. Crítica à explosão demográfica nos países mais pobres; 11. Planejamento familiar, responsabilidade do casal e emprego de contraceptivos; 13. Proteção do meio ambiente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Considero interessante esclarecer que os conteúdos discursivos da última coluna do quadro apresentam a numeração correspondente à classificação deste em relação aos temas da agenda internacional (segunda coluna), bem como da primeira — mudanças no sistema internacional.

A Conferência de Bem-Estar Social de 1968 foi pouco estudada na literatura brasileira consultada durante o processo de elaboração da minha tese. O inventário dos programas de proteção social disponíveis para o desenvolvimento nacional em cada contexto nacional: “*a constante interpretación pública del bienestar social como fuerza esencial constructiva del progreso de la sociedad*” (Naciones Unidas, 1968, p. 9). A única resolução aprovada nessa Conferência se vincula ao tema de agenda — “desenvolvimento social atrelado ao econômico” — bem como ao conteúdo discursivo — “relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento”, conforme esse trecho da Ata Final desta Conferência das Nações Unidas:

Los Ministros encargados de los servicios de bienestar social que participaron de la Conferencia afirmaron su dedicación al objetivo expresado en el Preámbulo a la Carta de las Naciones Unidas, a saber, promover el progreso social y elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de la libertad. Al hacerlo, subrayaron su convicción de que el bienestar social revestía fundamental importancia para la realización de tal objetivo en todos los países del mundo, cualquiera fuera la etapa de desarrollo en que se encontrasen. Al mismo tiempo, reconocieron que el respeto por los derechos humanos y las libertades individuales y la exclusión de todo tipo de discriminación constituían la base indispensable del progreso en materia de bienestar social (Naciones Unidas, 1968, p. 4).

Essa declaração realça a agenda internacional voltada para a diversidade de interesses e a busca de uma nova ordem mundial, tendo como cerne o discurso a respeito dos direitos humanos, da liberdade para a cariz liberal e o combate às formas de discriminação e exclusão. Ademais, a Declaração final assevera a promoção do desenvolvimento social atrelada ao econômico. Outro trecho o Informe Final da Conferência de Bem-Estar Social assinala as expectativas futuros dos participantes e organizadores acerca dos vínculos entre desenvolvimento social e econômico:

La Conferencia expresó su profunda esperanza de que la esperada aprobación del proyecto de declaración sobre el desarrollo social robusteciera considerablemente la política de desarrollo de los gobiernos y de la comunidad internacional durante el segundo Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo (Naciones Unidas, 1968, p. 4).

No ponto de vista da ONU, na perspectiva de valorização do desenvolvimento social atrelado ao econômico, cabe fortalecer o investimento em programas de formação profissional e de planejamento

como instrumento racional para fomentar a concepção de bem-estar social, ou seja: profissionalização do Serviço Social para aceleração da mudança social. Essa concepção encontra-se afinada às matérias divulgadas pelo CBCISS em suas revistas.

Interloquções do CBCISS: ressignificação do ideário de bem-estar social

No contexto brasileiro, o CBCISS constituiu um interlocutor e replicador da concepção de bem-estar social conformada nas Conferências em tela, especialmente, a Conferência Mundial de Bem-Estar Social de 1968. A partir de suas publicações, “Debates Sociais” e “Temas Sociais”, difundiu essa mentalidade apropriando-se culturalmente dos conteúdos discursivos fomentados pela ONU como alternativas às demandas da sociedade brasileira. Confere-se que as revistas analisadas do CBCISS esposam essencialmente as matérias relativas ao desenvolvimento social atrelado ao econômico, em especial, à profissionalização do Serviço Social.

Levando em conta o material produzido pelo CBCISS, verificou-se que algumas recomendações e resoluções aprovadas nas Conferências Mundiais tiveram mais eco no país, porém outras igualmente relevantes não surtiram resultado. Subdesenvolvimento *versus* desenvolvimento; marginalização *versus* modernização; desenvolvimento social atrelado ao econômico; emancipação dos direitos sociais; planejamento para a profissionalização do Serviço Social. Esses se tornaram bandeiras a respeito da cultura de bem estar social para os intelectuais do CBCISS, como sustenta essa declaração⁷:

7 Trata-se de Helena Junqueira que deixou um legado como uma intelectual do campo do Serviço Social, assim como Balbina Ottoni Vieira, Nadir Kfourri, Maria Augusta Albano, Maria Lucia Carvalho da Silva, Suely Gomes da Costa, dentre outras. Foram personagens presentes no CBCISS, com atuações diferenciadas.

Quando se advoga um lugar ao sol para o desenvolvimento social não se pensa em uma somatória de metas sociais justapostas às econômicas, ou em apenas ampliar recursos financeiros em curso. O que se pretende é fazer valer o conceito de desenvolvimento integrado e levá-lo à práxis (CBCISS, 1970, p. 13).

Entretanto, recomendações relevantes relativas aos processos de descolonização, desarmamento, questão da Palestina e políticas contra *apartheid* foram escassas no material produzido pelo CBCISS. É compreensível que os significados das recomendações estejam conectados à vida cotidiana de um grupo, por isso a mentalidade de bem-estar social no contexto brasileiro se referia às discussões sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento.

O primeiro número da revista “Debates Sociais” foi editado em outubro de 1965, sendo publicado vinte e dois números entre maio de 1968 e outubro de 1978, delimitação empregada para análise das Conferências da ONU. Durante o processo de interpretação dessa publicação, constatou-se a ausência de matérias sobre o regime militar e suas consequências, bem como análise de fundamentação marxista. Foram selecionados autores estrangeiros e brasileiros, porém os analistas estrangeiros dificilmente tinham o Brasil como foco, uma vez que divulgavam o ideário de bem-estar social veiculados aos fóruns internacionais, priorizando o tema de agenda: desenvolvimento social atrelado ao econômico e a relevância da Segunda Década do Desenvolvimento da ONU. As publicações de autores brasileiros enfatizaram: defesa do Brasil Gigante; emprego do desenvolvimento da comunidade; corolários da marginalização; relevância do planejamento social e profissionalização do Serviço Social.

De 1968-1978, a Coleção “Temas Sociais” editou cento e quarenta e um números, sendo que sua primeira publicação ocorreu em 1868, sendo examinados treze números desta Coleção. Os quatro temas de agenda possibilitaram o processo de categorização:

- I. Desarmamento;
- II. Questão da Palestina;
- III. Desenvolvimento social atrelado ao econômico;
- IV. Emancipação dos direitos humanos.

Cabe realçar que as discussões concernentes ao novo papel do Serviço Social como gestor do desenvolvimento social e sua metodologia voltada ao planejamento e ao emprego de estratégias ditas científicas foram compreendidas no tema de agenda III — Desenvolvimento social atrelado ao econômico.

Convém observar que várias matérias analisadas poderiam ser inseridas nas quatro categorias; porém, buscou-se examinar o seu conteúdo basilar, ou seja: por vezes, argumentos afins apareciam como contexto e não como o foco predominante do artigo. A título de ilustração, críticas ao gasto com o armamento por parte dos países desenvolvidos apareceram nos artigos como um argumento para justificar o subdesenvolvimento, já que o investimento na política armamentista foi alvo de contundentes censuras dos países do Terceiro Mundo. Desarmamento e questão da Palestina serviram por vezes como contexto, todavia não como cerne da matéria analisada. A seguir, a tabela reflete a ausência de matérias sobre os temas de agenda I e II, ressaltando o volume de matérias sobre os temas de agenda III e IV:⁸

8 Em virtude da quantidade de páginas deste capítulo não foi possível apresentar as várias tabelas detalhando das produções de *Temas Sociais* e *Debates Sociais* em torno da concepção de bem-estar onusiana. Para aprofundamento ver capítulo cinco da minha tese (Cruvello da Silveira, 2015).

TABELA 1. Percentual de temas de agenda em relação ao total das revistas analisadas

TEMAS DE AGENDA	EDITORIAIS	%	ARTIGOS	%	COMUNICAÇÕES	%
I. Desarmamento			1	0,66		
II. Questão da Palestina						
III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico	12	54,54	35	23,03	22	44,9
IV. Emancipação dos Direitos Humanos	4	18,18	11	7,4	5	10,2
TOTAL ANALISADO (TA)	16	72,72	47	31,09	27	55,1
TOTAL GERAL DA REVISTA	22	100	152	100	49	100

FONTE: Elaborada pela autora.

Considerações finais

As Conferências Mundiais da ONU de 1968-1978 foram compreendidas como um espaço de rituais, de relações de poder entre atores assimétricos e heterogêneos, de construção de orientações para as políticas. O termo “bem-estar social” abarcou distintos sentidos, conciliando respostas aos problemas conjunturais daquela ocasião, como também de harmonização de interesses entre os países do Norte e do Sul.

Uma primeira acepção de bem-estar diz respeito ao desarmamento como um pleito dos países do Sul sobre o destino dos recursos financeiros para ampliar os investimentos no desenvolvimento social vinculado ao econômico. A segunda concepção se refere à questão da Palestina, envolvendo as críticas as formas de opressão, discriminação e desigualdade. O terceiro significado abrange a emancipação dos direitos humanos, especialmente, a valorização dos direitos sociais com justiça restaurativa. A quarta alude ao tema de agenda do desenvolvimento social atrelado ao econômico, enfoque abraçado pelo CBCISS, uma vez que defendia a promessa da Segunda Década do Desenvolvimento Econômico da ONU.

Julgo que os resultados da minha tese estimularam desdobramentos de pesquisa que desenvolvo atualmente como pesquisadora e docente da UFF. Por fim, meu reconhecimento à brilhante orientação da saudosa professora Suely Gomes Costa, que contribuiu de forma potente para a elaboração de minha tese.

REFERÊNCIAS

- CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS — CBCISS. *Memória Documental*. Debates Sociais, Rio de Janeiro, n. 60, 2002.
- CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS — CBCISS. *Memória Documental*. Debates Sociais, Rio de Janeiro, n. 11, 1970.
- CRUELLO DA SILVEIRA, Elisabete Cristina. *Cultura de bem-estar social e messianismo: as Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)*. Tese (Doutorado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. *O interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HERZ, Monica; HOFFMAN, Andrea. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- NACIONES UNIDAS. *Actas de la Conferencia Internacional de Ministros Encargados de los Servicios de Bienestar Social*. Sede de las Naciones Unidas, Nueva York, 3-12 de septiembre de 1968. Nueva York: Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 1969. ST/SOA/89. E/CONF.55/12.
- SARAIVA, Jose Flávio Sombra (org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SENARCLENS, Pierre. *La acción humanitária ante las catástrofes*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2000.

Os 147% em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 1990¹

Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga

Introdução

A década de 1990 foi marcada pela ampla mobilização de pessoas aposentadas em torno de seus proventos, bem como das tensões que impulsionavam essa mobilização. Em setembro de 1991, o Governo concedeu reajustes diferenciados para a categoria, estipulando que os benefícios superiores a um salário mínimo receberiam o abono de 54,60%, enquanto as aposentadorias menores — basicamente, as rurais — seriam corrigidas em 147,06% acompanhando o salário mínimo.

Essa alteração provocou descontentamento e os aposentados e as aposentadas se uniram para a conquista de igualdade no reajuste, o que demandou um alto nível de organização e de articulação à época, com a utilização de diversos meios de comunicação, buscando atingir o maior número de aposentados e aposentadas e de pressionar os

1 Este artigo foi adaptado da dissertação de mestrado intitulada “Os 147% em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 90”, de minha autoria e contém partes reproduzidas integralmente da introdução e da conclusão (Cf. Alvarenga, 2006).

vários setores do governo, assim como de sensibilizar a sociedade. Vale ressaltar que nessa época não havia mídias digitais e a divulgação era feita por jornais impressos, televisivos e radiofônicos. As comunicações com movimentos de outros estados eram feitas por cartas ou ligações telefônicas, sem a instantaneidade dos dias de hoje.

A batalha travada na justiça por quase dois anos, publicizou a discussão sobre as condições de vida da população idosa brasileira. A situação de aposentados e aposentadas, pessoas idosas em sua grande maioria, foi amplamente divulgada pelas mídias existentes na época, provocando indignação e conquistando simpatia popular para o movimento. A discussão era polarizada ora na situação de extrema pobreza em que viviam as pessoas idosas/aposentadas, ora mostrando o desrespeito com que eram tratadas nos bancos, transportes e serviços públicos, ou ainda enfatizando o surgimento de “novas” identidades das pessoas idosas como provedoras da renda da família e responsáveis pela sobrevivência dos demais familiares (Simões, 2004, 2003; Barros, 2003).

Havia como cenário a crise socioeconômica brasileira, agravada pelas políticas neoliberais. Nesse contexto, a batalha pelos 147% traduzia tanto as lutas pela sobrevivência cotidiana, como também os processos identitários presentes que se configuravam de visões tradicionais e novas construções sobre a velhice, à época. Estavam presentes principalmente na liderança, pessoas idosas que tiveram militância política e sindical, e que se reativavam e atualizavam seus antigos ideais, e outras, que atuavam dentro de novas referências.

Por conseguinte, a experiência de luta de pessoas aposentadas/ idosas pelos 147% marcava um evento e um momento de construção de uma nova identidade de projeto, que segundo Castells (1999, p. 24): “[...] é aquela que acontece quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”, ao mesmo tempo em que reconstruía identidades de resistência, ou seja:

[...] aquelas criadas por autores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou melhor, opostos a estes últimos... (Castells, 1999, p. 24).

Em vista disso, a dissertação de mestrado (Alvarenga, 2006) teve como objeto de pesquisa a memória e a história do movimento dos aposentados e aposentadas a partir da mobilização para a conquista do reajuste de 147% nos valores das aposentadorias, bem como a tentativa de desvendar a relação entre público e privado mediante o papel exercido pela mídia nesse momento.

A dissertação foi construída por três capítulos, no primeiro, intitulado “Cenários, identidades, empoderamento: militância e capital social na luta pelos 147%”, trabalhamos a conjuntura de eclosão do movimento dos 147% quando as pessoas aposentadas, sob a globalização e as prescrições neoliberais, se viram como provedores e provedoras familiares, cuja condição impacta relações de dependência e proporcionou uma experiência individual e coletiva de *empowerment*/empoderamento e de resistência à época, transformando representações e práticas sociais tradicionais sobre as diversas condições de envelhecimento e suas fragilidades. A formação da “identidade de projeto” apreendida no passado, pelas antigas militâncias passaram a integrar o capital social do movimento, o que foi primordial para os rumos tomados.

No segundo capítulo, “A construção da memória e a politização do movimento dos 147%”, examinamos com um enfoque na memória individual e coletiva como parte integrante da experiência histórica do movimento. Através de imagens e lembranças presentes nos discursos dos militantes, suas trajetórias de vida, foi possível indicar os modos como deram sentidos às suas experiências e significados para as lutas pessoais e coletivas.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “A mídia e as imagens produzidas sobre a ação dos 147%”, analisamos as imagens criadas através da mobilização, como reflexos de práticas e representações sociais que politizaram o tema do envelhecimento, mesmo diante dos avanços do pensamento neoliberal e do processo de globalização que estava em curso. Debates também sobre questões referentes às esferas pública e privada, que permearam as relações entre a mídia, Estado e sociedade.

Metodologia utilizada

O interesse pelo tema surgiu ao acompanharmos, pelas mídias, o movimento das pessoas aposentadas, na década de 1990, durante a mobilização para a conquista do reajuste de 147% nos valores das aposentadorias, de modo que pudemos reconhecer sua relevância política e a importância de tratar do tema no mestrado.

Realizamos uma revisão bibliográfica, onde pudemos perceber a vasta produção de estudos sobre os movimentos sociais durante os anos de 1980 e de 1990 à época. Uma vez que os movimentos sociais desse período traziam novidades e fortaleceram as lutas sociais, especialmente o movimento das pessoas aposentadas, que datavam do início do século XX.

O clima de cidadania pré e pós Constituição Federal de 1988, com as disputas em defesa da Previdência Social marcadas pela participação de representantes do movimento em comissões constituintes, deram impulso a essas lutas. O movimento teve amplitude e repercussão nacional, Simões (2003) e Coutrim (2002), estudaram alguns aspectos em âmbito nacional e Haddad (2001) produziu estudos sobre o movimento dos aposentados no estado de São Paulo, no entanto, não havia registros da participação do movimento no Rio de Janeiro, essa lacuna aguçou nossa curiosidade e interesse. Surgiram questões como: O que havia nas histórias pessoais dessa geração que impulsionava

suas lutas, expondo nova autopercepção? O que, no movimento de aposentados no Rio de Janeiro, fazia mover e deslocar identidades dos seus participantes? Quem eram esses militantes? Quais foram suas trajetórias até chegar ao movimento? Que memórias guardam dessa mobilização e como a representam? O que mudou depois dessa conquista? Quais imagens veiculadas pela mídia contribuíram com essa mobilização e por quê?

Tais questões basearam a busca por referenciais teóricos e estabeleceram os objetivos de pesquisa de mestrado. A caminhada teórica feita através das leituras, das disciplinas do curso de mestrado e das reflexões desenvolvidas com a orientadora Profa. Dra. Suely Gomes Costa, possibilitaram eleger a construção de uma identidade de projeto no movimento dos 147% como o problema da pesquisa. Havia também o interesse pela questão da memória social, que faziam parte do trabalho profissional no Programa de Extensão em que tenho atuado desde 1996².

Além disso, a participação nas reuniões do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Rio de Janeiro permitiu a localização de representantes do movimento, uma vez que eram presenças constantes e ativas — a Associação dos Aposentados da Previdência Social (ASAPREV) e a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (FAAPERJ) — com grande

2 O Programa UFF Espaço Avançado (UFFESPA) da Universidade Federal Fluminense (UFF) é um programa interdepartamental que atua no ensino, pesquisa e extensão. Tem, como proposta, o trabalho multidisciplinar com pessoas idosas. Acontece efetivamente desde março de 1994. Tem por objetivos: analisar as políticas sociais e as questões relacionadas com o envelhecimento da população brasileira; possibilitar processos participativos de reflexão sobre as questões sociais e do cotidiano que se relacionam com os idosos ou que envolvam o envelhecimento humano nas diferentes situações sociais; facilitar aprendizados e trocas de experiências entre a equipe e participantes, na perspectiva da organização social e política dos idosos frente aos direitos sociais. Nesse sentido, desenvolve projetos, trabalhos e atividades que buscam melhorar o desempenho individual e coletivo dos participantes (Alvarenga; Venâncio, 2011).

representatividade no movimento em âmbito estadual e nacional. A pesquisa inicial sobre o movimento confirmou as lembranças pessoais que tínhamos da atuação conjunta dessas duas entidades na mobilização dos 147% no Rio de Janeiro.

Posteriormente, realizamos um estudo sobre Mídia e Velhice. Procuramos focalizar tanto a relação da mídia com o movimento dos 147% — as representações e imagens trabalhadas nas reportagens das revistas “Veja” e “Isto É” durante os anos de 1991 e 1992 — período em que a batalha dos aposentados com o Governo aconteceu de forma mais acirrada —, como também as relações entre público e privado nas questões que envolvem aposentadoria e velhice. Realizamos também, uma pesquisa mais aprofundada do material produzido sobre os 147% no acervo histórico do jornal “O Globo”, onde encontramos também matérias do “Jornal do Brasil” e do jornal “O Dia”.

Nessa fase, à época, tivemos dificuldades em organizar o material, uma vez que os acervos foram informatizados a partir de 1996, o que dificultou a localização das matérias sobre o período estudado. Na Biblioteca Nacional só havia acervo sobre o “Jornal do Brasil”. Por sua vez, no arquivo do jornal “O Globo”, a consulta era cobrada assim como as fotocópias do material selecionado, e as reportagens eram separadas em pastas sobre Previdência Social e Velhice. Em virtude disso, a organização era precária, só era possível examinar separadamente os períodos em pastas divididas por anos e assuntos, sem ordem cronológica e com reportagens duplicadas. O que demandou bastante tempo para localizar e organizar o material desejado.

Feito isso, procuramos entrar em contato com as entidades FAAPERJ e ASAPREV, procurando localizar pessoas aposentadas que lideraram a mobilização. Sabíamos, de antemão (por acompanhar as mídias), que um dos líderes mais proeminentes do movimento, o jornalista Roberto Pires, ligado a ASAPREV, já havia falecido. Entrevistamos, então, os representantes das duas entidades que estavam à frente, no período da pesquisa. Vale ressaltar a receptividade e carinho, que fui recebida e a disposição em fornecer todas as informações, facilitar

contatos com outras pessoas aposentadas que participaram do movimento, bem como de material sobre a época. Foram entrevistadas seis lideranças do movimento detalhando suas participações na mobilização. As entrevistas foram abertas e semiestruturadas.

Gostaria de ressaltar que, nessa época, o processo de orientação realizado pela querida profa. Suely Gomes Costa foi fundamental para dar prosseguimento à pesquisa, estudamos e aprendemos juntas as questões relacionadas à história oral e micro-história. E suas marcações em vermelho nos meus textos da dissertação eram alertas “dramáticos” (como ela mesma dizia brincando, em conversa informal, quando eu falava sobre a “agonia” que as letras vermelhas me causavam). O processo de orientação por ela realizado, abria espaço para essas conversas.

Resultados

O principal resultado foi permitir a remontagem da história do movimento a partir das perspectivas de suas lideranças. A pesquisa possibilitou também discussões ampliadas sobre a velhice³.

Os estudos realizados durante a pesquisa já discutiam que as mudanças trazidas pela modernidade alteraram a forma de viver a velhice e alguns papéis sociais relacionados aos velhos e velhas, bem como, identificações e identidades (Debert, 2003; Simões, 2003; Mercadante, 2004). Essas novas identidades foram construídas em contraposição ou complementação a identidades anteriores que circulavam e circulam na sociedade. Basta lembrar as imagens das pessoas velhas de outras gerações, em suas cadeiras de balanço à espera do

3 Na área de Gerontologia, alguns autores utilizam o termo velhices para ressaltar a diversidade de situações nas discussões sobre envelhecimento. Optamos por usar o termo velhice somente pela praticidade na escrita; quando usamos o termo aqui, consideramos a multiplicidade de questões (históricas, socioculturais, econômicas, regionais, subjetivas e interseccionais) implicadas.

tempo passar ou da morte chegar. Desde então, se abriram possibilidades plurais de construção de novas identidades para a velhice. A minha dissertação procurou abordá-las.

A partir da perspectiva da micro-história, em que a escala utilizada para o desvelamento e o registro do processo de mobilização permite o diálogo do quadro social mais amplo em que estão inseridos os fatos pela perspectiva subjetiva de cada ator social.

Atenta às estruturas discursivas contidas nos relatos orais e na memória social, o trabalho procurou nelas desvendar significados de práticas e representações sociais propagadas pelo movimento. O registro das experiências representadas pelos sujeitos trouxe muitas possibilidades para a compreensão de seus significados; o que é valorizado, o que é “esquecido”, o que é desprezado, enfim, os elementos presentes nesse tipo de reconstrução histórica e que explicam os rumos do movimento.

Trabalhar com memória social através de relatos orais se tornou, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, uma metodologia bastante utilizada, tornando-se tema de seguidos estudos e reflexões na área das Ciências Sociais, tais como Psicologia, Antropologia e História, por exemplo. Como em qualquer método, são muitas as suas dificuldades e limitações, mas há também possibilidades, em especial quando se quer trabalhar com versões dos fatos, com dado olhar e interpretação de quem os viveu, sabendo-os uma aproximação histórica. Os atores que participaram dos eventos relataram de maneira pessoal e subjetiva, localizaram questões que comumente não aparecem na história oficial: “A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (Bosi, 2003, p. 15).

Questões a serem pensadas estão associadas aos limites e possibilidades da história oral, como, por exemplo, o perigo da ideologização, os estereótipos, as diferenças nos discursos de alguns grupos — militantes e sobreviventes, por exemplo —, os mecanismos da memória citados anteriormente, as interações entre entrevistados e

pesquisadores e o cruzamento de dados dessas fontes com as oficiais. Em virtude disso realizamos o cruzamento dos dados fornecidos nas entrevistas com as informações de atas das reuniões e de jornais e revistas. Essa técnica, quando bem utilizada, possibilita capturar momentos e histórias do passado, proporcionando a transmissão de conhecimento e valores do narrador.

Nessa perspectiva, a história oral possibilitou trilhar caminhos múltiplos dentro do campo da cultura e da memória. São esses percursos efetuados pela memória que buscamos captar nos relatos de nossos narradores para revisitar a história dos 147%.

Assim, foram examinadas fontes diversas sobre o movimento: periódicos dos anos de 1991, 1992 e 1993 como os jornais “O Globo”, “Jornal do Brasil” e “O Dia” e as revistas “Veja” e “Isto É”. Os relatos orais foram obtidos em entrevistas realizadas com seis líderes do movimento, todos homens, que atuaram na mobilização e enriqueceram a história dos movimentos. Realizamos tentativas para localizar mulheres que tivessem participado dessas lideranças, mas não conseguimos. As mulheres que foram citadas por esses aposentados já haviam falecido, e a única que estava viva, se encontrava doente, em estágio terminal e sem condições de fornecer a entrevista. Acabamos, então, por nos restringir aos depoimentos desses homens aposentados. Por conseguinte, deixamos em aberto, à época, a sugestão de estudos sobre a participação das mulheres e o predomínio do protagonismo dos homens no campo político.

Considerações finais

A trajetória do movimento de pessoas aposentadas revelou sua estruturação ao longo da história. Os embates por direitos trabalhistas relacionados à Previdência Social, bem como aos contextos socioeconômicos e políticos circunscreveram as lutas e impulsionaram a criação de instituições para responder aos embates de cada época.

Quando foi decretada a diferença dos 147% de aumento nos reajustes para quem ganhava mais de um salário mínimo, havia tanto uma estrutura dentro do movimento como um capital social — construídos nas décadas anteriores — que serviram de base para a ampliação do movimento. O conhecimento adquirido pelos antigos militantes através das organizações sindicais, bem como da participação em partidos políticos — em especial, no Partido Comunista — forneceu esse capital social que permitiu traçar estratégias de mobilização de um número maior de aposentados e aposentadas.

O capital social não garantiu a ampliação para outros segmentos nem uma mobilização permanentemente numerosa, como ocorreu na época, mas a luta dos aposentados assumiu tal proporção que atingiu outras categorias, além da categoria das pessoas aposentadas, tornando mais visíveis as questões relativas à velhice para a sociedade. Contribuiu também para o empoderamento/*empowerment* das pessoas idosas, devido a interseção entre as duas categorias e possibilitou o fortalecimento da luta por direitos sociais para a velhice brasileira, evidenciando as condições de vida de pessoas aposentadas, bem como da população idosa para a sociedade.

Nesse sentido, o apoio da mídia foi fundamental à ampliação do movimento. A divulgação diária durante o auge da mobilização por parte das emissoras de televisão e dos jornais no tocante aos fatos relacionados ao embate, assim como as opiniões favoráveis da classe jornalística, em geral, em relação à justiça das reivindicações propiciaram que significativo número de aposentados e aposentadas buscassem as associações ou as federações de aposentados e aposentadas para aderirem à luta.

Do mesmo modo, a mídia serviu de pêndulo para as relações entre Estado e sociedade, divulgando as razões administrativas de base neoliberal para as reformas do governo e suas repercussões na vida de aposentados e aposentadas. Por conseguinte, a proximidade dessa realidade para a população brasileira possibilitou a construção de solidariedade e de apoio das demais classes sociais e gerações para a causa. Isso porque

aqueles e aquelas que não estavam aposentados e aposentadas, possuíam parentes ou amigos e amigas que vivenciavam essa situação e, ainda, podiam projetar o sofrimento dos aposentados e aposentadas para o seu próprio futuro, sensibilizando, subjetivamente, a população em geral.

Em razão dessa exposição, os descasos e desmandos do Governo com a questão previdenciária tornaram-se evidentes e a questão mostrou-se pertinente a todos e todas que estavam no mercado de trabalho ou fora dele, já que muitos dependiam de suas rendas. O discurso do governo parecia só ressoar dentro dele mesmo.

O movimento recebeu também respaldo do poder Judiciário. Os juízes e as juízas tiveram atuação de expressiva importância ao interpretarem as leis e garantirem o seu cumprimento, tal como dos recursos favoráveis à categoria, mesmo diante de ameaças do governo. No estado do Rio de Janeiro houve unanimidade nos relatos dos aposentados entrevistados quando destacaram a importância da atuação da juíza Salete Macaloz na garantia do cumprimento das determinações da Justiça em favor do movimento.

O processo de empoderamento dos aposentados e aposentadas foi impulsionado pela globalização e pelas novas relações de trabalho impostas por essa. O trabalho sem vínculos, ou com vínculos empregatícios precários, assim como o número expressivo de desempregados e desempregadas provocavam alterações nas relações familiares e geracionais, transformando em provedores aposentados e aposentadas de todas as classes sociais. Essa circunstância provocou uma inversão nas clássicas relações de dependência pessoas idosas em relação às gerações mais jovens.

Semelhante processo se constitui ao longo da trajetória do movimento mediante o capital social, e as vitórias obtidas nas lutas tomaram tamanha dimensão que puderam influir tanto na esfera das relações privadas, de micro poder, como em questões sociais, econômicas e políticas que ultrapassaram a questão previdenciária. Desse modo, as pessoas aposentadas foram se sentindo capazes de questionar e de influir nas esferas pública e privada.

O movimento dos 147% colocou suas reivindicações na agenda pública, garantindo que muitas de suas reivindicações obtivessem respaldo constitucional e legal, além de conquistarem e garantirem direitos ameaçados pelas reformas governamentais. Corroboraram igualmente para a derrubada de Magri⁴, ministro do trabalho, e a reivindicação sobre o *impeachment* de Collor⁵, presidente do Brasil, como fatos significativos para o processo de empoderamento/*empowerment* de aposentados e aposentadas, que não é linear nem universal e atinge de modos diferenciados esse segmento.

As pessoas aposentadas e idosas avançaram nessa construção, mas ainda existem muitos que estão à margem dela. Já havia, nessa época, avanços também nas legislações específicas para o segmento idoso, como a Política Nacional do Idoso⁶ e o Estatuto da Pessoa Idosa⁷. No entanto, desde a década de 1990 persistem as ameaças no que concerne aos direitos previdenciários. É permanente, assim, a necessidade de mobilização e de atenção constantes para assegurar que os direitos conquistados saiam do papel, do mesmo modo que para tentar impedir que os novos rumos adotados pela Previdência Social prejudiquem os aposentados e aposentadas.

4 Antônio Rogério Magri é um ex-sindicalista brasileiro. Foi ministro do Trabalho durante o governo Collor, sendo posteriormente condenado por corrupção passiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

5 Fernando Collor de Mello é um economista e político brasileiro. Foi o 32º Presidente do Brasil, de 1990 até seu *impeachment* em 1992.

6 A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em 10 dez. 2023.

7 A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em 10 dez. 2023.

Quanto à questão das identidades, idosos aposentados e idosas aposentadas estão assumindo nova identidade como provedores e provedoras, o que favorece esse processo de empoderamento, colocando-os em posição de maior respeito dentro da sociedade.

Além disso, o movimento dos 147% congregou pessoas de diferentes segmentos sociais, sexos, raças/etnias e categorias profissionais, ampliando a possibilidade de outros aposentados e aposentadas, afora aqueles e aquelas que militavam diretamente, se perceberem como parte do processo e de se associarem a partir de situações e vivências que lhes eram comuns.

O contexto histórico, a memória coletiva e as manifestações culturais foram pontos que contribuíram para a construção das identidades e para a base de socialização nos processos de internalização dessas identidades. As transformações da velhice com a descronologização da vida também integraram esse fenômeno.

As memórias se mostraram partes constitutivas de suas identidades. Ainda que plurais e fragmentadas, permitiram verificar o sentido e o significado de se apresentar e identificar como aposentado e aposentada. Desse modo, a vitória na conquista dos 147% fortaleceu a possibilidade de uma identidade de projeto e resistência. Isso, entretanto, não garantiu mobilização permanente após sua conquista, uma vez que o movimento se esvaziou gradativamente, embora sua estrutura permanecesse ativa e atuante às custas de um reduzido número de militantes mobilizados nas associações, garantindo seu funcionamento.

As histórias de vida revelam que os significados atribuídos a essas vivências foram valorizados a partir do referencial da militância. As narrativas da infância, da adolescência, da idade adulta e do envelhecimento/aposentadoria têm, como âncora, sua contribuição na formação da militância. Os fatos selecionados pelos narradores apontaram para significados e sentidos atribuídos à luta por justiça, ao sentimento de nacionalismo e à construção e à garantia dos direitos previdenciários

para eles e para as próximas gerações. Também deixaram claro que houve certo enquadramento dos discursos e das lembranças sobre a mobilização dos 147%.

A politização da mobilização teve sua origem na fundação e na participação dos trabalhadores e trabalhadoras na criação e gestão das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), bem como na unificação das caixas e institutos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) — posteriormente Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — com as mudanças nas formas de gestão, as modificações introduzidas pelo pensamento neoliberal, o processo de globalização e as transformações no mundo do trabalho. Essas propiciaram o deslocamento e a formação de identidades de trabalhadores aposentados e trabalhadoras aposentadas, como também a busca por outras formas de participação e luta na preservação dos direitos sociais conquistados e a formação de redes através das associações, federações e confederação nacional, estendida à América Latina.

Tais redes permitiram a circulação de informações e ideias, assim como certa unidade no discurso de seus militantes, propiciando a organização e a estruturação que sustentou o movimento de aposentados e pensionistas no Brasil em defesa da Previdência Social na década de 1990.

Por conseguinte, a conquista desse reajuste contribuiu de forma bastante significativa para a ampliação do movimento de aposentados e aposentadas e para maior visibilidade de questões relacionadas ao envelhecimento. Transformou-se assim em um marco histórico.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker. *Os 147 % em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 90*. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker; VENÂNCIO, Beatriz Pinto. *Oficinas da Memória: teoria e prática*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2011.
- BARROS, Myriam M. L. *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BOSI, Eclea. A substância social da memória. In: BOSI, Eclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 13-35.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. *Quem disse que os aposentados estão inativos? O movimento dos aposentados e pensionistas e o jogo de resistência contra o poder*. Textos sobre Envelhecimento, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2002.
- DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam M. L. *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- HADDAD, Eneida G. de Macedo. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MERCADANTE, Roberta S. *A invenção dos centros de convivência e de novas velhices*. Exame de Qualificação (Mestrado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SIMÕES, Júlio de Assiz. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam M. L. *Velhice ou Terceira Idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SIMÕES, Júlio de Assiz. Provedores e Militantes: Imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas em um grupo de apoio

Ana Cristina Bechara Barros Fróes Garcia

Introdução

O presente capítulo aborda a importância do grupo de apoio nas diversas dimensões (biopsicossocial espiritual) para muitas mulheres no enfrentamento do câncer de mama e possível mastectomia.

Compartilho o início da minha rica experiência com a área da psico-oncologia, por intermédio da Associação dos Amigos da Mama (ADAMA), em Niterói-RJ, fundada em 1996. Lá encontrei um grupo de mulheres que passaram pelo câncer de mama, acabaram de receber o diagnóstico ou já haviam iniciado o tratamento. Deparei-me com um grupo animado, uma positiva surpresa! Participei como psicóloga voluntária da ADAMA por 12 anos nos encontros semanais e ouvi muitas histórias; desde a primeira entrevista individual, a anamnese psicológica, até os encontros dentro e fora de grupo em eventos sociais, palestras e mutirões de autoexame. Muitas parcerias desde então consolidaram-se e ampliaram-se nos diversos espaços sociais (ADAMA, 2002). Essa experiência está escrita na minha dissertação de mestrado orientada pela Mestre e Amiga Professora Dra. Suely Gomes Costa (*in memoriam*) e defendida em 2006 (Cf. Garcia, 2006).

Desde então, incentivada pela querida Mestre Suely, desenvolvo meu trabalho na docência e na clínica. O meu Processo de Empoderamento ocorreu em todas as esferas, sempre com o apoio da querida orientadora.

O termo — empoderamento — complexo e polissêmico, é utilizado neste trabalho tal como proposto pelo prof. Dr. Eduardo Mourão Vasconcelos que tive o prazer de conhecer apresentado pela professora orientadora Suely. Para Vasconcelos, o empoderamento se refere ao “aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social” (2003, p. 20).

Foram dois anos de muito estudo e pesquisas que corroboraram a observação participante na ADAMA. O câncer de mama é o mais frequente entre as mulheres e sua alta incidência é um problema de saúde pública que afeta o Brasil e o mundo. Os dados atuais não devem ocultar o fato de que o sofrimento das mulheres com câncer de mama vem de muito longe, tornando-o um problema de saúde pública.

O marco principal, nesse sentido, pode ser localizado na década de 1930 com a ação de um grupo de médicos liderado pelo prof. Mário Kröeff, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Naquele momento se pensava em uma ampla política sanitária de combate ao câncer, capaz de orientar as ações preventivas e assistenciais em larga escala. Porém, isso somente veio a se concretizar de forma mais substancial a partir de 1986, quando o Ministério da Saúde, no âmbito da ainda existente Campanha Nacional de Combate ao Câncer (criada em 1967), passou a desenvolver ações descentralizadas nas áreas da informação (registros de casos), prevenção (controle do tabagismo e do câncer do colo uterino) e educação em oncologia. Um passo ainda maior foi dado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a posterior criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do qual essas ações foram atualizadas e ganharam maior densidade.

A conjunção desses fatores contribuiu para a criação da Política Nacional de Controle do Câncer (PNCC) nos anos 1990, ficando o Instituto Nacional do Câncer (INCA) como o órgão governamental normativo, coordenador e avaliador, responsável pela PNCC.

O adensamento da política nessa área tem, contudo, ainda enfrentado uma série de obstáculos para fazer frente ao problema ao qual se dirige. Diferentes fatores contribuem para isso: a complexidade dos elementos incluídos em uma doença multifatorial e que requer abordagem multiprofissional; a crescente demanda populacional contrastando com uma estrutura deficitária para exames e atendimentos; o número insuficiente de médicos especializados (mastologistas) e mamógrafos em funcionamento na rede pública; os serviços de assistência oncológica insuficientes e mal distribuídos geograficamente; a desvalorização e falta de informação de muitas mulheres sobre seu corpo; o tabu incorporado por elas em tocar o próprio corpo; o medo da doença (INCA, 2005).

Além disso, muitas mulheres que descobrem nódulos em seu corpo não procuram atendimento imediato, seja por medo de enfrentar a doença, por dificuldades relativas à vida profissional, dificuldade no acesso às informações, postos de saúde e exames, fazendo com que a busca por diagnóstico e tratamento somente ocorra quando o tumor se encontra em estágio avançado.

Algumas mulheres atingidas pelo câncer de mama, além de todo o sofrimento que lhes reserva a doença e de toda a desorganização que essa impõe a suas vidas, vêm se defrontando com muitíssimas dificuldades para obter assistência mais humanizada no SUS. A maioria das mulheres com câncer de mama depende do setor governamental. Embora o texto constitucional tenha pretendido assegurar universalidade, equidade e integralidade, conceitos que orientam a Reforma Sanitária Brasileira, avançaram orientações privatistas da saúde provocando abismos entre os sistemas público e privado.

Diante dessa realidade, a incidência da doença cresce progressivamente, inclusive em faixas etárias inferiores a 50 anos de idade, o que resulta em um aumento na taxa de mortalidade. O quadro é preocupante por um lado, dados os altos custos envolvidos no tratamento, os quais oneram tanto os serviços de saúde como os orçamentos familiares, sem contar o impacto no sistema previdenciário em função dos

diferentes benefícios a serem pagos. Por outro lado, não se cobrem as necessidades vigentes de apoio psicossocial porque o câncer gera uma sobrecarga emocional muito grande sobre os/as doentes, seus familiares e cuidadores formais e informais.

É nesse contexto que atua a ADAMA em Niterói, um grupo de apoio psicossocial voltado a mulheres acometidas pelo câncer de mama. Lá são desenvolvidas ações voltadas ao processo de empoderamento pessoal, familiar e social de mulheres mastectomizadas.

A ADAMA foi precedida pelo “Grupo da Mama”, pensado para suprir a falta de informações sobre o câncer de mama na cidade de Niterói. Quando do seu início, o Grupo contava apenas com a médica mastologista Dra. Thereza Cypreste e o apoio de poucas mulheres mastectomizadas que se reuniam em encontros semanais, em consonância com a direção de uma policlínica de atenção à saúde da mulher localizada na cidade. Em 13 de agosto de 1996, o grupo transforma-se oficialmente na ADAMA. Atualmente possui um grande número de associadas e colaboradores que se amplia a cada ano. Conta com a participação efetiva de aproximadamente 30 mulheres nas atividades grupais e uma equipe voluntária composta por psicólogas, fisioterapeutas, advogada e apoio administrativo. Há muitos palestrantes e colaboradores convidados para ministrar palestras diversificadas para além da doença.

A ADAMA é uma associação sem fins lucrativos, marcada claramente por uma identidade de projeto que se inscreve, por exemplo, na composição de sua diretoria, formada por mulheres que passaram pelo câncer de mama. Também é possível entender a ADAMA enquanto um sujeito coletivo resultante da construção de identidades múltiplas forjadas por várias mulheres em torno do diagnóstico de câncer de mama. Trata-se, pois, de um corpo social marcado por diferenças sociais, culturais e geracionais que incidem sobre o processo de empoderamento aqui em observação. Tal processo, por sua vez, caracteriza-se por uma sucessão de estados e mudanças, muitas vezes sutis que ocorrem individual e coletivamente.

Para tanto, uma pesquisa qualitativa foi desenvolvida (2002-2006) com base em estudos de sujeitos individuais: as mulheres mastectomizadas participantes da Associação. Realizou-se o estudo da importância do grupo de apoio como espaço de novas sociabilidades e construção de um sujeito coletivo pela ação dessas mesmas mulheres. A composição da base de dados, foi a partir da observação participante em reuniões de grupo, comemorações, campanhas e passeatas relacionadas às demandas de outros segmentos minoritários da sociedade foram fundamentais para o estudo do processo de empoderamento das mulheres mastectomizadas, ou seja, aquelas que tiveram a retirada total da(s) mama(s). A pesquisa completa supracitada foi realizada pela autora e encontra-se nas referências bibliográficas.

A mastectomia e suas repercussões

Após o diagnóstico, a primeira grande transformação nas mulheres acometidas pelo câncer de mama ocorre na dimensão corporal a partir da intervenção cirúrgica, seja pela retirada parcial (quadrantectomia) ou total dos seios (mastectomia), e pelos tratamentos subsequentes (quimioterapia, radioterapia e hormonioterapia). A mastectomia por seu caráter radical, pode trazer graves implicações de ordem física, emocional e social. A “mutilação” física e psicológica decorrente da doença cria, para as mulheres mastectomizadas, dificuldades no âmbito familiar e social, originando muitas questões na vida delas, especialmente relacionadas à imagem corporal.

Apesar dos avanços nas pesquisas médicas, o câncer de mama continua a ser um problema de saúde pública e difícil controle no Brasil e no mundo. No entanto, as cirurgias e os tratamentos se especializam cada vez mais na intenção de minimizar efeitos da mastectomia radical. Conservar o máximo da mama na cirurgia e reconstruí-la imediatamente ou posteriormente com elevada precisão, são hoje

questões prioritárias no discurso e na prática médica. A partir da exigência de muitas mulheres, o discurso médico, antes justificado pela preservação da vida acima de tudo, passa a ocupar-se também com a estética do corpo feminino.

Diante da sua nova realidade, a mulher com câncer de mama enfrenta o medo do câncer, da morte e o da mutilação da(s) mama(s), representantes da maternidade, da estética e da sexualidade feminina. A partir desse estado alterado, as mulheres percebem seus corpos “desempoderados” de formas diferentes, percorrendo trajetórias diferentes na condução de suas vidas. Surgem necessidades relativas à (re)construção da autoestima e imagem corporal, do autocuidado e suporte social. Nessa realidade, as mulheres passam a enfrentar problemas ligados à mutilação de seu corpo, especialmente no retorno ao cotidiano. Nesse momento, elas ainda não têm como avaliar transformações físicas e psicológicas que ocorrerão e os modos de lidar com esse corpo modificado. Contudo, esse novo modo de referenciar-se possibilita uma reflexão positiva sobre o vivido no sentido do “(re)empoderamento”.

Nas entrevistas, ficou claro o quanto a “mutilação física” interfere na imagem corporal e na sexualidade das mulheres mastectomizadas, no âmbito das relações privadas e conjugais. Falar da atividade sexual antes do câncer ensejava associações, em maior ou menor dimensão, com outras dificuldades nas relações conjugais relacionadas com perdas (mortes de familiares), traição, violência doméstica (física e/ou verbal), casamentos dos filhos etc. Contudo, para algumas mulheres, após o câncer de mama, ocorreu o oposto. O relacionamento conjugal e familiar melhorou de todas as formas. Já para outras, a violência física e verbal cessou, pois, o câncer permitiu a resignificação da relação familiar, muitas vezes as obrigando a deixar sua vida, o marido e a família. Falar das relações conjugais e familiares em grupo era difícil para muitas mulheres que passam ou passaram pelo câncer de mama. O contrário ocorre e as vozes ecoam quando o assunto está em torno dos tratamentos pós-mastectomia.

A quimioterapia e a radioterapia são os tratamentos mais utilizados antes e/ou depois da mastectomia e impõem às mulheres muito desconforto físico e emocional, como náuseas, vômitos, queda do cabelo, sentimentos nihilistas e depressão. A alteração da sua imagem corporal somada aos efeitos colaterais dos tratamentos, gera diferentes reações para as mulheres. Alterando seriamente sua autoimagem ou autoestima, sua sexualidade e seus modos de comunicação, para a maioria delas, jovens ou não, a queda de cabelo causada pela quimioterapia pareceu ser o motivo de maior desconforto dentre os efeitos dos tratamentos e pode levar ao constrangimento e isolamento social. Por outro lado, a reconstrução da mama parece se tornar uma questão fundamental para as mulheres pós-cirurgia, e pode ser realizada pela maioria das mulheres mastectomizadas. Após uma mastectomia, ela pode “optar” pela reconstrução da mama por motivos diferentes. No entanto, apesar dos pontos positivos da reconstrução mamária, nem todas optam fazer por medo das intervenções cirúrgicas que são parte do processo de reconstrução. Além dos medos pessoais, há a opinião do marido, companheiro ou namorado.

Diante da doença, as subjetividades e as identidades outrora construídas se movem, ficam menos rígidas, ou seja, surgem novos processos de identificação concernentes a relações de poder e suas tensões nunca antes vividas, pois descobrem e valorizam múltiplas identidades e papéis quando percebem que não são apenas mulheres, esposas, mães, brancas, negras, jovens, idosas, heterossexuais, homossexuais, pobres, menos pobres, ricos, mutiladas ou não; mas que também são, acima de tudo, cidadãs livres.

Os impactos da mastectomia também devem ser avaliados diante das diversas representações dos seios na sociedade. Nas representações do corpo feminino, os seios ocupam lugar de destaque em diversas culturas e épocas. Na arte, nas religiões e nos mitos, os seios destacam-se, assim como nas ciências, em especial, na psicologia e na medicina, informando teorias. No mundo contemporâneo, a mídia os propaga e tem ajudado a construir certas “identidades femininas”. Em geral, trata os seios “resumindo-os” como objeto de desejo e prazer.

No século XIX, os seios separados em dois grupos durante o Renascimento — um para a amamentação e o outro para o prazer sexual —, uniram-se. Assim os seios aleitadores também se tornaram sexy (Yalom, 1998).

Na França, ao longo dos séculos XIX e XX, a figura feminina com os seios descobertos representava a República como sinônimo de liberdade, como no exemplo de Marianne, uma mulher do povo, com os seios descobertos, que encarna a República Francesa e “tem sido representada em quadros, esculturas, cartazes e notas bancárias sugerindo qualidades de ousadia, dinamismo, solidariedade e atração sexual”, parecendo reafirmar a presença feminina na nova ordem política (Yalom, 1998).

No início do século XX, os seios foram associados ao aleitamento e à vulnerabilidade a doenças como o câncer de mama. Hoje, são expostos nas diferentes mídias e formas artísticas, sejam sob a forma de corpos magros e “sarados” ou de seios grandes e “turbinados”. Nesse contexto, talvez um pouco na contramão das tendências correntes, cabe também refletir sobre “outros corpos”. Corpos não mencionados e invisíveis por estarem transformados, mutilados, distantes do padrão de beleza e normalidade ora instituídos — os corpos mastectomizados. Nessa realidade, como se sentem as mulheres com seus corpos alterados?

Na descoberta do tumor os seios antes “invisíveis” adquirem destaque. Os seios se tornam “visíveis” e “indesejados”. Com o diagnóstico de câncer de mama, uma mulher se perde em dúvidas e questionamentos diante dos estigmas de uma doença que traz muito sofrimento e pode levar à morte. Aceita o novo corpo e a mutilação inicialmente, porque sem os seios sente-se “livre” da doença, mas, recuperada da cirurgia, pode rejeitar o corpo alterado. Escondê-lo concretamente da família, do cônjuge ou do namorado e da sociedade; é uma forma de silêncio que a protege do olhar externo. Ao mesmo tempo que a protege, o peso do silêncio reforça representações negativas que cercam a doença tida como “silenciosa” e “misteriosa”. Defronta-se com seculares representações estéticas do feminino e da

maternidade, reproduzindo antigos tabus sociais em torno da mulher “de casa” e mãe que perduram ao longo dos tempos.

Ainda nessa discussão, no campo das relações de gênero, Bourdieu afirma que a “dominação masculina” em suas diversas formas criou o “mito da beleza”, uma forma de “violência simbólica” que coloca as mulheres diante de um modelo estético que lhes determina a aparência, sujeitando-as à aprovação do outro (homem). A “violência simbólica” se “naturaliza” na sociedade e transforma a imagem corporal e os comportamentos das mulheres em um capital (físico) passível de troca afetiva, financeira, profissional etc. (Bourdieu, 1995).

A historiadora Michelle Perrot, ao refletir sobre o “silêncio dos corpos”, ressalta que dentro do discurso médico e psicológico, na mitologia, no cristianismo, na arte, na mídia etc., o corpo feminino “perfeito” sempre é destacado. Todavia, as mulheres em geral e as que passaram pela mastectomia, em especial, fazem silêncios e ruídos quanto a seus corpos completos e incompletos (Perrot, 2003). Esses corpos tornados incompletos, imperfeitos e “mutilados”, enfim, desempoderados, se contrapõem às representações dos corpos femininos e dos seios, impactando de muitos modos o rumo de vida de suas possuidoras debaixo de muito constrangimento e dor.

Nessa perspectiva, no caso brasileiro, Suely Gomes Costa (2006) mostra os “ruídos” em contraponto aos “silêncios” do e sobre o corpo feminino expostos pelos movimentos sociais, principalmente o de mulheres feministas ou não, nas décadas de 1970 e 1980, no Rio de Janeiro. Desnudar os seios teve um efeito político, em fins do século XX. Nesse sentido, a “politização dos seios” espalhou-se e moveu desígnios governamentais, econômicos, religiosos e de cuidados da saúde em torno de uma palavra de ordem: “Meu corpo me pertence”. Só no final do século XX, os seios começaram a ter uma visibilidade significativa nas políticas voltadas à saúde das mulheres. Entretanto, apesar desses esforços de ruptura e avanços, muitas mulheres, com câncer de mama ou não, ainda hoje convivem com situações de constrangimento e silêncio sobre seu corpo. Nem sempre a vergonha e

o medo aparecem apenas entre as mulheres mastectomizadas com seus corpos “mutilados” (Costa, 2006).

O câncer de mama, entretanto, está também associado à imagem de uma doença “misteriosa” que não marca só a perda da feminilidade. Perder os seios pode acionar dispositivos culturais sobre as representações de uma doença símbolo de morte, sofrimento, culpa e vergonha, mas isso está mudando, em grande parte pelas campanhas mundiais “Outubro Rosa”, com adesão da mídia, depoimentos de celebridades e apoio de toda a sociedade.

No Brasil, essa tendência tem avançado notadamente em relação aos corpos femininos mastectomizados quando entram em vigor alguns movimentos culturais e sociais. Pensando em libertar as mulheres do padrão de beleza socialmente construído, alguns projetos surgiram com o objetivo de demolir constrangimentos e reconstruir o universo feminino sob nova perspectiva. Um exemplo foi o projeto Amigas da Vida (2011), em comemoração aos 15 anos da ADAMA, lançamento de calendários (a partir de 2012) com fotos e relatos de associadas voluntárias, com o objetivo de reempoderar os corpos antes escondidos.

O processo de empoderamento

Na área de saúde, a ideia de empoderamento associa-se à de melhoria da situação e da posição de grupos mais vulneráveis, significando, segundo a Organização Mundial de Saúde, a mobilização de indivíduos e grupos e a tomada de consciência do que está em jogo para que certos objetivos de vida sejam alcançados (Who, 2005).

Essas observações permitiram refletir sobre a ideia de empoderamento associando-a a processos históricos e sociais recentes. A ideia de buscar um “desenvolvimento humanista” tornou-se um desafio e uma questão em pauta para as organizações não governamentais emergentes naquele momento (como a ADAMA), no sentido de incluir pessoas desassistidas e a noção de autonomia e empoderamento.

Foi possível observar que essas mulheres ainda colocam as necessidades de seus familiares acima das suas próprias necessidades e desejos. Isso é particularmente verdadeiro quando se trata das “obrigações domésticas”, incluindo as “obrigações como mãe, esposa, avó”. Mesmo que cônjuges, filhos e filhas dividam algumas tarefas domésticas com elas, essa divisão não ocorre sem tensão e conflito. Vasconcelos distingue o processo de empoderamento em pessoal, grupal e comunitário. Neste capítulo também utilizaremos essa divisão (Vasconcelos, 2003).

Empoderamento pessoal e familiar

O empoderamento pessoal, cuidado de si, aqui é entendido como o cuidado com o próprio corpo e a habilidade para expressar e se relacionar com os outros, principalmente nas interações familiares e conjugais, desenvolvendo o processo de diferenciação/individuação. Está relacionado ao reconhecimento dos desejos individuais de cada pessoa, parte de seu processo de recuperação/reabilitação. Uma das ações mais importantes desse processo é o recebimento de apoio, sem restrições e com regularidade.

O empoderamento pessoal pode se dar, por exemplo, quando a mulher após a mastectomia adquire maior autonomia, segurança e liberdade nas próprias decisões em geral e naquelas condicionadas pelas relações familiares, sobretudo as de âmbito doméstico, ou seja, as decisões da esfera “tradicionalmente” feminina nem sempre valorizadas ou vistas como expressão do processo de empoderamento.

É no espaço privado e no âmbito familiar que existe mais dificuldade para realizar transformações devido a uma pressão social maior para que esse permaneça inalterável (Rowlands, 1997). Por isso, a dinâmica familiar se caracteriza tanto por conflitos entre forças que buscam

mudar as relações de gênero como por outros que evitam tais transformações. Por outro lado, encontramos relações de apoio mútuo e cooperação entre os membros do grupo familiar que podem favorecer um amplo desenvolvimento da individuação e do empoderamento.

O processo de empoderamento pessoal e familiar é rico e complexo, mas também marcado por fatores que dificultam o seu desenvolvimento. Esses fatores diferem para cada mulher. Um deles é a falta de tempo para participar de outras atividades que valorizem o plano pessoal. Isso está associado ao fato de que o trabalho doméstico e o cuidado com filhos e netos são considerados obrigações exclusivas das mulheres. Outra dificuldade é o “machismo” que ora se apresenta de forma sutil, ora não; geralmente quando elas decidem por maior autonomia e liberdade no pensar e agir.

Em termos globais, vivemos um momento no qual espera-se e estimula-se o papel ativo da mulher doente. Assim, mais que uma “vítima”, ela passa a ser agente de sua cura (Sontag, 2002). Enfrentar o câncer nesse contexto histórico, particularmente para as mulheres, implica conhecer seu próprio corpo, sua subjetividade e, principalmente, falar; expor sua doença e história de vida. No caso específico do câncer de mama, a partir da década de 1970, as experiências das mulheres mastectomizadas passaram a receber atenção especial pela mídia estrangeira, gerando condições para que elas verbalizassem suas experiências.

No Brasil, contudo, isso só ocorreu nos anos 1990 em um movimento do INCA, da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) e dos órgãos do Terceiro Setor, como a ADAMA. Essa dinâmica, que contribuiu para gerar mudanças nos significados e nas formas de pensar e vivenciar o câncer de mama, induziu o desenvolvimento de novas teorias e tratamentos mais eficientes, o aumento da capacidade de gerenciamento do estado de saúde e a elevação da qualidade de vida dessas mulheres.

Empoderamento grupal

A partir da experiência com o câncer de mama, na busca de informações e de apoio, as mulheres unem-se com outras que passaram pela mesma situação e, assim, descobrem que não estão sós.

De acordo com Zimerman (1997 *apud* Teixeira, 2002, p. 28), “todo ser humano é gregário por natureza, deslocando-se de seu primeiro grupo — a família — para relações com outros grupos. Mas, para ser considerado um grupo, é preciso que exista entre os sujeitos uma interação social e algum tipo de vínculo e ‘interesses em comuns’”; um lugar de fenômenos, tensões, fantasias e ansiedades, estabelece mudanças em todas as direções.

Nesse sentido, provoca mudanças na vida das mulheres mastectomizadas, assim como experiências de solidariedade e apoio mútuos, propiciando momentos coletivos para exposição dos seus problemas e discussão de possíveis soluções (Zimerman; Osório, 1997).

O processo de mudança passa por um processo de reafirmação de si. A relação de algumas delas com os espaços privado e público pode modificar-se a partir do momento que se descobrem apoiadas e protegidas formal ou informalmente, com resgate da cidadania por meio de informações e ações antes não conscientes. Aí essas mulheres se fortalecem. Quando aposentadas ou com alguns benefícios concretos relativos à doença, casadas ou não, ficam mais seguras, portanto, com mais autonomia — “O câncer foi uma benção pra mim”, conheci a ADAMA e mudei, me fortaleci” (sic). Abrem-se no sentido de resgatar a cidadania e elevar a autoestima. Apesar das precariedades enfrentadas no campo assistencial.

O processo de empoderamento grupal se iniciou no momento em que as mulheres se deslocaram de suas casas para viver essa experiência em grupo, em busca de um espaço para compartilhar experiências com outras pessoas e adquirir novos conhecimentos. Isso faz com que as mulheres modifiquem suas vidas, iniciem seu processo de independência e autonomia e elevem sua autoestima e autoconfiança.

Outro espaço de desenvolvimento do empoderamento grupal são as reuniões sociais. Além de unirem os familiares das associadas, visam à melhora da sua autoestima. Outro conjunto de ações é o de suporte mútuo que se caracteriza por um apoio concreto na vida cotidiana das pessoas. Ele se materializa em atividades variadas, como passeios, ajuda nas tarefas diárias, suporte de familiares e cuidadores, visita e cuidado domiciliar, telefone de serviço de suporte pessoal, clubes sociais, elaboração de cartilhas informativas e educativas (que trazem temas como estratégias de enfrentamento no dia a dia, efeitos colaterais das medicações, despesa de doentes, serviços, experiências bem-sucedidas como organizar e montar grupos de ajuda mútua e suporte mútuo etc.). A partir de ações externas fortalecem vínculos com outras instituições e grupos, similares ou não, para facilitar o empoderamento comunitário.

Empoderamento comunitário

De acordo com Zimmerman (1997 *apud* Teixeira, 2002), não vivemos sós nem em grupos restritos e fechados. Vivemos em uma comunidade. Viver e compartilhar com pessoas diferentes no âmbito comunitário é, talvez, o maior desafio nesses tempos atuais de crescente individualização. Já tendo isso em mente, destacamos que a terceira forma de empoderamento — o comunitário — é observada quando as mulheres que passam por várias dificuldades e descobertas avançam no empoderamento e obtêm maior consciência política, grupal e comunitária. Engajadas em movimentos sociais ligados às minorias oprimidas, buscam por meio de um feminismo (in)formal fortalecer políticas e programas sociais que garantam os direitos básicos, sociais e políticos de todos os cidadãos e cidadãs (Teixeira, 2002).

Uma forte expressão desse empoderamento é a atuação conjunta das mulheres em algumas ações políticas desenvolvidas pela própria ADAMA. Essa Associação — órgão de Utilidade Pública Municipal

desde 2000 e membro do Conselho Municipal de Saúde (Niterói) — estimula a participação social efetiva, promovendo caminhadas e panfletagem em diversos locais públicos. Embora as soluções locais e as iniciativas comunitárias sejam importantes e possam significar melhoria nas condições de vida de determinados grupos populacionais, têm dimensões reduzidas. Vale lembrar o comentário de Fernandes e Monteiro (1997, p. 128): “o compromisso da sociedade não é menor do que de qualquer Governo”. As mudanças no papel do Estado apontam para sua reduzida função de provedor do bem-estar social, dando espaço a novas propostas sociais (Fernandes; Monteiro, 1997).

Essa forma de solidariedade “ativa” pode ser um caminho na conquista dos direitos sociais para uma maioria da população que vive experiências dramáticas de privação material e simbólica no seu cotidiano, sujeitando-se muitas vezes a arranjos e privilégios possíveis para ser atendida em suas necessidades básicas. Por isso, (re)criar ações locais e parcerias na busca de soluções integradas capazes de promover a intersetorialidade na assistência é tema central no campo da saúde e do bem-estar social.

Segundo Vasconcelos, as iniciativas de defesa de direitos devem estar interligadas a duas estratégias de empoderamento: a transformação do estigma na sociedade e a participação no sistema de saúde no desenvolvimento de atividades individuais e coletivas, pontuais ou permanentes, de caráter social, cultural e artístico, que busquem contestar imagens e atitudes discriminatórias, na comunidade local, na comunidade ligada à área de educação e saúde e na sociedade mais ampla, em relação às mulheres que passam ou passaram pelo câncer de mama (Vasconcelos, 2003).

Apesar de não estar voluntária na ADAMA desde 2013, me considero uma partícipe colaboradora, pois acompanho e participo dos movimentos do grupo e apoio à campanha Outubro Rosa. Destaco aqui um grupo especial — as “ADAMETES” — que com suas perucas cor de rosa e a camiseta com a logo específica para a campanha um

grupo de associadas, cantam músicas conhecidas, em forma de paródias, sobre a prevenção do câncer de mama, assim levam entretenimento e informações ao mesmo tempo.

Durante o ano, as associadas são convidadas a participar de eventos diversos, onde compartilham suas experiências nos âmbitos pessoal, familiar e social, a partir do diagnóstico do câncer, ressaltando a importância do grupo de apoio nas suas vidas. Incluo aqui a participação de algumas nas minhas aulas de Psico-oncologia.

O grupo: mudanças e a atualidade

Nesse momento histórico, tudo mudou! Mas o movimento da ADAMA não parou, se renovou! Como? Segundo relato da médica mastologista Dra. Thereza Cypreste (2020), de repente tudo parou por causa da pandemia de Covid-19, após 24 anos com atividades semanais presenciais e um grupo de 25 mulheres em média a cada encontro. A pergunta era: “— O que fazer com as mulheres já tratadas e em controle, as com diagnóstico recente e as que estão em tratamento ainda, como continuar a dar atenção a elas?”. Passados cinco dias veio a ideia e a solução para o momento: a internet.

O começo pela plataforma digital deu sequência às reuniões que ocorriam presencialmente, mantendo o mesmo dia e horário. Muitas associadas tinham dificuldades, mas a rede de solidariedade e apoio foi se ampliando também tecnologicamente.

O grupo de *WhatsApp*, que antes era usado só para avisos, atualmente tornou-se um meio estimulante de trocas de incentivos: receitas culinárias, exercícios físicos, orações, músicas, fotos dos afazeres, isso até às 18h, hora da prece pela passagem dessa fase e descanso do grupo. Dra. Thereza acrescenta ao relato (2020) — “O Universo Feminino vai muito além de um câncer de mama. Em nossas reuniões conversamos sobre todos os assuntos da atualidade, claro que sem deixar de falar no que é mais importante no tratamento e sua manutenção”.

Os assuntos das lives eram muito interessantes e diversificados — sou testemunha de muitas que acompanhei —, vão desde maquiagem, cuidados com o cabelo, exercícios físicos, nutrição, seguros de vida, violência doméstica, filhos em casa, família distante, idoso e o isolamento, depressão, reconstrução mamária, paciente em tratamento oncológico e pandemia, até direitos e deveres previdenciários do paciente com câncer etc.

Desde 2022, a ADAMA em reuniões presenciais retoma suas atividades com palestras, reflexões e a mesma animação amplia a cada ano suas atividades em diversos segmentos e espaços sociais reconhecidos pelo município e toda sociedade como órgão não estatal de utilidade pública.

Considerações finais

O presente capítulo de forma resumida ressalta a importância do grupo a favor do processo de empoderamento individual, familiar, grupal e comunitário.

Seja no mundo privado ou público, o câncer de mama e outras doenças quando compartilhadas saem do silêncio e do estigma acerca das crenças negativas que as envolve. A ameaça da finitude e das mudanças na vida é a possibilidade de mudança não só para as mulheres que passam ou passaram pelo câncer de mama, mas para toda a sociedade em prol de um futuro mais digno e justo para todos. Young (1988; 1993 *apud* Rowlands, 1997), assim como outras autoras que estudam o empoderamento em grupos de mulheres, enfatizam que o empoderamento é como uma conquista obtida em grupo, envolvendo tanto a “mudança individual” quanto a “ação coletiva”. Ela observa que o uso do termo na atualidade tende a se referir à autoconfiança em um sentido muito individualista.

Na percepção de Young, para pensar uma abordagem do empoderamento como caminho seguro e de sucesso para o desenvolvimento de todos é preciso que aconteçam mudanças nas habilidades dos indivíduos e dos grupos, de modo que possam identificar e encontrar suas próprias necessidades. Para as autoras, o empowerment coletivo potencializa o empowerment pessoal para além do avanço no âmbito individual (Rowlands, 1997; Young, 1988; 1993).

O empoderamento é um processo a ser continuamente discutido e vivenciado por profissionais da saúde e pelas mulheres mastectomizadas com o intuito de juntos, garantirem a autonomia e a independência de escolha de indivíduos e grupos. Esse processo ajudará as mulheres a minimizar as próprias limitações e, por isso, a enfrentar desafios pessoais e coletivos.

Hoje, em 2024, aos 28 anos de existência, a diretoria da ADAMA com uma equipe maior de voluntárias (psicólogas, fisioterapeutas, advogada, administrativos e associadas) continua projetos importantes ampliam a comunicação com o público para além das reuniões semanais entre as participantes, utilizam as mídias digitais, que incluiu site, *blog*, página no *Facebook*, *Instagram*, grupos de *WhatsApp* e demais redes sociais.

Nessa experiência contínua e compartilhada, todos aprendemos — profissionais e mulheres, mastectomizadas ou não, que há muitos modos de enfrentar as dificuldades cotidianas e a discriminação social de “peito aberto”, pois há o “poder real que brota da dor e da opressão” que cresce, se multiplica e produz mudanças individuais e coletivas.

Esse legado e transformações nos âmbitos pessoal e profissional está relacionado aos estudos e aprendizados sempre afetivos com a Mestra e Amiga que estará sempre comigo — Suely Gomes Costa. Gratidão eterna!

REFERÊNCIAS

- ADAMA. *Associação dos Amigos da Mama de Niterói*. 2002. Disponível em: <https://www.adama.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.
- COSTA, Suely Gomes. A voz das mulheres: linhas da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos 70 e 80 do século XX. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 35-56.
- FERNANDES, João Claudio Lara; MONTEIRO, João Guerra de Castro. Postos comunitários: uma alternativa para o sistema de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 127-135, jan./mar.,1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 24 out. 2006.
- GARCIA, Ana Cristina B.B.F. *O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas: experiência em um grupo de apoio (Niterói, 2002-2006)*. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- INCA. *Instituto Nacional do Câncer*. 2005. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 13-28.
- ROWLANDS, J. *Questioning Empowerment: Working with Women in Honduras*. [S.l.]: Oxfam GB, 1997.

- SONTAG, S. *A doença como metáfora*. [S.l.]: Graal, 2002.
- TEIXEIRA, M. B. *Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde*. [S.l.]: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *O poder que brota da dor e da opressão-empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003.
- WHO. *World Health Organization*. 2005. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- YALOM, M. *História do seio*. Lisboa: Editora Teorema, 1998.
- YOUNG, K. *Gender and Development: a Relational Approach*. Brighton: Mimeo, 1988.
- YOUNG, K. *Planning Development with Women: Making a World of Difference*. London: Palgrave Macmillan, 1993.
- ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ATO 2

GÊNERO

A feminilização da filantropia¹

Ana Paula Vosne Martins

Introdução

Não se pode afirmar categoricamente que a filantropia tenha um gênero, afinal, as práticas da caridade e da filantropia, desde tempos mais recuados, não foi algo restrito somente às mulheres, tendo os homens também participado ativamente de ações benemerentes. São bastante conhecidos os nomes de filantropos ricos que, tanto na tradição protestante, quanto na católica, reservaram partes vultosas de suas riquezas para ações de caridade ou então para o financiamento e a manutenção de instituições de ensino, culturais e artísticas. Historiadoras/es da filantropia têm demonstrado como a benemerência fez parte da construção do *ethos* das elites nos países ocidentais, sustentado nos valores cristãos pelo que Weber (2006, p. 203) chamou de “autoaperfeiçoamento pela metodologia da salvação”, ou então no humanismo e no cultivo das virtudes morais de indivíduos respeitáveis, capazes de se colocar no lugar dos outros e de proteger instituições mantenedoras da civilização, como palácios, museus e universidades (Weber, 2006; Elliot, 2002; Sawaya, 2008).

1 Texto originalmente publicado na revista “Gênero”, Niterói, v.15, n. 2, p. 13-28, 1º sem. 2015.

Entretanto, a partir de meados do século XIX, um fenômeno novo começou a tomar corpo e chamar a atenção de literatos, clérigos e também de escritoras. Trata-se da crescente participação das mulheres de classes médias e da aristocracia em ações caritativo-filantrópicas em diferentes países ocidentais. Estudos produzidos nas décadas de 1980 e 1990 mostraram que esse foi um movimento que atraiu um número bastante elevado de mulheres que então atenderam ao apelo em favor dos necessitados de toda ordem, mas igualmente pela intervenção pública em assuntos como a educação, a reforma sanitária, o patrocínio das artes, da música, a defesa dos animais, a criação de parques nas cidades. Elas também se envolveram nas campanhas humanitárias e reformadoras bastante conhecidas no século XIX, como o abolicionismo, o combate ao alcoolismo, a luta contra o tráfico de mulheres e a prostituição; campanhas por uma legislação protetora de crianças e mulheres trabalhadoras, entre tantas outras causas, inclusive o sufrágio, pois o movimento da benemerência feminina cruzou várias vezes suas linhas de ação com o nascente feminismo oitocentista até meados do século XX (Prochaska, 1980; Mccarthy, 1990).

Analisar esse processo de feminilização da caridade e da filantropia é o objetivo deste artigo, relacionado às mutações históricas do sentimento de bondade e de como passou a ser associado preferencialmente às mulheres e à noção moderna de feminilidade, por sua vez dependente de visões naturalistas e sentimentais. Partindo de uma política dos sentimentos esboçada para o enfrentamento da questão social no século XIX e começos do século XX, direcionamos a análise para o que denominamos dimensões de gênero da política dos sentimentos.

Bondade, a construção de uma virtude feminina

A chamada “questão social”, conforme percebida desde o século XVIII na Inglaterra e ao longo de todo o século XIX, também em outros países europeus, suscitou um conjunto bastante heterogêneo de

posicionamentos e de proposições para seu enfrentamento. A reorganização social decorrente de novas formas capitalistas de produção aceleradamente levadas a cabo pelo sistema de fábrica e a crescente urbanização e diversificação de serviços colocavam em evidência problemas que, se já existiam antes, como a pobreza extrema e as péssimas condições de vida de uma população expropriada, naquele contexto tomavam outras e maiores proporções. A visão da miséria não era algo estranho à paisagem social de lugares tão diferentes como Londres, Viena ou Nova York. Afinal, os pobres e seus sofrimentos pareciam fazer parte da ordem natural das coisas, talvez até mesmo existissem para que os ricos pudessem se salvar por meio da piedade, crença antiga no sistema moral cristão (Geremek, 1995).

No cenário das profundas transformações econômicas do capitalismo industrial, especialmente no contexto da primeira metade do século XIX, com os debates parlamentares na Europa sobre a necessidade de formas de controle ou de reformas sobre o trabalho, os salários e a proteção social, as contradições de um sistema que gerava tanta riqueza e tanta pobreza passaram a ser incontornáveis para a crítica e o pensamento reflexivo, bem como estiveram no centro das discussões iniciais sobre o gerenciamento político da economia e da sociedade. Os problemas eram tantos e graves na mesma proporção que as “soluções”, oriundas dos mais diferentes matizes ideológicos. Se a visão da pobreza não era algo novo e nem um problema moral insuportável, o que causava as mais diversas reações era a extensão dos problemas sociais. Homens e mulheres das classes privilegiadas não estavam a ver mendigos velhos e doentes a quem a caridade poderia estender sua mão caso fossem merecedores da piedade cristã, mas sim trabalhadores, pessoas que, supostamente, deveriam viver com dignidade e conseguir se manter com o seu trabalho. No entanto, os trabalhadores estavam escorregando para a miséria, vivendo em moradias insalubres e sempre à beira do limite da sobrevivência. Se não os viam, liam a seu respeito, pois desde o século XVIII se observa, primeiramente na Inglaterra e na França, a emergência de uma escrita social produzida por funcionários públicos, médicos

humanistas, moralistas cristãos e literatos. A descrição das condições de vida das famílias dos trabalhadores variava conforme os valores e a capacidade narrativa de seus enunciadores, mas se pode arriscar certa linha comum entre eles, que é o realismo, apesar das fortes tintas da estereotipia social do mundo dos pobres. De qualquer forma, pessoas das classes privilegiadas, especialmente das nascentes classes médias urbanas, passaram a ler nos jornais e nos romances descrições cada vez mais realistas das vidas dos pobres e de seu padecimento num mundo cada vez mais brutal e insensível. Certamente, não podemos generalizar que o acesso a esta escrita social pudesse despertar nos leitores e nas leitoras sentimentos compassivos pelos pobres, mas há indícios de que muitos reformadores e reformadoras sociais do século XIX foram motivados pela leitura de relatos, de romances e também pelas prédicas de religiosos e moralistas, que, em sua “militância” humanista, suscitavam a crítica social e a ação em favor dos necessitados.

A historiadora Gertrude Himmelfarb (1988) desenvolveu uma extensa e aprofundada análise sobre os debates e os argumentos em torno da pobreza e da questão social desde seus inícios setecentistas até a produção literária do século XIX. Suas fontes são os filósofos, os moralistas e os críticos sociais que escreveram na Inglaterra, mas ela não contemplou a literatura de inspiração religiosa e moral produzida pelas mulheres. Não vamos nos deter sobre essa variada produção escrita de mulheres católicas e protestantes, no entanto, faz-se necessário uma breve parada sobre suas origens e motivações, afinal, a historiografia feminista e da história das mulheres não deu muita atenção para as relações entre a religião, o discurso moral e as fundações do pensamento e da agência feminina e nem seu papel na formulação da crítica social (Knott; Taylor, 2007).

Mulheres de classes médias e da aristocracia em países europeus desde o século XVIII encontraram na crítica iluminista os fundamentos para a defesa de suas capacidades morais e intelectuais e na religião cristã, católica ou protestante, a inspiração tanto para um fortalecimento individual baseado na fé quanto para a ação pública, ancorada

na caridade. Além dessa articulação entre razão e fé, propiciada pela busca de reconhecimento e afirmação pessoal e social das mulheres ilustradas, muitas delas foram atraídas pelo discurso sentimental, cuja seiva nutria romances e escritos de natureza pedagógica e moral, profundamente críticos ao frio racionalismo e ao materialismo de certas correntes do iluminismo europeu. O valor das emoções e dos sentimentos compassivos vinha sendo recorrentemente sublinhado nos romances de autoria feminina desde o século XVII, passando pelos romances filosóficos do século XVIII, entre eles os mais conhecidos são os de Bernardin Saint-Pierre e Jean-Jacques Rousseau. A razão era uma das potências humanas mais valorizadas no século das Luzes, mas não reinou sozinha no terreno das ideias e dos escritos literários. Os sentimentos compassivos, como a amizade, a bondade e a solidariedade passaram a dividir a cena imaginária e moral junto com a razão.

Em decorrência desta paisagem emocional que começa a se descorrtinar no século XVIII, algumas mulheres de classes médias usaram a seu favor qualidades que até então eram menos valorizadas pelo discurso racionalista, como a bondade. Tanto do ponto de vista da filosofia moral, quanto dos valores cristãos, a bondade era considerada uma virtude. Demonstrar por gestos e palavras a excelência moral pela bondade passou a ser cada vez mais valorizado, especialmente pelas escritoras que viam nessa qualidade uma forma de empoderamento das mulheres que não colocava em risco sua respeitabilidade nem ameaçava a existência das fronteiras entre os sexos. Crescia a convicção de que as mulheres não só eram diferentes por características supostamente naturais, mas também por qualidades morais superiores que poderiam justificar e legitimar a participação das mulheres no mundo público por meio da educação, da literatura e da ação social, essa ainda fortemente associada à manifestação prática da caridade (Vickery, 2003; Knott; Taylor, 2007).

No alvorecer do século XIX, as mulheres das classes mais privilegiadas tinham argumentos não só de ordem moral, mas também religiosos para se envolver com a questão social e seus tremendos

problemas. A ideologia de gênero formulada naquele contexto de aburguesamento da sociedade e da cultura não pode, portanto, ser vista somente pelo prisma do enclausuramento das mulheres em seus lares e no exercício da maternidade, embora ele tenha sido um fato e uma realidade opressiva para a maioria das mulheres. Ao reforçar que a natureza feminina controlada pelos freios da religião, da moral e da família patriarcal poderia produzir os doces frutos da bondade e da caridade, a ideologia de gênero produzida e reproduzida pela educação, a moral, a religião, a filosofia e a nascente ciência sexual possibilitou a criação de uma margem de autoconsciência, de reflexão e de ação para muitas mulheres. Além da castidade e da caridade, a bondade, essa capacidade de fazer o bem aos outros, virtude sem gênero até então, passou a ser cada vez mais associada à definição da feminilidade, bem como a projetar uma imagem muito positiva e socialmente valorizada das mulheres (Martins, 2013; Bloch, 1987).

Filantropia: um trabalho dos corações femininos

A intensa sentimentalização das ações voltadas para a questão social que se observa ao longo do século XIX afetava homens e mulheres, no entanto, o apelo emocional foi indubitavelmente maior para que as mulheres se engajassem no trabalho do coração, expressão que tomamos emprestada da notável filantropa vitoriana, a Condessa Angela Burdett-Coutts. Ao se referir à ação filantrópica das mulheres, ela diz que se trata de um trabalho feito com o coração e com a mente, sempre a perseguir seus objetivos com coragem e tato (Burdett-Coutts, 1893). Nas sociedades e nas sensibilidades burguesas que se constituíram em torno da forte separação ideológica entre o mundo do lar e dos sentimentos e o mundo público e da racionalidade pragmática, as mulheres não só eram consideradas naturalmente mais talhadas para fazer o bem e prestar cuidados aos necessitados, como também tinham mais tempo livre para organizar associações benemerentes,

angariar recursos para as boas obras, incentivar outras mulheres para fazer o trabalho voluntário, atender e assistir os necessitados, afinal, mulheres como a Condessa Burdett-Coutts não faziam parte do mundo do trabalho nem dos assuntos públicos de maior envergadura, como os negócios, as finanças e a política formal.

Há vários relatos oitocentistas de mulheres envolvidas com o trabalho filantrópico, insistindo para uma boa aplicação das energias, do tempo e dos talentos femininos, como a famosa Florence Nightingale (1820-1910) ou a rica filantropa americana Margaret Olivia Sage (1828-1918), viúva do financista Russell Sage. Num artigo publicado em 1905, ela se refere ao imenso desperdício de talento e energia devido ao fato de que muitas mulheres das classes privilegiadas não sabiam como bem empregar seu tempo. Sua preocupação não era somente com a aplicação desses talentos em favor dos necessitados, mas sublinhar o papel civilizador que, por meio da filantropia, as mulheres poderiam exercer, ampliando sua “utilidade social”: Não há dúvida de que o mais elevado dever da mulher é seu lar, que sua influência nesse espaço para o bem da humanidade é poderosa. Mas as mulheres inteligentes solteiras ou aquelas cujos filhos já cresceram podem encontrar uma finalidade beneficente para seus talentos e capacidades (Sage, 1905). Para mulheres como Olivia Russell Sage, a filantropia não era vista somente pelo prisma da bondade e dos cuidados a serem dispensados aos necessitados, mas como força mobilizadora das mulheres de bem em prol de objetivos mais amplos e ambiciosos, como o ordenamento social, o progresso e o aperfeiçoamento dos costumes. Ou seja, Olivia e tantas outras reformadoras sociais do século XIX até poderiam concordar que as mulheres eram mais sensíveis aos sofrimentos alheios, mas já se configurava em seus discursos uma nova concepção da filantropia, conectada ao nacionalismo e também a uma visão cultural da superioridade dos valores morais e cristãos do Ocidente, sintetizada pela palavra “civilização”.

No entanto, foi o apelo sentimental e moral que mobilizou mulheres ricas e das classes médias a se envolver com a filantropia. Passaremos

a utilizar a palavra filantropia doravante. No século XIX, filantropia e caridade eram termos intercambiáveis em seus significados, embora as mulheres motivadas pela religião, especialmente a religião católica, utilizassem a palavra caridade para definir suas intenções e ações, bem como para nominar suas associações, como é o caso da importante associação das Damas de Caridade. De qualquer forma, observa-se a utilização mais frequente da palavra filantropia, tanto para expressar uma tendência humanitária, quanto para se referir às formas racionalizadas para enfrentar a questão social.

Historiadoras e historiadores que estudaram a filantropia são unânimes em afirmar que houve um notável crescimento da atividade filantrópica no século XIX, movimentando somas consideráveis de dinheiro aplicadas nas mais diferentes obras de benemerência, acompanhado do incremento notável da participação feminina. Se tomarmos como parâmetro Londres, uma das maiores cidades do século XIX, por volta do final do século havia mais de mil instituições em funcionamento, boa parte delas organizadas e administradas pelas mulheres (Prochaska, 1980; Elliot, 2002; Mothersole, 1989).

Entretanto, esse não foi um fenômeno exclusivo da Inglaterra nem dos países europeus. O crescente envolvimento das mulheres com a filantropia ocorreu em outros países, alguns de maneira mais ostensiva, como nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, outros de maneira mais difusa, mas nem por isso menos importante no enfrentamento da questão social, como foi o caso do Chile e da Argentina (Zárate, 2007; Nari, 2004). Não há muitos estudos para a América Latina que permitam realizar uma comparação relativa à participação feminina na filantropia, contudo, indícios presentes em fontes primárias, como a imprensa, a escrita epistolar de autoria feminina, os documentos de associações caritativo-filantrópicas, entre outros, apontam para um fenômeno das elites mais ou menos generalizado a partir do século XIX: o envolvimento das mulheres com a filantropia organizada em associações ou por meio de campanhas de caráter público, marcando a diferença com o velho sistema da

caridade praticada no interior das famílias ou pela esmola individualizada e anônima. Um dos aspectos a se destacar desse fenômeno foi a crescente visibilidade das mulheres nos espaços públicos, mesmo que mediada por religiosos ou homens respeitáveis, como médicos, advogados e escritores, e sempre envolta pelos véus do silêncio, da discrição e até mesmo do anonimato. Consideramos que, talvez, a real preocupação com a forma adequada de uma presença pública de mulheres das elites tenha operado em dupla face, ou seja, pelo reconhecimento e deferência, mas também pelo esquecimento, tendo em vista a despreocupação em deixar rastros de sua bondade que não fossem somente o resultado do trabalho filantrópico.

O que teria levado as mulheres das classes privilegiadas desde a Rússia imperial às repúblicas americanas a se envolverem com a filantropia, a ponto dessa ser definida como uma atividade ou um trabalho feminino? A resposta para esta pergunta não é fácil nem simples, afinal, houve motivações de várias ordens, no entanto vamos destacar primeiramente a dimensão ideológica de gênero por ser mais difundida por diferentes discursos, como o religioso, o pedagógico e o literário. Consideramos que a formação das mulheres das classes privilegiadas, fossem elas da aristocracia, fossem das classes médias, seguia um padrão de modelação de classe e de gênero que foi difundido e inculcado discursivamente, produzindo subjetividades femininas — e, por oposição, masculinas também — definidas por certos atributos corporais (contenção, autocontrole, beleza) e morais, expressão, por sua vez, dos códigos de respeitabilidade burgueses tão importantes no processo civilizador conforme se reconfigurou a partir dos séculos XVIII e XIX, não somente para a delimitação do status e do poder de classe, mas para a distinção social e racial (Vickery, 2003; McClintock, 2010). Classe, gênero e raça são, portanto, marcadores sociais e políticos indissociáveis nos discursos ideológicos do século XIX e operaram articuladamente na educação e formação das mulheres das elites.

Boa parte desses discursos sublinhava a diferença sexual como um importante delimitador não só natural entre homens e mulheres,

mas igualmente moral. Homens e mulheres eram em tudo diferentes, lição aprendida pelos leitores de romances e dos textos de divulgação das teorias médico-científicas em voga no século XIX, que afirmavam como sendo verdade indiscutível que a natureza havia estabelecido diferenças irreduzíveis nos corpos e, conseqüentemente, nas mentes de homens e mulheres. A normalidade natural, moral e social só poderia ser alcançada com a adequação de cada um ao seu lugar, atendendo suas disposições naturais, sendo tal discurso extensivo às diferenças raciais. Os argumentos destes discursos de gênero foram usados para legitimar as hierarquias sexuais, justificando a exclusão das mulheres dos direitos de cidadania nas sociedades modernas, da mesma forma que consolidaram o espaço doméstico e privado como lugar físico e moral das mulheres (Laqueur, 2001; Jordanova, 1989).

Os discursos produzidos ao longo do século XIX insistiam na adequação das mulheres à reclusão da vida doméstica, não como o lugar do tédio, das limitações intelectuais e da passividade, mas como um lugar moral e de poder. Desde a época da publicação dos escritos de Rousseau e de algumas escritoras do século XVIII, se esboçava a idealização de um poder feminino, exercido com delicadeza, polidez, elegância, bondade e persuasão pelo amor, como se fossem rainhas a reinar sobre seus súditos familiares, especialmente os maridos, mas também sobre aqueles que permaneciam na esfera de sua benfazeja influência, como os serviçais e os “seus” pobres, pessoas atendidas pela dama de caridade, esta figura feminina de tão longeva existência, mas que no século XIX cresce em importância e visibilidade social, expandindo seu poder para além das fronteiras de “seu jardim”². Dessa forma, acenava-se às mulheres com o poder do amor sobre os homens e quicá sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que a elas era negada a cidadania.

2 Tomamos esta expressão do poeta e escritor inglês oitocentista John Ruskin (1819-1890), autor do texto “*Of Queen's Garden*”, no qual constrói um ideal romântico de mulher a reinar no seu jardim, o lar, de onde exerceria seu poder amoroso e civilizador.

No entanto, a exclusão das mulheres da esfera pública foi contornada pelo deslizamento do privado para o público, então identificado com o social, construindo aquelas margens de autoconsciência e agência às quais já nos referimos neste artigo. Foi por meio da questão social que as mulheres das classes privilegiadas participaram da esfera pública e, para muitas delas, o discurso do poder feminino parecia ser atraente, afinal, nem todas as mulheres “reinavam” soberanas em seus lares, felizes e dedicadas aos cuidados domésticos. Sair de seus lares, mesmo que fosse por algumas horas na semana para se dedicar às causas benemerentes, encontrar outras mulheres, dar parte de seu tempo para organizar e dispensar a assistência aos necessitados foi um movimento que envolveu muitas mulheres no Ocidente, movimento esse que ainda carece de análises mais pormenorizadas que não se limitem à crítica elaborada ainda no século XIX às mulheres ricas, burguesas e ociosas, crítica presente até hoje. Paira sobre a historiografia feminista e da história das mulheres uma zona de sombra que encobre a ação e as motivações das mulheres envolvidas com a caridade e a filantropia, mulheres essas das quais não falamos, reforçando, portanto, o esquecimento ao qual a maioria delas foi exilada.

Devido à extensão desse deslizamento do privado para o público e de seus múltiplos significados e desdobramentos, é preciso tratar o envolvimento das mulheres com a filantropia não como um fenômeno homogêneo das classes privilegiadas ou de mulheres ociosas que não tinham o que fazer, mas observar atentamente sua singularidade e suas variações, afinal foi um ponto de partida para o exercício de dominação de classe, mas também para outras experiências sociais e políticas das mulheres, entre elas o envolvimento com o abolicionismo, a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres e com uma grande diversidade de causas sociais e culturais.

As mulheres atenderam ao chamado de clérigos, médicos e de outras mulheres para desempenhar um papel civilizador por meio da filantropia, tema esse pouco explorado do ponto de vista de uma análise sociogênica, afinal, boa parte dos estudos sobre a filantropia foram

até bem recentemente realizados nos marcos teóricos do marxismo e pelo enfoque da luta de classes. Os discursos apelavam para seus sentimentos morais e para a caridade cristã, mas encontravam ressonância entre as mulheres porque algumas delas perceberam que esse poderia ser um caminho promissor para colocarem em prática suas ideias reformistas e, como notaram algumas lideranças femininas da época, pela filantropia as mulheres poderiam ser reconhecidas por sua “utilidade” social. Se não tinham acesso à política formal e representativa, podiam participar indiretamente dos debates sobre a questão social pelo caminho respeitável da benemerência. Dessa forma, o discurso reformador e a ação filantrópica não afrontavam a rigidez da ideologia da domesticidade e da separação das esferas pública e privada, preservando a ordem de gênero e a respeitabilidade das mulheres que poderiam frequentar o espaço público mais amplo e se envolver com aspectos da questão social sem ofender os padrões de moralidade e a honra familiar e também criar um espaço de poder para elas, poder esse sustentado na autoridade moral das mulheres.

É preciso reconhecer o papel da religião neste processo que Michelle Perrot chamou de “sair” para fora do lar em favor dos pobres, doentes e abandonados pela sorte (Perrot, 1994). Tanto entre os protestantes quanto entre os católicos o movimento reformista do século XIX dependeu diretamente da participação das mulheres. Nos países de predominância protestante, como os Estados Unidos, o reavivamento evangélico pregava um cristianismo de cunho mais individual e emocional, e muitos fiéis, homens e mulheres, responderam a esse fervor religioso empregando seu trabalho, tempo e dinheiro no movimento reformista — inclusive a luta em favor da abolição da escravidão — e nas ações filantrópicas (Clapp, 1998).

As lideranças religiosas protestantes apoiavam as mulheres visando à conversão dos outros membros da família, em especial os maridos, num reforço moral da religião, da família e da nação americana. Esse apoio fortaleceu o papel de guia moral das mulheres, bem como da autoridade feminina para tratar de assuntos para os quais estariam

mais preparadas, tendo em vista sua aptidão natural para lidar com os desafios colocados pelas necessidades crescentes de uma sociedade pautada pelo mercado. Entre 1820 e 1890 proliferaram, nos Estados Unidos, associações caritativo-filantrópicas organizadas por mulheres protestantes e, como demonstrou Kathryn Sklar (1995), a experiência do associativismo filantrópico levou algumas delas a ampliar seus objetivos e também a se envolver com projetos de reforma social mais ambiciosos, articulando um discurso de fundo religioso com ideais de justiça social e dignidade humana, o que acabou por aproximar, nos Estados Unidos e na Inglaterra, a filantropia do feminismo e do socialismo (McCrone, 1976).

As mulheres católicas também foram instadas a participar do movimento reformista através do envolvimento com as ações caritativas com as quais a igreja tinha uma experiência bastante antiga e bem consolidada. Nos países de predominância católica, como é o caso do Brasil, as mulheres desempenharam historicamente um papel secundário no sistema caritativo, seja como filhas e esposas de ilustres provedores das Santas Casas e das irmandades religiosas, seja como doadoras anônimas de esmolas nas suas paróquias, nos testamentos ou então no interior da hierarquia eclesiástica como irmãs de caridade. Foi a partir do século XIX que esse papel começou a mudar e as mulheres católicas brasileiras passaram a assumir gradualmente um lugar de destaque, como protagonistas no sistema caritativo. Para tanto, desempenhou um papel importante na elaboração da doutrina social da igreja católica, efetuada pelos bispos ultramontanos europeus desde a primeira metade do século XIX.

Tanto o clero quanto os intelectuais leigos católicos, especialmente os médicos, passaram a colocar na pauta de suas reflexões e escritos a questão social, enfocada a partir das condições de trabalho de crianças e mulheres, como também a insuficiência dos salários para manter as famílias dos trabalhadores. No entanto, a questão tinha uma abrangência muito maior, pois aos grupos que tradicionalmente eram protegidos pela caridade católica, como os idosos, os órfãos e os doentes, se

somaram outros, como os desempregados, as prostitutas, os jovens que chegavam desamparados às cidades e podiam ser corrompidos e as crianças cujos pais trabalhavam e ficavam sem amparo algum, perambulando pelas ruas. O velho sistema da caridade católica precisava ser reformado, começando pela ampliação das instituições, dos recursos e, principalmente, da boa vontade dos fiéis em colaborar com um projeto de intervenção social (Van Gestel, 1956).

Da mesma forma que as mulheres protestantes, as católicas também atenderam ao chamado clerical ou dos médicos para se envolver com o trabalho benemerente, atuando nas instituições mais tradicionais já existentes ou criando elas próprias associações de caridade. Recorrendo a Michelle Perrot pode-se dizer que também para as católicas

[...] a filantropia constituiu uma experiência não negligenciável, que modificou a sua percepção do mundo, a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública. [...] Às senhoras caridosas, mais ou menos empurradas pelos seus confessores ou pelos seus maridos, a quem desse modo ilustram o nome, sucedem mulheres mais independentes, frequentemente celibatárias, ou viúvas, indignadas com a miséria física e moral e animadas por um espírito missionário (Perrot, 1994, p. 504-505).

Apesar da sua importância, o apelo e zelo religiosos não são suficientes para se entender a feminilização da filantropia ocorrida entre o século XIX e o XX. A ideologia da domesticidade e a valorização moral das mulheres através dos cuidados e da maternidade constituem o pano de fundo para a sua visibilidade pública e a justificativa para o que John Ruskin definiu como o poder soberano das mulheres. Num contexto de agudização dos problemas e das tensões sociais e da busca por soluções que desarmassem os movimentos populares e a organização socialista dos trabalhadores, a filantropia desempenhou um importante papel político para o qual as mulheres estiveram na linha de frente (Donzelot, 1986).

Se o lugar das mulheres era o lar, religiosos, médicos e escritores perceberam que suas características naturais e morais poderiam ser bem utilizadas fora dos seus domínios. É interessante observar que o mesmo discurso que estabelece a existência separada do privado e do público a partir da linha demarcatória de gênero encontra na diferença feminina a justificativa para o que podemos chamar de difusão das capacidades naturais das mulheres para uma esfera intermediária entre a esfera privada e o Estado: trata-se da nova paisagem que se descortina, no século XIX, o social e as instituições filantrópicas.

O discurso que coloca as mulheres sob uma luz muito positiva reconhece na maternidade uma experiência de gênero única que, quando bem orientada pela natureza, pela moral e pela educação adquire um potencial de transformação cujas benéficas emanações não ficam restritas aos cuidados maternos com as crianças. Desde meados do século XVIII e especialmente ao longo do século XIX se desenvolveu uma concepção espiritual e emocional da maternidade presente nos mais diferentes discursos. Maternidade e feminilidade passaram a ser sinônimos e as atividades ligadas a essa experiência, como os cuidados físicos, morais e afetivos foram ressignificadas no interior do discurso social emergente. Se os cuidados maternos tinham uma reconhecida qualidade formadora de bons cidadãos, poderiam também ser empregados fora do lar. Esse reconhecimento acionou uma dupla operação ideológica que, por um lado, reforçava as hierarquias de gênero, mas, por outro, acenava com a possibilidade de as mulheres saírem dos seus estreitos limites domésticos e das socialidades de classe para se aventurar pelos caminhos mais tortuosos do que podemos chamar de maternidade social.

Nesse processo de feminilização da filantropia através do recurso a um discurso moralizador e normativo da maternidade, os caminhos abertos e seguidos pelas mulheres foram diferentes. Muitas se conformaram com o papel da soberana que tudo provê e cuida, conforme sonhado por homens como Ruskin, desempenhando o papel de gênero e de classe que delas era esperado no controle das classes

populares (Langland, 1992). Outras foram além, como Olivia Sage e as brasileiras Pérola Byington, Eugenia Hamann, Stella de Faro, Stella Guerra Duval e Alice Tibiriçá, que ampliaram significativamente sua ação benemerente para muitos projetos, apoiando também a causa da emancipação das mulheres por meio da educação e pelo sufrágio. Outras foram mais longe ainda. Mesmo partindo do modelo difusor da maternidade, permaneceram solteiras e se engajaram no movimento da reforma social, lançando as bases da profissionalização da assistência social, bem como estiveram na origem da organização das políticas públicas e da definição de um Estado regulador.

Apesar dos caminhos diferentes, as mulheres que se envolveram com a filantropia passaram por esta experiência de ir além de seus jardins. Mobilizadas pela religião ou pelo discurso laico reformista, entenderam que seu lugar no mundo poderia ser ampliado. Para muitas delas, não se tratava tão somente de conquistar mais *status* de classe, mas outros espaços e almejar outras paragens para além do lar, como escolas, hospitais, escritórios, instituições sociais e, por fim, a estrutura de serviços públicos mantida pelo Estado.

Para muitas mulheres que atenderam ao chamado para trabalhar em prol dos necessitados — mesmo que mais restrito à noção moral e normativa da difusão da maternidade —, sair de seus lares e iniciar um trabalho benemerente as levou para outras experiências com as quais não tivessem familiaridade. Criar uma associação, organizar atividades, angariar recursos, mobilizar novas associadas, enfim, as muitas atividades que envolviam este tipo de trabalho voluntário estão na origem de uma nova experiência nesse espaço intermediário entre o público e o privado e, posteriormente, na organização das profissões da assistência social, como a enfermagem e o serviço social.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Ruth. The gendered meanings of virtue in Revolutionary America. *Signs*, Autumn, v. 13, n. 1, p. 37-58, 1987.
- BOURDETT-COUTTS, Angel. *Woman's Mission. A series of Congress Papers on the Philanthropic Work of Women by eminent writers*. New York: Charles Scribners Sons/London: Sampson Low, Marston & Company, 1893. Disponível em: <https://archive.org/details/womansmissionser-ooburdiala/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 02 mai. 2013.
- CLAPP, Elizabeth J. *Mothers of all children: women reformers and the rise of juvenile courts in Progressive Era America*. Pennsylvania State University Press, 1998.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ELLIOT, Dorice Williams. *The Angel out of the house. Philanthropy and gender in Nineteenth Century England*. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 2002.
- GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial*. Mexico: Fonde de Cultura Económica, 1988.
- JORDANOVA, Ludmila. *Sexual visions. Images of gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth Centuries*. London: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- KNOT, Sarah; TAYLOR, Barbara (org.). *Women, gender and enlightenment*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- LANGLAND, Elizabeth. Nobody's Angels: domestic ideology and the middle-class women in the Victorian novel. *PMLA*, v. 17, n. 2, p. 290-304, March 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/462641>. Acesso em: 24 nov. 2011.

- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. São Paulo: Relume-Dumará, 2001.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. *Gênero*, Niterói, v.15, n. 2, p. 13-28, 1º sem. 2015.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *Revista história: questões & debates*, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013.
- MCCARTHY, Kathleen D. (ed.). *Lady Bountiful Revisited*. Women, philanthropy and power. London: Rutgers University Press, 1990.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial*. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MCCRONE, Kathleen E. Feminism and Philanthropy in Victorian England: the case of Louisa Twining. *Historical Papers / Communications historiques*, v. 11, n. 1, p. 123-139, 1976. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/hp/1976-v11-n1-hp1111/030807ar/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- MOTHERSOLE, Brenda. *Female philanthropy and women novelists of 1840-1870*. Thesis of Doctor of Philosophy. Faculty of Education and Design: Brunel University, 1989.
- NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismo político*. Buenos Aires, 1890-1940. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004.
- PERROT, Michelle. "Sair". In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (org.). *História das Mulheres*. O século XIX. Porto/São Paulo, Edições Afrontamento/Ebradil, 1994.
- PROCHASKA, Frank K. *Women and philanthropy*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- RUSKIN, John. *Sesame and Lilies*. Lecture II — Of Queen's Garden. The Harvard Classics, 1909-1914. vol. 28.

- SAGE, Mrs. Russell. Opportunities and responsibilities of leisured women. *The North American Review*, v. 181, n. 588, p. 712-721, nov. 1905. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25105484>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- SAWAYA, Francesca. Capitalism and philanthropy in the (new) Gilded Age. *American Quarterly*, v. 60, n. 1, p. 201-213, march 2008.
- SKLAR, Kathryn Kish. *Florence Kelley and the nation's work: the rise of women's political culture, 1830-1900*. Yale University Press, 1995.
- VAN GESTEL, Constant Julius Ferdinand. *A Igreja e a questão social*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- VICKERY, Amanda. *The gentleman's daughter: women's lives in Georgian England*. London: Yale University Press, 2003.
- WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.
- ZÁRATE, Maria Soledad. *Dar a luz en Chile, siglo XIX*. De la "ciência de hembra" a la ciência obstétrica. Santiago: Ediciones de La Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2007.

Trajetórias femininas, filantropia e proteção social

Andréa Ledig

Introdução

Estas reflexões resultam do estudo de trajetórias recortadas de três biografias, a de Alice Tibiriçá (1886-1950), Pérola Byington (1879-1963) e Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1906-2009), presentes na montagem do sistema de proteção social brasileiro. São trajetórias que permitem distinguir diferentes estilos de ação: na de Alice Tibiriçá, a filantropa que à frente da Sociedade de Assistência e Prevenção à Lepra da cidade de São Paulo, encontra-se com o feminismo e o comunismo. Na análise de seu devir filantrópico, de suas itinerâncias na vida doméstica e no cenário político, buscam-se os significados da filantropia nos embates por direitos sociais desse seu tempo. Em Pearl Byington ou apenas Pérola Byington, distinguimos a filantropa que à frente da Cruzada Pró-Infância em São Paulo criou diversos programas direcionados a crianças e mulheres pobres no Estado de São Paulo. Sem se profissionalizar, essa filantropa paulista teve um papel preponderante na formação e ampliação do voluntariado feminino para a profissionalização das práticas assistenciais preexistentes. E assim, no início dos anos 1930, a Cruzada organiza dois cursos: o de enfermagem e o de formação de assistentes sociais. A trajetória de Violeta Campofiorito, aponta para um claro movimento de rupturas e continuidades, em que práticas vinculadas ao padrão filantrópico, como as desenvolvidas por ela ao lado de Alzira Vargas, na Legião

Brasileira de Assistência (LBA) fluminense, situam-se na interface com a profissionalização feminina no âmbito da Escola de Serviço Social de Niterói, indicando novos deslocamentos femininos no exercício profissional da assistência social. As três experiências situam caminhos abertos para o ingresso das mulheres no mundo público, tecendo a montagem do sistema de proteção social como “missão” / tarefa feminina. Estudos sobre a história social das mulheres, desenvolvidos no Brasil e fora dele, apontam que, a partir de ações filantrópicas e assistenciais, as mulheres, especialmente as provenientes das classes média e alta, chegam, e com destaque, à esfera pública onde marcam posição e ganham notoriedade nesse campo de atuação de vários países, oferecendo uma pista para a investigação. No Brasil, o estado da arte permite reconhecer a presença marcante das mulheres nas ações filantrópicas e de assistência social, com as contribuições de Ana Paula Vosne Martins (2015), Maria Lúcia Mott (2003, 2005), Maria Martha de Luna Freire (2009) e Suely Gomes Costa (2015).

Seguindo essa “pista”, busquei, então, investigar o significado da filantropia nesses deslocamentos femininos em direção ao espaço público e na luta por cidadania. Há fortes motivos para se aprofundar a reflexão sobre o trabalho assistencial das mulheres como filantropas e, ao mesmo tempo, para se jogar luz sobre ideias preconcebidas e estereotipadas, causadoras de discriminação e marginalização das filantropas, principalmente, no campo do Serviço Social.

Ao incorporar sujeitos até então pouco contemplados na historiografia do Serviço Social, este trabalho busca contribuir para a crítica à invisibilidade historiográfica das filantropas tomando-as como sujeitos a serem conhecidas em suas ações e sentimentos na montagem das redes de proteção social. Por outro lado, ao iluminar caminhos no sentido de novos olhares sobre o significado das ações filantrópicas na profissionalização da assistência social, acredita-se ser um modo de contribuir com revisões cruciais de estudos concernentes à história das políticas sociais no Brasil. É desejável que o Serviço Social se insira no debate que emerge na sociedade brasileira

em torno da filantropia. Isso exige pesquisa de muitas fontes quantas ainda inéditas, escritas e orais, buscando extrair, delas, aspectos culturais do cotidiano e a luz da experiência humana, revendo paradigmas pré-estabelecidos nessa produção acadêmica.

Entre a caridade e a filantropia

Para elencar alguns desses debates em torno da filantropia, certamente deve ser reservado um lugar especial à contribuição do projeto Filantropia e Cidadania no Brasil, coordenado por Leila Landim no Instituto de Estudos da Religião (ISER), entre 1994-1996. De acordo com essa autora: “a descoberta ou redescoberta, nos anos 1990, do vasto, diferenciado e tão antigo quanto novo, universo das chamadas organizações não governamentais sem fins lucrativos ou associações voluntárias” recolocou o tema da filantropia no cerne do debate político e acadêmico do país. Seria a filantropia uma “afirmação da caridade” ou uma “afirmação dos direitos sociais”?

O artigo “Pobreza & Filantropia: Fernandes Figueira e a Assistência à infância no Rio de Janeiro” (1900-1920), de Gisele Porto Sanglard (2014), aponta o quanto a caridade, impregnada pelos ideais cristãos, reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza, uma ação abnegada e anônima que, ainda hoje, advém das igrejas cristãs e de suas irmandades — instituições laicas, mas de devoção. Em suas obras, no intuito de minimizar o sofrimento alheio, verifica-se, regularmente, a distribuição de pão, sopa e agasalhos, bem como movimentos pela manutenção de hospitais, de asilos, de orfanatos, dentre outras ações. A filantropia parece assentar-se na noção de caridade, mas também incluindo a de utilidade social e de dever patriótico. A seu ver, os vestígios de piedade assumem uma versão laicizada perceptível na ação continuada de grupos e ações coletivas, refletindo e, não mais, um ato individual isolado. Através de chás beneficentes ou encontros sociais, a filantropia desponta como uma

ação típica das elites na Primeira República. No início do século XX a caridade não basta.

Suely Gomes Costa, ao lado de historiadores e antropólogos brasileiros e portugueses, debate o tema na obra “Filantropos da Nação” (2015). Em seu artigo “Reinações filantrópicas no diário de Alice Dayrell Caldeira Brant”, a autora lembra que o exercício da caridade, vinculado ao dogma cristão e à história da salvação e, conduzido por essa ou aquela iniciativa feminina — comum e individual — como as de D. Teodora, em fins do século XIX — também prossegue e se desdobra em várias iniciativas filantrópicas protagonizadas por mulheres na primeira metade do século XX.

Nessas experiências femininas de “solidariedade”, compartilhadas e reconhecidas em muitos tempos e lugares, estão presentes indícios do sentimento de compaixão, descrito por Laqueur (1992, p. 241) como um imperativo moral de ações mitigatórias. Para esse autor, a compaixão não se refere à dor da tragédia, pois, diante dessa, não há mais nada a ser feito, mas ao sentimento de identidade na dor, diante de um “sofrimento ou morte, que podia sob determinadas circunstâncias ter sido evitado ou mitigado”. É esse o quadro que permite a Suely Gomes Costa e a mim mesma, afirmar que, ao transpor o abismo entre fatos, compaixão e ação, as filantropas abriram caminhos para seu ingresso no mundo público e consolidaram seus protagonismos políticos nas lutas por direitos e por serviços protetivos.

Delimitado o problema em estudo, as circunstâncias têm apontado ainda algumas questões: Quem eram essas mulheres? O que as levou a dedicar parte de sua vida a ações filantrópicas? Por que escolheram causas específicas? Que limites e desafios enfrentaram em suas saídas para o espaço público? Como se relacionavam com o Estado? Que papel ocuparam na profissionalização da assistência? Que descobertas fizeram nessa trajetória? Aonde chegaram?

Pelas portas da Filantropia

Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito — mulheres com diferentes trajetórias em seus protagonismos políticos, na primeira metade do século XX — têm a uni-las ao mesmo ponto de partida: a filantropia. Mas, no desempenho da filantropia, elas chegam a diferentes lugares. Suas trajetórias apresentam alguns aspectos comuns, como o magistério, o casamento, o pequeno número de filhos (apenas dois) e a consolidação tardia de seus nomes na esfera pública. Suas diferenças se devem, todavia, à origem familiar e à personalidade, ao local onde desenvolvem seu protagonismo e, sobretudo, à relação que estabelecem com o Estado.

Entre tantas questões, restava, ainda, procurar desvelar os papéis desempenhados pelas filantropas na montagem da rede de proteção social na primeira metade do século XX. Tal resgate pede distanciamento de estereótipos que têm marcado essas mulheres. Ao mesmo tempo, exige um caminho que se desenrola por desvios, mas, mesmo assim, permite, por uma pesquisa de caráter exploratório, a partir das fontes primárias e orais, capturar processos históricos quase invisíveis, próprios de sua atuação cotidiana. Longe de ser uma história do conservadorismo e passividade feminina, essa é a história de mulheres que lutam por direitos feministas e sociais, um modo de compreender mulheres que, ao exercerem atividades tidas como meramente filantrópicas, apropriam-se de espaços públicos que lhes foram ofertados onde por suas lutas ganham reconhecimento público e chegam a novos lugares.

Optei, então, por examinar nessa perspectiva, motivações, práticas, discursos e redes de sociabilidades de três mulheres que, na condição de filantropas, conseguiram alcançar protagonismos sociais e políticos diversos: Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito. Suas trajetórias mostram que a filantropia não só se define como um lugar de atuação de mulheres conservadoras, mas também como *locus* de mudança do estado de consciência sobre as questões sociais,

também assuntos de natureza política. Essa percepção irá defini-las como mulheres revolucionárias.

O recorte temporal da pesquisa foi demarcado entre as décadas de 1930-1960; essa escolha se definiu pelos registros de tempo das intervenções realizadas por Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito na montagem da rede de proteção social brasileira. O marco inicial se dá quatro anos antes, em 1926, quando a mineira Alice Tibiriçá acompanhada pela família do esposo e de outras damas da elite paulista, fundava a Sociedade de Assistência e Prevenção a Lepra de São Paulo, na cidade de São Paulo, dando início a um itinerário político que terminaria com seu falecimento em 1950. Em 1930, ano em que Getúlio Vargas assume o poder, dando início a um período de consolidação de direitos trabalhistas, Pérola Byington — uma paulista de descendência norte-americana — fundava, ao lado da associação de visitadoras sanitárias, a Cruzada Pró-Infância na capital paulista, instituição que dirigiu até seu falecimento em 1963. Quase duas décadas as separam do protagonismo político de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama. Com forte atuação filantrópica na Escola Henrique Lage em Niterói, essa professora ao lado de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, nos anos 1940, participou da montagem da LBA fluminense e da criação da Escola de Serviço Social de Niterói. Em 1966, após um desentendimento com o governo militar, essa mulher libertária pede demissão da direção da Escola de Serviço Social de Niterói, cargo que ocupa desde 1951. Uma parte dessa geração de filantropas se profissionaliza e segue em novas lutas, agora, mais e mais, por direitos sociais, embebidas nessa diversidade de conceitos e na atmosfera de progresso e modernidade presente na sociedade brasileira do início do século XX que apoia muitas iniciativas filantrópicas.

Muitas de iniciativas femininas sempre obtiveram aplausos masculinos, como no caso dessas três mulheres das elites regionais que emprestam seu prestígio — tanto individual quanto familiar — às diversas ligas, sociedades e cruzadas, em formas similares de associativismo, voltadas para o combate/controlar de determinadas doenças, ou

mesmo dirigidas às ações de proteção materno-infantis e de diversos serviços de assistência social. Como aquelas fundadas em São Paulo, em 1926, a Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa contra Lepra por Alice Tibiriçá, e, em 1930, a Cruzada Pró-Infância por Pérola Byngton, nos anos 1940, os inúmeros programas assistenciais criados por Violeta Campofiorito também são implementados na capital do antigo Estado do Rio Janeiro. Note-se que essas e outras iniciativas expressam uma ação que recorre à filantropia, mas também que compromete o poder público. As do antigo Estado do Rio de Janeiro traduzem bem uma experiência dessa natureza. Espaços de sociabilidades que, nas palavras de Sirinelli (2003), não são apenas geográficos, mas também lócus em que o afetivo e o ideológico se encontram. Essas instituições tornam-se lugares de formação de mulheres intelectuais e de criação e mudança de valores, de práticas e representações sociais muito variadas, formatadas no entrecruzar da história política e da história cultural.

Para Sirinelli (2003) e Gontijo (2005), o intelectual é um produtor de bens simbólicos, envolvidos direta ou indiretamente na arena política. Enquanto Sirinelli destaca duas acepções de intelectuais: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, e outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento político, Gontijo (p. 263) afirma que estas acepções não são excluídas: “Ambas possuem uma natureza sociocultural, que contribui para que os intelectuais tenham suas atividades reconhecidas por seus pares e pela sociedade em que vivem. Reconhecimento que legitima sua intervenção nessa mesma sociedade”. Interessa-nos a reconstrução de uma história social que abranja as trajetórias individuais de três senhoras, cujas experiências intelectuais produziram e registraram uma memória coletiva acerca das práticas de proteção social no contexto em estudo.

O exame da filantropia como espaço de mulheres intelectuais é bastante revelador quando se associa à indicação de Laqueur (1992). Ao desnaturalizar o sofrimento apontando “os lineamentos de causalidade

e ação humana”, a narrativa humanitária descrita por Laqueur produz mudanças no quadro intelectual. Questões sociais, antes naturalizadas, agora assumem um campo de indagações científicas com mudanças das formas de explicar os fenômenos sociais, agora possíveis de serem evitados ou mitigados. Nesse cenário, a ação filantrópica permanece como um imperativo das elites culturais, cujo crédito moral servia de base e ampliava o eco de sua influência. Segundo Sirinelli (2003), tais elites constituíram sua identidade, estão ligadas à sociedade que as rodeia, não como um “simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas de seu tempo”, mas como aquele que colore o seu ambiente. As intelectuais que emergiram no estudo trouxeram à tona a vida política e cultural das décadas de 1930/1940, bem como sua inserção na política de assistência social, inaugurada durante a Era Vargas. Deram visibilidade também à cidade, não como pano de fundo, mas enquanto palco de tensões, com seus atores sociais constituindo novas práticas assistenciais, num jogo de acomodação entre a filantropia e a política pública.

Nesse complexo movimento de tomada de consciência sobre questões sociais, de acatar e transgredir o *status quo*, as mulheres puderam distinguir momentos e práticas em que se permitem ora avançar, ora recuar, na busca de uma nova concepção de sociedade — se não igualitária pelo menos mais justa, por meio de políticas sociais e, até mesmo, de associação ao comunismo. Brotam, ainda, como desafios a enfrentar, as novas concepções de casamento e de relações de gênero sem autoritarismo, a defesa da cidadania feminina e a independência econômica. Localizam-se aí a fertilidade e a complexidade da filantropia como campo de luta por direitos e espaço do empoderamento feminino.

Em São Paulo, cidade impulsionada pela produção industrial e marcada pelo *ethos* do trabalho e do mercado, Alice e Pérola personificaram, em seus atos e modos de traduzir ações no campo da proteção social, o pensamento liberal centrado na ação voluntária traduzida pelo exercício da filantropia e enunciado como tarefa própria das mulheres.

Como sinaliza Perrot: “a filantropia constituiu para as mulheres uma experiência não negligenciável, que modificou a sua percepção do mundo, e a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública” (Perrot, 1994, p. 504). Essas duas mulheres paulistas, ao garantirem visibilidade e respeitabilidade pessoais por suas ações filantrópicas, deslocam-se para outras arenas políticas. Em julho de 1931, participaram, ao lado de outras filantropas, do II Congresso Internacional Feminista, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, então dirigida por Bertha Lutz. No ano seguinte, participam ativamente da Revolução Constitucionalista, movimento insurrecional contra o Governo de Vargas.

É em Niterói, capital no antigo Estado do Rio de Janeiro, próxima geograficamente da cidade do Rio de Janeiro, capital do país, que se desenvolve a trajetória de Violeta. Ela iniciou seu trabalho social voluntário na Escola Henrique Lage, mas é na LBA, ao lado de D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do Presidente Getúlio Vargas e esposa de Amaral Peixoto, então interventor desse Estado, que seu nome ganhará visibilidade no campo assistencial.

Alguns anos e regiões separadas por quilômetros e quilômetros distanciavam uma das outras. A uni-las, no entanto, havia o mesmo destino: o protagonismo feminino nas ações filantrópicas. Com trajetórias pessoais e investimentos políticos diferenciados, Alice, Pérola e Violeta romperam o “círculo restrito traçado a sua volta”, para usar uma conhecida expressão de Perrot (1994). Contudo, “mais do que as metamorfoses operadas em si mesmas”, como salienta Margareth Rago (2010, p. 152), o exame dessas três trajetórias filantrópicas permite distinguir diferentes e crescentes deslocamentos das mulheres no campo da luta por direitos de cidadania. E pensar nas tramas e caminhos que teceram esse sistema de proteção social. Neles, essas e muitas outras mulheres configuram diferentes modos do ingresso feminino no cenário político.

Observa-se que Alice e Pérola afirmam-se pela filantropia. Já Violeta aproxima-se de uma noção de Serviço Social que irá negá-la, ainda que não condene a filantropia, incorpore-a por algum tempo,

mas pretendendo mudá-la. Nessas experiências, é possível distinguir, porém, o discurso do maternalismo científico, que qualifica a função materna de cuidados, mas também lhe confere um novo conceito e um novo *status*. Esse é o ponto de partida para outros deslocamentos em direção à profissionalização dos serviços sociais em geral, até então prestados por meio de ações filantrópicas. Dá-se aí a consolidação de novos campos de atuação. Nessa experiência, o sistema de proteção social se redefine e expressa momentos de transição de tomada de consciência sobre direitos sociais e funções do Estado para assegurá-los.

Ao ampliar-se o conhecimento sobre os muitos movimentos de mulheres que forjaram marcos da construção das políticas públicas apoiadas nos ideais maternalistas, verifica-se que ainda há muito por ser conhecido. O maternalismo dará a partida para o desenvolvimento de profissões femininas de cuidados, como as de economistas domésticas, secretárias, professoras primárias, enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais, dentistas, dentre outras. Mas a consolidação do campo assistencial, em geral, admitido como um espaço privilegiado de mulheres para o exercício de práticas de proteção social, não se configura necessariamente como um lugar apenas feminino. Na realidade, é um *locus* em que a relação entre os sexos adquire contornos bem precisos. As ações filantrópico-assistenciais se dão, sim, sob o “consentimento e aceitação” dos homens, o que reforçaria muitas tradições próprias às relações de gênero. O desenvolvimento de atividades no campo da proteção social implicará estreitas associações de diferentes profissionais, homens e mulheres, configurando um espaço de exercício da política comum às relações de gênero que também se redefinirão. Isso não significa que a idealização de “ser mãe”, tão reiterada nos discursos maternalistas de tantos tempos, deixe de embasar claras referências à feminilização de diversas profissões emergentes do século XX.

As contribuições de “Mulheres, Mães e Médicos: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920”, premiada tese de Maria Martha de Luna Freire (2006), ofereceu

subsídios relevantes à percepção de mudanças de rumo das experiências de mulheres como Pérola Byington, Alice Tibiriçá e Violeta Campofiorito. Todas circulam no meio social, ora como filantropas, ora como profissionais de um campo específico do conhecimento e de exercício do poder feminino, situando momentos de transição das práticas assistenciais clássicas e o avanço direção a busca de caminhos de afirmação de direitos sociais. Diria que essa transição afirma e muda antigas concepções, retraduzindo, pouco a pouco, tanto a construção quanto a difusão o ideário da “maternidade científica” na sociedade brasileira da Primeira República.

Os maternalismos aparecem como ideais de reafirmação de valores considerados próprios ao exercício da “boa” maternidade. Mas esses valores também são constituintes de lutas e movimentos sociais por direitos. Englobam ainda códigos de conduta que disciplinam seguidos deslocamentos femininos em direção ao mundo político. Os maternalismos são identificáveis em discursos e práticas sociais e como tais se modificam à medida que avança a percepção de diferenças em relação aos homens. No Ocidente, essa tendência aparece com nitidez no século XVIII, nas lutas de feministas francesas por igualdade em relação aos homens sob a revolução (Scott, 2002).

Bock (1991), ao tratar a maternidade como uma função social e não apenas como uma função familiar, indica que o discurso maternalista do início do século XX rompe com a tradicional dicotomia entre as esferas pública e privada. O reconhecimento da cidadania feminina se dará “não apesar de, mas por serem mães”, exaltando a maternidade como um dos fundamentos dos direitos e deveres das mulheres. Esse conceito ora privilegia o seu acesso às profissões — uma expressão da maternidade social, entre as quais destacamos o serviço social, ora aponta para a necessidade de políticas direcionadas à proteção da maternidade e da infância. O maternalismo constrói uma identidade feminina no campo da proteção social.

Nessa conjunção, localizamos um paradoxo fundamental, já indicado por Scott (2002), pelo qual a maternidade, elemento constitutivo

do discurso da diferença sexual, torna-se a chave da luta política das feministas por igualdade na virada do século XIX/XX.

Nesse sentido, o valor civilizatório da maternidade ganha continuidade. A mulher será, cada vez mais, reconhecida e agrupada como um ser dotado de certas qualidades, que “poderia regenerar a sociedade, através de campanhas pela evangelização da paz e da caridade”.

A maternidade conferia-lhes o “capital feminino” necessário ao exercício de certas tarefas vinculadas aos cuidados com vista à formação de cidadãos da nação. Mulheres, sobretudo das classes médias e altas, como Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito, foram, então, chamadas a “sair” dos seus lares para exercerem a “maternidade social”. Ao ingressarem no campo da proteção social, as mulheres aceitaram o desafio e reinventaram-se. Abriam novos espaços de atuação profissional e criaram novas formas de ingresso do feminino na esfera política.

Nas experiências de Alice, Pérola e Violeta, práticas filantrópicas voluntárias ganham continuidade em um campo de ação tendencialmente feminino, atualizando antigas tradições, também presentes na orientação das várias profissões femininas. Mas, então, isso se dá por intermédio de estreitos vínculos com o Estado. Essas três trajetórias apontam para um claro movimento de rupturas e continuidades, práticas vinculadas ao padrão filantrópico, como as desenvolvidas por Alice, tornam-se capazes de garantir-lhes uma renda e se situam na interface com a profissionalização da assistência médico-social, presente na trajetória da “benemerente” Pérola, pelas educadoras sanitárias. Também se consolida na formação profissional de Violeta, no âmbito da LBA, mas indicando novos deslocamentos femininos no campo das políticas/programas sociais, a cargo do Estado, ora bem mais perceptível.

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até às portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma consciência de gênero. Elas saíram para terem, finalmente, lugar

em toda parte. “Sair fisicamente, deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos — um café, um comício — viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado” (Perrot, 1994, p. 503).

O florescimento da ciência como valor social na sociedade brasileira do século XX estabelece um novo padrão de maternidade. As mulheres serão responsáveis pela saúde dos filhos, pelos cuidados com a família, pela redução da mortalidade infantil, no espaço doméstico e no espaço público, numa clara aliança entre mulheres e médicos (Freire, 2009). A maternidade transforma-se em profissão feminina e confere à mulher um novo status social.

Trata-se, pois, de questionar, como o fez Marina Maluf na obra “Ruídos da Memória” (1995), a existência de fronteiras materiais e simbólicas que separam “as coisas de dentro” das “coisas de fora”, o espaço público da produção e do agir político e a esfera privada do espaço doméstico, em que valores e papéis femininos vinculados à maternidade têm sido enclausurados. Nas experiências filantrópicas de Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito, o doméstico e o público não se encontram tão perfeitamente separados, como aponta a literatura mais formal. Mas, ao contrário, entrelaçam-se num processo de conflitos, ambiguidades e desafios, presentes nessas e em muitas outras trajetórias femininas.

Um bom exemplo dessas interseções entre o público e o privado no universo feminino pode ser encontrado na trajetória de Pérola Byington à frente da Cruzada Pró-Infância. Durante mais de trinta anos, inúmeras vezes, sua casa serviu de palco para reuniões da diretoria, reuniões semanais das voluntárias para confecção de enxovais de bebê, atendimento às pessoas que queriam se filiar ou que buscavam ajuda. Seria essa uma estratégia feminina para estar no espaço público, sem abrir mão de suas tarefas maternas? Note-se que essas são práticas ainda hoje usuais, presentes em campanhas caritativas, geralmente por iniciativa de igrejas ou de associações religiosas, em todo o país.

Ao abordar questões referentes a representações culturais e significações simbólicas que constroem o universo feminino, o objeto da pesquisa se constrói com regularidades próprias à história das mulheres. Nessa perspectiva, identifica as contradições presentes na superação do fator biológico como marcador da diferença de papéis atribuídos a homens e a mulheres. Reconhece, ao contrário, que é no processo social de construção da vida social que o masculino e o feminino — aparentemente fixos — são socialmente atribuídos e culturalmente definidos e também redefinidos, movendo os códigos dados como “naturais” de cada gênero.

Tais considerações remetem à reflexão de que o estudo sobre o cotidiano filantrópico, esse que é composto por diferentes sujeitos históricos, é rico em indícios valiosos para a narrativa da história das mulheres. Indica transformações de conceitos sobre protagonismos de mulheres na vida social e política, em diferentes períodos históricos e associa seus protagonismos, diretamente, à marcha dos direitos sociais. No Brasil, essa abordagem permite contribuir, também, para o enriquecimento da história das políticas sociais, cujos estudos têm priorizado a “ação do Estado”, sem falar dos protagonistas masculinos e femininos que a materializam.

Ao trazer à tona a história de três filantropas, busquei conferir visibilidades a personagens políticos que, durante muito tempo, vem sendo relegados a um plano secundário em estudos sobre significados de ações sociais as mais diversas, especialmente, as abordagens que examinam a história do Serviço Social e das políticas sociais. É chegado o tempo de buscar novos olhares e novas abordagens sobre concepções cristalizadas e consagradas na historiografia profissional. Talvez nisso resida, a primeira dificuldade com que me deparei ao enveredar pela pesquisa e pela escrita da história de personagens femininas com atuação filantrópica do início do século XX. O desprestígio conferido à pesquisa histórica de significados vários das atividades filantrópicas no campo acadêmico do Serviço Social brasileiro tende a anular o reconhecimento de protagonismos que

muito contribuíram com a marcha dos direitos sociais no Brasil. Diante desse quadro, propomos rever um passado que repousa numa história tida como já contada. No entanto, atualizada pela leitura do presente, é objeto de novas indagações. Renova-se, redefine-se, pois, são novos os tempos e novas as indagações!

É na esteira desse processo de crítica às análises generalizantes e economicistas do passado que ganham primazia as análises que privilegiam o cotidiano, a vivência das pessoas, em detrimento das análises que privilegiam as transformações. Como afirma Marina Maluf (1995), a história do cotidiano vem “renovar, polemizar, ampliar e criticar o fazer história [...] à medida que demole construções abstratas e conceitos que não se ajustam às experiências e modos de vida concretos”. É no cotidiano que as mulheres, a partir de “táticas e estratégias” — termo tomado emprestado de Michel de Certeau — estabeleceram uma (re) apropriação do espaço público, alterando os objetos e os significados de antigas práticas no campo dos cuidados. Nessa direção, o cotidiano de Perola Byington, Alice Tibiriçá e Violeta Campofiorito, por muitos indícios, trazem à tona avanços e recuos de modos de lutas femininas e feministas por direitos sociais, de organização das políticas públicas e novos significados de protagonismos femininos presentes nas ações filantrópicas.

Segundo Gribaudi (1998), romper com as perspectivas de macroanálises — tão caras ainda hoje ao Serviço Social — remete a uma imprevisibilidade do processo histórico, em que “o ponto de partida é dado por itinerários individuais, a análise dos comportamentos e das escolhas revela cadeias de dependência causais que ligam esferas, meios e dinâmicas tradicionalmente concebidas como separados” (Gribaudi, 1998, p. 129-130).

Assim, alio-me ao método biográfico apresentada por Levillain (2003), como método histórico que remete às experiências vinculadas ao cotidiano e à subjetividade. Nele, tece-se a trama da vida não como uma evolução, um plano pré-estabelecido onde o sujeito se apresenta como uma totalidade coerente, e, sim, partindo do entendimento que

os indivíduos constroem sua trajetória de acordo com projetos, eles vão sendo mantidos, alterados ou substituídos em função do campo de possibilidades em que se encontram. É aí, nessa conexão, entre o individual e o social, o geral e o particular que reside o “pequeno x” da biografia apresentado por Sabina Loriga (2011). Para essa autora, “apesar do peso das circunstâncias exteriores, os indivíduos estão livres para efetuar escolhas voluntárias”. Assim, Pérola Byington, Alice Tibiriçá e Violeta Campofiorito têm, nas ações filantrópicas desenvolvidas na primeira metade do século XX, o seu ponto de partida para o protagonismo político. Mas suas escolhas as levaram a diferentes pontos de chegada. Nessa perspectiva, “importa conservar a tensão, a ambiguidade, considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade”.

A leitura de uma história de vida não é, portanto, uma tarefa simples. Como afirma Schwarcz (2013), o gênero biográfico exige do pesquisador alguns cuidados. O primeiro é a tentação de criar, na biografia, uma sequência coerente e contínua de acontecimentos cronologicamente conectados entre si e que seguem um itinerário coerente e determinado, compondo o que Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”. O segundo é, quando ainda marcados pela ideia tradicional da biografia dos grandes vultos, acreditar-se que a importância das pesquisas está relacionada à proeminência do objeto escolhido e, aí, busca-se conferir relevância a sujeitos que, em seu contexto, possuíram pouco destaque. E o terceiro cuidado que se deve ter, nesse gênero chamado biografia, é quando, no intento de defender personagens, criam-se heróis, livres de contradições e ambivalências: “O resultado, muitas vezes, é a construção de biografias que se comportam quase como destinos; ou verdadeiros tribunais de defesa”.

Para romper com essa biografia linear e factual, é preciso situar essas três mulheres em seu grupo e no campo de possibilidades em que se encontram inseridas. “Nessa direção, valeria, quem sabe, trocar a noção de biografia pelo conceito de trajetória”. Sem abrir mão da singularidade do sujeito, a trajetória representa a compreensão de

um desfecho singular dentro de um campo de possibilidades. Para Schwarcz (2013), essa vinculação do indivíduo ao seu grupo não pode ser feita de maneira determinista, sob o risco de o pesquisador se deter nas circunstâncias, esquecendo-se das saídas individuais.

Mas para que uma trajetória ofereça elementos necessários à construção do contexto social a que se refere, em primeiro lugar é necessária a delimitação de um problema de pesquisa (Martins, 2014). A problemática desta pesquisa centra-se na compreensão da relação existente entre o protagonismo filantrópico feminino e a montagem da rede de proteção social nas trajetórias de Pérola Byington, Violeta Campofiorito e Alice Tibiriçá, cuja atuação filantrópica reforçou maternalismos sociais, mas também ensejou um processo de empoderamento feminino no plano político e um percurso em direção às lutas por direitos sociais.

A ênfase concedida à filantropia na trajetória dessas três mulheres justifica-se pelo fato desse campo de atividades significar também um modo de associação humana. Ele é um campo de possibilidades de realização de ações coletivas, lugar de efervescência intelectual e de relações afetivas, viveiro e espaço de sociabilidades em que essas e tantas outras mulheres construíram suas trajetórias individuais e coletivas, rompendo e modificando a percepção que tinham do mundo e de si mesmas e redefinindo seus caminhos na vida pública e privada.

Há diferentes gerações de filantropas que interagem em diversos estados de consciência e múltiplas identidades em circulação, num dado tempo. Há eventos a observar; daí, os tempos curtos, as conjunturas; mas também há manifestações no tempo longo — não perceptíveis — forjadas, em “estruturas” submersas, entrelaçadas ou não a esses mesmos eventos, redefinidas ou não. Elas estão na história das mulheres.

Suely Gomes Costa (2009) nos apresenta a metáfora da “onda” enquanto marcador de intervalos de tempo, um indicador de periodização, de referências conjunturais de narrativas da história das mulheres e dos feminismos; enfim, uma irrupção que, após atingir seu ponto alto, dissipa-se. Desse modo, busco me aproximar das práticas e representações sociais presentes no cotidiano dessas mulheres

intelectuais, que compõem a montagem das redes de proteção social, a partir de duas “ondas”: a primeira que se configura pela preponderância das ações caritativas/filantrópicas e a segunda pela profissionalização da assistência social.

As análises dessas “ondas” não possibilitam, porém, compreender o que acontece entre elas, dando continuidade e sentido aos movimentos históricos de longa duração. Para tanto, é preciso recorrer a outra metáfora, utilizada por Costa (2009, p. 4): a de “rizoma”, entendido como “partes de um vasto tecido social, em grande medida submersas, vindas de diferentes tempos históricos, trançadas entre si e que avançam em infinitas combinações de “ramificações” continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo.

Na ambiência cultural das instituições assistenciais, essas duas gerações de mulheres vão interagir como filantropas e assistentes sociais, buscando, nesses processos, continuidades e persistências, mas também rupturas, lembrando que “raízes” também “podem estar entrelaçadas, mudar de rumo, podem seguir e não seguir em diferentes sentidos, podem mesmo retroceder” (Costa, 2009, p. 11).

Há que repensar modos de ler as fontes históricas, documentais e orais. Há que se buscar conflitos, tensões e rupturas entre filantropia e Serviço Social, assim como suas continuidades e identidades construídas no cotidiano feminino das práticas de proteção social.

Questões femininas, cada vez mais reconhecíveis, porque tornadas públicas, assumem sua dimensão política e forjam identidades femininas. Daí a energia propulsora dessa experiência em que dilemas e conflitos existentes entre o público e o privado vão perpassar o cotidiano das mulheres, na busca de conciliar as obrigações domésticas com as tarefas no espaço público, imbuídas de seu papel de cuidadora, presente no discurso maternalista. Tal dilema ainda se faz presente no cotidiano das mulheres.

Assim, cabe rever conceitos colhidos em fontes históricas disponíveis em novos modos de fazer pesquisa histórica. Faz-se necessário repensar o significado da biografia para a história das mulheres.

É preciso mergulhar no universo por onde essas mulheres transitavam, particularmente do Rio de Janeiro e São Paulo, cujo mundo pareceu-me essencialmente diferente, seja nos aspectos políticos e econômicos, seja no aspecto religioso e artístico, tornando-se, por vezes, ininteligível ao leitor que, desavisado, não procure entendê-los em uma lógica própria. Na busca por aproximar-me desse universo, tornei-me leitora, ouvinte e, principalmente, visitante de um passado que, embora apresente significativas rupturas, permite o entendimento do devir, em presença de continuidades.

Esse é um universo repleto de lacunas, pois a matéria tratada refere-se a uma memória social que foi se perdendo, antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência de documentos produzidos por suas ações. Há relatórios, boletins, livros de ata, ofícios e fotografias, além de conferências, artigos e notícias publicadas em revistas e jornais de grande circulação. Todos registram uma série de enunciados sobre as intervenções femininas na montagem do sistema de proteção social brasileiro. Mas, hoje, muitas dessas fontes documentais encontram-se indisponíveis — em acervos privados — ou disponíveis de forma fragmentada, em acervos públicos, muitos em precárias condições.

Ana Paula Vosne Martins, em seu projeto de pós-doutorado, apresentado em 2014, ao curso de Pós Graduação em História da UFF, retoma os termos dessa discussão, ao constatar que, enquanto as figuras masculinas ocupam o lugar de destaque na memória da filantropia e na historiografia política, filantropas como Stella Faro, Eugenia Hamann e tantas outras foram sendo esquecidas (Martins, 2014, p. 6). Mesmo para trajetórias de vida de filantropas com reconhecidos protagonismos políticos, como os de Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito, esse problema se verifica.

Na busca por informações sobre os itinerários filantrópicos dessas três mulheres, foi necessário esmiuçar o que me parecia implícito e reunir dados muito dispersos em arquivos de diferentes instituições no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nessa busca, “cada documento

acumulado reúne um conjunto de relações sociais próprias do tempo em que foi gerado” (Côrte, 2012, p. 176). A autora lembra, ainda, que os documentos só se revelam em plenitude quando submetidos à abordagem crítica do historiador.

“Vasculhando” as fontes, foram extraídos aspectos que evidenciam as experiências cotidianas vividas por filantropas naquele tempo e o quanto essas experiências são significativas para o entendimento da história das mulheres. Além disso, ao investigar a tessitura do modelo assistencial brasileiro pautado na ação filantrópica, desvendam-se muito do campo político-assistencial. As instituições filantrópicas, com seus valores e políticas, estão na vida de suas protagonistas. Elas oferecem muitas informações sobre processos sociais de muitos significados da política social no tempo presente. Esse presente vivido está nas marchas e contramarchas das muitas formas políticas de produzir cuidados do passado.

Considerações finais

Apesar dos esforços de revisões historiográficas nos estudos do Serviço Social em curso, sobretudo nos referentes à formação dos assistentes sociais, tem prevalecido a tendência que parece admitir a noção de um passado profissional imóvel e, quase sempre, conservador. Nessa perspectiva, vem admitindo que as iniciativas e atividades filantrópicas sejam conceituadas como estritamente de “controle social”; sempre um instrumento perverso usado pelas classes dominantes contra as dominadas, em um modelo a ser totalmente revisto.

É de se lamentar que essa produção venha negando significados diversos nessa sempre plural experiência humana. As redes sociais que Alice, Pérola e Violeta construíram no campo da proteção social indicam o quanto essas experiências são significativas de um novo estado de consciência sobre as desigualdades sociais, situando a larga presença feminina na emergência das políticas sociais. Ao partir do

ponto de vista dessas mulheres, as pesquisas desenvolvidas permitiram situar novas possibilidades de compreensão histórica de experiências filantrópicas.

Os estudos de trajetórias de Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito possibilitaram rever muitas afirmações feitas por essa tendência historiográfica. A primeira é de que as ações filantrópicas desenvolvidas por essas mulheres da elite tenham, invariavelmente, como principal objetivo, contribuir para a projeção social de figuras masculinas¹. Alice e Pérola, casadas com homens atuantes no processo de urbanização e modernização das cidades, e Violeta, com um militar da Marinha Mercante, não usaram a filantropia para qualquer reconhecimento de seus maridos, mas para o seu próprio. Nenhum deles seguiu carreira política ou teve qualquer protagonismo filantrópico. São até mesmo sujeitos quase invisíveis nas trajetórias públicas dessas mulheres.

A segunda indicação é a de que a filantropia se apresenta unicamente como uma estratégia utilizada pelas mulheres de elite para reforçarem seus valores de classe, em um jogo de dominação e tutela dos pobres². Se, por um lado, antes e ainda hoje, a filantropia é pensada e reafirmada como atividade de reforço de valores da classe dominante e da sistemática continuidade de relações de dominação para com os mais pobres, de outro, ignora qualquer possibilidade de que essas mulheres “da elite” sejam sensíveis à “dor do outro” e que desejem ou

1 Torres (2002, p. 9) afirma, em “As Primeiras Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder”, que o trabalho social das primeiras damas: “não era um movimento feminista ou feminino, mas a arte política da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como um apêndice do governante para a era da ação social sob a ótica totalmente assistencialista”.

2 Na obra “A colaboração lhe bate à Porta... Visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário” (Vieira, 2013, p. 101) cita a obra “Relações sociais e Serviço Social”, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2007), ao afirmar que as primeiras assistentes sociais tinham uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses.

mesmo possam enfrentar novos desafios sociais. Nega-se, através desse preconceito, a possibilidade de as filantropas experimentarem o sentimento de identidade que venha a favorecer a tomada de consciência de desigualdades sociais evidentes no seu tempo. É como se elas — por sua posição de classe social — estivessem impedidas de reconhecê-las.

Reexaminando a história do Serviço Social, verificamos que só muito recentemente essa área tem examinado os maternalismos presentes nas práticas assistenciais. Nos tempos de criação das ESS, assistentes sociais são mulheres em grande número. As atividades de cobertura assistencial exigem o desenvolvimento de uma intrínseca rede de relações, largamente baseada na tradição da autoridade feminina no âmbito dos cuidados: as escolas as preparam, sistematicamente, para esses “novos” cuidados. Também, ao exercerem uma grande parte do governo dos cuidados, assistentes sociais seguem códigos de condutas assemelhados àqueles análogos aos de relações de cuidados para com filhos. Assim, a perspectiva de que assistentes sociais, em geral, mulheres, desenvolveriam uma “maternidade social” através de várias profissões de cuidados, tais como, pedagogia, serviço social, enfermagem, nutrição e, mesmo, medicina, essa conforme certas especialidades etc., é relevante destacar que essa mesma maternidade, não necessariamente, teria sinal religioso, embora muitas assistentes sociais fossem religiosas. Vale sublinhar o quanto essa perspectiva ajuda a reconhecer o Serviço Social também como uma expressão do maternalismo científico, sobretudo na experiência de assistentes sociais dos primeiros tempos. Diria que as profissões que cuidam, majoritariamente femininas, ainda hoje têm esse marcador. No caso das assistentes sociais dos primeiros tempos, isso é evidente.

Entendendo essas trajetórias femininas como parte da história política, foi possível verificar que as mulheres em questão vivenciam, com suas muitas singularidades, experiências filantrópicas e crescentemente emprestam-lhe novos significados. Sua circulação no espaço político também amplia referências de cunho maternalista em iniciativas privadas de proteção social e as supera, contribuindo

decisivamente com o processo de montagem de redes e serviços de proteção social a cargo de um dado Estado Social, cada vez mais entendido e situado como lugar de garantia de direitos sociais.

Assim, as trajetórias de Alice, Pérola e Violeta guardam informações que permitem reconstituir não só a dimensão e extensão dessas ações filantrópicas na montagem privada do sistema de proteção social brasileiro, mas também as diversas possibilidades de ampliação desses serviços no espaço público, com presença de mulheres nessas tarefas e sob aplausos masculinos. Trespasadas pela compaixão, Alice, Pérola e Violeta movem-se com sinal político e seus estilos próprios em busca da consolidação do campo da proteção social brasileira. Definem-se, aí, múltiplas possibilidades de construção de novos signos sociais e de novas experiências pessoais e profissionais para as mulheres.

Acompanhando suas trajetórias, percebo que elas se consagram no espaço político, sobretudo por meio de um padrão de maternidade social que, em uma continuidade histórica, persiste associando mulheres a ações filantrópicas e voluntárias. Nessas experiências, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidade e, também, com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração, que reafirmaram o imaginário social sobre papéis femininos na prática dos cuidados (pré)definidos na divisão sexual do trabalho.

Mas esse mesmo movimento é o de “saída” das mulheres e de seu ingresso no mundo público. E isso também mudou. Durante o período da ditadura Vargas (1937-1945), o Estado, ao incorporar e atender demandas por serviços sociais, vê-se diante da necessidade de formar e capacitar a mão de obra especializada para atuar nessa montagem do sistema de proteção social. A proteção social vai se constituir como um lugar de formação de mulheres intelectuais. Ao ser percebido como um espaço de criação e de mudança de valores, de práticas e representações sociais muito variadas, formatadas no entrecruzar da história política e da história cultural, coloca-se muitas mulheres diante da necessidade de ampliação de direitos sociais. Abre-se para as mulheres a possibilidade da profissionalização em uma área de

muitas sutilezas. A filantropia, outrora pensada como uma tarefa feminina, de caráter privado e quase sempre de iniciativa religiosa, também parece favorecer e permitir uma inusitada e extraordinária capacidade de tomada de consciência sobre as desigualdades sociais e os deveres do Estado, matéria que a desloca para o campo da política.

Nas instituições filantrópicas do século XX, mulheres de diferentes gerações puderam, então, se afirmar no campo da política e experimentar novas formas de sociabilidades. Nessas experiências, brotam como desafios a enfrentar as novas concepções de casamento e de relações de gênero sem autoritarismo, de defesa da cidadania e de independência econômica feminina.

Em um variado e complexo movimento de acatar e desobedecer, as mulheres irão distinguir momentos e práticas do campo dos direitos sociais. Assim, reconhecem os desafios desse campo e permitem-se ora avançar, ora recuar, em busca de justiça social e de novas concepções de sociedade — caso não igualitária, pelo menos, mais justa, por meio de políticas sociais. Alinham-se também — e sob muitos riscos — a associações socialistas e mesmo comunistas. Localiza-se nessa experiência feminina tão plural a fertilidade e a complexidade da filantropia como campo de luta por direitos e um fértil espaço de empoderamento feminino. Há, nela, muitos desafios a enfrentar nas muitas pesquisas a serem empreendidas.

REFERÊNCIAS

- BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 185-320.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CÔRTE, Andréa Telo (org.). *Amaral Peixoto: História, memória, política*. Niterói. FUNARJ/Imprensa oficial. 2012.
- COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6. n. 2, p. 01-29, jul./dez. 2009.
- COSTA, Suely Gomes. Reinações filantrópicas no diário de Alice Dayrell Caldeira Brandt. In: SANGLARD, Gisele *et al.* (org.). *Filantropos da Nação*. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) — Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2006.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discursos maternalistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2005. p. 259-284.

- GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. São Paulo. Cortez. 2007.
- LANDIM, Leilah; GIUMBELLI, Emerson. *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Nau Editora, 1998.
- LAQUEUR, Thomas W. Corpos, detalhes e narrativa humanitária. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. J. F. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 239-277.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dôra Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da biografia a história*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. SP: Siciliano, 1995.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *A católica e a feminista: o protagonismo público de Stela Faro e Eugênia Hamann no cenário das políticas brasileiras de Assistência Social na primeira metade do século XX*. Projeto de pesquisa de estágio de Pós-doutorado a ser desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2014.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Protagonistas ou Coadjuvantes? Algumas considerações sobre o uso da biografia de mulheres para o estudo da história da filantropia e da Assistência no Brasil. *Anais...* Congresso Internacional de História, Ponta Grossa, PR, 2015.
- MOTT, Maria Lúcia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Perola Byngton. *Gênero*, Niterói, v. 3, n. 2, p. 21-41, 2003.

- MOTT, Maria Lúcia. *O gesto que salva: Pérola Byngton e Cruzada Pró-infância*. São Paulo: Grifos projetos históricos e editoriais, 2005.
- PERROT, Michelle. "Sair". In: DUBY, Georges (org.). *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994. p.503-540.
- RAGO, Margareth. Cartografias de si no feminismo da diferença: Amelinha, Gabriela, Norma. *Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 151-175, 2010.
- SANGLARD, Gisele. Pobreza e Filantropia: Fernandes Figueira e a assistência a infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, jan./jun. 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, n. 24, p. 51-73, 2013.
- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002
- SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- TORRES, Iraíldes Caldas. *As primeiras damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VIEIRA, Ana Lúcia. "A colaboração *lhe bate à porta...*": visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

Trajetória pessoal e política de Estela Alves de Vasconcelos: primeira e única vice-prefeita de Duque de Caxias/RJ¹

Liandra Lima Carvalho

Introdução

Apresentaremos a seguir a trajetória pessoal e política de Estela Alves de Vasconcelos, a primeira e única prefeita do município de Duque de Caxias, localizado no conjunto de municípios chamado Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Estela foi uma das quatro entrevistadas pela autora para a construção de sua tese de doutorado, produção acadêmica a qual se debruçou sobre as trajetórias particulares de mulheres do Clã Zito²: Estela Alves de Vasconcelos, Narriman

-
- 1 O presente trabalho é um fragmento da tese de doutorado da autora, produção acadêmica que foi orientada pela saudosa Suely Gomes Costa, que teve como objeto de estudo: as trajetórias pessoais e políticas de quatro mulheres lançadas na política por José Camilo Zito dos Santos Filho, ex-vereador, ex-prefeito de Duque de Caxias e, atualmente, deputado estadual (Carvalho, 2015). Optamos por apresentar a trajetória somente de Estela Alves de Vasconcelos, nesta oportunidade, como uma homenagem póstuma, já que a mesma faleceu em 05 de fevereiro de 2023.
 - 2 Categoria cunhada por Barreto (2006), a qual possui como ponto de partida, José Camilo Zito dos Santos Filho ter sido “aclamado como o ‘Rei da Baixada Fluminense’, em 2000, por veículos da mídia, como os jornais O Dia e a Folha de São Paulo e a revista Isto É, após ter sido reeleito, como prefeito de Duque de Caxias. Sua presença se estende também a outros municípios: foi mentor político das candidaturas de sua esposa Narriman à prefeitura de Magé e de seu irmão, Waldir Camilo Zito dos Santos à prefeitura de Belford Roxo” (Carvalho, 2015, p. 38).

Felicidade Correa de Faria Zito dos Santos, Andreia Almeida Zito dos Santos e Claise Maria Alves. Ressalto que percebemos ao longo da construção da referida pesquisa que essas mulheres saíram moralmente, pouco a pouco, dos papéis que lhes eram atribuídos, voltados para a subalternização e bem como saíram deles fisicamente; puderam “deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos — um café, um comício, viajar” (Perrot, 1991, p. 501). Dessa forma, elas “souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram confiados para alargar a sua influência até as portas do poder” (Perrot, 1991, p. 501).

A metodologia da pesquisa foi pautada numa perspectiva qualitativa, ancorada nos estudos sobre história oral, que se deu através da realização de entrevistas, as quais seguiram um roteiro previamente definido, bem como a assinatura do Termo de Livre e Esclarecido³.

A primeira e única vice-prefeita de Duque de Caxias: um marco na história do município

Em 2001, aos 58 anos de idade, Estela Alves de Vasconcellos⁴ tomou posse como vice-prefeita de Duque de Caxias, tendo José Camilo Zito dos Santos Filho como prefeito. Estela foi a mulher que chegou ao degrau mais alto do poder executivo municipal, já que ao longo dos 68 anos de emancipação do município, a prefeitura nunca esteve sob o comando de uma mulher. Após ter iniciado sua inserção na política na década de 1980, como cabo eleitoral do deputado estadual Silvério

3 A pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF) sob nº 983.161, em 06/03/2015.

4 Estela era formada em pedagogia, psicologia e teologia, possui pós-graduação em Docência do Ensino Superior e MBA em Administração Pública. Bem como atuou como professora da rede privada de Duque de Caxias. É divorciada, mãe de duas filhas adultas e avó de dois netos.

do Espírito Santo, passou a trabalhar com o prefeito de Duque de Caxias, Juberlan de Oliveira, entre as décadas de 1980 e 1990, como diretora de uma das cinco primeiras creches do município inauguradas por ele. E no meado da década de 1990, Estela conheceu o então vereador, José Camilo dos Santos Zito Filho e juntos, eles iniciaram uma parceria que extrapola o âmbito político, já que ao mesmo tempo que cresce como sua assessora, a convivência entre ambos faz com que ela o considere um “irmão”.

Estela chegou ao posto de vice-prefeita de Duque de Caxias, em 2001. Seu nome foi cogitado quando Zito, ao final de seu primeiro mandato como prefeito, decidiu buscar a reeleição. Ela explicou:

[...] por eu trabalhar, assim, me dedicando com tudo, estando ao lado dele e assim, tempo todo, foi aí que ele falou: “Poxa! [...] Não vou trazer estranho! Eu tenho que trazer uma pessoa que eu possa virar as costas e não ser traído! Não tem outra pessoa a não ser você! (Trecho da entrevista concedida à autora).

A confiança demonstrada por Zito ao convidar Estela para o cargo de vice-prefeita foi emblemática, constituindo-se no reconhecimento de 12 anos de trabalho⁵. Por meio desse cargo, Estela marcou a política de Duque de Caxias ao tornar-se a primeira, e até o presente momento, única vice-prefeita desse município⁶. Zito em seu primeiro mandato

5 Estela trabalhou com Zito na administração de seu Centro Social, localizado no bairro Dr. Laureano, em Duque de Caxias; como sua assessora na Câmara de Vereadores do município e na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ); foi vice-secretária de meio ambiente e secretária de obras, no seu primeiro mandato como prefeito.

6 A chegada de Estela a tal cargo se coaduna com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com base nos dados do tribunal Superior Eleitoral (TSE), que apontou um aumento da participação de mulheres nas prefeituras e câmaras de vereadores brasileiras, ao longo das décadas de 1990 e 2000 (IBAM, 2003 *apud* Miguel *et al.*, 2006, p. 367).

como prefeito teve como vice Washington Reis, na época, ex-vereador de Duque de Caxias e ex-deputado estadual, uma liderança política da zona rural do município. A aliança entre Zito e Washington Reis foi fruto de um grande acordo realizado entre o Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) com o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Logo nos anos iniciais do mandato, ocorreu um rompimento entre o prefeito e o vice. Estela explicou: "... o vice-prefeito dele [Zito] não deu certo e ele ficou sem vice-prefeito. Houve um conflito na política ...". Os estudos sobre vices e suplentes no Brasil são escassos e mais ainda os de vices e suplentes do sexo feminino. Pinto (1994) verificou que somente nas eleições presidenciais de 1994 tivemos duas mulheres candidatas a vice. Tal fato nunca tinha ocorrido na história política brasileira: Íris de Araújo Rezende Machado⁷, vice de Orestes Quércia e Maria Gardênia Santos Ribeiro Gonçalves⁸, vice de Esperidião Amin.

Embora Íris e Gardênia tenham sido derrotadas⁹, suas candidaturas representaram um marco na política brasileira, tal como o cargo de vice-prefeita alcançado por Estela é um marco na política

7 Fundadora e primeira presidente da Fundação Legionária do Bem Estar da Prefeitura Municipal de Goiânia, de 1966 a 1969, período em que foi a primeira-dama do município; presidente, novamente de tal instituição de 1983 a 1986, período em que foi primeira-dama do Estado de Goiás, e esposa de Iris Rezende Machado, prefeito de Goiânia, por dois mandatos consecutivos, de 1966 a 1969, e de 2005 a 2010; senador, de 1994 a 2002; Governador do Estado de Goiás, por dois mandatos, de 1983 a 1986 e de 1991 a 1994; Ministro da Justiça, de 1997 a 1998; Ministro da Agricultura, de 1986 a 1990.

8 Prefeita de São Luís (MA), de 1986 a 1988 e Superintendente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), de 1990 a 1993, esposa de João Castelo Gonçalves, governador do Maranhão, de 1979 a 1982 e Senador de 1983 a 1991.

9 Íris de Araújo Rezende Machado após ser candidata a vice-presidência, em 1994, elegeu-se em 1998, como suplente do senador Maguito Vilela, tendo assumido o mandato, em 2003 e em 2006; em 2006, foi eleita deputada federal, pelo Estado de Goiás; e em 2014, foi candidata ao Governo de Goiás, mas foi derrotada.

de Duque de Caxias. Os perfis de Íris e Gardênia são extremamente diferentes dos de Estela, já que essas chegaram a tal patamar político influenciadas pelos cargos políticos alcançados pelos seus maridos, Íris Rezende e João Castelo Gonçalves, respectivamente. Já Estela, chegou a tal cargo, após anos de trabalho na assessoria de políticos e à frente de secretarias municipais. Chamou minha atenção o fato de os nomes de Íris e de Gardênia serem desconhecidos, não somente do eleitorado brasileiro, mas de pesquisadores. Situação semelhante à vivenciada por Estela, que é quase uma desconhecida do eleitorado no município de Duque de Caxias¹⁰.

Estela reconhecia como a projeção do PSDB contribuiu para o sucesso do segundo mandato de Zito, iniciado em 2001, no qual era vice-prefeita. Foi possível uma ótima administração, já que o número de recursos disponíveis era significativo: “Veio o Baixada Viva prá nos ajudar muito, no município, aqui. Deu prá fazermos, assim, quase tudo que queríamos no município...”. Outro fator que somou ao auge do partido foram as eleições de dois aliados, os quais chamo de “herdeiros” político de Zito, em 1998: Andreia Almeida Zito dos Santos, sua filha, como deputada estadual e Heleno Augusto de Lima, seu advogado e assessor, como deputado federal.

Andrea [Zito] era deputada estadual e conseguiu trazer [...] do Estado, tudo aquilo que podia beneficiar. E o Dr. Heleno, era deputado federal [...]. Foi uma gestão, assim, que eu acho que [...] nós demos o melhor e cada um fez o melhor. E acho que o município teve aquele progresso, de repente (Trecho da entrevista concedida à autora).

10 Ao longo da construção dessa tese, conversando com colegas docentes e alunas do Curso de Serviço Social, onde leciono, moradoras e moradores de Duque de Caxias, quando citava o nome de Estela, ouvia-se repetidamente a pergunta: “Quem é essa?” E quando eu explicava, ouvia: “Nunca ouvi, falar!”.

Estela avaliava que tais alianças políticas contribuíram inclusive, para que ela tivesse uma boa atuação como vice-prefeita: “[...] como eu tinha um poder na mão, no mandato! [...] com o mandato na mão, ficou mais fácil, né?!”. Essa foi a única vez, ao longo das quatro entrevistas que realizei com Estela, em que ela falou a palavra poder. Foi o único momento em que ela reconheceu que já teve o poder de comandar e influenciar a política no município de Duque de Caxias. Embora Estela tenha usado a palavra poder, acredito que ela estava referindo-se ao processo de *empowerment*, já que o campo de possibilidades de sua atuação política aumentou de forma significativa a partir do momento em que se tornou a vice-prefeita de Duque de Caxias¹¹, que refere-se ao: “[...] aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daquele submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação” (Vasconcelos, 2003, p. 20).

Coube a Estela, como vice-prefeita, a atenção para com a infraestrutura do município, possivelmente em virtude da experiência que teve junto às secretarias de meio ambiente, agricultura e abastecimento e de obras.

11. Estudo realizado por Grossi e Miguel (2001), a partir de um seminário nacional, ocorrido em 2001, que contou com a presença de vereadoras, prefeitas, deputadas estaduais, deputadas federais e lideranças femininas partidárias, buscou verificar como essas mulheres percebiam o poder que possuíam e verificou que a maioria dela, não o percebia como um objeto ou lugar, mas uma ação. Outro aspecto também verificado foi o quanto as mulheres, ainda hoje, não são educadas para o poder, para a liderança, questão explicitada pela então, deputada federal, Luiza Erundina: “Não basta disputarmos e conquistarmos o poder. Primeiro é preciso que gostemos dele. Fomos educadas, formadas e induzidas ideologicamente a não gostar do poder e a achar que é coisa de homem [...]”. A então presidente do PTB Mulher, Ilka Fleury complementou a fala de Erundina apontando que as mulheres têm vergonha de verbalizar o desejo pelo poder, diferentemente dos homens. Já a vereadora, Eni Fernandes, contrariamente às falas expostas anteriormente prefere não ver ligação entre poder e política. “Não estamos no poder, mas estamos na política”. Ratificando assim, a resistência feminina ao poder.

[...] eu fui a responsável pelo lixo e pelo esgoto, [...] no final, eu fui abraçando muitas causas. Eu estava fazendo uns trabalhos e já observava as lâmpadas que estavam com problemas. Você vai pegando um todo, assim. E isso vai fazendo com que você vá pegando essas responsabilidades. Mas, você, às vezes, está pensando aquilo, prá ajudar, mesmo [...] ... eu não tinha horário, todas as pessoas viajam, mas que é responsável pelo lixo não viaja, porque nas festas aumenta o lixo [...] demais (Trecho da entrevista concedida à autora).

Visando imprimir seu estilo ao cargo de vice-prefeita, Estela tomou uma decisão, até hoje, inédita, no município, seu gabinete não seria ao lado do gabinete do prefeito, como era o do vice-prefeito anterior. Ela optou por instalar seu gabinete no antigo prédio da prefeitura, que fica numa região central do município. Atualmente ele abriga algumas secretarias de pequeno porte e um Centro de Atendimento Fisioterápico. Nessa época, a Prefeitura de Duque de Caxias já se encontrava localizada no bairro Jardim Primavera, no centro geográfico do município, mas distante do centro comercial. Ela ficava no gabinete em média três vezes por semana, realizando reuniões, dando entrevistas e atendendo à população, empresários etc. Sendo que, uma equipe coordenada por ela atendia a população todos os dias. Nos outros dias, Estela visitava todas as secretarias e equipamentos públicos. Pouco a pouco, Estela constituiu uma equipe de trabalho, inclusive, porque ela sabia a importância de uma equipe para o trabalho do político, especialmente, por ela ter sido um dos elementos principais na equipe de Zito.

Um episódio contado por ela ilustra sua atuação como vice-prefeita. Ela foi ao Hospital Duque de Caxias, na época, o único público do município e buscou conversar com algumas pessoas que aguardavam atendimento. Lá conheceu um senhor que necessitava de uma transferência hospitalar e já estava aguardando há alguns dias. Disse assim para a chefia do hospital: “Eu não saio daqui, enquanto esse homem não for transferido!”. E a transferência, mesmo assim,

demorou mais de 24 horas após a chegada dela na unidade hospitalar. Tal senhor dizia para ela: “Eu não acredito que uma vice-prefeita está aqui, me ajudando!”¹². A vice-prefeita também criou eventos a serem realizados pela prefeitura, um deles foi uma premiação que era concedida aos empresários que estavam com os impostos municipais quitados. Para alguns deles eram confeccionadas placas em acrílico assemelhando-se a um troféu.

Outra marca de Estela foi a organização das festas para a população, também como as atuações de Zito, desde que era vereador. Ela era a responsável pela maior delas: a de Natal, tal festividade tinha como público-alvo: as famílias atingidas por enchentes. Estela contou empolgada que mandava ônibus da prefeitura para as localidades e eles traziam todas as famílias ao Centro de Esportes de Duque de Caxias. Lá eram distribuídas camisetas, lanches e brinquedos. Eram sorteados móveis, televisões, bicicletas. Em sua perspectiva, era o mais importante evento do ano e o que lhe dava mais prazer em organizar. Como vice-prefeita, Estela estreitou mais ainda com sua relação com Zito e com a sua família, passando a relacionar-se pessoal e politicamente com seus parentes, entre eles, Narriman Felicidade¹³, na época esposa do prefeito e Andreia, filha do prefeito¹⁴. Estela apontou o quanto a convivência com Zito e os anos de parceria passaram a influenciar sua atuação como vice-prefeita.

12 Outra marca das administrações de Zito é a fiscalização de perto por parte dele acerca do funcionamento dos equipamentos públicos, como a conduta de Estela aponta. Existe uma “lenda” recente de Duque de Caxias, que conta que numa madrugada, Zito adentrou o mesmo hospital que Estela vivenciou o episódio, vestido de mendigo, disfarçado. Seu objetivo era verificar como estava sendo realizado o atendimento e como os profissionais reagiram a sua presença. Conta-se ele que foi tratado com desdém por vários funcionários e que providenciou a exoneração e/ou transferência dos referidos.

13 Que em 2000 foi eleita prefeita de Magé.

14 Que em 1998 e 2002 foi eleita deputada estadual e posteriormente, em 2006 e 2010 foi eleita deputada federal.

Tudo que eu via, eu tinha que arrumar! Tudo que eu via! Comecei a pegar tudo que é responsabilidade e eu era muito parecida com o Zito, nisso. Ele também era igualzinho! Mas, ele me ensinou! Foi uma escola que eu aprendi com ele. O Zito falava assim: “Se vai, precisa botar placa, prá fechar muro, em tal local, tal local ...” Eu via uma lâmpada queimada, quando ele voltava ao local, tinha que ter visto uma ação. Então, eu parecia muito com ele nisso e foi por isso que eu [...] tentava fazer o melhor, ser eficaz naquilo que eu fazia... (Trecho da entrevista concedida à autora).

Mesmo estando na política, Estela reatualizou o privado, não rompeu com ele. Se cabe à mulher o cuidado com a casa, a vice-prefeita de Duque de Caxias sentia-se incomodada quando algo no município não funcionava adequadamente, como se essa fosse uma responsabilidade somente sua. Como ela mesma disse, Duque de Caxias transformou-se numa “grande casa de fora”. Como aponta Lobo:

[...] até hoje o feminismo vive o conflito entre o particular — a vida da mulher e seu lugar privado de ação, em geral, identificado com o espaço doméstico, — e o espaço geral, ou os espaços públicos dos grandes momentos históricos, as guerras, a política, a alta administração, a fama (Lobo, 2001, p. 1969).

Ao longo de seu mandato, ela foi incentivada por Zito a retomar seus estudos. Iniciou assim um MBA em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), junto com outros secretários. Na época, ela já possuía duas graduações: pedagogia e psicologia e uma especialização em Docência do Ensino Superior.

[...] ele [Zito] incentivou que eu arrumasse um grupo, para que fizéssemos, lá em Botafogo e eu fui fazer Administração Pública, na Fundação Getúlio Vargas [...]. No final, assim, me ajudou muito, porque é muito bom você entender um pouco

de administração. Às vezes, só julga e não sabe das dificuldades, das coisas assim, que realmente acontece, no governo ou na prefeitura ou no Estado. Você passa a entender muita coisa (Trecho da entrevista concedida à autora).

Estela avaliava a administração de Zito não somente como vice-prefeita, mas como moradora do município há mais de 40 anos. Visando explicar como era Duque de Caxias antes de Zito, ela contou um episódio que vivenciou na década de 1980, quando estava terminando sua primeira graduação.

[...] eu pedia, assim, às minhas amigas prá vir fazer trabalho comigo, por causa das divisões de trabalhos. “Vai ser na casa de um, vai ser na casa de outro, né?!”. Eu pedia: “Vai ser na minha casa!”. Porque eu morava numa cobertura enorme, entendeu, era alugada, mas era uma boa cobertura Ninguém queria vir à Caxias, todo mundo tinha medo, preconceito! “Duque de Caxias é terrível! “Lá, vai ter problema!”. E por acaso, quando elas aceitaram, uma vez, teve um tiroteio na Praça do Pacificador. Aí nunca mais ninguém quis vir à Duque de Caxias (Risos) (Trecho da entrevista concedida à autora).

Quase vinte anos depois, como vice-prefeita e aluna da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Estela pode não somente constatar como moradora as melhorias e mudanças ocorridas no município. Ela, inclusive, colaborou com uma pesquisa realizada pela instituição de ensino sobre o crescimento econômico ocorrido no mesmo.

A cidade tinha estourado, assim, no país. Então, os próprios professores [...] queriam conhecer a cidade, conhecer os bairros e a administração do Zito, de perto. Então, eu fiquei, assim, orgulhosa de fazer parte daquilo (Trecho da entrevista concedida à autora).

Estela avalia o quanto Duque de Caxias é uma cidade antes e outra depois da administração de Zito:

Essa semana¹⁵, eu estive num bairro, me lembro, ali, Parque Nova Campina. Estive lá com a Deputa Andreia [Zito] [...]. E nós estávamos caminhando, ali, lembrando como aquele bairro era horrível. Foi feito no terceiro mandato do Zito, né?! [...] é bom, você vê, assim, uma ressonância do que fez. E eu pude observar que as casas, daquela época, que nós fomos pavimentar. Prá fazer um trabalho político e observei cada casa, cada muro, tudo arborizado que nós fazíamos muito isso. Quando colocamos a pavimentação, a gente dava muda de planta prá colocar na porta. E depois veio, também, a parte que o Zito queria mudar o visual da cidade e foi quando ele trouxe prá Duque de Caxias, aquelas palmeiras. Aquelas palmeiras ficaram bonitas na cidade. O calçadão não ficou sendo só no primeiro distrito, prá Nova Campina, Jardim Primavera. Tem diversos locais que tem a calçada da cidadania. E esses diversos locais tem também a calçada unificada para que pudesse passar o deficiente (Trecho da entrevista concedida à autora).

As raras produções científicas sobre o município de Duque de Caxias discutem, majoritariamente, o possível passado criminal de Zito e não às suas administrações ou o desenvolvimento que a localidade teve ao longo do referido período histórico. Ao longo dos dois mandatos consecutivos de Zito, de 1997 a 2004, o município tornou-se o segundo maior em PIB no Estado do Rio de Janeiro, em virtude da quantidade de empresas que se instalam no mesmo, uma delas o Parque Gráfico do Jornal “O Globo”. Fica evidente o quanto Estela desenvolveu uma relação afetiva com Zito, uma relação que rompeu

15 Essa fala de Estela é parte da entrevista que ela concedeu à autora deste capítulo, em agosto de 2014.

os limites da venda da força de trabalho, uma relação permeada de amizade e, principalmente, admiração.

Questiono-me quando ela falava das mudanças ocorridas no município após as eleições de Zito, se está falando das obras ou dos feitos de seu ídolo, ou se das duas coisas em conjunto. É interessante perceber o quanto, mesmo Estela estando inserida na equipe de governo, ela não percebia que tais mudanças também foram possíveis a partir da própria atuação. Se, historicamente falando, algumas mulheres lutaram bravamente para sair do lugar de subalternidade, expresso pelo ditado popular brasileiro “Por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”, Estela, através de sua fala, colocava-se nesse lugar, subdimensionando sua atuação política. Um dos desafios que vivenciei, na realização desta pesquisa, foi encontrar na imprensa notícias e imagens de Estela. Em alguns momentos, tive a impressão de que estava estudando sobre alguém “quase invisível”, mas que foi a única vice-prefeita de um dos maiores municípios da Baixada Fluminense. Estranhamente, paradoxal!

Tal constatação fez com que eu pedisse que me mostrasse algumas fotos do período em que atuou na política de Duque de Caxias. Estela me respondeu dizendo que tinha várias. No dia marcado, nosso quarto encontro, ela me recepcionou com mais de 150 fotos¹⁶, as quais descortinaram novos episódios da vida dessa mulher, já que não raro, ela mostrava-me uma foto e contava a ocasião e revelava detalhes do seu cotidiano como assessora secretária municipal e vice-prefeita. Mas a coroação do trabalho de Estela na política de Duque de Caxias, com o cargo de vice-prefeita, trouxe incômodos para alguns secretários municipais. Estela não imaginava o quanto a sua projeção política incomodaria a muitos. O clima de competição ficou em evidência quando Zito anunciou, numa reunião aos seus secretários, a possibilidade de

¹⁶ Parte das fotos do acervo pessoal de Estela foram apresentadas e analisadas em minha tese de doutorado.

concorrer ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 2002 no meio do seu segundo mandato como prefeito¹⁷. Ele explicou a todos que caso fosse eleito, Estela assumiria os dois anos restantes de governo como prefeita.

[...] o Zito teve uma reunião e avisou que eu poderia ficar com o mandato em dois anos, que ele viria a candidato [...] se viesse a governador, eu poderia ser [...] a pessoal responsável pela cidade (Trecho da entrevista concedida à autora).

A possibilidade de tornar-se a primeira prefeita de Duque de Caxias incomodou tanto, que um grupo de secretários (todos do sexo masculino) criou uma estratégia visando desconstruir a imagem de confiança que ela tinha para com Zito, criada ao longo de mais de 15 anos de trabalho.

Infelizmente, haviam outros secretários, com a mesma vontade, de atrapalhar, assim, a minha vida, assim, política e de amizade. Mas que passou, graças a Deus (Trecho da entrevista concedida à autora).

Estela explicou de forma bem objetiva o quanto essa conduta é comum na política: “No meio político tem sempre um grupo que está se mobilizando para destruir, para que dê certo o deles!”. Nessa intriga, a vice-prefeita era identificada como uma pessoa sedenta pelo poder político e que para tal seria capaz de qualquer coisa, inclusive desejar a morte de Zito. Tal mentira magoou muito Estela, mas o

17 Zito planejava em conjunto com parte dos integrantes do PSDB, o lançamento de sua candidatura ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, para a qual a eleição ocorreria em outubro de 2006, mas, meses depois, o partido decidiu que candidata seria a deputada estadual, Solange Amaral. Tal decisão fez com que os planos de Zito, de expansão política, para fora da Baixada Fluminense, fossem adiados.

que a transtornou foi Zito, seu “irmão”, acreditar nessa farsa e trocar quase 15 anos de parceria pela fala de assessores, alguns, recém-chegados ao mundo político.

Embora tal fala possa soar fantasiosa, pondo assim em xeque Zito como líder político e “Rei da Baixada”¹⁸, não ficou claro como poderia ter acreditado nessa mensagem, mas talvez seja possível especular suas motivações. Para tanto é necessário resgatar a história da política da Baixada Fluminense. Uma reportagem realizada pelo “Jornal do Brasil” em 1977 definia a Baixada Fluminense como um local onde “a lei do gatilho é tão natural quanto a lei da gravidade” (*apud* Alves, 2003, p. 141). Como explica Alves:

Os dividendos arrecadados com o emprego das execuções sumárias foram capazes de estruturar não só um mecanismo de controle sobre as esferas jurídicas, legislativas e executivas do poder, mas garantiram, principalmente, o respaldo de massa sem alternativas quanto a formulação de outras vias de acesso ao poder. Algumas biografias políticas expressam o que há de mais acabado nessa aplicabilidade da violência (Alves, 2003, p. 174).

A Baixada Fluminense, na década de 1970, ganhou um dos títulos mais lastimáveis de sua história. Após estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), um dos municípios que compõem Belford Roxo, que na época era distrito de Nova Iguaçu, foi considerado o lugar mais violento do

¹⁸ Tal título é dado a Zito por veículos da mídia, quando ele elegeu-se pela segunda vez prefeito de Duque de Caxias, em 2000, e ao mesmo tempo; sua então esposa, Narriman Felicidade é eleita prefeita de Magé; e seu irmão, Waldir é eleito prefeito de Belford Roxo. Sendo que dois anos antes, Zito tinha colaborado significativamente para que sua filha e seu advogado e assessor, fossem eleitos, deputada estadual e deputado federal, respectivamente.

mundo (Souza, 1980). Sendo que tal município vivenciava situação extremamente semelhante aos demais, onde a violência era o principal recurso para a solução de conflitos, entre eles, os políticos. Visando exemplificar tal lógica, irei expor de forma sucinta a trajetória de três lideranças políticas da região, que tiveram suas vidas marcadas pela violência¹⁹: Tenório Cavalcanti, o primeiro deputado federal representante da Baixada Fluminense e uma das principais lideranças políticas da região entre 1940 e 1960, envolveu-se em diversos tiroteios, tendo inclusive sido preso algumas vezes. Teve 52 ferimentos a bala e para se defender andava com uma metralhadora, a qual chamava carinhosamente de “Lurdinha”²⁰ (Silva, 2012; Souza, 1980; Alves, 2003). Joca, Jorge Júlio Costa dos Santos, vereador de Nova Iguaçu, líder do processo de emancipação de Belford Roxo, primeiro prefeito do município, foi morto a tiros num suposto assalto, em 1995, morte que até hoje não foi esclarecida (Alves, 2003; Monteiro, 2007). Lídia Menezes, vice-prefeita de Magé, época em que a prefeita do município era Narriman Felicidade Zito de Farias, foi morta com três tiros, torturada e carbonizada, em 2002. Tal crime também não foi esclarecido.

Esses episódios exemplificam como a política na Baixada Fluminense, ainda hoje, “cheira à morte”. Como as desavenças políticas ainda são resolvidas através da violência, fazendo com o que o opositor seja vencido, ou melhor, eliminado. E dessa forma percebe-se como Zito, enxergou uma coerência no aviso que chegou a ele, de que Estela desejava sua morte. A morte e a política nesse território já tiveram muitos encontros, somente alguns foram citados

19 O número de citados poderia ser muito maior, já que episódios de violência na política dessa região são comuns, mas optamos por apresentar três mais emblemáticos e conhecidos.

20 Um trecho de uma entrevista dada por Tenório Cavalcante é bem explicativa no tocante a importância da violência nessa localidade: “A Baixada é o porão escuro do Brasil. Quem mora nela não tem onde cair vivo, porque morto cai em qualquer parte” (Souza, 1980, p. 82).

anteriormente. Tais intrigas envolvendo Estela e Zito chegaram a tal patamar que a relação de amizade e companheirismo ficou abalada, fazendo com que ela, meses depois do início desses boatos, optasse por se afastar do cargo de vice-prefeita de Duque de Caxias.

[...] nessa época, tivemos um aborrecimento, porque lançaram sérias acusações pra poder me afastar do contexto, assim, pra não ser a candidata do Zito²¹. [...] ... foi uma época mais ou menos, por dois anos, um ano e meio, mais ou menos, que eu fiquei afastada do governo, do Zito. [...] ... a gente se magoa, né?! Não foi assim, coisas, nem de política, foi muita coisa pessoal, mas que parece que iria atrapalhar a nossa vida política [...] (Trecho da entrevista concedida à autora).

Política: um território feminino?

A trajetória política parcial de Estela Alves de Vasconcellos apresenta, de forma sucinta, os diversos desafios vivenciados pelas mulheres ao alcançarem cargos políticos. Como já salientado, chamou atenção o fato de Estela possuir, na época da entrevista, 70 anos de idade e ser quase uma desconhecida no município, inclusive dos movimentos feministas atuantes na região. Esse desconhecimento relaciona-se ao pouco espaço que a história das mulheres teve historicamente (Tilly, 1993; Perrot, 2012; Costa, 2003; Soihet; Pedro, 2007), bem como em virtude dos escassos estudos sobre a participação da mulher na política brasileira. Sendo que, como aponta Rocha-Coutinho (1994), as mulheres nunca estiveram separadas dos espaços políticos, mas, em

21 Estela sinaliza que poderia vir a ser candidata de Zito para a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, na eleição seguinte que ocorreria em 2004.

seus bastidores. Estela, durante muito tempo, atuou nos bastidores, como assessora, até que em um dado momento, após ter dado sucessivas provas de lealdade, competência e seriedade, foi para os holofotes da política. Tal lugar social faz com que, após sua posse, como vice-prefeita, ela incomode lideranças políticas municipais, especialmente, quando surge a possibilidade dela se tornar a primeira prefeita de Duque de Caxias, assumindo o lugar do prefeito.

Através desse mergulho na vida da primeira vice-prefeita de Duque de Caxias, busquei não somente apresentá-la, mas conhecer e divulgar a experiência (Scott, 1998) vivenciada por essa mulher, que não somente faz parte da história política do município, mas percebe a política como um espaço que lhe proporcionou crescimento, maturidade e prazer. Em abril de 2022, Estela faleceu e, ao saber da notícia, além do pesar, me questionei: Quantas estórias essa mulher guardou para si? Quanto da histórica desse município tem relação com a trajetória da mesma? E reflito: Quão escassos são tais registros?.

Ao longo da construção da pesquisa, a qual um trecho da mesma foi apresentado, constatei o quanto Estela (e as demais entrevistadas da tese) adentram à política através de José Camilo Zito dos Santos Filho, mas “não se deixaram ser possíveis sombras ou marionetes dele” (Carvalho, 2015, p. 216). Como aponta Davis (1997, p. 196): “Cada qual a sua maneira, essas mulheres apreciaram ou adotaram uma posição marginal, reconstituindo-a como centro definido”, rompendo com a subalternidade e trilhando “seus” próprios caminhos.

Almejamos que o presente artigo contribua para com a produção científica acerca da participação da mulher na política da Baixada Fluminense, a qual ainda hoje é escassa. Bem como, esperamos que a trajetória de Estela possa inspirar outras mulheres na política fluminense.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. *Cartografia política: as faces e as fases da política na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- CARVALHO, Liandra Lima. *Trajetórias de mulheres na política da Baixada Fluminense: relações entre o público e o privado e o processo de empoderamento*. Município de Duque de Caxias, RJ: a partir de 1980. Tese (Doutorado em Política Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- COSTA, Suely Gomes. Gêneros, biografia e história. *Gênero*, Niterói, v. 3, n. 2, p. 7-20, 2003.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a Diferença: as mulheres na política. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 9, n. 1, p. 167-206, 2001.
- LOBO, Luiza. Simone de Beauvoir e depois. *Gênero*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 57-72, 2001.
- MIGUEL, Luís Felipe F. et al. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

- MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento*. Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PERROT, Michelle. “Sair”. In: DUBY, Georges (org.). *História das mulheres no Ocidente*. O século XIX. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1991. p. 503-540.
- PERROT, Michelle. Outrora, em outro lugar. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. V. 4. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2012.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Donas-de-Casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 297-312, 1994.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-324, 1998.
- SILVA, Claudio Araujo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo: Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Traço Editora, 1980.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1993.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003.

Tradições e modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)

Rosemere Olimpio de Santana

Introdução

Falar das práticas dos raptos consentidos é falar de sentimentos, amores, mas também de pobreza, privilégio masculino, proibições, subversões e sobrevivência. Ao nos debruçar sobre o tema das relações amorosas percebemos o quanto as mesmas são atravessadas por marcadores sociais, como os de classe, raça, gênero e geração. Essa foi uma pesquisa desenvolvida no decorrer do Doutorado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) (Cf. Santana, 2013), sob a orientação da Professora Suely Gomes Costa. Quando abordamos sobre a nossa pesquisa, não faz parte falar dos bastidores, não abordamos as angústias, os problemas ou qualquer parte que se refere aos sentimentos da pesquisadora e do pesquisador. Nesse sentido, me apropriado da pergunta feita por Fischer (2005): podemos (e devemos) escrever a nós mesmos no texto científico?. A autora se refere aos possíveis cruzamentos entre pesquisas e marcas autobiográficas da pesquisadora e do pesquisador. Parte da pesquisa que apresentaremos neste artigo terá não só as marcas, as criações, os cruzamentos intelectuais da autora, mas também de Suely, do seu acompanhamento atento, disponibilidade de nos ouvir, de responder com rapidez às demandas. Mesmo não sendo usual na escrita acadêmica falar dessas

relações, são elas que regem a nossa escrita, as escolhas e consequentemente a nossa escrita final. O que apresentaremos aqui é parte de uma pesquisa finalizada em 2013, mas que se (re)inventa toda vez que a pesquisadora a visita, ao mesmo tempo em que afirma a intelectualidade e o carinho de Suely Gomes Costa.

Os raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)

As experiências de raptos consentidos mostram um campo de disputas de uma multiplicidade de costumes e saberes que orientam decisões e escolhas sobre vínculos de amor. Diante de impedimentos à sua consecução os raptos desafiam situações sociais e jurídicas bastante diversas e adversas, sujeitando-se a penalidades previstas em códigos legais e sociais. No entanto, nem sempre as histórias de raptos narram o aspecto romântico dessas experiências. Há situações em que o casal, aparentemente apaixonado, desenvolve relações consideradas socialmente impróprias, como visto nos casos de homens casados com meninas solteiras mais jovens e pertencentes a segmentos sociais diferentes, em vínculos que parecem significar oportunidades de mudança de vida, principalmente para as mulheres. Em geral, são homens e mulheres comuns, trabalhadores, comerciantes, donas de casa, professoras, vendedores, proprietários e agricultores envolvidos em escolhas e decisões com o poder de mudar as suas vidas. Dessa forma, na prática do rapto consentido, problematizamos o processo de tomada de decisões dos casais naquilo que significa resolver ou contornar uma determinada interdição à prática amorosa. Para falar de tal prática comum não só na Paraíba como no Brasil desde o período colonial, recorreremos aos processos-crime, nos períodos de 1920-1940. Nessa perspectiva, buscamos vestígios de nove casos de raptos consentidos presentes nos processos-crime pesquisados no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri do Fórum Desembargador Aurélio de Albuquerque, na cidade de Areia; no Arquivo do Primeiro Tribunal do

Júri do Fórum Afonso Campos, em Campina Grande, e nos Arquivo Geral do Tribunal do Júri e Arquivo Geral do Tribunal da Justiça, ambos em João Pessoa.

Na abordagem dos casos estudados, a pesquisa levou em conta as relações sociais de classe, gênero, diferença de idade e de raça/cor de pele, tomando mais precauções quanto aos riscos de adotar presunidas identidades homogêneas. Dessa forma, os processos-crime por raptos consentidos, embora nos indicassem regras morais e tradições amorosas compartilhadas, também nos ofereceram a possibilidade de conhecer escolhas e vivências de situações particulares; experiências que são únicas e pertenciam apenas aos sujeitos envolvidos. Os casos até apresentam semelhanças, mas os sentimentos vivenciados por cada casal foram únicos.

Seduzindo para raptar ou seduzindo para ser raptada?

Os raptos consentidos não seguiam uma regra, ou seja, a ocasião fazia com que o plano do rapto se diferenciasse de outros. Como foi o caso do crime de rapto consentido de Maria do Carmo em 1940 na cidade de Areia, sendo um dos nove processos analisados. Areia foi uma cidade bastante conhecida no cenário político e cultural da Paraíba em meados do século XIX e início do XX, principalmente por ter se destacado na produção de algodão e, posteriormente, de açúcar. Segundo Câmara (1999), a cidade de Areia crescia em um ritmo mais rápido do que Campina Grande. Os moradores que tinham melhores condições econômicas disputavam o *status* de proprietário da melhor residência na cidade. Para isso, mandavam vir até de Portugal azulejos coloridos para as fachadas das casas (Câmara, 1999, p. 126).

No entanto, a cidade de Areia foi aos poucos perdendo importância, principalmente no cenário econômico paraibano, mas não deixando de ser palco de histórias amorosas como a de Maria do

Carmo, raptada em 1940. Uma menina de 14 anos caminhava à noite na companhia de dois rapazes pela cidade; foi o bastante para chamar a atenção dos soldados João Felix e José Inácio da Cunha Filho, em 1940. A menina era Maria do Carmo e os dois rapazes eram Pedro dos Santos e Edson Benjamim Gouveia, com 16 e 15 anos, respectivamente. Estavam fugindo de Areia para Alagoa Grande, e tratava-se de um rapto consentido encomendado.

O rapto de Maria do Carmo foi encomendado pelo cabo Pedro Martins. Ele teria combinado uma quantia com dois rapazes (Edson e Pedro) para levarem Maria até a cidade vizinha, Alagoa Grande. Lá ela pegaria o trem na manhã seguinte rumo à Capital e depois seguiria para Campina Grande. Esse seria o trajeto mais seguro, pois Areia não contava com malha ferroviária e certamente seria mais caro alugar um automóvel naquela época, o que também poderia chamar a atenção das outras pessoas da cidade. Ir para uma cidade desconhecida, entretanto, não foi a melhor estratégia. Uma moça acompanhada por dois rapazes, procurando uma pousada para passar a noite, não era comum em Alagoa Grande, ainda mais sendo os três desconhecidos na cidade.

Segundo o relato dos soldados, era fácil perceber quando alguém estranho transitava pela cidade, o que dificultava os planos de quem procurava por privacidade em lugar desconhecido; quando se tratava de uma mulher, a atenção dos moradores da cidade era redobrada. Mesmo sendo comum o trânsito de mulheres pobres nas ruas, principalmente indo para o trabalho, andar sozinhas e conversar com os homens poderiam ser motivos para difamação. A rua era perigosa; todos deveriam saber frequentar os seus códigos para não serem interpretados de maneira errônea.

Mas, quem era o homem que preferiu encomendar o rapto ao invés de realizá-lo? O raptor era o cabo Pedro Martins; ele teria combinado com os dois rapazes toda a estratégia e havia acertado os valores para tal empreitada. Neste caso, o impedimento para a realização de um casamento formal era a profissão dele: os cabos não podiam casar e se contrariassem essa regra deveriam sair da corporação. Naquela época

os soldados e os cabos eram proibidos de casar porque viviam sendo transferidos com frequência, como informou um artigo no jornal “A União”, em 1920, intitulado “Casamentos nulos”:

Apesar de um dispositivo disciplinar proibir expressamente o matrimonio às praças citadas, exceptuado o posto de aspirante que é hoje considerado oficial, os inferiores do actual 22^o de caçadores, aquartelado aqui e sob o commando do districto militar major Adolpho Massa, valendo-se da egreka, effectuam occultamente os seus casamentos clandestinos (Jornal A União, 24 de novembro, 1920).

Como o casamento civil era proibido para os praças, eles casavam-se apenas na Igreja. Segundo o artigo acima referido, os praças transferidos esqueciam de suas primeiras esposas e casavam-se novamente em outras cidades, onde eram desconhecidos. Muitos desses sargentos, cabos e soldados, por “disporem do prestígio da farda”, facilmente conquistavam as famílias que, segundo o autor do artigo, eram “ingênuas e ignorantes”. Não sabemos em que medida as famílias de fato ignoravam essas contingências ou se pensavam ser vantajoso casar as filhas com oficiais, pois eles tinham o soldo garantido e a possibilidade de crescimento profissional.

Outros casos de raptos envolvendo soldados foram noticiados no jornal “A União”. Tratava-se dos raptos das ruas 3 e 13 de Maio, na Capital, em 1920. A denúncia foi feita por Ana Romeira de Menezes, mãe da raptada Amália Gomes de Menezes. Os acusados eram o cabo Apolônio Ramalho e um amigo dele, José Augusto; segundo a mãe de Amália, Apolônio tinha firmado compromisso com sua filha.

Apurado os fatos, logo no dia seguinte, o jornal “A União” publicou “Em plena raptolandia”, um artigo que fazia referência a outro caso de rapto. O título é bastante sugestivo e ao mesmo tempo irônico, sugerindo que a prática do rapto estava popularizada. A conclusão das investigações do primeiro caso atestou a inocência dos acusados,

pois ambos estavam presos no quartel por motivos disciplinares quando o rapto aconteceu.

O outro rapto em questão foi o de Santina Meireles de 16 anos, noticiado no jornal “A União”. Ela morava com os tutores e certamente trabalhava na casa da família, mas a queixa foi formalizada pelo pai. O acusado do rapto foi um sargento que acabou sendo inocentado por afirmar que apenas estava abrigando Santina por uns dias. Nos dois casos que envolveram policiais, ambos foram inocentados. Acreditamos que nos casos que envolviam policiais, os raptos eram rapidamente elucidados, inocentando o raptor.

No caso que aconteceu em Areia, o cabo Pedro Martins não podia se expor; por isso, ele contratou Edson e Pedro, pagando a quantia de dez mil reis aos dois pelo rapto de Maria. Na noite anterior ao rapto, o cabo Pedro se encontrou com Maria no Mercado Público de Areia; combinaram o rapto e na tarde do dia seguinte aconteceu a fuga. Segundo Maria, o namoro já acontecia há pouco mais de um mês, mas a única vez que tinha conversado com o cabo foi no dia anterior ao rapto, como eles poderiam namorar a um mês e não terem se encontrado antes? Os pais da raptada alegaram não saber da existência desse relacionamento. Mas, saber se o cabo Pedro Martins realmente foi o mandante do rapto não era mais a questão central para aqueles que representavam a justiça naquele momento, pois o cabo nem ao menos foi intimado para depor.

O que teria acontecido para que o raptor não fosse a peça fundamental para esclarecer o crime? Maria tinha apenas 14 anos, vivia com os pais e tinha uma família que zelava pela sua conduta; a mãe foi a primeira a perceber o sumiço da filha, avisando ao marido sobre o seu desaparecimento. A idade do cabo não foi revelada, mas, naquele contexto, era muito comum mulheres se casarem ainda na adolescência, sem configurar crime, a não ser quando a honra de outro homem era posta em jogo, como a do pai, por exemplo. Nesse caso, o relato das testemunhas (o de uma em especial) foi fundamental para reverter o caso.

Segundo Ciro de Azevedo Gouveia, solteiro de 36 anos: “Maria do Carmo é uma moça de péssimo comportamento com tendências para um futuro de prostituição”. Ela teria fugido de casa três vezes e conversava com muitas pessoas, inclusive com homens, e isso chamava a atenção de Ciro; outras testemunhas também afirmavam o “péssimo” comportamento de Maria, mas Ciro narrou detalhes da vida dela. Como ele sabia tanto? A mãe de Maria servia refeições e Ciro frequentava a casa praticamente todos os dias; assim, sabia de tudo que acontecia com a família, principalmente de fatos sobre a vida de Maria. Ciro contou com detalhes sobre as duas vezes em que Maria fugiu de casa: a primeira fuga foi para o Engenho Várzea, próximo de Areia, mas ela foi logo encontrada pela família; a segunda fuga foi para a Capital, onde permaneceu por dois meses, segundo a testemunha em companhia de uma “cabrocha de péssimas qualidades” (Processo-crime por rapto, s/n, Areia, 30 de setembro de 1940).

Dessa forma, Maria do Carmo não se adequava ao que Ciro e as outras pessoas de sua época consideravam como “mulher honesta”. Para Francisco Domingos Epifânio, testemunha do caso, Maria tinha um péssimo comportamento: andava sozinha pelas ruas conversando com homens e ninguém sabia se eram namorados ou não, pois a moça “dava liberdade para qualquer um”. Entretanto, nem todos pensavam assim: Cremildo Barbosa, de 17 anos, afirmou não ter ouvido nada contra a honestidade da raptada; talvez fosse amigo da família e, por isso, testemunhou em favor da moça, mas o fato é que todas as demais testemunhas reprovavam o comportamento de Maria.

Martha Esteves (1989), no livro “Meninas perdidas”, analisou que em muitos crimes de defloração ou sedução os réus e a sua defesa apostavam no “mau” comportamento da vítima, ou seja, julgavam se ela andava sozinha pelas ruas, se frequentava festas e bailes ou se conversava com outros homens. Não foi diferente nos casos dos raptos analisados nesta pesquisa, mesmo se tratando de temporalidades diferentes. Poderíamos então afirmar que as testemunhas, no caso de rapto de Maria do Carmo, estavam de acordo com os padrões

e com os valores morais estabelecidos comungando, por exemplo, com as instituições jurídicas e médicas? Será que o valor de honra defendido pelos juristas era o mesmo partilhado pelos populares?

A noção de honra produzida pelo discurso jurídico não era desconhecida dos populares. Martha Esteves (1989) e Caulfield (2000) apresentaram em seus trabalhos que tais valores não só circulavam entre os populares, como poderiam fazer parte de seus desejos. No entanto, nem sempre era possível seguir tais valores e outras escolhas eram aceitas, e até reconhecidas pelo grupo social, como o amasiamento. Esteves (1989) analisa que algumas vítimas, ao narrarem os defloramentos que elas sofreram, enfatizavam a dor e o sangue, pois acreditavam que esses eram os indicadores de que eram virgens antes da relação sexual. Esse é apenas um dos exemplos de como os valores foram reapropriados e como circulavam entre os diversos grupos sociais.

Sendo assim, os discursos apresentados pelas testemunhas e endossados pela justiça, no caso de Maria do Carmo, não indicam que as pessoas estavam pautando suas ações em uma única moral; mesmo que a moral fosse única, cada um a vivenciaria à sua maneira. É importante estar atento a como se realizam essas relações de negociação entre os vários grupos sociais. Ao invés de homogeneizar os atores sociais sob a mesma tendência, é preciso problematizar as táticas por eles desenvolvidas em função de sua posição, seja familiar, pessoal ou de grupo e, dessa forma, cartografar itinerários individuais que fazem aparecer a multiplicidade das experiências e as contradições vivenciadas por nossos personagens.

No raptó consentido de Maria do Carmo, a testemunha Ciro de Azevedo Gouveia foi enfática ao afirmar:

Que não constava a ele testemunha que o cabo Pedro namorasse com Maria, entretanto teve de ver por uma ou duas vezes esse cabo conversar com ela, o que não lhe chamava atenção para julgar que fosse namoro, porque Maria habitualmente dava liberdade, namora e conversa com toda qualidade

de gente, e que até ontem continuava nesse mesmo modo de procedimento (Processo-crime por rapto, s/n, Areia, 30 de setembro de 1940).

Para Ciro, o fato de ter visto Maria com o cabo não era o bastante para afirmar haver um compromisso entre os dois. O comportamento da raptada, na opinião de Ciro, afastava qualquer possibilidade de enquadrá-la como moça honesta: ela não poderia ser seduzida, pois era uma mulher que seduzia. Quanto ao cabo, as testemunhas disseram não ter visto nada que condenasse a sua conduta, duvidando até da existência do rapto.

Diante disso, o que pensavam aqueles que representavam o discurso jurídico sobre o rapto consentido de Maria? Para o promotor, o caso de Maria do Carmo estava claro: ela não era moça para ser raptada, era “habituada a fugir” e, portanto, não seria facilmente enganada por um homem. Nesse caso, o homem dessa história, o raptor Pedro Martins, praticamente sumiu do processo e todas as atenções centraram-se na conduta de Maria que, como declarou Ciro, estava voltada para o “caminho da prostituição”. A certeza de que Maria não era honesta e de que o crime não poderia ser de rapto estava na própria fala do promotor: “Neste processo mais esforço do que fiz, não se faz preciso, porém não há prova para condenar o indivíduo Pedro Martins. Como promotor procuro todos os meios para cumprir o meu dever, porém, não sou acusador sistemático” (Processo-crime por rapto — S/N – Areia, 30 de setembro de 1940).

Maria do Carmo não deixava dúvidas para os juristas; mesmo tendo apenas 14 anos e morando com os pais, era um caso de mulher desonesta, mas um fato deixou os juristas e as testemunhas intrigados: o exame de corpo de delito comprovou que Maria era virgem. A indagação que inquietou a todos era: como poderia ser virgem uma mulher que andava sozinha, que conversava com todo tipo de gente e que namorava vários homens? Ciro só acreditou na virgindade de Maria porque ela foi examinada por médicos.

Segundo Peixoto, um jurista da época, era necessário ter cuidado com as “semivirgens”, ou seja, mulheres que nunca tinham praticado relações sexuais, mas que tinham hábitos “liberados”: “seu argumento pela eliminação da ênfase legal no que ele chamava de virgindade material em favor da virgindade moral refletia uma mudança na prática jurídica” (In: Caulfield, 2000, p. 185). Assim, Maria do Carmo poderia continuar mantendo a “virgindade material”, mas a sua “virgindade moral” não teria sido resguardada.

Ao julgar a conduta de Maria do Carmo, os juristas paraibanos estavam de acordo com as discussões que faziam parte do novo Código Penal de 1940, que era uma resposta jurídica às necessidades de adaptação das antigas prescrições legais à realidade marcada pelas transformações inscritas no projeto de modernização conservadora. Dessa forma, foi necessário rever alguns costumes e tradições que giravam em torno da honra e dos valores morais, mas sem romper com eles.

A virgindade física continuou sendo importante para caracterizar a mulher honesta, mas diante do novo contexto, principalmente nos grandes centros, era necessário pensar em outras possibilidades, em outras tradições e em outros costumes. Nem sempre os juristas representavam uma posição homogênea na apreciação de um caso e, por isso, a jurisprudência permeava os julgamentos.

Diante de tantas mudanças ocorridas com a chegada dos chamados “novos tempos”, os indivíduos questionavam quais eram os comportamentos adequados em sociedade. Ciro, a testemunha que contou detalhes da vida de Maria, pareceu também não entender as atitudes da moça, pois ficou surpreso ao saber que ela ainda era virgem. Logo, o discurso judiciário e também os indivíduos estavam duvidosos sobre a diferenciação de uma mulher honesta de uma desonesta.

Percebemos que a invenção ou reinvenção de costumes, como o do rapto consentido, estava atrelada quase sempre a uma outra invenção: a do amor romântico. Pensar em rapto era pensar em um casal apaixonado, impedido de ser feliz. Macfarlane, em sua obra “História do amor e do casamento” (1990), percebeu que o amor pensado como

estímulo para o casamento tem recebido menos atenção. O autor considera o amor romântico como caracterizado por atração e afetividade profundas e prévias ao casamento, mas o sentimento, assim como qualquer outra linguagem, conota relações, marca distâncias, diferencia posições e responde a determinados princípios.

Piscitelli (1990), ao discutir o trabalho de Macfarlane, afirma que os sentimentos também estariam sujeitos às normas sociais, inclusive quando se relacionam com as escolhas de parceiros. Assim, era plausível vincular o “casamento por amor” — quando são colocados os desejos do indivíduo acima daqueles do grupo mais amplo — à mentalidade de mercado, a um alto grau de mobilidade social e a outras características geralmente associadas ao capitalismo. A peculiar estrutura de mercado e as ideias individualistas vigentes na Inglaterra remetem as origens do complexo amor romântico, naquele país, aos séculos XII e XIII (Piscitelli, 1990, p. 7).

Mulher “livre” não pode ser raptada

Vinte anos antes do rapto de Maria do Carmo aconteceu outro crime de rapto consentido na capital da Paraíba: foi o caso de Antonia Felix, em 27 de maio de 1920 e como tal foi registrado em páginas de processo-criminal. Nesse caso, os esforços foram voltados para legitimar o rapto consentido, mesmo a moça alegando não ter sido vítima de um rapto. Quais as diferenças entre Antonia Felix e Maria do Carmo, além da temporalidade que as separa?

Antonia Felix, apesar de não ser virgem na ocasião do suposto rapto, era considerada uma mulher honesta. O seu defloramento, segundo a fala da promotoria, era culpa “dos famintos por sedução” que se aproveitavam da ingenuidade de mulheres como Antonia e conseguiam o que queriam. E mesmo com a afirmação de Antonia de que não era mais virgem antes do rapto, para a justiça permaneceu a certeza de que ela poderia ter sido seduzida pela segunda vez. O caso

tornou-se ainda mais complexo quando Antonia se recusou a fazer o exame de corpo de delito, reafirmando que já havia perdido a virgindade a quatro anos.

A negação de Antonia não mudou a posição inicial dos juristas envolvidos nesse caso, pois Antonia novamente enquadrava-se no papel da vítima e de mulher honesta que mesmo não sendo mais virgem se sentia constrangida em relação ao exame. Além disso, a “prova material do defloramento” não foi considerada importante para a promotoria, pois não seria fundamental para caracterizar o rapto. Todo o discurso jurídico foi argumentado com base no constrangimento ao corpo de Antonia: “não teria ela já sofrido o bastante?”; “decaída de sua honra, decaída da sociedade, vítima dos famintos por sedução, não teria ela direito ao sentimento de pudor?”. A promotoria se pautou no discurso de vitimização, afirmando que Antonia teria sido apenas uma vítima, inclusive do pai que nada teria feito para que suas outras filhas não se amiassem, encorajando a própria Antonia a morar com um comerciante da Capital.

O fato de Antonia ter sido rodeada por “maus exemplos”, criada apenas pelo pai, ter se envolvido com outro homem com quem não manteve nenhuma relação duradoura e morar na Capital, na casa de um homem amasiado, não foi o bastante para caracterizá-la como desonesta; o depoimento dela afirmando que não tinha sido raptada e que foi apenas procurar ajuda no engenho do seu possível raptor também não contribuiu para uma possível difamação. A justiça entendeu que Antonia foi vítima de todas essas situações difíceis e que estava tentando livrar o seu raptor de culpa negando o rapto consentido, ao contrário de Maria do Carmo que vivia em um contexto familiar e mesmo assim assumia comportamentos duvidosos.

Antonia era mulher para ser raptada, o seu corpo não pertencia a ela. A justiça insistiu por cinco meses no exame de corpo de delito, sob o risco de prendê-la; insistia que os raptadores tinham subornado as testemunhas para que não atendessem mais às intimações. Já que não possuía o controle do próprio corpo, não sabia o que fazia com ele,

o seu corpo pertencia antes ao seu pai que não soube cuidar, depois a justiça que se sentiu no dever de resguardá-lo, mas nunca a raptada.

Dessa forma, mesmo que a prática do rapto correspondesse às questões postas no Código Penal, as interpretações realizadas pelos juristas eram distintas. Embora os dois casos tenham acontecido com duas décadas de distância, podemos perceber alguns pontos em comum; um deles diz respeito às diferenças com relação à percepção da virgindade como principal ponto na comprovação da honestidade da mulher. Era necessário mais. Quais seriam os critérios para caracterizar uma mulher honesta nos tempos modernos e quais mulheres poderiam ser raptadas ou seduzidas?

O caso de Severina Coutinho é singular para pensarmos estas questões. O rapto se deu em 1940, em Alagoinha, uma pequena cidade interiorana e também transformou-se em investigação e julgamento nas páginas de um processo-crime.

Severina era professora e tinha 20 anos, prestes a completar 21. Exercer a profissão de professora faria de Severina uma mulher livre ou uma mulher com idéias independentes? Uma mulher que negasse a família, os futuros filhos, ou seja, o seu futuro lugar de mãe e esposa? Para o advogado de defesa e seu cliente, o acusado do rapto, a resposta era sim. Exercer uma profissão, mesmo sendo o magistério, poderia ser o bastante para macular a honra de uma mulher.

O rapto de Severina aconteceu em 1940. A crescente urbanização de João Pessoa influenciou nas mudanças dos costumes da sociedade. Multiplicavam-se os jornais, o comércio se expandia e as fábricas absorviam cada vez mais mão-de-obra, inclusive feminina. As filhas das classes médias saíam de casa para trabalhar como professoras, enfermeiras, telefonistas e secretárias, e essas mudanças geravam debates entre os conservadores e aqueles que acreditavam estar vivenciando um novo tempo.

Severina, como outras moças de famílias com alto poder aquisitivo na Paraíba, estudava na Escola Normal. Nessa mesma instituição formaram-se mulheres que se destacaram no cenário paraibano como

Analice Caldas. A referida instituição foi criada em 1884, para ambos os sexos, mas depois de dois anos tornou-se Externato Normal apenas para as mulheres.

O magistério não era a única profissão “destinada” às mulheres: havia “agentes de correio” e algumas “telefonistas”. Na capital paraibana, porém, “no Correio Geral e Telegrapho só muito mais tarde, em 1922 e 1926 entraram as primeiras moças que se habilitaram por concurso: ‘as senhoras Isaura de Melo Luna e Noilda Botelho’” (A União, 17 de outubro de 1937, p. 1). Nessa mesma época, Rosita de Almeida Brandão criou a Escola Remington, curso de preparação de “datilographas e tachigrafas”, formando as primeiras profissionais com habilidades para atuar como datilógrafas e taquígrafas. A própria Analice foi uma de suas alunas, exercendo essas profissões na Assembleia Legislativa, como uma das primeiras ocupantes de tal cargo especializado.

Trabalhar como professora era permitido, elogiado e até recomendado para as moças de boas famílias, mas elas deveriam exercer a profissão exaltando o instinto maternal ou apenas para educar os seus próprios filhos.

Severina Coutinho parece não ter sido uma moça que agisse fora desses padrões; o pouco que a documentação descreve da raptada, principalmente através das testemunhas, produz uma imagem positiva sobre ela. Ao buscar argumentos contrários a essa imagem, a defesa do acusado do rapto foi clara: entendeu a profissão de Severina como negativa, capaz de retirar a sua inocência. No processo de apelação criminal, Severina foi descrita como “moça livre” pelo advogado do raptor, pois a profissão dela exigia viagens para cursos de capacitação, como as que ela fez para Maceió e Recife antes do rapto.

Nesta perspectiva, Severina não poderia ser seduzida porque era uma mulher “livre”; viajava sozinha, sem nenhum parente ou figura masculina confiável como acompanhante. Mesmo que essa suposta “liberdade” fosse justificada pela profissão que ela exercia, não foram as obrigações do seu trabalho que sobressaíram quando sua conduta

foi posta em julgamento, mas sim a suposta “liberdade” vivenciada favorável a possíveis maus comportamentos.

Lourenço Dantas era representante comercial e viajava por todo o Nordeste, além de ser contabilista “diplomado”; portanto, não parecia ser um “mau partido”, mas a família desejava mais para Severina e, na tentativa de acabar o namoro, os familiares a acompanharam para uma estadia em Alagoinha, cidade na qual o pai tinha engenhos. Embora não fique claro no processo, Severina provavelmente não obedeceu aos pedidos para se afastar do namorado. O plano familiar apenas favoreceu ao casal, que viu na festa da cidade a possibilidade perfeita para fugir.

Assim, as festas eram lugares comuns, constantemente utilizados pelos jovens apaixonados. Severina frequentou a festa acompanhada de seus familiares e aproveitou um momento de distração para fugir da vigilância dos mesmos, indo ao encontro de Lourenço, que havia combinado tudo por meio de bilhetes. Fugiram de carro para Recife onde ficaram por “diversos dias”; esse foi o motivo da família procurar a justiça, pois não sabia o paradeiro de Severina. No entanto, ela retornou à capital, talvez acreditando que depois do rapto a família não teria alternativas a não ser aceitar a relação dela com o raptor e realizar o casamento. No entanto, não foi o que aconteceu. Enquanto o processo transcorria na justiça, Severina casou-se com outro homem, o Sr. José Tavares Arcoverde. Mesmo assim, Lourenço foi condenado à prisão por quatro anos.

Começou então a luta de Lourenço para se ver livre da acusação do crime de rapto consentido. O advogado de defesa contratado por Lourenço, para convencer a justiça da inocência de seu cliente, recorreu à tese de inexistência do rapto, pautando-se na “vida livre” da raptada. Se a festa foi utilizada pelo casal como espaço de tática, não foi diferente no discurso produzido para mostrar Severina como mulher livre.

Para a defesa do acusado, as festas eram espaços públicos, espaços não recomendados para as famílias que queriam resguardar as suas filhas. Severina, contudo, estava acompanhada pelos irmãos, o que

não a impediu de fugir. Nesse caso, a família também teria responsabilidade sobre o rapto, pelo menos esse era o ponto de vista da defesa, pois além de permitir que Severina trabalhasse, ainda acompanhava a mesma em festas sem vigiá-la como deveria. Dessa forma, um rapto que aconteceu fora do lar, em uma festa de rua, não poderia de fato ser considerado um crime.

Para reforçar esse ponto de vista, a defesa recorreu a profissionais importantes da época, como o desembargador Carlos Xavier, que considerava a noite como um agravante do crime de rapto consentido, porque “nos casos em que, começado o repouso do lar, torna-se fácil desde que todos durmam”; no entanto, não foi o que aconteceu “Severina em vez de ser raptada livre como sempre foi mediante o magistério público que sempre exerceu pôs em prática, um ato deliberado da sua vontade”.

A questão que permeia esse caso de rapto são as discussões que giram em torno da profissão de Severina Coutinho. Embora em nenhum momento do processo esteja explícita a desaprovação de sua profissão, implicitamente as pessoas julgavam que a raptada não poderia ser considerada uma mulher “ingênua” ou capaz de ser seduzida, uma vez que trabalhava e viajava muito. Cipriano (2002) observa que na imprensa paraibana, principalmente na década de 1930, as opiniões sobre as mulheres estavam divididas: uns achavam que as mulheres deveriam ficar em casa; outros que as mulheres deveriam ser “colaboradoras dos homens”.

Louro (1997), sobre as principais representações sociais das mulheres que se dedicavam ao magistério, analisou que as que se achavam “feias” e “retraídas”, sentiam que tinham cumprido a sua função feminina ao se tornarem professoras, já que a maternidade estaria vedada para elas. A representação de professora “solteirona”, bastante adequada para indicar a dedicação das mulheres à profissão, traçava um perfil destas mulheres como severas, sem atrativos físicos e de sexualidade duvidosa.

A autora explica também que por muito tempo a ignorância foi considerada como um indicador de pureza; as mulheres não-ignorantes como classificadas não-puras.

No caso de Severina Coutinho, sua “liberdade” foi tida como um indicador da falta de sua pureza. Sabemos que a argumentação da defesa estava carregada de interesses e que não podemos, nem é a nossa intenção, mensurar a aceitação ou não desse discurso. Entretanto, só pelo fato da defesa ter obtido sucesso, conseguindo a liberação de Lourenço depois de cumprido apenas um ano de pena, já nos indica que esse discurso conseguiu convencer a justiça, ou pelo menos aqueles que a representavam naquele momento.

Considerações finais

As experiências de raptos consentidos mostraram uma multiplicidade de saberes que orientavam decisões e escolhas sobre vínculos de amor, e modelavam condutas que, na defesa destes vínculos e diante de impedimentos à sua consecução, colocavam em prática o enfrentamento de regras sociais que normatizavam jurídica e socialmente as relações de amor.

Dessa forma, os raptos foram analisados nesta pesquisa enquanto táticas acionadas para a realização de um desejo que enfrentava alguma forma de impedimento. No entanto, assim como as táticas, os raptos não possuíam um espaço próprio, não tinham uma base própria; eram móveis. Como não tinham um lugar definido, moviam-se no lugar próprio do outro e “joga com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha”. Portanto, o rapto era uma forma de se movimentar em lugares estabelecidos institucionalmente criando, através das “artes de dar golpes”, campos de liberdade (Certeau, 1994, pp. 46-100).

Os casos analisados nesta pesquisa, no entanto, principalmente nos processos-crime, não registraram histórias de vida apenas de mocinhas indefesas que dependiam exclusivamente da sinceridade do amado para livrá-las das amarguras ou da tirania de pais ou patrões. Na prática, era necessário aprender a jogar com o que se dispunha ou com o que era possível dispor, o que também não significava o fim dos sonhos e das expectativas de homens e mulheres apaixonados.

Assim, para analisar esses casos, os sentimentos e os valores neles compartilhados, recorreremos a uma historiografia, que nos indicou algumas possibilidades de abordagens. Dentre elas, como perceber as relações amorosas atreladas também às questões sociais, pois o lugar que cada indivíduo assumia era importante na construção da percepção sobre o amor e, conseqüentemente, da utilização da prática do rapto consentido. Dessa forma, a tradição amorosa representada na crença de que o amor superava qualquer diferença, fosse ela social, étnica ou etária, dividiu espaço com questões mais pragmáticas do cotidiano de homens e mulheres da Paraíba na primeira metade do século XX.

Tentar cartografar os lugares e os espaços por onde os paraibanos transitavam na Paraíba de 1920 a 1940 era correr o risco de homogeneizar comportamentos, valores e sentimentos; no entanto, tentamos acompanhar os contornos, as mudanças e as rupturas, bem como as multiplicidades que envolviam os comportamentos, os sentimentos e as sensibilidades dos sujeitos envolvidos na prática do rapto consentido. A análise das reinvenções desta prática mais uma vez expôs a vida amorosa de homens e mulheres comuns, que ao quererem vivenciar as suas escolhas amorosas também revelavam relações sociais de gênero, nas suas muitas interseções com as de classes, raças/etnias/cor de pele, gerações.

Problematizar estas sensibilidades para o campo amoroso na Paraíba só foi possível a partir da documentação escolhida e das escolhas teórico-metodológicas. Confessamos que transitar por sensibilidades tão delicadas, tão próximas de nós através das fontes, mas ao mesmo tempo tão distantes em suas formas de sentir, nos fez

lembrar a pesquisadora Natalie Zemon Davis (1987), que ao escrever “O retorno de Martin Guerre” também discutiu a possibilidade de conhecer algo da experiência de pessoas que viveram, sentiram, mas ficaram perdidas nas brumas do passado. Davis não ficou limitada apenas à produção literária, pois também investiu e participou em produções cinematográficas. Para a pesquisadora, a experiência de poder reconstruir os sentimentos dos personagens na figura de cada ator possibilitou reconhecer esses personagens como pessoas “reais”.

Não tivemos à disposição um “laboratório historiográfico”, como usou Davis na produção do filme inspirado na história de Martin Guerre, mas ficamos com os “talvez”, os “pode ser”, enfim, com as possibilidades analisadas nestas histórias e nas reinvenções amorosas de homens e mulheres comuns na Paraíba.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande*. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação/Núcleo Cultural português. Campina Grande: Edições Caravela, 1999.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do Século XX*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACFARLANE, Alan. *História do amor e do casamento*: Inglaterra: 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PISCITELLI, Adriana Garcia. *Amor, paixão e casamento*: escolhas de cônjuge em famílias de camadas médias e altas numa cidade do sul de Minas Gerais. Dissertacao (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduacao em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SANTANA, Rosemere Olimpio. *Tradições e Modernidade*: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940). Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduacao em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Processos-crime

Processo de apelacao criminal: revisão de processo caixa: 01-4. Ano:1942 (rapto de Severina Coutinho).

Processo-crime por rapto, s/n, Areia, 30 de setembro de 1940 (rapto de Maria do Carmo).

Processo-crime, s/n, João Pessoa, 10 de agosto de 1920 (rapto Antonia Felix).

Jornais

A União — Diário oficial do Estado. Parahyba, sexta feira, 24 de novembro de 1920. Ano XXVIII, número 210.

A União, 17 de outubro de 1937. p.1

Gênero, maternalismo e usos do tempo no campesinato maranhense

Viviane de Oliveira Barbosa

Introdução

A reprodução social camponesa no Maranhão tem se dado, especialmente, por meio do trabalho agrícola e extrativista de cunho familiar, aliando o cultivo de roças à extração do coco babaçu para autoconsumo e/ou comercialização. Historicamente as mulheres quebradeiras de coco¹ envolvem-se em todas as etapas da extração do babaçu, enquanto os homens atuam principalmente nos roçados e em outros trabalhos temporários.

Em diferentes contextos, a família camponesa organiza e estrutura suas práticas de trabalho em função das relações de gênero², e os usos

-
- 1 Essa identidade foi sendo construída processualmente diante das adversidades enfrentadas para a preservação e acesso a palmeiras de babaçu e para garantir a posse da terra. Até os anos 1990, muitas extrativistas tinham como principal atividade a quebra do coco e eram vistas pela sociedade local como quebradeiras de coco, entretanto, esta não era uma identidade acionada politicamente por elas. Aos poucos, as mulheres extrativistas foram se organizando em associações, cooperativas e movimentos sociais, o que gerou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com atuação no Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (Barbosa, 2019).
 - 2 Com abordagens distintas, alguns estudos já demonstraram isso, a exemplo de Alves (2001), Antunes (2006), Barbosa (2019), Brumer (2004), Figueiredo (2007), Giuliani (2010), Little (1987), Paula Andrade (2005) e Portella *et al.* (2004).

do tempo e a maternidade constituem aspectos privilegiados para a observação da vida no campo. Nesse universo, produzem-se discursos sobre o trabalho de homens, mulheres e crianças, que normalmente tendem a hierarquizar o mundo social em favor dos homens, e levam, de algum modo, à ocultação ou secundarização do papel da mulher.

Com efeito, o gênero, assim como outros aspectos sociais e culturais, matiza a distribuição do tempo no campo das atividades (Aguiar, 2011, p. 79), delimita e determina padrões de divisão de trabalho — remunerado e não remunerado — e a constante desigualdade e desequilíbrio nessa distribuição, especialmente quanto ao trabalho doméstico e às atividades do cuidado (Araújo, 2016, p. 14).

Abordam-se relações de gênero entre agroextrativistas maranhenses, de modo a destacar como a esfera do trabalho desses sujeitos é marcada por práticas e discursos constituídos por noções de feminino e masculino, de cuidado e obrigação, de corpo e natureza, de menor ou maior valor, conformando tempos sociais distintos para homens e mulheres no campo da produção e da reprodução social. Essas reflexões são possibilitadas por análise bibliográfica e de materiais em arquivos, bem como trabalho de campo e realização de entrevistas entre 2005 e 2012³.

Práticas e representações em torno do trabalho camponês

Entre os agroextrativistas maranhenses, convencionou-se associar a quebra do babaçu a um trabalho feminino, enquanto o cultivo agrícola tem sido frequentemente conferido aos homens. Parece consensual

3 Este capítulo é produto da minha tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e orientada pela Profa. Suely Gomes Costa (Cf. Barbosa, 2013).

que a coleta do coco é trabalho comum aos dois gêneros e, sendo assim, os homens fazem a apanha do coco para mulheres e crianças quebrarem. No entanto, essa rígida divisão sexual do trabalho é, em grande medida, muito mais discursiva do que efetivamente prática, posto que, dependendo da época e das circunstâncias, homens e mulheres se envolvem tanto com a produção agrícola quanto com a extração completa do babaçu, que é dividida em duas principais etapas: a coleta e a quebra do coco.

Como prática ancestral, as mulheres costumavam integrar seus filhos no ambiente extrativista por volta dos seis ou sete anos de idade, ensinando-os desde o trabalho de coleta do babaçu ao manejo do machado para a quebra do coco. As crianças eram socializadas nas atividades extrativistas numa clara divisão sexual do trabalho, que constrói significações sobre o uso do corpo para o trabalho e leva à definição de atividades próprias ou não para cada gênero (Castro, 2001, p. 21).

No Médio Mearim, podia-se ouvir que “homem que quebra coco a bunda cresce”⁴, o que parece associar o trabalho de quebra do babaçu a um imaginário sobre o exercício do corpo, no qual a prática de extração da amêndoa envolve a modelagem corporal de quem a pratica. Nessa interpretação, corpo feminino estaria biologicamente adaptado para a quebra do coco e seria, ao mesmo tempo, modelado por essa prática. Nessa lógica discursiva, ter quadris avantajados seria um atributo corporal necessário às mulheres e, portanto, desnecessário aos homens. Aquela expressão pode ser interpretada como uma anedota integrante

4 M.A.S em entrevista concedida em 04/11/2011, Bacabal-MA. Essa mesma liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) disse que esse tipo de visão vem mudando nos últimos anos, especialmente diante da importância de uma economia local em torno do babaçu e da relevância política que essa atividade assumiu nas comunidades por meio das cantinas e cooperativas dos produtores agroextrativistas em municípios da microrregião.

da cultura camponesa, que estipula certos lugares ao feminino e ao masculino, afinal, como demonstrara Thompson (1998), a cultura e o costume têm função racional numa dada sociedade e permitem a observação da mudança e da disputa, uma arena na qual interesses divergentes podem apresentar reivindicações conflitantes.

De acordo com Duque-Arrazola (2010, p. 2): “o tempo do corpo é representado e ‘naturalizado’ como um tempo do cotidiano feminino, associado à maternidade, a reprodução ou produção da vida, ao trabalho doméstico”. Nesse sentido, o “tempo da quebra do coco” parece ser entendido como “tempo de mulher”.

Em comunidades camponesas do Maranhão, a idade também tem funcionado como lugar de referência para o envolvimento ou não de homens na quebra do babaçu. Nessa divisão de gênero e geracional, o trabalho de quebra do babaçu aparece dissociado dos homens no período de apogeu da masculinidade, da idade para o casamento e para a procriação. Assim, parece socialmente comum e aceitável que homens já idosos se dediquem ao trabalho extrativista em todas as suas etapas e que os meninos, ainda crianças, sejam empregados no exercício da quebra do coco.

Há fortes indícios de que, antes de assumir importância no mercado nacional e internacional, a extração do babaçu para autoconsumo e para pequenas trocas comerciais ficava a cargo das mulheres e que, por consequência do investimento estatal e privado em uma economia do babaçu, a partir do início do século XX, os homens passaram a se dedicar intensivamente a essa atividade, ficando à frente da comercialização do produto. O declínio no interesse dos homens camponeses pela quebra do coco provavelmente se deu quando o babaçu perdeu espaço na economia estatal e a atividade passou a ser cada vez mais identificada à pobreza. Desse modo, embora atribuída às mulheres como algo natural, nota-se que a quebra do coco foi sendo fortalecida como uma atividade exclusivamente feminina, na medida em que foi perdendo valor no mercado de exportações, no último quartel do século XX, quando se instaurou a chamada crise da economia do

babaçu⁵ e outros produtos começaram a competir com ele na dinâmica dos mercados (Barbosa, 2019).

Outra possível explicação para a redução da atuação dos homens no trabalho de quebra do coco é marcada pela ruptura entre um período anterior aos conflitos e um período pós-conflitos de terra nas comunidades, como atesta uma liderança do MIQCB e sócia fundadora da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA): “antes dos conflitos era quando eles quebravam mais, aí depois dos conflitos eles largaram, quase nenhum homem mais gosta de quebrar coco”⁶. Nessa explicação, os homens quebrariam coco por estarem impossibilitados de lidar com a roça em meio às disputas por terra.

Em depoimento, uma quebradeira de coco de uma comunidade quilombola disse: “quem mais quebrava coco aqui era homem, menino”⁷. Outra liderança quilombola, fundadora do MIQCB e da ASSEMA também afirmou: “os jovens é que mais têm essa história de dizer que não quebram coco, mas os homens quebravam, e muito, o pessoal mais velho. Aqui os homens quebram coco, os que não quebram hoje já quebraram muito”⁸.

Constata-se, portanto, que a quebra do coco relacionada especialmente às mulheres é uma ideia-prática recente e se vincula à distribuição, fortemente genderificada, dos tipos de trabalho mais úteis ou valorizados no universo social camponês. As mulheres e crianças parecem ter sido alçadas à categoria de representativas da atividade de quebra do babaçu quando o extrativismo passou a ser visto apenas como uma economia de subsistência, como atividade indicativa da

5 Há diversos trabalhos que se dedicam a apontar o apogeu e o declínio do interesse estatal nacional e local numa economia do babaçu. Ver, por exemplo: Almeida (1995), Almeida *et al.* (2001), Amaral Filho (1990) e Mesquita (1996).

6 A.S. em entrevista concedida em 19/11/2011, Lima Campos-MA.

7 R.S. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

8 M.J.B. em entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

pobreza e do mundo privado. De fato, tem sido comum a associação das mulheres a atividades menos rentáveis, com pouco ou nenhum valor simbólico agregado, como faz lembrar Costa (2007, p. 6-13) ao notar que, em vários contextos brasileiros, a execução de certas atividades marcadas pelo não assalariamento ou pelo assalariamento precário, que conferem marcas singulares ao avanço das relações capitalistas de produção, baseiam-se no amplo e árduo trabalho das mulheres.

Mas ainda que quebrar coco seja visto como “coisa de mulher”, há contradições nos discursos camponeses e as práticas sociais sinalizam para uma maior complexidade na aparente perfeita e bem delimitada divisão de gênero no trabalho entre os agroextrativistas. Há relatos de homens que realizam a quebra do babaçu por opção ou por interesses bem específicos. De acordo com uma jovem quebra-deira de coco, o seu marido diz “que quebrava quando ele era solteiro ainda dentro de casa, que ele ia pro mato com os amigos pra comprar roupa pra ir pra festa”⁹. Nesse depoimento, a quebra do coco só seria efetuada por ele no início da juventude, não constituindo atividade quando casado. Além disso, nesse caso, a quebra do coco não visa ao sustento familiar e o campo das primeiras necessidades.

A quebra do coco também tem sido apontada como trabalho comum entre homens de maior idade e que passaram por período de maior dificuldade financeira. Um senhor quilombola lembrou como aprendeu o ofício: “aprendi com papai e mamãe. Quem quebrava mais coco era mamãe, papai quebrava, mas mamãe quebrava mais”¹⁰. Assim, entre os trabalhadores mais antigos de sua região, a quebra do coco era sistematicamente realizada por homens e mulheres, sem distinção de gênero. Ademais, a prática podia ser ensinada pela mãe ou pelo pai, embora geralmente associada à figura feminina, pois as mulheres estariam mais envolvidas na atividade.

9 M.C.J. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

10 A.S. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Algumas camponesas também afirmam ser historicamente comum que homens e mulheres quebrem coco. Como aponta uma mãe de dez filhos: “todo mundo quebra coco, homem e mulher, porque aqui ninguém tem condição, aqui nesse lugar eu ando de ponta a outra [e] não vi um que não pegue o machado pra quebrar coco, tô cansada de ir pro mato [e] tem um monte de homem no mato quebrando coco”¹¹.

Entretanto, na maioria das vezes, os homens tendem a negar ou mesmo justificar seu possível envolvimento com a quebra do babaçu. Seus discursos normalmente convergem para a realização da quebra do coco apenas quando crianças, o que se identifica na fala de um camponês, também empregado na cidade: “agora quebrar coco não quebro. Só quebrei foi por [volta de] 1982, quando era criança quebrei, mas não era todo dia não”. Afirmou ainda: “às vezes a gente quebrava porque precisava das coisas, pra comprar, nessa época aqui era muito difícil e tinha que ajudar pra manutenção da família”¹².

Desse modo, é comum que os homens justifiquem que quebraram coco por ausência de alternativa, o que também é comumente construído como um “tempo de precisão”, deixando claro que atuam somente na coleta do coco para que suas esposas ou filhas realizem a quebra. As mulheres comentam que, em momentos de dificuldade, os homens iam quebrar coco no lugar de suas esposas/companheiras para garantir a alimentação: “ele não quebra, mas já quebrou, porque quando as crianças eram pequenas a gente tinha precisão, às vezes elas adoeciam e sempre a mãe tem mais cuidado e ele ia no meu lugar”¹³. Ao mencionar que o companheiro quebrava coco quando seus filhos adoeciam, essa quebradeira de coco contraria o depoimento do seu marido, segundo o qual não teria quebrado coco depois de casado. Ela também remete à experiência da maternidade

11 M.C.A. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

12 J.R.S. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

13 M.R.S. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

e naturaliza a condição de mãe como aquela que tem maior aptidão para o cuidado de sua prole.

De fato, tem havido uma distinção sobre o que seria papel de homem e papel de mulher nessas comunidades camponesas, o que se relaciona diretamente ao mundo do trabalho. De acordo com um camponês, “a função delas não tem outra, é quebrar coco mesmo. Onde puder, dar uma ajuda na roça. Elas trabalham também de roça, muitas delas têm um pedacinho de roça”¹⁴. Como destacou uma quebradeira de coco, “a função do homem é trabalhar de roça porque não tem outra função, é ser lavrador mesmo. Ser mulher é uma senhora dona de casa, a função da mulher aqui na comunidade é quebrar coco, não tem outra. Eu acho que é trabalhar mesmo na família, é!”¹⁵.

Certamente, nem sempre as práticas coadunam com os discursos que atribuem definidos papéis masculinos e femininos à reprodução familiar no âmbito do trabalho agroextrativista maranhense, pois “diante das novas condições materiais e culturais de existência, em muitos espaços e tempos”, homens e mulheres “trocam de lugar e deslocam, indistintamente, um o papel do outro” (Costa, 2003, p. 192). De todo modo, soa predominante a figura do homem como provedor, representada pelo seu trabalho na roça, embora o trabalho das mulheres no extrativismo continuamente ponha em xeque a proeminência da agricultura nas unidades domésticas camponesas.

14 L.M. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

15 D.J. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Valores em disputa e hierarquias de gênero no trabalho

A esfera do trabalho camponês no Maranhão também tem comportado disputas simbólicas e materiais em torno do valor que assume a produção agrícola e a produção extrativista, gerando, frequentemente, hierarquias de gênero. Assim, identificam-se três principais tipos de discurso dos camponeses em torno da importância do trabalho agrícola (roça) e do trabalho extrativista (coleta e quebra do coco). O primeiro discurso afirma que os homens asseguram o sustento de suas famílias, diante do que o trabalho das mulheres seria complementar ao dos maridos/companheiros, portanto, secundário. Um segundo discurso destaca que são as quebradeiras de coco que, com o extrativismo, garantem o sustento de suas famílias. Um terceiro discurso argumenta que os trabalhos de homens e mulheres são, de modo igual, responsáveis por prover suas unidades domésticas.

Uma liderança comunitária, quebradeira de coco organizada em associações, cooperativas e fundadora do MIQCB, situou bem a questão da valorização do trabalho e das hierarquias de gênero entre os camponeses:

O homem tá na roça e eu tô quebrando coco, mas o meu trabalho não é visto como trabalho, o meu trabalho é sempre visto como complemento da renda que soma no final do mês [...] aí o homem trabalha e a mulher sempre ajuda. Aí a divisão: a mulher é quebradeira de coco e o homem é o trabalhador rural¹⁶.

16 M.A.C. em entrevista concedida em 06/2005, São Luís-MA.

O depoimento destaca como costumeiramente se institui a divisão de gênero no trabalho: homens na roça e mulheres na quebra do coco. Também acentua que, nas comunidades agroextrativistas, a idealização do homem como chefe da família e, portanto, provedor, contribui para que a renda feminina do extrativismo seja vista apenas como “ajuda” na manutenção familiar. Essa reiterada visão fez com que, durante muito tempo, as quebradeiras de coco sequer fossem reconhecidas como trabalhadoras rurais, ficando sub-representadas em instituições como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e tendo dificuldades em obter títulos de terras em seu nome.

Embora reconheçam a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência, já que “é difícil um homem sustentar a mulher sem ela trabalhar, ainda mais quem tem muito filho, porque eles não têm ganho, trabalham é na roça”¹⁷, os homens quase sempre veem os ganhos da quebra do coco como uma mera ajuda familiar. O depoimento de um jovem agricultor segue nessa direção da ajuda e no reforço de que os trabalhos domésticos devem ser da mulher: “a mulher também ajuda de tudo, tá fazendo o que tá certo, cuida de tudo, da casa, faz outras coisas também, porque se não, não dava, eu acho que assim tá bom”¹⁸.

Mesmo que algumas mulheres tentem desconstruir a visão que secundariza o valor de seu trabalho, a maioria delas acaba reforçando que subsidiam o marido/companheiro, o que se expressa frequentemente por um conjunto de discursos que caracterizam a atividade de quebra do coco como complementar ao sustento familiar. Do mesmo modo, as tarefas que realizam na agricultura têm sido vistas por elas apenas como um apoio/auxílio.

Algumas mulheres também reafirmam que as tarefas domésticas são inerentemente femininas e, muitas vezes, trazem contradições

17 F.A. em entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

18 L.C. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

no ato de (des)valorizar as ações de homens e mulheres: “assim, a mulher sempre é mais fraca, ela ajuda, mas sabe que é mais pouco que o homem. Ela é tudo, porque lava uma roupa, varre uma casa, o homem não faz isso”¹⁹. Além disso, às vezes aquilo que é desempenhado pelo homem adquire *status* de serviço, de trabalho legítimo e reconhecido, ao contrário da visão que comumente se tem a respeito das atividades laborais das mulheres.

A condição moral do homem como provedor é muito presente entre as comunidades agroextrativistas, pois, ainda que haja uma tentativa de valorizar o trabalho feminino (nesse caso, a quebra do coco), homens e mulheres acabam reproduzindo a ideia de que os primeiros devem ser os mantenedores da família. Sobre as responsabilidades familiares do homem, o depoimento de uma camponesa é bastante elucidativo: “se ele pega uma filha, o dever dele se ele pega uma moça ou mesmo uma mulher, de manhã ele deve ir trabalhar, comprar as coisas. Ele bota dentro de casa aí a mulher vai arrumar”²⁰. Em outras palavras, o homem seria responsável pela manutenção do lar, provendo a casa do que fosse necessário para que, tomando seu lugar na relação conjugal, a mulher gerisse e cuidasse de suas obrigações no âmbito doméstico.

Entretanto, por mais que enfatizem a “obrigatoriedade” dos maridos no provimento da casa, as mulheres diversas vezes demonstram a centralidade do seu trabalho, salientando que o trabalho masculino é um complemento ou a soma de esforços com a mulher, e não a única fonte de renda: “tem que trabalhar pra ajudar a mulher, fazer uma roça, porque se a mulher arranja um homem é pra ajudar ela”²¹. Nesse sentido, como complemento, o trabalho masculino desempenhado na roça também aparece como ajuda diante da independência financeira que algumas mulheres assumem ter.

19 F.J. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

20 R.L. em entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

21 M.N. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Quanto ao uso do tempo para a realização das tarefas, parece haver uma hierarquia entre roça e quebra do coco ao se considerar que maior dedicação deve ser dada ao trabalho agrícola em detrimento do extrativismo do babaçu. Essas questões, bem como o envolvimento dos homens na quebra do coco quando o preço da amêndoa no mercado aumenta, foram destacadas no testemunho da primeira coordenadora geral do MIQCB: “naquele intervalo que ele tem o tempo ele quebra o coco, a gente fica às vezes três dias sem quebrar pra ajudar na colheita. O homem não deixa a atividade pra quebrar coco. Também depende do preço do coco. Tanto faz o preço do coco tá alto como tá baixo a gente quebra coco”²².

No período auge da produção agrícola, muitas vezes as mulheres deixam de praticar o extrativismo para se envolverem no trabalho de roça. Entretanto, quando da entressafra agrícola, a maioria dos homens não pratica a quebra do coco. Os que a fazem normalmente é como uma atividade secundária, depois de feitas suas obrigações na roça. O depoimento de um camponês, que relaciona ao passado seu envolvimento com a quebra do coco, destaca muito bem esse aspecto: “às vezes, quando eu tava de folga, que acabava os serviços da terra eu ia ajuntar coco, quebrava mais ela [a esposa] até chegar os serviços de novo”²³. No mesmo sentido, uma trabalhadora pontuou que os homens quebram o coco principalmente quando não estão atuando na roça: “eles trabalham de roça e quebram coco também. Às vezes falta serviço, quando termina serviço de roça e eles não acham uma diária, assim, outro serviço, aí eles vão quebrar coco pra ajudar”²⁴.

Respondendo sobre o motivo de não trabalhar com a quebra do coco, um jovem agricultor argumentou que “o ganho do coco é pouco, se eu for me dedicar ao coco não dá. [...] eu trabalho mesmo de roça,

22 M.A.C. em entrevista concedida em 06/2005, São Luís-MA.

23 L.M. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

24 E.S. em entrevista concedida em 19/11/2011, Lima Campos-MA.

fazendo serviço pra um e pra outro. Eu preferia mesmo ir pra roça, porque sempre na roça a gente tem mais vantagem. Da roça a gente tira arroz, feijão, milho, melancia”²⁵. Outro trabalhador enfatizou que “pro homem não dá pra se dedicar em quebra de coco, porque o coco não tem todo tempo, dá pra ele se dedicar à lavoura”²⁶. No entanto, há vozes dissonantes a esse discurso de não haver coco todo o ano e elas geralmente advêm das mulheres: “todo dia você vai e todo dia tem. Todo dia que você for para o mato, todo dia você vai quebrar coco, todo dia a gente quebra”²⁷.

Além disso, se se deve reconhecer a existência de um “tempo do coco” dentro de um ciclo estabelecido para o trabalho dos camponeses, deve-se salientar que a agricultura também obedece a um ciclo natural e cultural. Assim, há períodos em que a agricultura está em fase de plantio e não de colheita, o que faz com que a renda do babaçu seja a única disponível nas unidades domésticas.

Uma liderança do MIQCB apontou aspectos dos ciclos de produção, destacando a potencialidade do ofício das mulheres na quebra do coco para o sustento das famílias:

A produção da roça é o que agora os estudiosos chamam de sazonal, ela não é o ano todo. [Tem] época [que] a roça tá brocada, queimada e tá esperando a chuva pra plantar. Quando dá maio não tem mais nada na roça a não ser uma mandioca, mas de lá já tirou um milho, já tirou um feijão, já tirou um arroz. Quando dá junho, aí pronto, os homens vão descansar, aí só vão brocar de novo em setembro, outubro, porque é sazonal, não é todo tempo. E a quebra do coco é de janeiro a janeiro, e, muitas das vezes, a produção agrícola da roça é boa porque é parte da alimentação da gente, mas grande parte mesmo da

25 P.M. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

26 L.M. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

27 M.J.B. em entrevista concedida em 15/01/2012, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

alimentação vem é do babaçu, porque a gente não come só arroz, farinha, feijão e verduras. A gente come açúcar, café e essas coisas a gente não produz e aí vem é do babaçu, o sabão, o pão, o fubá, um monte de coisas, tudo é com o dinheiro do babaçu, e que é as mulheres que botam em casa, não são os homens, sem falar nas roupas, nos remédios, nos calçados, nos cosméticos²⁸.

O depoimento de uma liderança quilombola, que também atuou como coordenadora geral do MIQCB, valorizou o trabalho na quebra do coco: “o babaçu pra mim foi uma das maiores rendas, porque o produto que a gente tira da roça, às vezes o arroz, não dá pra comer dum ano pro outro e o babaçu sempre deu pra gente quebrar pra sustentar de um ano a outro, tanto na safra como na entressafra²⁹.”

Identificam-se também discursos nos quais a renda feminina e a renda masculina são apontadas como igualmente substanciais para o provimento das unidades domésticas. Essas leituras não fogem ao padrão da família camponesa, que, estruturada sob uma lógica de reprodução familiar, agrega valores ao trabalho de todos os membros, cada qual dispendo de um papel na relação de produção. No entanto, se a complementaridade pode dar conta de uma realidade em que se associa a mulher e o homem, ela apaga o fato de que a distribuição de tarefas possui um valor hierárquico e desigual entre os gêneros (Dauphin *et al.*, 2001, p. 12). Notam-se hierarquias de gênero também quando a quebra do coco é vista como tarefa menos pesada, que exigiria menor força física do que o trabalho agrícola, como destacara um jovem trabalhador: “todos dois serviços são pesados, o da mulher é mais maneiro um pouco”³⁰.

28 A.S. em entrevista concedida em 19/11/2011, Lima Campos-MA.

29 M.J.B. em entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

30 L.C. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Além da quebra do coco e da dedicação ao trabalho na roça, as mulheres apresentam um histórico de dedicação ao trabalho doméstico, que não tem sido visto como trabalho pelos homens e nem mesmo por muitas delas. Porém, ainda que não tenham valor econômico apropriado dentro da esfera formal do trabalho, permanecendo invisível para a economia e quase ausente nos modelos macroeconômicos (Barajas, 2016, p. 22), o cuidado dos filhos e os afazeres da casa produzem bens e serviços e constituem “parte de um sistema de proteção social que alimenta modos de vida favoráveis às relações capitalistas peculiares a essa sociedade” contemporânea (Costa, 2002, p. 304).

Ao longo de décadas, as quebradeiras de coco têm enfrentado uma jornada de trabalho que é múltipla, lidando com as pressões do tempo e com as preocupações diante de todas as tarefas que exercem diariamente. Desse modo, os discursos sobre o cotidiano têm girado em torno das tensões com seus tempos sociais: do trabalho fora do lar ao dos cuidados domésticos ou da reprodução humana. O tempo de trabalho feminino (produtivo ou remunerado e/ou reprodutivo ou dos cuidados) tem sido representado, por elas, como um incansável e desgastante movimento de ir e vir. E, mesmo entre as lideranças do MIQCB, acessar a esfera pública e ter seu trabalho de quebra do coco reconhecido no âmbito extrafamiliar nem sempre tem implicado na conquista de direitos no espaço familiar e na divisão de tarefas domésticas com seus companheiros (Antunes, 2006; Barbosa, 2019).

Nessa perspectiva, os conflitos das mulheres na sua relação cotidiana com o tempo — trabalho profissional *versus* trabalho doméstico e dos cuidados da vida e não remunerados — não se restringem a tensões de caráter pessoal ou ineficiência por parte delas, antes exprimem uma opressora divisão sexual do trabalho e a condição de subalternidade do feminino, materializada na distribuição desigual dos tempos de trabalho da reprodução e dos cuidados da vida para homens e mulheres, na gratuidade das atividades exercidas pelas mulheres (Duque-Arazola, 2010, p. 4).

Tratando da experiência de quebradeiras de coco de sua geração e apontando para algumas mudanças que já se percebem nas novas gerações, a atual coordenadora geral do MIQCB testemunhou:

Antes, o homem chegava da roça e banhava e ia pra uma roda de amigos, pra porta da rua conversar, e a mulher que tinha ido pro mesmo papel, trabalhou a manhã inteira, fez o almoço e foi deixar e chegou à tarde e foi fazer a janta, cuidar dos meninos, fazer tudo, varrer casa, buscar água, fazer tudo! E ele [o marido] no bem-bom! Se tivesse que servir um café, e ele tivesse deitado na rede de tucum no alpendre, ela que ainda ia servir ele³¹.

Contudo, nem sempre os depoimentos acentuam apenas tensões quanto à divisão das tarefas entre os camponeses, salientando, em alguns casos, a complementaridade das ações de homens e mulheres, muito embora os papéis sociais apareçam bem delimitados, especialmente no tocante à distinção público-privado:

Quando o meu marido tava em casa parte do trabalho da roça ele que fazia, eu ajudava em poucas coisas [...] fazia comida, cuidava de menino, ia deixar comida na roça e lá, ao invés de ir capinar, eu ia é juntar meus montes de cocos e botar no paiol pra quebrar e depois trazer pra casa. *Então era ele produzindo por um lado e eu por outro* (Grifo meu)³².

De acordo com os estudos rurais que destacam a complementaridade, essa tem funcionado tão bem a ponto de “impor a imagem definitiva de uma divisão dos espaços, dos tempos, dos gestos cotidianos,

31 M.A.S. em entrevista concedida em 04/11/2011, Bacabal-MA.

32 A.S. em entrevista concedida em 19/11/2011, Lima Campos-MA.

dos rituais entre homens e mulheres e apresentar um modo equilibrado de papéis e tarefas, nem antagônicas nem concorrentes”. Em outros termos, “a vida social, assim, parece organizada em torno de dois polos aparentemente equivalentes, a autoridade masculina de um lado, os poderes femininos do outro”. No entanto, aqui prefere-se a crítica a essa noção de complementaridade que não deixa de comportar ambiguidades, que diminui o entendimento dos conflitos e disputas e que, por diversas vezes, mantém o trabalho das mulheres em densas áreas de invisibilidade.

Em diversos contextos brasileiros, as experiências cotidianas de mulheres rurais demonstram que não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida em comunidade (Giulani, 2010, p. 645). Sem dúvida, a associação da quebra do coco ao feminino também está vinculada ao padrão de domesticidade que considera essa prática como uma extensão do trabalho doméstico, o que tem feito com que muitas mulheres também desempenhem a maternidade durante a sua execução.

Levando seus filhos para a área de extração do coco, são elas as principais responsáveis por seu cuidado e sua inserção na atividade. Nesse sentido, a quebra do coco tem sido um lugar de exercício da maternidade. Por outro lado, a quebra do coco é um *locus* de produção de matéria política de que se fazem os maternalismos, pensado aqui não somente como uma condição de opressão, mas desde uma condição específica valorizada — o poder de dar a vida —, e uma função social em nome da qual se pode reivindicar direitos sociais e políticos³³.

33 Collin e Laborie (2009, p. 133) apontam que o tema da maternidade provoca divisões e oposições teóricas entre os estudiosos, variando em sentidos que vão da opressão à valorização dessa condição como positiva e passível de mobilizar reivindicações e direitos por parte das mulheres. No contexto das quebradeiras de coco, a maternidade aparece para as mulheres como estruturante de suas vidas e de suas práticas de trabalho.

Desse modo, para as agroextrativistas, afirmar-se como quebradeira de coco tem sido não apenas se reconhecer como mulher do campo e como trabalhadora rural, mas demarcar-se como mãe e, em vários sentidos, como a principal responsável pela nutrição de sua prole. É intrínseca a relação entre uma palmeira que é “mãe”, representação entre camponeses maranhenses que deve ser lida para além do utilitarismo, conferindo a esse recurso ações práticas, sentimento e agência, e uma “mãe palmeira”, como metaforicamente tem sido chamada a quebradeira de coco. E foi a necessidade de prover e nutrir seus filhos que fez com que muitas dessas camponesas, contrariando a violência das estruturas dominantes que as excluíam, confrontassem proprietários e fazendeiros para impedir derrubadas de palmeiras e para acessar os babaçuais, o que levou a afirmação de uma identidade política e à formação de um movimento social estruturado com base em suas experiências (Barbosa, 2019).

Existe ainda um padrão cultural que delega às mulheres os cuidados com crianças, idosos e doentes, como uma condição imposta e uma obrigação, um destino (Gebara, 2000). Nessa esfera, o tempo feminino e sua regulação estão imbricados em práticas protecionistas primárias, levando as mulheres a desenvolverem tarefas públicas em muitos momentos de suas vidas (Costa, 2007, p. 14).

Quando quebravam coco, as camponesas costumavam deixar seus filhos sob o cuidado de outras mulheres, incluindo uma relação de troca de favores num arranjo de solidariedade, prática que traduz uma experiência de “maternidade transferida” (Costa, 2008), a delegação de tarefas da administração de suas casas a outras mulheres ou crianças, que, na longa duração, reafirma formas de as mulheres atribuírem, a si próprias, mútuas responsabilidades (Costa, 2002, p. 303). Crianças maiores, principalmente meninas, ficavam responsáveis por crianças menores quando as trabalhadoras se dirigiam às áreas de babaçuais: “deixava a casa, deixava as crianças, ficava sozinho. Sempre a casa fica só no correr do dia, só com as crianças, crianças cuidando de

crianças”³⁴. Com efeito, o cuidado de crianças por outras crianças é “costume que serve à liberação do tempo das mulheres empregadas nesse trabalho” (Costa, 2008, p. 56) e, nessa lógica, as crianças, por si próprias, aprendem a reproduzir valores de cuidado e maternidade.

Sendo assim, os sujeitos traduzem culturas e nelas sociabilidades próprias a maternalismos, de tempos e sinais políticos diversos, fixando ritos protocolares que persistem com notável continuidade e recriam efeitos de convivências simultâneas em diferentes gerações (Soihet; Costa, 2011, p. 8).

Cabe destacar também as situações em que as mulheres quebravam coco em casa quando seus filhos eram pequenos: “olha sempre assim quando eu criava eles, eu ajuntava pra quebrar em casa, eu e o marido juntava pra quebrar em casa. Já depois que eu criei eles é que eu vou pro mato”³⁵. Quebrar o coco em casa tem tido impacto direto na dinâmica do cuidado dos filhos e, por conseguinte, nos afazeres domésticos, mas há mulheres que têm preferiam quebrar coco debaixo das palmeiras, porém acabavam praticando a atividade em casa devido ao interesse de seus maridos.

*Eu gosto de ir pro mato, mas agora com esse caseiro [companheiro], que eu vivo com ele dentro de casa, ele prefere ir comigo juntar o coco pra botar em casa pra quebrar, nós ajunta o coco velho furado pra fazer carvão, nós ajunta coco bom, vou quebrando pra fazer um azeite pra gente vender pra comprar um açúcar e café (Grifo meu)*³⁶.

A partir dos anos 2000, as mulheres começaram a coletar o coco para quebrá-lo em casa: “a gente quebrava coco aqui mais era no

34 C.A. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

35 J.M. em entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

36 M.C.A. em entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

mato. Agora é que o pessoal tá aprendendo a quebrar coco em casa. Algumas mulheres ainda vão, gostam mesmo de ir quebrar coco no mato”³⁷. Identifica-se que, para algumas mulheres, quebrar coco em casa podia significar maior proximidade com a cozinha, com o lugar do doméstico e, portanto, maior distanciamento em relação à esfera pública. Como é recorrente que as práticas costumeiras contestem o aparato da reprodução fora da vida doméstica e atualizem a necessidade do trabalho feminino no espaço da casa (Costa, 2002, p. 308), o interesse dos maridos de que suas esposas quebrassem coco em casa podia indicar uma forma de disciplina. Mas, nesse contexto de tensões e negociações, elas resistem e o ato de “quebrar coco no mato” ou a saída para participar de reuniões de mulheres (do MIQCB ou além dele) são expressivos sinais de suas formas de insubordinação.

Considerações finais

Nas comunidades agroextrativistas maranhenses, as relações de trabalho são perpassadas por discursos e práticas estruturadas desde as relações de gênero, produzindo-se uma divisão genderificada no mundo do trabalho. Em geral, é comum se associar o trabalho da roça não a qualquer trabalho agrícola, mas a uma atividade do “ser homem”, ao passo que a atividade de quebra do coco é relacionada às mulheres, assim como as tarefas domésticas e os cuidados. Nesse universo, a maternidade aparece tanto como destino que operaria como opressão das mulheres, quanto como condição na qual as quebradeiras de coco poderiam reivindicar direitos políticos e sociais, a exemplo de acessar os babaçuais para garantir a manutenção de sua prole.

Embora haja hierarquias de gênero no trabalho, concedendo maior valor ao trabalho executado pelos homens na agricultura, a quebra

37 M.J.F.B. em entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

do coco é primordial para o sustento das unidades domésticas, não sendo possível considerar que o trabalho de roça executado pelos homens seja o único, ou mesmo o principal, para a subsistência das famílias. Por fim, mesmo que pareça predominar uma economia moral camponesa no Maranhão, o crescimento da migração do campo para a cidade e a paulatina diminuição da população rural do estado, aliados a programas governamentais, como o Bolsa Família, e a outras ações do mercado, têm levado a mudanças na região. Nas últimas duas décadas, tanto para as meninas quanto para os meninos das comunidades rurais, abrem-se alguns horizontes de estudos e de trabalho diversificado da quebra do coco ou do trabalho na agricultura, questão que, sem dúvida, merece um estudo específico.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 34, João Pessoa-PB, p.73-106, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de *et al.* (org.). *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. São Luís-MA, MIQCB/Balaios Typographia, 2001.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *Quebradeiras de côco babaçu — identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)*. São Luís-MA, MIQCB, 1995.
- ALVES, M. de F. Gênero e família camponesa: repensando a unidade. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia M.; SANTOS, Eunice F. (org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís, EDUFMA/Salvador, REDOR, 2001. p. 415-426.
- AMARAL FILHO, Jair do. *A economia política do babaçu*. Um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís-MA, SIOGE, 1990.
- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen F. *et al.* (org.). *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA PEPIGRE, 2006. p. 123-149.
- ARAÚJO, Clara. Apresentação. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 13-15.
- BARAJAS, Maria de la Paz López. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 22-42.

- BARBOSA, Viviane. *Mulheres do Babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Curitiba: CRV, 2019.
- BARBOSA, Viviane. *Mulheres do Babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 12, n. 1, p.205-227, 2004.
- CASTRO, Lucimeire. *O imaginário sobre o corpo em uma comunidade de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.
- COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 133-138.
- COSTA, Suely Gomes. Diário de uma e outras meninas: práticas domésticas e educação. Diamantina, Minas Gerais, fins do século XIX. In: LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (org.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2008. p. 47-77.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v.10, n. 2, p.301-323, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. Transição, globalização e intimidade. Rio de Janeiro, século XIX. *História y Espacio*, Bogotá, n. 29, p.79-108, 2007.

- DAUPHIN, Cécile *et al.* A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2^o sem. 2001.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura. O Estado e os tempos sociais femininos: uma mediação da opressão de gênero das mulheres. *Anais... Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades e deslocamentos*, Florianópolis, agosto de 2010.
- FIGUEIREDO, Luciene Dias. Empates nos babaçuais: do espaço público ao privado — lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen F. *et al.* (org.). *Margarida Alves: II Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, 2007. p. 59-78.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GIULANI, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2010. p.640-668.
- LITTLE, Jo. Gender relations in rural areas: the importance of women's domestic role. *Journal of Rural Studies*, v. 3, n. 4, England, Elsevier/ Loughborough University, p.335-342, 1987.
- MESQUITA, Benjamin. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1929-80). *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 61-76, 1996.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. *Mutirões, empates e greves*. Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Revue Lusotopie* (XII:1-2), France, Institut d'Ethnologie Méditerranéenne, Européenne et Comparative Maison Méditerranéenne des Sciences de l'Homme, 2005. pp. 175-189.
- PORTELLA, Ana Paula *et al.* (org.). *Mulher e trabalho na agricultura familiar*. Recife-PE: Edições SOS Corpo, 2004.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Tutela e devir das mulheres no espaço público. *La manzana de la discórdia*, Colombia, v. 6, n. 2, p. 7-25, Julio-Diciembre, 2011.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOBRE AS AUTORAS

ANA CRISTINA BECHARA BARROS FRÓES GARCIA

Graduada em Psicologia; Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora do Curso de Especialização em Psico-oncologia pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Psicóloga Clínica; Terapeuta de Família; Membro da SBPO-RJ; Membro Titular da ATF-RJ/ABRATEF; Presidente da Associação Brasileira de Terapia Familiar (2022-2025); Autora e coautora de diversos livros e artigos nas áreas de família, psico-oncologia e estresse.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7168925531712159>

ANA LOLE

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF; Doutora e Pós-Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio; Editora associada da Revista “O Social em Questão” (PUC-Rio); Vice-líder do Núcleo de Estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio) e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas

em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF), ambos registrados no DGP/CNPq. Atualmente, pesquisa trajetórias de mulheres, fundamentos do Serviço Social e teoria política gramsciana.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1954445820445997>

ANA PAULA VOSNE MARTINS

Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestra em História pela UFPR, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo realizado pós-doutorado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz em 2005 e na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2016; Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Bolsista de produtividade do CNPq. Atualmente, pesquisa a escrita de mulheres, o ativismo católico e as expressões do conservadorismo feminino.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9271886969897702>

ANDRÉA LEDIG

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Atualmente, desenvolve pesquisa de Pós-doutoramento em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com o projeto intitulado “Itinerários femininos na montagem do sistema de proteção social no antigo Estado do Rio de Janeiro: a trajetória de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1940-1980)”. É docente do Curso de Serviço Social da Fundação Severino Sombra, polo Maricá. Desde 2000 atua como assistente social na Prefeitura Municipal de São Gonçalo e desde 2002 atua como assistente social na Fundação Municipal de Saúde em Niterói.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5075739055178158>

DANIELA CARVALHO SOPHIA

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestra em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestra em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Doutora em História das Ciências pela Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz. Desde 2015 atua no Centro de Memória e Informação da Fundação Casa de Rui Barbosa. Tem artigos publicados nas áreas de História das Ciências, Políticas Públicas, Museologia e Patrimônio.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1941350305124013>

ELISABETE CRUVELLO

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestra em Ciências Sociais pela FLACSO/Argentina; Mestra em Educação pela UFF, doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF; Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão da UFF; Professora Associada do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais (GSO) da UFF. Possui artigos e livros publicados sobre a Agenda Social das Nações Unidas e Políticas Públicas; Formação de Docentes; Educação em Direitos Humanos.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8897267584532387>

LIANDRA LIMA CARVALHO

Graduada em Serviço Social; Mestra e doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); Pós-Doutoranda em Educação, Cultura e Comunicação pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4322820921336234>

MARIA CARMEN VILAS-BÔAS HACKER ALVARENGA

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestra e Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Servidora federal no cargo de Assistente Social da UFF.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9068112266659223>

MONIQUE DE SOUZA CARVALHO

Graduada em Serviço Social e Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestra e Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9384412606624979>

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Mestra e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) e pelo Centro de Investigação Universitário do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Professora Titular do Departamento de Serviço Social de Niterói e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD) e do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos e Cidadania (NUDHESC) da UFF. Membro da Rede de Pesquisa sobre Famílias e Proteção Social (REFAPS).

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3475915389619235>

ROSEMERE OLIMPIO DE SANTANA

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF);
Professora Associada I, do Centro de Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Pesquisadora
no Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação,
Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) e no ProjetoAH – história
das mulheres, gênero, imagens, sertões; Vice-coordenadora do GT
de Gênero: Interseccionalidades e Feminismos da ANPUH-Paraíba.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6172861753799782>

VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA

Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão
(UFMA); Mestra e Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA); Doutora em História Social pela
Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente do Departamento
de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) da
Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA;
Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UEMA e
do PROFHISTÓRIA da UFMA; Coordenadora do Núcleo de Estudos,
Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA) e do
Grupo de Pesquisa Gênero, Territorialidades e Movimentos Sociais
(GETEMS). Desenvolve pesquisas e projetos de ensino e extensão
sobre questões agrárias, relações de gênero e movimentos sociais no
Brasil e na África do Sul.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5697398324818667>



1ª edição	setembro 2024
impressão	eskenazi
papel miolo	pólen natural 80g/m ²
papel capa	cartão supremo 300g/m ²
tipografia	GT secra

desafios e, sobretudo, a ultrapassar os limites que lhes foram impostos pelas leis e costumes da sociedade patriarcal, inibindo seus talentos, desqualificando suas ações, criando estereótipos de beleza, consentindo a violência doméstica e pública. Em cada capítulo deste livro, é possível vislumbrar a extensão do campo onde o trabalho pioneiro desta mulher incansável deitou sementes e fez brotar. Reúne estudos sobre o empoderamento feminino, o maternalismo, a filantropia dirigida às mulheres e por mulheres, a saúde reprodutiva e familiar, o protagonismo político de figuras femininas. Todos assinados por mulheres que foram colegas de trabalho, companheiras de militância ou ex-orientandas.

É justo e necessário que o público leitor possa reunir-se com as autoras à sombra desta copa florida para dizer: Suely presente!

GEORGINA SANTOS

Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)

A ênfase na cultura deriva da percepção de que indivíduos, não importa a que classes sociais pertençam, além de não serem simples prisioneiros das forças históricas, são sempre sujeitos de sua própria história e atuam na definição de sua identidade cultural.

Nessa dialética do “evento” e da “estrutura” ou do “particular” e do “geral”, quis revelar a importância de uma atitude intelectual aberta onde caiba o informal, o não-prescrito e o não-institucionalizado. Procurei, finalmente, indicar que a proteção social é um campo de estudo de muitos conjuntos e interseções teóricas, onde conceitos rígidos se dissolvem. Nele não cabe, pois, dicotomias nem polaridades, porque nele se lê a dinâmica do processo histórico no qual todas as ideias e práticas sociais transformam e se transformam, mesmo quando na aparência permanecem as mesmas.

SUELY GOMES COSTA

[trechos de *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*, publicado em 1995]

